



**Trabalho escravo,
políticas públicas e
práticas comunicativas
no Maranhão
contemporâneo**

*Flávia de Almeida Moura
Marcelo Sampaio Carneiro*
organizadores

**Trabalho escravo,
políticas públicas e
práticas comunicativas
no Maranhão
contemporâneo**



Universidade Federal do Maranhão

Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Vice-Reitor Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



Editora da UFMA

Diretor Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa
Profª. Dra. Diana Rocha da Silva
Profª. Dra. Gisélia Brito dos Santos



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



Configurações do Desenvolvimento,
Trabalho e Ações Coletivas

*Flávia de Almeida Moura
Marcelo Sampaio Carneiro
organizadores*

Trabalho escravo, políticas públicas e práticas comunicativas no Maranhão contemporâneo

São Luís



EDUFMA

2020

Capa Raiama Portela
Projeto Gráfico Raiama Portela
Revisão Ana Kenya Félix Gutman

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Trabalho escravo, políticas públicas e práticas comunicativas no Maranhão contemporâneo [recurso eletrônico] / Flávia de Almeida Moura, Marcelo Sampaio Carneiro (organizadores). – São Luís: EDUFMA, 2020.

428 p.: il.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-86619-58-4

1. Trabalho escravo - Maranhão. 2. Escravidão contemporânea. 3. Políticas públicas. 4. Trabalho escravo - Mídia. I. Moura, Flávia de Almeida. II. Carneiro, Marcelo Sampaio.

CDD 331.117 812 1

CDU 331-058.214(812.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Márcia Cristina da Cruz Pereira – CRB 13/418

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

A existência de trabalho análogo a escravo em nosso território é uma mácula que deve ser motivo de vergonha para a sociedade brasileira. Traços da escravidão do século XIX permanecem presentes nas relações sociais do cotidiano. Exemplos frequentes se multiplicam de descumprimento sistemático de leis trabalhistas, de uso da violência, e de restrição de liberdade de trabalhadores. A construção de um pensamento e de uma ação crítica a esta situação inaceitável é tarefa necessária e urgente. A coletânea *Trabalho escravo, políticas públicas e práticas comunicativas no Maranhão contemporâneo* se enquadra no corpo de atividades de combate a estas práticas no Brasil e se junta ao importante exercício de identificar e denunciar as consequências sociais e individuais desse processo sobre os trabalhadores. É de se destacar, no conteúdo do livro, a participação efetiva de pesquisadores da UFMA e a coordenação e estímulo de Marcelo Sampaio Carneiro e Flavia de Almeida Moura ao longo dos últimos 15 anos, além da associação com o GPTEC (Grupo de Estudos Trabalho Escravo Contemporâneo) da UFRJ. Tudo isso é motivo para a leitura e discussão deste livro e de seus achados.

José Ricardo Ramalho
(PPGSA-IFCS-UFRJ)

Sumário

9 Prefácio

13 Apresentação

Parte 1 – O trabalho escravo contemporâneo: caracterização do fenômeno, ações de combate e políticas públicas no Maranhão

19 1) Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)
Flávia de Almeida Moura

37 2) A “economia da precisão” e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense
Flávia de Almeida Moura e Marcelo Sampaio Carneiro

55 3) Estimativas de trabalho forçado e trabalho escravo no Maranhão
Bráulio Figueiredo Alves da Silva e Luciano Rodrigues Costa

75 4) O mercado de trabalho agropecuário e a questão do trabalho escravo no estado do Maranhão
Marcelo Domingos Sampaio Carneiro

93 5) O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Básccaran (CDVDH/CB) e o combate ao trabalho escravo na Amazônia Oriental
Raylla Cristine Dias Lima

119 6) Ação política e intervenções de políticas públicas no combate ao trabalho escravo contemporâneo no estado do Maranhão
Dannielle Weba Maia de Moraes

147 7) Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho escravo: breve relato sobre a implementação do Programa Estadual no Maranhão
Amanda Cristina de Aquino Costa e Pedro Costa Maciel

Parte 2 – Trabalho escravo e práticas comunicativas: mapeamento de redes de aliciamento e denúncia

- 169 8) “Vozes da esperança”: estratégias de comunicação para aliciamento de trabalhadores no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão
Max de Medeiros Soares e Saara Sâmara de Sousa
- 189 9) Estratégias de comunicação em redes de denúncia no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão: o caso do programa “Escravo, nem pensar!”
Andréa Rabelo e Maria do Socorro Pereira da Costa
- 207 10) Rádio comunitária como espaço de construção da cidadania: um estudo sobre a rádio comunitária Arca FM, de Açailândia, no contexto da rede de denúncia do trabalho escravo no Maranhão
Rosiane de Oliveira Silva
- 233 11) Identidades e fatores de identificação em projetos de mobilização social: o caso do Programa “Escravo, nem Pensar!”
Ariadna Silva Ferreira
- 253 12) Trabalho, migração e práticas comunicativas: estudos cruzados entre Brasil e Angola
Flávia de Almeida Moura e Osmilde Augusto Miranda

Parte 3 – Trabalho escravo e mídia: representações e mediações

- 279 13) Análise da produção de conteúdos jornalísticos do portal Repórter Brasil sobre trabalho escravo no Maranhão
Liliane Pinto Cutrim
- 305 14) A participação de agentes da rede de combate ao trabalho escravo na construção das representações sobre a temática na mídia brasileira
Denise Araújo da Conceição

- 331 15) Representações e sentidos acerca do trabalho escravo contemporâneo: um estudo sobre a campanha “De olho aberto para não virar escravo” e o lugar do sujeito (trabalhador escravo) na mídia.
Antonio Paiva da Silva
- 351 16) A produção de conteúdos jornalísticos na web: o caso do projeto “Moendo Gente” e a denúncia de más condições de trabalho na indústria da carne no Brasil
Flávia de Almeida Moura
- 365 17) Olhares de trabalhadores rurais maranhenses sobre a escravidão contemporânea a partir da mídia
Flávia de Almeida Moura
- 385 18) Escravidão contemporânea na imprensa maranhense: relato de estudo sobre a cobertura jornalística de três principais jornais do Maranhão (2004 a 2017)
Euzimar de Jesus Rosa Silva
- 405 19) Artistas brasileiros como estratégia de visibilidade do trabalho escravo na mídia
Jeyciane Elizabeth Sá Santos

Prefácio

No momento presente, a publicação desta coletânea é mais que oportuna para ajudar a “esquentar” o debate sobre a escravidão contemporânea no Brasil, como para contribuir na identificação de fios condutores que levem aos pontos mais sensíveis dessa tragédia humana.

O estado do Maranhão vem sendo considerado palco de situações extremas de exploração laboral, sendo que, no que se refere à mão de obra análoga à escrava, destaca-se tanto como local de origem de pessoas que sofrem este tipo de ação criminosa, como região em que a prática avulta e tende a crescer.

A imprensa tem veiculado as preocupações de agentes do Estado, estudiosos e militantes da defesa dos direitos laborais e humanos quanto ao risco de aumento da prática deste crime, em razão de situações provocadas pela pandemia de coronavírus no Brasil (e no mundo), bem como ao descaso com que os governantes, nos últimos anos, vêm tratando a questão. Sabe-se que, como afirmava um auditor fiscal do trabalho em evento recente realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem repressão não há como combater essa prática. Dir-se-ia que, sem repressão, o crime vai continuar sendo praticado largamente. E cabe ao Estado conduzir tais ações.

Outro aspecto que denota a gravidade da situação das populações vulneráveis à superexploração laboral e à escravização, no momento em que vivemos, é o aumento de ameaças aos servidores públicos encarregados de fazer valer as leis. A reportagem de Sakamoto no portal UOL, com data de 17.07.2020, informa que agentes do Estado atuantes nessa frente vêm sendo ameaçados e desacatados e ‘Tem sido comum empregadores se exaltarem e irem para o enfrentamento, mesmo com policiais armados fazendo a segurança de uma operação.’¹

Neste sentido, é oportuna a reportagem de Leonardo Sakamoto a qual informa que apenas 56 por cento dos cargos de auditores voltados à inspeção do trabalho no Brasil estão ocupados neste momento, o que representa, se-

1. Ver <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/07/17/brasil-tem-deficit-de-15-mil-fiscais-para-verificar-condicoes-de-trabalho.htm>. Acesso em: 18/07/2020.

gundo a fonte, um déficit de mais de 1,5 mil profissionais. Não há perspectiva de que tais cargos venham a ser preenchidos em futuro próximo. Concursos públicos estão fora da pauta e, para agravar ainda mais, no momento de pandemia, a situação se torna ainda mais complicada, pois se sabe que algumas categorias profissionais estão sendo diretamente afetadas, tendo sido recorrentes os casos de adoecimento e óbito entre os profissionais da área da saúde envolvidos nos cuidados das populações atingidas, bem como nos serviços de coleta de lixo, transporte público etc. Neste cenário, cresce o empobrecimento das populações e a precarização das condições de trabalho, fatores estes mais que favoráveis à superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras e sua exposição a situações criminosas quanto aos direitos trabalhistas e outros direitos, também. Portanto, a carência de agentes do Estado para combater o crime, somada ao crescimento das ameaças àqueles que ainda labutam nessa frente de trabalho perigosa e ao aumento de mão de obra vulnerabilizada por enfermidades e desemprego desenham um cenário preocupante, em que medidas urgentes por parte do governo central precisam ser tomadas, sem demora, a fim de que não se perca o que resta das conquistas trabalhistas dos últimos anos e se devolva à população o que tem sido expropriado.

A coletânea ora organizada no âmbito da Universidade Federal do Maranhão traz até as gerações iniciantes nas leituras e no interesse engajado pelo debate sobre escravidão contemporânea um conjunto de estudos, frutos - todos eles - de pesquisas realizadas sobre a temática, a partir de observações metódicas da vida real no Estado, do sangue e do suor de homens e mulheres envolvidos com esta forma extremada de exploração do trabalho humano, que é a escravidão. As gerações mais experientes também estão sendo beneficiadas, uma vez que alguns estudos podem ter tido suas edições esgotadas, dada sua longevidade.

Esta obra recolhe a produção de conhecimentos acadêmicos acerca da escravidão, por meio de professores/pesquisadores ligados à Universidade Federal do Estado nos últimos 15 anos, tendo à frente a professora doutora Flávia Moura. Seu objeto se impõe cada vez com maior intensidade, como um “nervo exposto” na sociedade brasileira atual. Os elementos que este conjunto de artigos apresenta são os objetos e temáticas temperados por teorias e metodologias diversos, nos campos da Sociologia, da linguística, das teorias da comunicação, dentre outras.

Neste conjunto de estudos, debate-se o que se pode denominar como *projetos de mobilização*, de *educação* e de *propaganda*, visando à ampliação de conhecimentos e difusão de informações na busca por solidariedade aos grupos sociais atingidos por práticas criminosas de escravização. Incluem-se aqui as discussões sobre solidariedades, sobre identidades, sobre representações e sentidos, na busca por conhecer melhor e contribuir com mais eficácia para a extinção de tais práticas criminosas.

Este *corpus* tem como marca originária o compromisso com a justiça social e revela, da parte dos autores e autoras - pesquisadores e pesquisadoras - , a opção pelos estudos acadêmicos de caráter *público*, voltados para a maioria da população, em especial, as populações que no estado do Maranhão se tornam atores passivos de práticas de escravização, seja no próprio território ou em regiões distantes, em outras unidades da Federação.

Ao tematizar as políticas públicas, a comunicação popular, as estratégias de comunicação de campanhas e de projetos de educação e de denúncia, o raio de acesso da mídia e a efetividade de seus conteúdos, dentre outros aspectos, os autores e autoras selam o compromisso necessário da academia com a população trabalhadora na sociedade envolvida. Ao desenvolver as categorias ligadas ao imperativo da *precisão*, a discussão contribui decisivamente para o desvendamento das pseudojustificativas para a miserabilidade secular da maioria espantosa de nossas populações de classes subalternas e, ao mesmo tempo, funciona como denúncia qualificada de um *status quo* que apenas encontra justificativa nos discursos fascistizantes.

Destaque-se, ainda, o inestimável valor do trabalho do grupo da UFMA, pois suas reflexões acadêmicas estão associadas a ações realizadas em contato com a prática do combate ao trabalho escravo. Trata-se de um compromisso que une teoria e prática, que se renova na conquista de jovens estudantes e ao mesmo tempo se alimenta dos conhecimentos e experiências que, de fora da academia, dão régua e compasso para se prosseguir no debate e no combate.

Adonia Antunes Prado
Nova Friburgo, 19 de julho de 2020

Apresentação

A coletânea *Trabalho escravo, políticas públicas e práticas comunicativas no Maranhão contemporâneo* reúne textos produzidos ao longo de 15 anos de pesquisa sobre a temática do trabalho escravo contemporâneo (2005/2020). Essa trajetória de investigações se inicia no Mestrado em Ciências Sociais da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), em 2005, com pesquisa realizada sobre economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais no município de Codó (MA), dissertação intitulada *Escravos da Precisão*, defendida em 2006, por Flávia de Almeida Moura e orientada por Marcelo Sampaio Carneiro, nós, os organizadores desta coletânea. Este foi o ponto de partida para os estudos aqui reunidos, que vão desde pesquisa mais densa de mestrado, doutorado e pós-doutorado e também tem uma importância na formação de novos pesquisadores, com orientações de iniciação científica e trabalhos monográficos, além da vivência no grupo de pesquisa vinculado ao GEPTS (Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA e dos grupos ligados ao Departamento de Comunicação Social e também ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional, Obeec (Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação) e Neeec (Núcleo de Estudos em Estratégias em Comunicação).

A pesquisa, que nesses 15 anos congrega a temática Trabalho, Migração e Comunicação, também está vinculada ao GPTEC (Grupo de Estudos Trabalho Escravo Contemporâneo), coordenado pelos professores Ricardo Rezende Figueira e Adonia Antunes Prado, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), interlocutores dessas investigações durante todo o percurso, e a quem temos gratidão por conseguirem reunir pesquisadores do Brasil e de outros países interessados na mesma temática, enriquecendo nossos olhares. Também vale destacar aqui a presença do professor Francisco Gonçalves da Conceição nessa trajetória, principalmente na interlocução da temática do trabalho escravo no contexto do campo da Comunicação e das mídias. Desde 2015, como Secretário de Estado de

Direitos Humanos e Participação Popular no Maranhão, Chico Gonçalves também acompanha essa problemática à frente da COETRAE/MA (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo) no Maranhão.

Para trazer um retrato de uma década e meia de pesquisa na temática, a coletânea está dividida em três partes. Na primeira, estão os trabalhos que possuem como foco a análise do funcionamento do trabalho escravo contemporâneo, analisando os principais agentes que participam desse fenômeno (trabalhadores, intermediários e empresários ou fazendeiros escravocratas) como também as ações de combate que vêm sendo desenvolvidas no estado do Maranhão, destacando também as entidades e instituições que participam dessa mobilização e militância.

Os dois primeiros capítulos, “Escravos da precisão; economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)” e “A economia da precisão e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense” analisam a questão da escravidão contemporânea do ponto de vista dos trabalhadores, discutindo a noção de “economia da precisão” (MOURA, 2009) como um elemento central para a compreensão do fato do Maranhão ser o estado de onde se origina o maior número de trabalhadores resgatados da situação de trabalho escravo.

Os capítulos seguintes, “Estimativas de trabalho forçado e trabalho escravo no Maranhão” e “O mercado de trabalho agropecuário e a questão do trabalho escravo no estado do Maranhão” possuem por foco, respectivamente, a questão da oferta e da demanda por trabalho escravo. Enquanto o primeiro, a partir de uma pesquisa domiciliar inédita - realizada pela OIT em parceria com o governo do Estado -, procura apresentar uma estimativa mais precisa do número de trabalhadores em situação de escravidão, o segundo discute o mercado de trabalho agropecuário no Maranhão, com objetivo de identificar os setores da agropecuária estadual nos quais a incidência de trabalho escravo se faz mais presente.

Os três últimos capítulos da primeira parte abordam a questão do combate ao trabalho escravo no Maranhão, considerando o papel desempenhado por ONGs (Organizações Não Governamentais), pelo FOREM (Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Escravo), pela COETRAE/MA (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão)

e pelo governo estadual. O artigo “O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Básccaran (CDVDH/CB) e o combate ao trabalho escravo na Amazônia Oriental”, destaca a atuação dessa ONG, que teve um papel pioneiro, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), na luta contra o trabalho escravo no Maranhão e cujas tecnologias de mobilização social serviram de base para a constituição de campanhas semelhantes em outras localidades.

Os capítulos seguintes, denominados, respectivamente, “Ação política e intervenções de políticas públicas no combate ao trabalho escravo contemporâneo no estado do Maranhão” e “Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho escravo: breve relato sobre a implementação do Programa Estadual no Maranhão”, analisam as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho escravo que foram elaboradas ao longo dos últimos anos, destacando de forma mais específica o papel desempenhado pela COETRAE/MA no desenvolvimento dessas políticas.

A segunda parte da coletânea traz artigos que tratam da temática do trabalho escravo e das práticas comunicativas, com um mapeamento de redes de aliciamento e de denúncia. Os dois primeiros capítulos desta parte são resultados do projeto de pesquisa intitulado *Vozes da Esperança*, desenvolvido entre os anos de 2010 e 2012, com financiamento da FAPEMA (Fundo de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão), sob coordenação da professora Flávia de Almeida Moura. São eles: “Vozes da esperança: estratégias de comunicação para aliciamento de trabalhadores no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão” e “Estratégias de comunicação em redes de denúncia no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão: o caso do programa “Escravo, nem pensar!”.

Ainda nesta parte, outros dois capítulos trazem registros de pesquisas desenvolvidas em âmbito de iniciação científica e monografia sobre rádio comunitária e projetos educacionais de prevenção ao trabalho escravo. São eles: “Rádio comunitária como espaço de construção da cidadania: um estudo sobre a rádio comunitária Arca FM, de Açailândia (MA), no contexto da rede de denúncia do trabalho escravo no Maranhão” e “Identidades e fatores de identificação em projetos de mobilização social: o caso do Programa “Escravo, nem Pensar!”.

Fechando essa seção, apresentamos um artigo oriundo de uma pesquisa que procurou comparar situações de trabalho degradante no Brasil (Maranhão) e em três províncias localizadas no Sul de Angola, denominado “Trabalho, migração e práticas comunicativas: estudos cruzados entre Brasil e Angola”.

A terceira parte do livro traz a temática Trabalho Escravo e Mídia: representações e mediações. Nesta seção, sete capítulos relatam investigações realizadas no decorrer dos últimos 15 anos, com análises focadas na produção e na recepção de conteúdos jornalísticos na internet, televisão e jornal impresso sobre a escravidão contemporânea no Maranhão e no Brasil. O primeiro capítulo da seção, intitulado “Análise da produção de conteúdos jornalísticos do portal Repórter Brasil sobre trabalho escravo no Maranhão” apresenta um estudo sobre os movimentos sociais, pautando a mídia maranhense acerca da temática. Já o segundo, “A participação de agentes da rede de combate ao trabalho escravo na construção das representações sobre a temática na mídia brasileira”, trata da rede de agentes dos movimentos sociais em âmbitos nacional e estadual.

Os capítulos que seguem na última seção discutem representações, mediações e produção de sentidos da temática pautada em diferentes mídias. São eles “Representações e sentidos acerca do trabalho escravo contemporâneo: um estudo sobre a campanha “De olho aberto para não virar escravo” e o lugar do sujeito (trabalhador escravo) na mídia”, “A produção de conteúdos jornalísticos na *web*: o caso do projeto “Moendo Gente” e a denúncia de más condições de trabalho na indústria da carne no Brasil” e “Olhares de trabalhadores rurais maranhenses sobre a escravidão contemporânea a partir da mídia”.

Para finalizar, dois últimos capítulos discutem cobertura jornalística e visibilidade da temática na mídia. O primeiro, intitulado “Escravidão contemporânea na imprensa maranhense: relato de estudo sobre a cobertura jornalística de três principais jornais do Maranhão (2004 a 2017)”, traz um caso marcante no contexto do trabalho escravo no Brasil, que é a conhecida *Chacina de Unai*, na qual servidores públicos ligados ao extinto Ministério do Trabalho e Emprego foram assassinados em Minas Gerais, em 2004, por estarem fiscalizando situações análogas à de escravos. O

último texto “Artistas brasileiros como estratégia de visibilidade do trabalho escravo na mídia” traz um relato de estudo sobre a atuação do MhUD (Movimento Humanos Direitos), ONG formada por artistas e intelectuais sediada no Rio de Janeiro, no combate ao trabalho escravo no Brasil.

Lançar esta coletânea neste momento de retrocessos de conquistas de direitos adquiridos historicamente no Brasil, de flexibilização e precarização das formas de trabalho e ainda num contexto de pandemia da COVID-19 representa um ato de resistência. Os textos que seguem apresentam uma faceta importante da história recente do Brasil e do Maranhão que demonstra conquistas dos movimentos sociais e de entidades governamentais que lutam pelo combate ao trabalho escravo contemporâneo. O livro também recupera avanços importantes nas políticas públicas implementadas nas últimas décadas que visam à erradicação do trabalho escravo. Entretanto, apresenta retrocessos significativos na manutenção dessas políticas na atualidade.

Esperamos que esta obra sirva de base para novas pesquisas sobre a temática e que os resultados possam indicar caminhos de esperança na justiça social e na dignidade humana.

Os organizadores

Parte 1
O trabalho escravo
contemporâneo:
caracterização do fenômeno,
ações de combate e políticas
públicas no Maranhão

Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhaodres rurais em Codó (MA)¹

Flávia de Almeida Moura

O estudo apresentado foi extraído da dissertação de mestrado defendida pela autora no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) em dezembro de 2006 e tem o esforço de problematizar a situação de um grupo de trabalhadores *resgatados* pela então Delegacia Regional do Trabalho no Maranhão (DRT-MA) da situação denominada - pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais mediadores - de *trabalho escravo* ou *condição análoga à de escravo*. A ação de fiscalização ocorreu em novembro de 2005, na Fazenda Sagrisa, localizada no município Codó, no estado do Maranhão.

As principais perguntas que giram em torno desta análise são: como eles se representam e quais suas estratégias de sobrevivência no contexto da chamada *escravidão contemporânea*?

O acompanhamento da operação de fiscalização na Fazenda Sagrisa (em novembro de 2005), as conversas informais com trabalhadores rurais e lideranças comunitárias de Codó e as entrevistas (realizadas entre março e novembro de 2006), nas residências dos trabalhadores, nos bairros São Se-

1. Texto originalmente publicado na Revista Pós Ciências Sociais, v. 5, nº 9/10 da Universidade Federal do Maranhão, em 2008.

bastião e Codó Novo, apontam que eles não se autoidentificam como *escravos* e aceitam condições consideradas precárias de trabalho, principalmente devido às dificuldades enfrentadas para manter suas atividades agrícolas e, conseqüentemente, para garantir a sobrevivência de seus familiares.

O principal empecilho observado na dificuldade de manutenção de suas lavouras está diretamente relacionado à falta de terra para a realização do plantio. Esses trabalhadores, em geral, residiam em povoados localizados na área rural de Codó, onde plantavam e criavam animais e hoje residem nos bairros populares da sede do município.

A expulsão desses trabalhadores de suas terras coincidiu com o processo de expansão da agropecuária incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na conhecida Região dos Cocais, onde está localizado o município de Codó, que data da década de 1970 (AMARAL FILHO, 1990, p.237; MAY, 1990, p.107). Esse processo pode ser acompanhado por meio da expansão do rebanho bovino em Codó, que passou de 13.259 cabeças em 1970 para 60.392 cabeças em 1985 (FIBGE, 1970, 1985).

Como revelou a pesquisa que realizamos em Codó, esses bairros são compostos por famílias de camponeses que, mesmo perdendo a posse/propriedade da terra continuam tendo na agricultura sua principal fonte de renda. De um total de 256 entrevistados no bairro de Codó Novo, 141 (55,1%) responderam que mantêm atividade agrícola (Tabela 1).

TABELA 1: PERCENTUAL DE FAMÍLIAS RESIDENTES NO BAIRRO DE CODÓ NOVO QUE TRABALHAM NA AGRICULTURA

	Número	Em %
Sim	141	55,1
Não	111	43,4
Sem informação	4	1,6
Total	256	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Além de revelar a importância da atividade agrícola para a reprodução desses trabalhadores rurais que residem nos bairros populares de Codó, a pesquisa também confirmou aquilo que nossas informações acerca dos *trabalhadores resgatados* havia nos indicado: o fato de essa ser realizada em difíceis condições de acesso à terra, por meio do pagamento de renda (em dinheiro ou em produto) para proprietários. Por conseguinte, das pessoas que responderam nosso questionário, oitenta e oito (34,4% do total) informaram que trabalham em terra arrendada, enquanto quinze disseram ser proprietárias da terra (5,9%) e nove (3,5%) cultivam em áreas de posse (Tabela 2).

TABELA 2: FORMA DE ACESSO À TERRA POR FAMÍLIAS QUE RESIDEM NO BAIRRO DE CODÓ NOVO

	Número	Em %
Arrendada	88	34,4
Própria	15	5,9
Posseiro	9	3,5
Terra da família	1	0,4
Terra da associação	5	2,0
Sem informação	138	53,9
Total dos que mantêm atividade agrícola	256	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Tendo a atividade agrícola como fundamental para a sua reprodução, mas transferindo boa parte dos recursos obtidos para o pagamento da renda da terra, esses trabalhadores acabam se envolvendo em outras atividades para complementar a renda familiar, como a realizada nas fazendas de gado, chamada por eles de *juquirá* ou *roço da juquirá*, isto é, a limpeza do campo onde já foi plantado capim para o gado. Nessas atividades, os trabalhadores retiram com a foice ervas daninhas, palmeiras jovens de babaçu, entre outros tipos de vegetação que começam a crescer novamente, após o período do inverno (chuva). A limpeza do pasto propicia a plantação posterior do capim para alimentar o gado das fazendas.

Além dessa atividade, a maioria dos trabalhadores entrevistados planta a sua roça própria em pequenas porções de terra, geralmente arrendada e realizam trabalhos informais na área urbana de Codó, como prestação de serviços como vigia ou ainda na limpeza de terrenos da prefeitura. Esses tipos de trabalho são denominados por eles de *bicos*.

Os quatro trabalhadores que acompanhamos durante o período de um ano – Raimundo José Carvalho, 66 anos, o *Seu Rupiado*; Afonso Souza, 55 anos, conhecido como Afonso; Antônio José Souza da Silva, 46 anos, chamado de *Zé Véio*; e José Francisco Rosendo, 40 anos, conhecido como *Zeão* – moram na sede do município de Codó, nos bairros de São Sebastião e Codó Novo, mas possuem origem na zona rural. Três deles nasceram em povoados localizados no mesmo município – Salobro, São Benedito e Quatrocentos – e o último em povoado do município de Timbiras – chamado Bonfim e começaram a trabalhar na roça entre 8 e 12 anos de idade, acompanhando os pais.

Antes de se mudarem para a periferia do município de Codó, ao final da década de 1970 e início de 1980, esses trabalhadores residiram em outros povoados e sempre cultivaram as suas lavouras em terras de familiares.

Mesmo já tendo prestado serviços informais na cidade, os quatro trabalhadores entrevistados se consideram lavradores e afirmam que é da agricultura que retiram a principal fonte de renda para a manutenção de suas famílias.

Com relação à terra, a história deles é parecida: todos deixaram de morar nos povoados e, perdendo a posse das terras, passaram a viver como *arrendatários*, isto é, tendo de “alugar” um pedaço de terra para continuar plantando suas *roças*. Uns porque foram “expulsos” da terra e outros porque, na partilha da herança, após a morte dos avós ou pais, a família vendeu as terras.

De acordo com as informações fornecidas pelos entrevistados, algumas famílias dos trabalhadores foram vítimas de *grilagem* de terra, pois à época não tinham a preocupação de obter a documentação para provar que residiam há gerações no mesmo local.

A ECONOMIA FAMILIAR

Apesar de os quatro trabalhadores entrevistados declararem que possuem como principal fonte de rendimentos a atividade agrícola, a manutenção e reprodução do grupo familiar incluem outras atividades de complementação de renda. O chamado *roço de juquirá*, atividade realizada nas fazendas de gado da região e que, devido às condições precárias em que é realizada, é classificada por mediadores (principalmente Ministério do Trabalho e Emprego - MTE) como situação de *trabalho escravo*, também pode ser apontada com uma das estratégias de complementação de renda desses trabalhadores. Os entrevistados também afirmaram que realizam trabalhos informais na cidade, os chamados *bicos*, atuando principalmente na limpeza de terreno, nos serviços gerais, na construção civil ou ainda no trabalho como vigia, em propriedades particulares na cidade.

Se há cálculo da distribuição do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com agricultura e outras atividades complementares para a renda da família, também há cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da agricultura para o negócio ou do negócio para a agricultura (GARCIA JÚNIOR, 1989).

No caso estudado em Codó, alguns trabalhadores justificaram sua ida para as fazendas na atividade chamada de *roço da juquirá*, por exemplo, pela necessidade de garantir o sustento básico da família, no que diz respeito à alimentação e à manutenção da casa (contas de água e luz, entre outras).

Por outro lado, outros trabalhadores informaram que estiveram em fazendas nesta mesma atividade, porque precisavam de recurso monetário para realizar alguns “investimentos”, na lavoura: “comprar remédio para matar a praga da roça” – como no caso do Sr. Itamar - ou ainda em equipamentos capazes de gerar algum tipo de renda e/ou serviços para a família, como “consertar o motor de sua moto”, que poderia ser utilizada tanto para transportar as pessoas da família quanto para ser o principal meio de transporte do trabalhador até a sua plantação – no caso do Sr. Antonio José.

A partir do momento em que a renda obtida por esses trabalhadores torna-se insuficiente para a manutenção do grupo familiar, gerando uma situação de ‘necessidade financeira’, temos que eles chamam de *precisão*.

Neste sentido, é a *precisão* uma das principais justificativas apontadas pelos trabalhadores por serem encontrados nesta situação considerada de *trabalho escravo*.

Com relação ao “tempo da *precisão*”, os trabalhadores afirmam que é no período do inverno (principalmente entre os meses de janeiro a abril, quando chove mais) que passam mais necessidades financeiras, já que ainda não chegou o tempo da colheita; a alimentação da safra passada já acabou e ainda o serviço da *juquira* é mais “fraco” por conta da chuva.

Por outro lado, eles afirmam que de abril até agosto, quando estão colhendo, a situação melhora um pouco, apesar das dificuldades no pagamento da renda e do transporte dos alimentos das *roças* até a sede do município. De setembro até o final do ano, o “tempo da *precisão*” volta a assolar as famílias e, neste caso, há maior incidência de trabalhadores no chamado *roço da juquira*.

Outro momento em que ocorre a chamada *precisão* é quando alguém da família adoece e não há recursos para comprar remédio. Neste caso, a estratégia é se desfazer de algum alimento estocado ou ainda algum bem (como móveis ou eletrodomésticos), para a aquisição do recurso necessário à compra da medicação.

A *precisão* também é apontada pelos trabalhadores como uma condição difícil de viver na periferia da cidade e ter de retirar o sustento principal da família na *roça*. Neste sentido, quando questionados sobre esta condição enquanto viviam nos povoados, os quatro trabalhadores afirmam que, quando residiam na zona rural, tinham menos *precisão* porque era “tempo de fatura”; e este último está relacionado diretamente com o período em que o trabalhador rural tem possibilidade de preparar a *roça* e, desta forma, tem como tirar o seu sustento de maneira mais tranquila.

A questão aqui levantada é de que a economia familiar desses trabalhadores apresenta peculiaridades próprias e varia de acordo com cada família, bem como suas necessidades em cada período do ano. Neste sentido, a análise proposta neste trabalho sobre a economia familiar de um grupo de trabalhadores rurais, entrevistados em Codó, é feita à luz da discussão de Garcia Júnior. (1989), quando ele afirma:

Cada grupo doméstico tem uma determinada composição de consumidores, uma determinada composição por sexo e idade, que implica possibilidades e impossibilidades de mobilização da força de trabalho doméstica, um determinado montante de recursos disponíveis. Se todos dizem que “a luta dali é uma só” é que os mesmos padrões sociais de avaliação destas dimensões estão em operação (1989, p.108).

Nas famílias de trabalhadores rurais entrevistadas em Codó, a atuação da esposa e dos filhos é fundamental para garantir a complementação da renda. Algumas mulheres lavam roupa e/ou trabalham como domésticas em casa de família ou ajudam na roça, no preparo da terra, plantio e colheita. Também a atividade da quebra do coco babaçu, para fazer azeite, sabão e carvão, é comum na região. A amêndoa do coco babaçu também pode ser trocada no comércio local por outros produtos alimentícios.

Os filhos também ajudam acompanhando os pais na roça (principalmente os meninos), auxiliando em casa, cuidando dos irmãos mais novos (serviço mais comum das meninas, apesar de haver situações diferentes) ou ainda trabalhando nas feiras e comércio local.

A aposentadoria de uma pessoa da família (ou do próprio *chefe da família*, que já se aposentou, mas continua trabalhando, ou de uma sogra ou uma mãe que mora junto na casa dos filhos e netos) e os programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família, também foram apontados pelos entrevistados como fundamentais para o sustento dessas famílias.

Com relação ao consumo de alimentos, a base da alimentação das famílias entrevistadas em Codó é o arroz, principal produto cultivado nas roças e utilizado principalmente para o consumo dos próprios trabalhadores, embora em alguns casos possa haver venda desse produto ou troca por outros, como café e açúcar, no comércio local. O arroz ainda pode ser utilizado para o pagamento de diárias a outros trabalhadores “contratados” para ajudar no plantio ou na colheita da roça. Já o cultivo de outros produtos, como feijão, milho e mandioca, também é comum em Codó, embora seja em menor quantidade do que o arroz. Neste caso, eles também são “negociados” pelos trabalhadores em troca de outras mercadorias ou diárias a outros trabalhadores.

Produtos para a complementação alimentar, como café, açúcar, legumes e carnes, são consumidos por esses trabalhadores quando alguém recebe algum recurso extra ou ainda nos períodos de pagamento da aposentaria ou algum auxílio governamental.

Produtos pessoais, como roupas, ou utensílios para a casa, como móveis, eletrodomésticos, entre outros, são adquiridos, na maioria das vezes, em sistema de prestações, oferecido pelo comércio local. O recurso para a aquisição desses produtos é oriundo, na maioria das vezes, da renda monetária mensal que a família possui – recurso de algum programa governamental de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Escola ou do Bolsa Família, ou ainda do recurso da aposentadoria de algum membro da família. Esporadicamente, esse montante também pode vir dos *bicos* realizados sna cidade.

Esses produtos são, geralmente, de consumo anual, enquanto a alimentação faz parte do consumo diário das famílias. Apesar de serem consumidos anualmente, são pagos em parcelas mensais, de acordo com a forma de pagamento acertado no comércio local.

Os gastos com as contas de água e luz são pagos, na maioria dos casos entrevistados, com o recurso de aposentadoria ou Bolsa Família.

Quando questionados sobre sua renda mensal monetária, esses trabalhadores não conseguem mensurar, em dinheiro, quanto recebem por mês para sustentar suas famílias mas, ao mesmo tempo, têm o controle de seus gastos mensais e anuais e utilizam estratégias de sobrevivência para conseguir manter os custos mínimos da casa, principalmente a alimentação de todos os seus membros.

Na casa de barro de três cômodos do Sr. Raimundo (conhecido como *Seu Rupiado*), 66 anos, por exemplo, moram nove pessoas: ele, a esposa, um casal de filhos e cinco netos. Outras duas filhas não moram com o casal, mas precisam de uma ajuda da família para viver. Uma mora em Codó mesmo e a outra, que é a filha mais velha, mora em São Paulo e, apesar de não depender da renda da família para viver, não oferece ajuda financeira mensal para ajudar os pais a criarem dois filhos, que moram com os avós.

Seu Rupiado recebe uma aposentadoria de R\$ 350,00 por mês. Como possui uma neta, de 10 anos, que está estudando, recebe mais R\$ 90,00 de

Bolsa Família. São as únicas rendas fixas da família. Fora isso, só mesmo a renda dos trabalhos informais, na cidade.

A Toinha (esposa) trabalha aqui e acolá, lavando uma roupa, arrumando uma casa, quebrando coco, e recebe um troquinho pouco; mas sou eu mesmo que tenho que botar a renda na casa. A filha, que trabalha em São Paulo, não manda dinheiro, até porque não sobra. Nonato (filho) faz ‘bicos’ e, de vez em quando, traz alguma coisa pra casa. Quando ele acha, trabalha. Hoje, por exemplo, ele tá cavando vala pra prefeitura. Ele largou o estudo. Francisca, a filha mais nova, só estuda. É muita gente pra comer. A gente se vira mesmo no que dá pra ter o de comer todo dia em casa (Depoimento de “Rupiado”, 66 anos).

O trabalhador conta que o alimento principal em sua casa, o arroz, raramente é comprado no comércio local. Segundo ele, quando retorna da colheita, “quase nunca consegue vender o arroz porque vem pouco, e pode faltar mais pra frente”. Apesar de plantar quase todos os anos, *Seu Rupiado* afirma que há “períodos de maior necessidade financeira”. Essa condição, já tratada anteriormente, é chamada por ele e por outros trabalhadores entrevistados de *precisão*, que está diretamente relacionada com o calendário agrícola dos trabalhadores.

Quando é tempo de colheita, por exemplo, a *precisão* diminui; mas tão logo o estoque de arroz vai diminuindo, a “necessidade” aumenta. Neste sentido, a atividade denominada por eles de *roço da juquirá* é realizada para a complementação da renda dessas famílias.

Apesar de Sr. Raimundo relacionar o “tempo da *roça*” com os meses do ano, esses trabalhadores geralmente operam com categorias nativas para medir o tempo da plantação. Por exemplo, em vez de se referirem aos meses do ano, geralmente a forma de medirem o tempo é pelas atividades ligadas à *roça*: ‘tempo de broque’, ‘tempo de plantar’, ‘tempo da capina’, ‘tempo de queimar’, ‘tempo da *juquirá*’, entre outros...

Sr. Afonso, 55 anos, não tem uma situação muito diferente de Sr. Raimundo. Ele e sua esposa, Dona Maria da Conceição, 46 anos, tiveram sete filhos. Hoje, seis moram com eles e mais uma neta que eles criam numa casa de três cômodos. O casal perdeu um filho, que morreu de acidente com

raio quando estava trabalhando na roça, há quatro anos. Ninguém recebe aposentadoria na família. A filha mais nova e a neta, que estão na escola, recebem Bolsa Família. Ao todo, não ultrapassa R\$ 100. Essa é a única renda da família que mora na casa da mãe de Dona Conceição.

Os dois filhos mais velhos – Antonio, 26 anos e Francisco, 21 anos – pararam de estudar no ensino fundamental. Eles acompanham o pai no trabalho da roça desde cedo – tanto para plantar quanto para nas atividades relacionadas ao *roço de juquirá*. Além de ajudar na roça, os filhos também fazem os chamados *bicos*, como ajudantes de pedreiro na cidade, mas falam que o serviço em Codó é muito fraco. As filhas ajudam em casa, cozinham e cuidam dos irmãos menores. A esposa lava roupa para fora.

O exemplo do Sr. Afonso serve para entendermos o papel dos membros da família na economia. Os filhos homens, que acompanham o pai, também são considerados a força do trabalho da casa, enquanto as filhas mulheres ajudam nos serviços domésticos e cuidam dos filhos mais novos, mas geralmente não geram renda monetária para a casa. Essa situação encontrada na família do Sr. Afonso é comum em Codó, apesar de haver casos em que as filhas mulheres trabalham “fora”, principalmente no comércio local, e ajudam nas despesas da casa.

Outro trabalhador entrevistado, Sr. Antonio José, conhecido como *Zé Veio*, 46 anos, não foge da regra: tem que conciliar formas diferentes de trabalho para conseguir sustentar sua família formada pela sua esposa e mais seis filhos, sendo dois homens e quatro mulheres. Eles também moram numa casa de três cômodos. Somente uma filha não mora com o casal, mas deixou a neta, de dois anos, para eles cuidarem. O filho mais velho trabalha de ajudante de pedreiro e leva um pouco de dinheiro para casa, quando consegue. Ele afirma que não quer acompanhar o pai no trabalho da roça.

O restante dos filhos não trabalha fora. A família recebe um auxílio do Programa Bolsa Família por conta dos dois filhos mais novos que estão estudando e recebem R\$ 90. Ninguém recebe aposentadoria na família.

Para garantir o sustento, Sr. José trabalha informalmente como vigia em propriedades particulares em Codó ou ainda como segurança em eventos, como carnaval ou demais festejos. “Dona Zezé”, sua esposa, lava roupa e faz faxina em casas de família, mas também não possui uma renda mensal.

Já a família de José Rosendo, conhecido como *Zeção*, 40 anos, apresenta uma situação um pouco diferenciada das outras famílias entrevistadas para a realização desta pesquisa. Além de ter dois filhos (é a menor família dentre as quatro), todos colaboram na renda familiar. Em sua casa de alvenaria e com três cômodos vivem ele, a esposa e mais dois filhos, um de 14 e outro de 16 anos. Os dois estão na escola e o mais velho trabalha meio período numa oficina mecânica e, apesar de quase não levar dinheiro para a casa, é responsável pelos seus gastos pessoais. A esposa, Ednei, 33 anos, trabalha fora como doméstica em casa de família e recebe uma renda fixa de R\$ 100 por mês. Além desta renda, a família conta com auxílio do Programa Bolsa Escola, que soma mais aproximadamente R\$ 100 referentes aos dois filhos.

Em época de colheita, a esposa tem uma dispensa do trabalho que realiza em casas de família, durante um período aproximado de 15 dias, e acompanha o marido na roça, juntamente com um dos filhos. Sempre fica um deles na cidade para cuidar da casa e também cozinhar para os que estão trabalhando na roça.

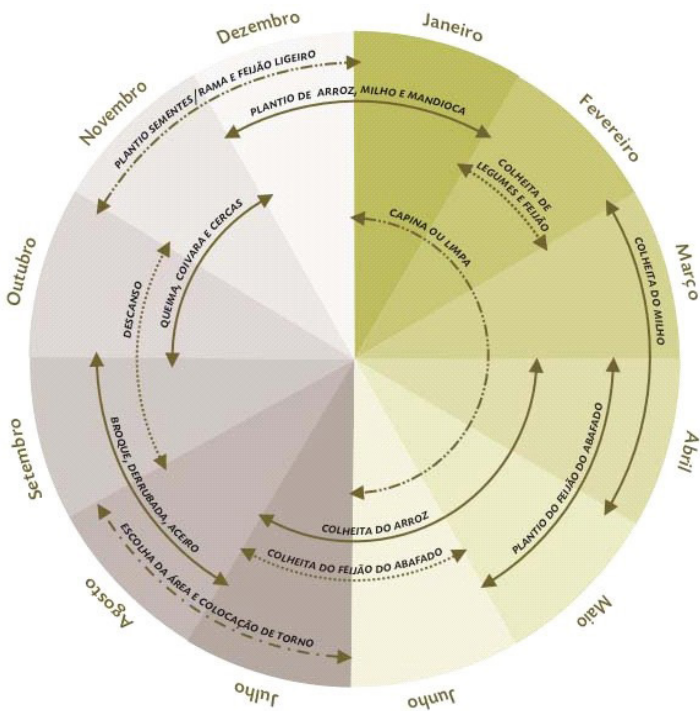
CALENDÁRIO AGRÍCOLA E A SAÍDA DOS TRABALHADORES

Apesar de as atividades da roça ocuparem o tempo dos trabalhadores praticamente o ano inteiro, os entrevistados informaram que, para complementarem a renda das famílias e até mesmo obterem recursos para investimento nas roças, eles se ‘concentram’ na atividade da lavoura, geralmente realizada em terra arrendada, nos períodos de maior necessidade de trabalho, como é o caso do plantio e da colheita. Nas outras atividades, como o chamado *broque*, a *queima* e a *capina* ou *limpa*, os trabalhadores fazem revezamento e, algumas vezes, pagam diárias a outros trabalhadores ou contam com a ajuda dos filhos, para o preparo e a manutenção da lavoura. Enquanto isso, eles realizam outras atividades, como é o caso do roço da *juquirá* ou ainda em serviços temporários na cidade.

Neste sentido, é necessário conhecer o calendário agrícola desses trabalhadores e relacioná-lo com os principais períodos de saída para as atividades do chamado *trabalho escravo*, conforme descritas nas Figuras 1 e 2.

Com o calendário agrícola (Figura 1), construído a partir entrevistas realizadas com trabalhadores rurais de Codó, podemos notar que há atividades durante o ano inteiro, embora nem todos os processos descritos sejam cumpridos por todos os trabalhadores entrevistados, uma vez que a presença na atividade do *roço da juquirá*, muitas vezes, atrasa as atividades da *roça* ou ainda não permite que os trabalhadores plantem legumes ou ainda façam uma chamada *roça limpa*, isto é, sem a presença do mato alto, que pode atrapalhar tanto o desenvolvimento das culturas quanto a atividade da colheita. Neste sentido, o calendário agrícola apresenta períodos do ano relacionados com as principais atividades desenvolvidas na *roça*, embora essas indicações devam ser entendidas como apenas um referencial de ordenação dos procedimentos, e não como um modelo que é seguido por todos os trabalhadores entrevistados.

FIGURA 1: CALENDÁRIO AGRÍCOLA



Conforme indicado na Figura 1, no período entre julho a agosto, os trabalhadores começam a “escolher o mato”, isto é, escolher o local para preparar a *roça* e também providenciam a colocação dos chamados *tornos*, que são pedaços de pau que auxiliam na demarcação da área em que será plantada. Entre agosto e setembro, os trabalhadores partem para o *broque* ou *roço*, que consiste na retirada do mato grande, auxiliados pela foice. Após esse procedimento, eles fazem a chamada *derruba*, isto é, a retirada de árvores mais grossas (madeiras de lei) e de *palmeiras macho* (que são as palmeiras de babaçu que não vão dar cacho de coco naquele período).

Após a *derruba*, os trabalhadores fazem o chamado *aceiro*, que consiste na divisória de aproximadamente 1 metro entre o ‘mato brocado’ e o ‘mato em pé’. O *aceiro* serve de caminho para os trabalhadores quando vão queimar a roça e também não permite que o fogo se alastre no mato.

Entre setembro e outubro, quando a chuva ainda não chegou, alguns trabalhadores deixam a terra ‘descansar’ e o mato retirado secar, para que fique mais fácil de queimar, posteriormente. A chamada *queima* é feita entre os meses de outubro e novembro.

Após a *queima*, os chamados *garranchos* formados pela sobra do mato que não queimou totalmente, são juntados, enterrados e queimados novamente. Esse procedimento é chamado de *coivara*.

Para as *roças* que se encontram próximas a criações de animais, logo após a *coivara*, é providenciado o cercamento da área. As cercas são preparadas geralmente com pedaços de madeira extraídos do mato, na *derruba*.

Entre novembro e dezembro, o plantio é iniciado com as chamadas *sementes de rama*, que consistem principalmente na abóbora, melancia, maxixe, cuxá, quiabo, tomate e pepino.

Ainda entre o final de novembro até dezembro, alguns trabalhadores optam pela plantação do chamado *feijão ligeiro*. O período que vai entre o final de dezembro até o dia 19 de janeiro, é o chamado ‘tempo do arroz’, e pode ser plantado tanto o tipo chamado de *ligeiro* quanto o chamado *tardão*. Também neste período, juntamente com o arroz, podem ser plantados o milho e a mandioca (para fazer farinha). O milho verde é colhido até abril, e auxilia na alimentação das famílias durante a Semana Santa. A mandioca leva entre um ano e um ano e meio para ficar boa para colher.

Como a farinha é um dos ingredientes necessários para a alimentação das famílias, além de ser um produto que fica mais caro no período do inverno, plantar mandioca significa um ‘bom negócio’ na economia familiar desses trabalhadores. Mas, por não terem a posse da terra, nem sempre conseguem desenvolver essa cultura. Dessa forma, acabam trabalhando nas chamadas “farinhadas”, isto é, uma espécie de mutirão entre trabalhadores nas casas de farinha, que utilizam a mandioca de alguém que plantou (geralmente pequenos proprietários de terra) e recebem diárias, geralmente pagas com a própria farinha.

De janeiro a julho, dependendo o tempo que durar a roça, os trabalhadores têm ocupação com a manutenção da terra, principalmente no que diz respeito à chamada *capina* ou *limpa*, que consiste na limpeza do mato que nasce, principalmente enquanto está chovendo.

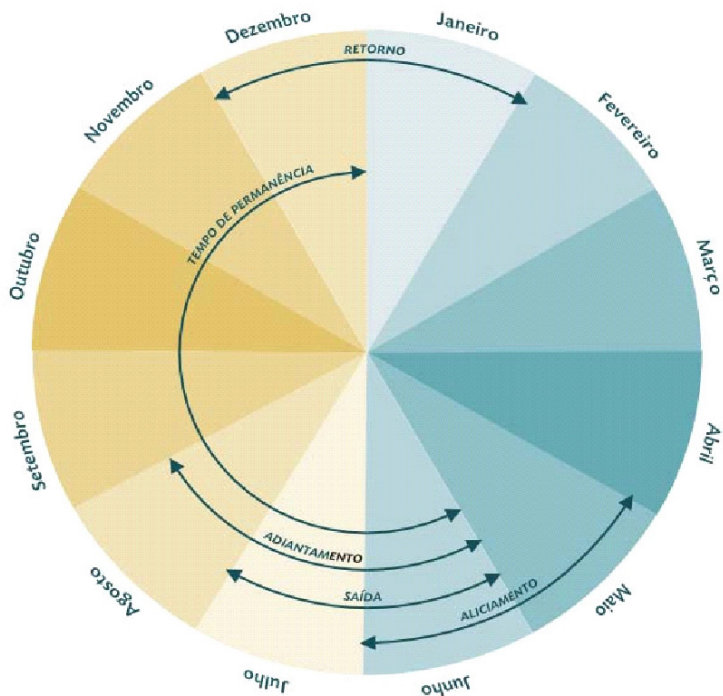
A partir de fevereiro, os legumes que foram plantados em dezembro já podem começar a ser colhidos. Juntamente com eles ou logo em seguida, o *feijão ligeiro* também está no ponto de colher. Já entre março e abril, o milho plantado entre dezembro e janeiro pode ser colhido verde para a feitura de bolos, doces ou mesmo ser comido assado, principalmente nos festejos da Semana Santa. Geralmente, os trabalhadores deixam uma parte do milho para amadurecer e colher entre maio e junho. Esse *milho seco* é utilizado como comida para a criação de animais, como galinhas e porcos, e também para a alimentação das famílias, com mingau, bolo, entre outros.

A partir de abril, o *arroz ligeiro* pode ser colhido. Já o chamado *arroz tardão* é colhido entre maio e julho. Esse é o período de maior trabalho na colheita, já que essa cultura é plantada em maior quantidade pelos trabalhadores entrevistados. Também entre junho e julho, os trabalhadores que plantaram o chamado *feijão de abafo* ou de *abafado* logo após o término das chuvas, em meados de maio, já podem começar a colher as favas. Neste caso, se a *roça* estiver *suja*, isto é, se os trabalhadores não fizeram a *capina* como deveriam, a colheita fica mais difícil, já que o feijão foi plantado com a terra úmida (logo após as chuvas) e propícia para o crescimento de mato.

Apesar de o calendário agrícola ocupar o tempo do trabalhador rural praticamente o ano inteiro, os que não possuem terra própria para plantar e moram nas periferias do município, como é o perfil dos trabalhadores

entrevistados nesta pesquisa, utilizam outros serviços como estratégias de complementação da renda familiar. Uma dessas atividades é o chamado *roço da juquirá*, realizado nas fazendas de gado e considerado situação de *trabalho por precisão*. A saída para esse tipo de trabalho é descrita na Figura 2.

FIGURA 2: SAÍDA PARA O TRABALHO ESCRAVO



Como a maioria dos trabalhadores que foram encontrados nas fazendas pela equipe da DRT-MA também faz suas *roças* ou auxilia nas atividades agrícolas em plantações de outros trabalhadores, o período de maior incidência no chamado *trabalho escravo* é entre julho e dezembro, geralmente quando eles já colheram a safra do ano (principalmente de arroz) e ainda não plantaram a do próximo ano, já que o plantio desta cultura é sempre realizado entre o final de dezembro e janeiro.

Quando o trabalhador vai para atividade da chamada *juquirá* ou qualquer outro serviço temporário precisa deixar os filhos ou outros trabalhadores preparando a terra para a plantação. Do contrário, também é comum o trabalhador voltar da fazenda, em meados de dezembro, e procurar uma *roça* já queimada, no ponto de plantar, e pagar outros trabalhadores por este serviço.

A saída dos trabalhadores para a atividade denominada de *roça de juquirá*, que resolvemos chamar aqui de *trabalho por precisão*, é iniciada com o aliciamento nos bairros, mais frequente em Codó entre os meses de maio e junho.

Da mesma forma que construímos o calendário agrícola, também montamos a Figura 2, relacionando os períodos do ano com as atividades ligadas ao *trabalho por precisão* ou *trabalho escravo*, bem como os períodos de saída desses trabalhadores. As informações obtidas foram sistematizadas a partir das entrevistas, mas não devem ser generalizadas, uma vez que pode haver recrutamento de trabalhadores para essas atividades em outros meses do ano, dependendo do tamanho das fazendas ou mesmo dos períodos da chuva, entre outros fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os que aqui chamamos de *escravos da precisão* são os trabalhadores rurais que, tendo sido expulsos de suas terras, na luta do dia a dia para conseguir garantir o sustento de suas famílias, se submetem às condições precárias de trabalho, como esta classificada pelos mediadores de *trabalho escravo*, mas o fazem dentro de uma lógica e de uma estratégia de complementação de renda, e não somente porque são “enganados” pelos agenciadores da força de trabalho. Muitos deles conhecem a realidade das fazendas antes mesmo de chegarem até elas para trabalhar, mas afirmam ‘não terem outra escolha’, em determinados períodos do ano, para pelo menos tentar levantar algum recurso para sua família. Em vez de *vítimas da escravidão*, bem como de todo o seu sistema de agenciamento e práticas de exploração, podemos afirmar que esses trabalhadores, antes disso, são *vítimas da precisão*, uma situação que pode ser vista mais como causa do que como consequência desse processo de exploração da mão de obra de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, Jair. *A Economia política do Babaçu: um estudo sobre da organização da indústria do Babaçu no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1990.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Do Latifúndio Agropecuário à Empresa Latifundiária Carvoeira*. In COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia. (Org.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UEPA/NAEA, Editora Gráfica Supercores, 1997.
- ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O SUL: caminho do roçado. Estratégias de reprodução campo nesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero e Brasília, Universidade de Brasília; 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 1970*. Rio de Janeiro, 1972.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Rio de Janeiro, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil*. *Tempo Social*, USP. São Paulo. v. 6, n 1-2, 1994.
- MAY, Peter. *Palmeiras em Chamas - Transformação Agrária e Justiça Social na Zona do Babaçu*. Linda Maria P. Gondim (Trad.). São Luis, EMAPA/FINEP, Fundação Ford, 1990.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de- açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

A 'economia da precisão' e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense²

Marcelo Sampaio Carneiro
Flavia de Almeida Moura

Este artigo tem o objetivo de discutir os fatores que favorecem a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense, tomando como referência a dinâmica geral da ocupação e do emprego no meio rural e a realização de pesquisas com trabalhadores que foram resgatados de situações de escravidão contemporânea, que vimos realizando ao longo dos últimos vinte anos (MOURA, 2009; CARNEIRO, 2013).

Para fazer essa análise, utilizamos informações de dois tipos. Trabalhamos com dados secundários, extraídos da base de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Agropecuário), do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) e da Comissão Pastoral da Terra (Caderno de Conflitos no Campo), e com dados primários, obtidos nas pesquisas qualitativas que realizamos em duas regiões de ocorrência de trabalho escravo no estado do Maranhão. Na primeira região estudada, cujo município de referência é Codó, realizamos pesquisa sobre a evolução da

2. Texto originalmente publicado na Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, n.11, 2016, p.375-387.

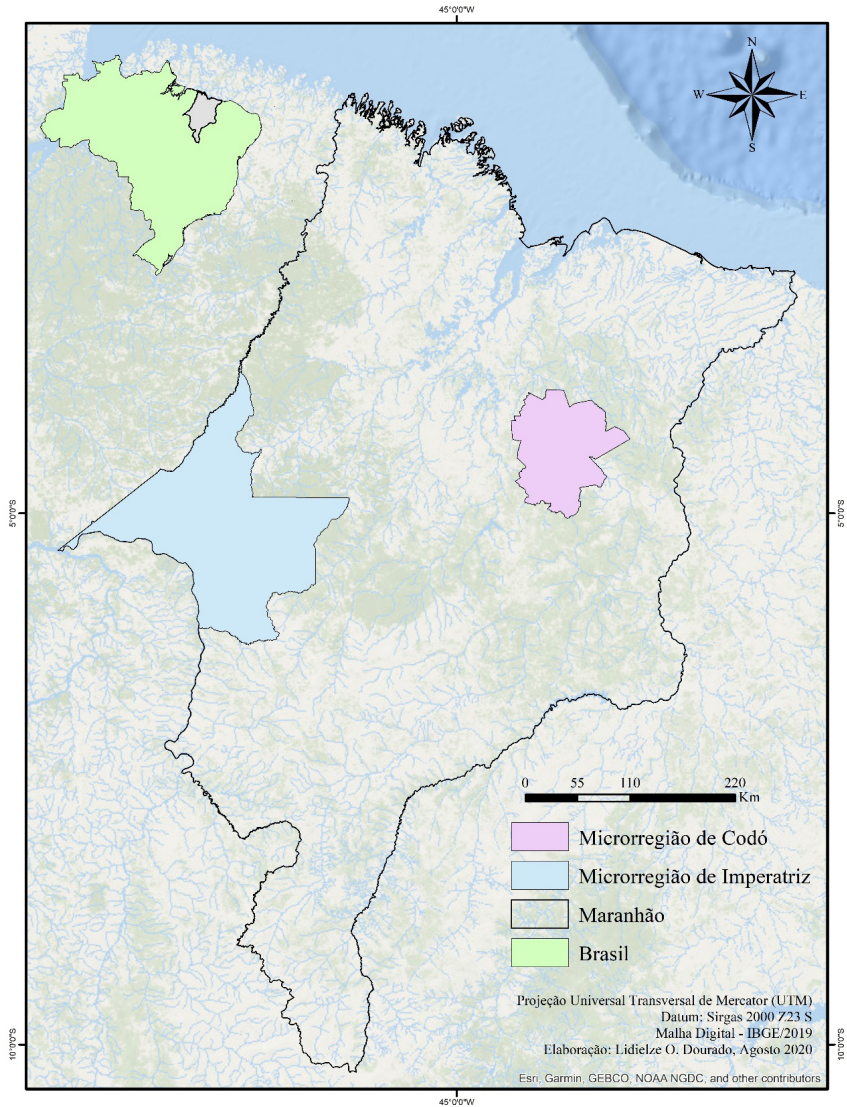
estrutura fundiária e o comportamento do mercado trabalho desde 2005, quando, a convite da CPT (Comissão Pastoral da Terra), investigamos o deslocamento de trabalhadores dessa região para a lavoura sucroalcooleira paulista. Na segunda região, que corresponde ao município de Açailândia, nosso investimento de pesquisa é mais antigo, datando do início dos anos 1990, quando começamos a investigar a instalação da siderurgia a carvão vegetal e seus impactos para o mercado de terra e de trabalho nesse município.

A análise comparada das situações de trabalho escravo nesses dois municípios, que se situam nas Microrregiões Homogêneas de Imperatriz e Codó (Mapa 1), é interessante, pois permite compreender como situações de trabalho escravo rural se desenvolvem em regiões bem distintas em sua formação histórica. Enquanto em Codó a pecuária extensiva é a atividade econômica predominante, no município de Açailândia a grande propriedade serve de base para os plantios de eucalipto que abastecem a atividade siderúrgica e para o desenvolvimento de uma pecuária dita moderna, associada a um arranjo produtivo que envolve o beneficiamento de carne (frigoríficos) e de leite (laticínios). Por conta dessa situação, Codó, cuja economia encontra-se estagnada, é um local de origem de movimentos migratórios, enquanto Açailândia foi, até os anos 1990, um importante polo de atração de migrantes.

Para a produção do presente texto, utilizamos dados de pesquisas feitas com famílias de trabalhadores que foram resgatados de situações classificadas como trabalho escravo³ nos municípios acima citados. Para alcançarmos esses trabalhadores resgatados, tomamos como referência as informações sobre seu endereço localizado na ficha de identificação que os fiscais da equipe móvel do Ministério do Trabalho preenchem. No caso da fiscalização de Codó, o local de residência que apareceu com maior frequência foi o bairro do Codó Novo, enquanto no caso de Açailândia, as informações de residência apontaram para o bairro de Vila Ildemar.

3. Os trabalhadores entrevistados na pesquisa foram resgatados da situação “análoga à de escravos” (Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, 2003) pela equipe de fiscalização coordenada pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e foram localizados a partir do cadastro do seguro-desemprego.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS MRHS DE IMPERATRIZ E CODÓ NO ESTADO DO MARANHÃO



Com base nessas informações (local de residência dos trabalhadores resgatados), decidimos realizar pesquisa quantitativa nesses dois bairros, procurando identificar o perfil socioeconômico dos seus moradores, ao mesmo tempo em que alguns integrantes do nosso grupo de pesquisa entrevistavam trabalhadores que foram escravizados com o intuito de compreender o papel desempenhado pela atividade que exerciam quando foram resgatados da situação de trabalho escravo com o funcionamento da economia do grupo familiar⁴.

O artigo está organizado em quatro seções, considerando esta introdução e a conclusão. Na primeira seção, apresentamos um quadro geral da economia maranhense, destacando as atividades econômicas responsáveis pelo assalariamento rural e descrevemos a geografia do trabalho escravo no Estado. Na segunda parte, discutimos a reprodução do trabalho escravo, considerando a inserção dos trabalhadores nos diferentes contextos socioeconômicos pesquisados. Na última seção (Conclusão), fazemos um exercício de comparação das duas regiões pesquisadas, procurando identificar elementos comuns e diferenças nas situações de trabalho escravo, de forma a ampliar a compreensão dos fatores que estão na base da reprodução desse fato social.

AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DA AGROPECUÁRIA MARANHENSE, TRABALHO ASSALARIADO RURAL E GEOGRAFIA DO TRABALHO ESCRAVO

De acordo com os dados do Censo Agropecuário para o ano de 2006, havia 991.600 pessoas ocupadas no campo maranhense, trabalhando em estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar. Ainda segundo essa fonte de informação, as atividades econômicas que respondiam pela maioria dessas ocupações eram, respectivamente, as lavouras temporárias,

4. No caso do município de Codó, essas entrevistas foram feitas por Flávia Moura para sua dissertação de mestrado, intitulada "Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)". As informações sobre Açailândia são baseadas em pesquisa realizada no final dos anos 1990 sobre a questão do trabalho escravo nesse município (CARNEIRO, 2013) e que foram atualizadas por pesquisas posteriores.

a pecuária e criação de outros animais e a produção florestal (florestas plantadas e florestas nativas) (Tabela 1).

TABELA 1 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO EM 31/12, DE 14 ANOS OU MAIS, SEGUNDO O GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (2006).

Grupo de Atividade Econômica	Pessoas Ocupadas	
	Número	Em %
Lavoura Temporária	539.963	54,45
Lavoura Permanente	21.597	2,17
Pecuária e Criação de Outros Animais	302.518	30,50
Produção Florestal (Plantadas e Naturais)	105.888	10,68
Pesca e Aquicultura	6.795	0,68
Horticultura e Floricultura	14.737	1,48
Sementes e mudas	102	0,001
Total	991.600	100,00

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO (IBGE)

Vale registrar que essa informação do Censo Demográfico inclui pessoas empregadas com ou sem carteira assinada, trabalhando em todos os estabelecimentos agrícolas, incluindo os relativos à agricultura familiar (com extensão de até quatro módulos fiscais). Para identificar os trabalhadores formalmente empregados, precisaríamos utilizar outras fontes de informação, caso da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do IBGE⁵.

Voltando aos dados da Tabela 1, algumas explicações precisam ser adicionadas, de modo a compreendermos o tipo de trabalho que é realizado nas principais atividades geradoras de ocupação de mão de obra. A

5. De acordo com dados da RAIS para o ano de 2009, tivemos 17.495 empregos formais na atividade agropecuária; ao passo que, nesse mesmo ano, a PNAD indicou a existência de 145.000 empregados na agricultura. Considerando esses dois dados, temos que apenas 12% do total de pessoas ocupadas como empregados teriam um emprego formal.

primeira explicação corresponde aos diferentes tipos de atividades agrícolas que são abrangidas pela denominação “lavoura temporária”. No estado do Maranhão, essa denominação inclui atividades com dominância da agricultura familiar, caso da cultura do arroz e do feijão, e outras com dominância do agronegócio, como no caso da soja e da cana-de-açúcar (CARNEIRO, 2013a). Como a atividade sojícola é fortemente intensiva em capital, gerando um pequeno número de empregos agrícolas permanentes e a lavoura da cana-de-açúcar concentra-se em alguns municípios do Estado⁶, podemos supor que a maior parte das ocupações indicadas nessa tabela corresponde a trabalhos realizados no âmbito da agricultura familiar. Nesse sentido, quando consideramos os dados para ocupações geradas por estabelecimentos da agricultura não familiar no Censo Agropecuário, temos um total de 45.411 pessoas ocupadas.

A segunda atividade que mais ocupa trabalhadores é a pecuária e criação de outros animais, com 30,50% do total. A principal atividade pecuária realizada no Estado é a criação de gado bovino para corte e, em menor medida, para a produção de leite. Enquanto a criação de gado para o corte é uma atividade realizada principalmente por grandes e médios proprietários de terra, a bovinocultura de leite também é realizada por agricultores familiares (CARNEIRO, 2015). Como veremos mais adiante, a atividade pecuária concentra a maioria dos casos de trabalho escravo no estado do Maranhão.

A terceira atividade que mais ocupa trabalhadores no setor agropecuário é a produção florestal, que no estado do Maranhão, até 2006, é representada pelo plantio e manejo de espécies florestais exóticas (principalmente o eucalipto) e naturais para a produção de carvão vegetal⁷, e a

6. Caso dos municípios Campestre do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras, Coelho Neto e Aldeias Altas.

7. No Censo Agropecuário de 1995, o IBGE apresentava de forma diferenciada o efetivo de pessoas ocupadas na produção de carvão vegetal dos envolvidos na atividade silvicultura e exploração vegetal, o que deixou de realizar no Censo de 2006. Em 1995, foi registrado um total de 39.798 pessoas trabalhando na produção de carvão vegetal e de 136.654 na atividade de silvicultura e exploração vegetal.

partir de 2014, para a produção de papel e celulose⁸. As ocupações agrupadas nessa rubrica envolvem desde trabalhadores que atuam no plantio e manutenção das plantações florestais, trabalhadores que realizam o corte (legal ou ilegal) de mata nativa e aqueles envolvidos na produção de carvão vegetal. Neste último caso, que concentra um número importante de denúncias de situação de trabalho escravo, a produção de carvão é realizada para atender à demanda da indústria siderúrgica, cujas fábricas se localizam nos municípios de Açailândia, Pindaré-Mirim e Bacabeira.

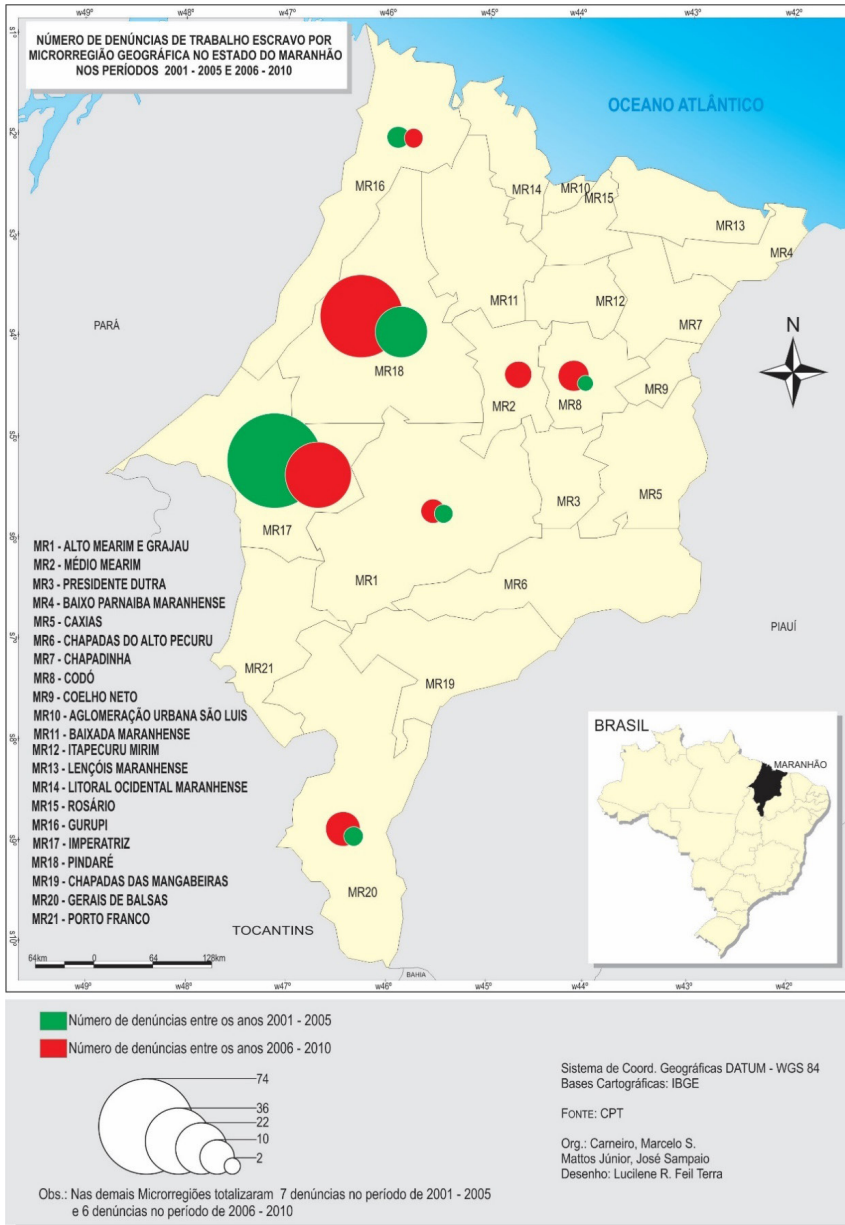
De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra para o período 2003-2014, de um total de 301 casos de trabalho escravo denunciados no estado do Maranhão, 229 ocorreram na atividade da pecuária, representando 76% do total, vindo em seguida 29 casos em lavouras (10%), 26 na atividade de carvoejamento (9%), 6 em atividades de desmatamento (1%) e 6 em atividades de construção civil (1%).

Trabalhando com dados da CPT, mas para um período diferente de tempo (2001 a 2010), Carneiro & Assis (2013) identificaram uma correspondência entre a ocorrência de situações de trabalho escravo e a atividade pecuária, pois, conforme pode ser visto no mapa abaixo, as denúncias de situações de trabalho escravo são mais fortes justamente nas MRHs, que concentram a maior parte do rebanho bovino estadual (Imperatriz e Pindaré), aparecendo com menor incidência em MRHs onde predomina a atividade sojícola (Gerais de Balsas), a atividade pecuária de pequeno e médio porte (Médio Mearim) e o latifúndio rentista tradicional⁹ (Codó).

8. A partir da inauguração de uma unidade fabril da empresa Suzano Papel e Celulose, localizada no município de Imperatriz.

9. Na definição de Andrade (1986), para quem o estabelecimento da grande propriedade agropecuária incentivada no Maranhão foi um empreendimento tipicamente rentista, isto é, o objetivo dos seus proprietários não foi a implantação de atividades agropecuárias sustentáveis economicamente, mas, sim, a obtenção de recursos por meio da capitalização da propriedade da terra.

MAPA 2



QUEM SÃO E COMO VIVEM OS TRABALHADORES RESGATADOS DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO ESCRAVO

Levantamento realizado por Vieira (2008), a partir de dados de operações realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no sul e no sudeste do Pará, classificou os trabalhadores resgatados em três grupos, que ela designou como: moradores (“vivem na região e se deslocam para municípios vizinhos ou dentro do mesmo estado à procura de trabalho temporário”), migrantes (“atravessam grandes distâncias, deslocando-se de outros estados e retornando para casa depois de meses de trabalho temporário”) e “peões do trecho” (“que não retornam para casa, a não ser eventualmente, e que fazem do deslocamento permanente seu modo de vida”).

Nas duas situações investigadas por nossa pesquisa, em Açailândia e Codó, a maioria dos trabalhadores resgatados se enquadra na definição de moradores acima indicada, ou seja, trata-se de trabalhadores que residem no próprio município (ou em municípios próximos) em que ocorreu a operação de resgate, morando em bairros populares, e que, quando não estão envolvidos no trabalho em carvoarias e fazendas, sobrevivem realizando algum tipo de atividade agrícola (Codó) ou de pequenos negócios da chamada economia informal (Açailândia).

No caso do município de Codó, a economia do grupo doméstico em que se inserem esses trabalhadores resgatados foi objeto de investigação de Moura (2009). Nesse estudo, a autora verificou que esses trabalhadores são moradores de bairros periféricos da sede do município e que, para sobreviver, alternam dois tipos de atividades econômicas: o cultivo de produtos agrícolas (principalmente do arroz, mas podendo também incluir milho, feijão e mandioca) em terras arrendadas e o trabalho em atividades de preparação e manutenção de pastagens em fazendas no município ou em regiões próximas.

Os trabalhadores resgatados em Açailândia possuem um perfil diferente, com uma trajetória ocupacional que compreende uma experiência anterior de trabalho assalariado na indústria madeireira – que teve forte participação na economia do município nos anos 1970/80. Atualmente,

esses trabalhadores dividem seu tempo entre o trabalho agrícola (em fazendas, carvoarias e atividade de reflorestamento) e pequenos negócios urbanos realizados na sede do município de Açailândia¹⁰.

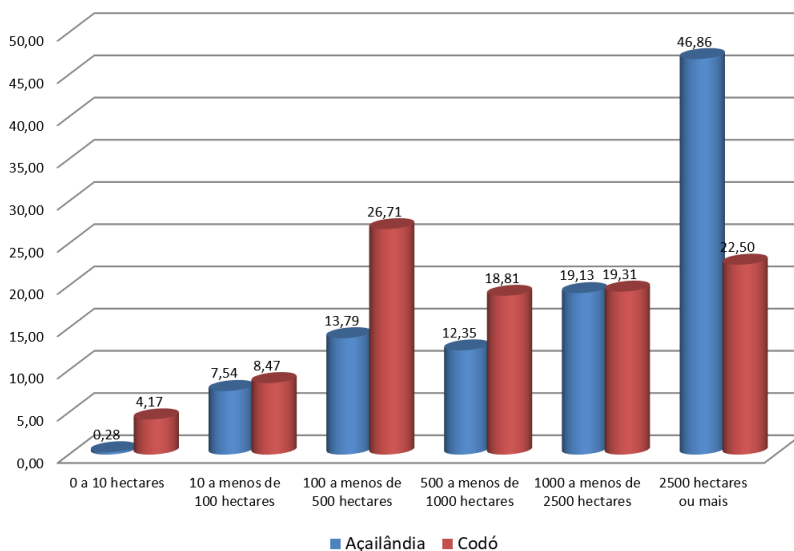
Essas diferentes formas de inserção no mundo do trabalho estão relacionadas com as características do emprego urbano e rural nesses dois municípios. Enquanto Codó tem uma economia articulada em torno da administração pública, do setor de comércio e de serviços, contando com uma agricultura pouco desenvolvida, assentada numa propriedade fundiária extremamente concentrada, predominando o arrendamento como principal forma de acesso à terra por esses ex-camponeses que vivem nos bairros populares das sedes municipais¹¹ (CARNEIRO; MOURA, 2008), Açailândia se destaca pela importância dos empregos gerados no comércio, na atividade siderúrgica e na agropecuária, predominando neste último segmento a atividade pecuária e o reflorestamento para produção de carvão vegetal (RAMALHO; CARNEIRO, 2015). De forma semelhante a Codó, a estrutura da propriedade da terra é bastante concentrada em Açailândia; contudo, tanto a pecuária como o reflorestamento não abrem espaço para

10. Pesquisa que realizamos nos principais bairros de Açailândia, em que ocorre o recrutamento para as situações de trabalho escravo, identificamos que cerca de 75% dos chefes de família dos domicílios pesquisados tinham como ocupação principal o trabalho em atividades da economia informal realizadas na sede do município.

11. Segundo Martins (1990, p.163), o que caracteriza a renda da terra pré-capitalista é que ela é paga diretamente pelo camponês ao proprietário fundiário, ao passo que a renda da terra capitalista é paga pelo capitalista que alugou a terra para explorá-la ao proprietário fundiário. No caso estudado, a renda é paga diretamente pelo camponês (ou trabalhador rural) ao proprietário fundiário, mas não creio que se trata de uma forma de renda pré-capitalista, sendo mais bem classificada como uma forma não capitalista de exação da renda da terra. O fundamento último dessa forma de extração da renda da terra é que ela permite aos proprietários fundiários a possibilidade de mobilizar mão de obra para a realização de atividades econômicas em suas posses (ou propriedades) por meio de diferentes mecanismos de exploração dessa força de trabalho, o que pode significar a existência de situações de trabalho escravo (MOURA, 2009) ou o estabelecimento de relações do tipo patrão-cliente (CARNEIRO, 2013).

a reprodução de formas camponesas de arrendamento, limitando a possibilidade de reprodução dos trabalhadores de Açailândia por meio desse mecanismo. Ou seja, apesar de esses dois municípios possuírem uma estrutura fundiária semelhante (Gráfico 1), com uma elevada concentração fundiária, predominando os estabelecimentos agropecuários acima de 500 hectares (representam 60,62% da área dos estabelecimentos em Codó e 78,34% em Açailândia), observa-se uma diferença importante no que concerne ao tipo de latifúndio que predomina em cada localidade. Enquanto em Açailândia a grande propriedade está orientada para a produção moderna de bovinos (de leite ou de corte) e o plantio industrial de eucalipto, em Codó prevalece a criação de gado segundo padrões tradicionais, cujo melhor indicador é a baixíssima relação de cabeças de gado por hectare.

GRÁFICO 1: COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE AÇAILÂNDIA E CODÓ, SEGUNDO A DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL (EM %).

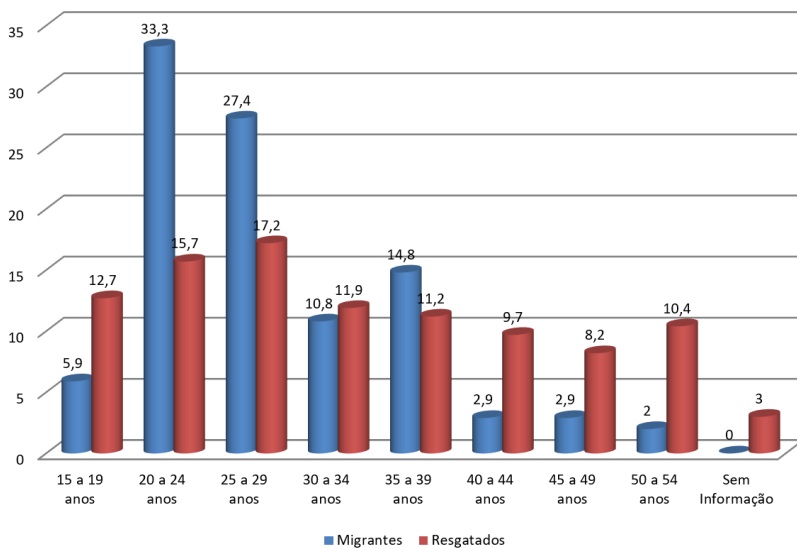


FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006 (IBGE).

Um ponto comum às duas situações investigadas é a condição de extrema vulnerabilidade em que vivem esses trabalhadores, uma vez que o baixíssimo nível de escolaridade – 67,7% dos resgatados estudados em Codó eram analfabetos (MOURA, 2009) – é um número semelhante ao encontrado para trabalhadores adolescentes resgatados por uma operação de fiscalização do GEFM em carvoarias no município de Açailândia, realizada em 1997 (CARNEIRO, 2013b).

Um aspecto que se destaca nas informações levantadas sobre os trabalhadores resgatados de situações de trabalho escravo no município de Codó é sua idade elevada, com 28,3% dos pesquisados com 40 anos ou mais. Esse dado é importante, pois, quando o comparamos com informações de outra pesquisa realizada no município com trabalhadores migrantes, que se deslocam temporariamente para o corte de cana em São Paulo, identificamos para a mesma faixa de idade (= ou > 40 anos) um percentual bem inferior (7,8% dos entrevistados) (Gráfico 2).

GRÁFICO 2: FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES RESGATADOS E TRABALHADORES INSERIDOS NO FLUXO MIGRATÓRIO PARA A LAVOURA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CODÓ (EM %).



FONTE: (CARNEIRO; MOURA, 2008).

Nesse sentido, apesar de encontrarmos pessoas de todas as faixas de idade no grupo de trabalhadores migrantes e no grupo de trabalhadores resgatados, a presença de trabalhadores em idade mais avançada (40-44; 45-49 e 50-54) é bem mais forte nesse último caso, o que indica que esse tipo de trabalho – no caso de Codó, a limpeza da área para o plantio e a renovação da pastagem – é uma alternativa para pessoas que já não conseguem aguentar o forte esforço físico do trabalho nos canaviais ou que não têm capacidade para fazer o investimento (físico e financeiro) que representa o deslocamento para uma atividade distante (CARNEIRO; MOURA, 2008).

Além do trabalho nas fazendas situadas no município de Codó ou nas proximidades, os trabalhadores entrevistados revelaram que “realizam trabalhos informais na cidade, denominados bicos, atuando principalmente na limpeza de terrenos, em serviços gerais na construção civil ou ainda no trabalho como vigia, em propriedades particulares” (MOURA, 2009, p.77). Mas a situação de precisão pode também implicar a mobilização de membros mais jovens do grupo familiar, quando eles assumem a responsabilidade pela manutenção da família, como no caso de Roberto, um adolescente de 15 anos que encontramos trabalhando em uma carvoaria no município de Açailândia, que nos informou que passara a fazer esse tipo de trabalho por causa do acidente que seu pai havia sofrido, o que fez com que ele tivesse que assumir precocemente o papel de principal fonte de recursos para a manutenção da família (CARNEIRO, 2013b).

A economia da precisão implica, portanto, pelo lado da oferta, uma situação em que as alternativas de trabalho oferecidas mostram-se limitadas e, pelo lado da demanda, a situação de um contingente de trabalhadores com baixo nível de qualificação, pertencentes a famílias em condição de vulnerabilidade, como foi expresso em um relato colhido por Vieira (2008):

“Nós trabalhamos com gato, né? A gente que está com precisão tem que aguentar esse tipo de coisa. Eu não tenho outro apelo, não tenho outra profissão, nem ler eu não sei, nem assinar meu nome eu não sei, eu vivo é dos meus braços” (p.233).

Ou no caso documentado por Moura (2009), quando o trabalhador diz que só se submete ao trabalho na fazenda quando está no último grau de *precisão*, uma vez que:

“Lá na fazenda tudo é péssimo. Aquela comida que eles falam que é de peão; um arroz quebrado e misturado e só. Carne é muito difícil de ver. A água que a gente bebe anda até animal e a gente tem que banhar também; tudo no mesmo açude. A única coisa que é bom do trabalho é quando a gente recebe o troco” (p. 98).

No caso dos trabalhadores de Codó, que articulam o trabalho degradante nas fazendas com a atividade agrícola em terras arrendadas, o “tempo da precisão” é identificado com o período do ano em que o arroz colhido na própria roça já terminou e o trabalho nas fazendas ainda não começou, ou seja, com o período do chamado inverno (entre janeiro e abril) (MOURA, 2009), ao passo que em Açailândia ele se refere a uma situação permanente, pois, diante de um mercado de trabalho urbano limitado (MANCINI, 2015), esses trabalhadores não têm outra opção a não ser a inserção em atividades econômicas fortemente precarizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada nas seções anteriores procurou contextualizar duas situações diferentes de produção do trabalho escravo no campo maranhense, de forma a pôr em relevo os constrangimentos que levam pessoas a se submeter a condições degradantes e indignas de trabalho, classificadas pela legislação brasileira como a de análoga à de escravos, segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

A configuração socioeconômica de Codó, município surgido no processo de expansão da lavoura algodoeira, no século XVIII, no estado do Maranhão (MELO, 1990), de características mais rurais que Açailândia, é marcada pelo predomínio de um latifúndio improdutivo, gerido com o objetivo de apropriação da renda fundiária da terra. Essa estrutura socioeconômica gera poucas oportunidades de emprego na cidade, restando

aos trabalhadores mais jovens a alternativa da migração para o trabalho nos canaviais paulistas e, para os mais velhos, os “bicos” em fazendas na região próxima, o que quase sempre ocorre em condições degradantes, que estão na base das fiscalizações de trabalho escravo já realizadas na região.

O caso de Açailândia difere em vários aspectos do anteriormente citado, pois trata-se de um município que surgiu no processo de ocupação da fronteira amazônica nos anos 1950/60, a partir da construção da rodovia Belém-Brasília e, desde então, vem servindo de base para a implantação de empreendimentos industriais (siderurgia a carvão vegetal) e de uma agropecuária com padrões técnicos que podem ser considerados modernos para o setor (MANCINI, 2015). Contudo, apesar de base econômica mais diversificada, as oportunidades de emprego urbano são limitadas, devido à crise do setor siderúrgico (RAMALHO, CARNEIRO, 2015), ao passo que a atividade agropecuária predominante (pecuária de corte) gera pouquíssimos empregos permanentes. Nessa configuração socioeconômica, as oportunidades de trabalho para os chamados “peões de trecho” (VIEIRA, 2008) restringem-se à abertura e à manutenção de pastagens e ao trabalho carvoeiro.

Se as oportunidades de ocupação e emprego são limitadas em ambas as situações, o baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional não permite aos trabalhadores sonhar com uma inserção de melhor qualidade no mercado de trabalho. Nesse sentido, fragilizados economicamente e com a premência da necessidade da reprodução individual ou familiar, tornam-se presas fáceis para o recrutamento de “gatos” e “empreiteiros”, rumo a situações de trabalho escravo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Estrutura agrária e relações de trabalho no campo maranhense: balanço dos últimos quarenta anos*. In: _____. *Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2013a, p.133-174.

_____. Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental: distantes da cidadania, além da mera exclusão. In: _____. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Anna-blume, 2013b, p.133-174.

_____. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. **Sinais Sociais**, v. 10, p. 129-149, 2015.

CARNEIRO, M. D. S., MARINHO, K., SANTOS, A. J. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Org) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2007, p. 215-232.

CARNEIRO, Marcelo D. S.; MOURA, Flavia de A. **Migrações no Maranhão contemporâneo: análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses para rumo à lavoura da cana em São Paulo**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

CARNEIRO, Marcelo S; ASSIS, William Santos. **Relatório final do projeto de pesquisa Crítica socioambiental e ação empresarial: estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira**. São Luís: FAPEMA, 2013, 112 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm Acesso em 15.01.2016

MANCINI, Roberto Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: a dimensão socioeconômica da estruturação do território produtivo de Açailândia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2015.

MELO, Maria Cristina P. de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1960-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURA, Flávia A. **Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA**. São Luís: EDUFMA, 2009.

RAMALHO, José Ricardo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira, in: RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M.S. (Orgs) **Ações coletivas nos complexos minero-metalúrgicos da Amazônia e do Rio de Janeiro**. São Luís: EDUFMA, 2015, p. 15-43.

VIEIRA, Maria Antonieta da C. Trabalho escravo, trabalho temporário e migração. In: CERQUEIRA, G. C. et al. (Orgs) **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008, p.227-240.

Estimativas do trabalho forçado e trabalho escravo no Maranhão

**Bráulio Figueiredo Alves da Silva
Luciano Rodrigues Costa**

No debate sobre trabalho escravo no Brasil não há consenso acerca da inexistência de indivíduos submetidos a situações de trabalho análogas à condição de escravidão. A constatação de sua existência na contemporaneidade foi admitida pela primeira vez em 1995 pelo governo federal perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional¹². Desde então, muitas iniciativas foram tomadas na tentativa de combater esse crime, que atravessou o século XX e ainda é uma realidade não restrita apenas às áreas rurais, em quase todo o território nacional. O trabalho escravo contemporâneo no Brasil conecta o presente com um passado que ecoa na memória nacional. As formas atuais do trabalho escravo são distintas das do passado, mas revelam o alto grau de impunidade, tolerância e naturalização desse crime por parte da sociedade brasileira, que tem raízes históricas na escravidão clássica.

De 1995 até 2018 mais de 52 mil trabalhadores no Brasil foram resgatados de situação análoga à de escravo. Muitos estudos foram realizados,

12. Em 27 de junho de 1995 o então presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a criação de um grupo executivo de repressão ao trabalho escravo e fez uma longa explanação sobre o tema no programa radiofônico "Palavra do Presidente

muitas instituições de combate e de denúncia foram criadas. As iniciativas de combate ao trabalho escravo responderam a repetidas campanhas de protesto e mobilização internacional. As revelações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as queixas apresentadas à Corte Interamericana de Direitos Humanos e à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as ações de muitas organizações governamentais e não governamentais foram certamente fatores determinantes para o combate à escravidão contemporânea.

A mensuração desse problema esbarra em dificuldades típicas de atividades clandestinas e criminosas. As estatísticas de resgate de trabalhadores disponíveis, no entanto, vêm demonstrando que, apesar da eficiência das frentes de combate ao trabalho escravo, sobretudo nas áreas rurais, o problema persiste e se ampliou para áreas urbanas. Na ausência de estatísticas oficiais, as Organizações não-governamentais (ONGs) tentam suprir a lacuna de informação com dados construídos a partir do número de pessoas resgatadas, do fluxo de trabalhadores migrantes para áreas de maior incidência e das denúncias recebidas pelas próprias ONGs, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho¹³.

No entanto, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, a inoperância da repressão ao trabalho escravo implica certamente elevada sub-representação do fenômeno da escravidão nas estatísticas oficiais e em estimativas construídas a partir desses números (GONÇALVES,2000). O contexto de extrema violência, de medo, intimidações, ameaças, agressões e até mesmo mortes nos locais onde há trabalho escravo faz com que a mensuração mais precisa desse fenômeno seja ainda um desafio com efeitos deletérios na erradicação do trabalho escravo em território nacional.

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir, de forma inédita e pioneira no Brasil, as estimativas do trabalho escravo no estado do Maranhão, de onde, historicamente, origina-se cerca de um quarto dos trabalhadores resgatados no Brasil. A prevalência de trabalho escravo é decomposta nas categorias propostas pela legislação brasileira: trabalho forçado, servidão

13. O Ministério do trabalho foi no mandato presidencial que se iniciou em janeiro de 2019.

por dívida, degradância e jornada de trabalho exaustiva. Os dados apresentados são parte da pesquisa “Mensurando o Trabalho Escravo Contemporâneo no Estado do Maranhão – 2017” (OIT, 2017), que buscou analisar de forma quantitativa e qualitativa as múltiplas dimensões envolvidas no fenômeno da escravidão contemporânea naquele estado. A partir das análises, este artigo visa responder a seguinte pergunta: qual é a prevalência de trabalhadores em situação análoga à escravidão no Estado do Maranhão?

QUADRO CONCEITUAL E DE ANÁLISE

É importante ressaltar algumas limitações que estudos como este possuem. Inicialmente, deve ser destacado o fato de que a metodologia utilizada não substituiu o trabalho especializado realizado por auditores fiscais do trabalho. O resgate de trabalhadores em situação análoga à de escravo é baseado fundamentalmente no art. 149 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 2017), cuja definição de trabalho escravo, a partir de uma ótica estritamente legal, serve como um parâmetro para que legisladores, juristas e operadores do sistema de justiça como um todo possam aplicar a lei e, conseqüentemente, imputar uma categoria criminal a indivíduos ou pessoas jurídicas. Ou seja: do ponto de vista legal, são auditores fiscais do trabalho que possuem o poder discricionário de iniciar o processo legal capaz de definir juridicamente se uma situação de trabalho em que se encontra um indivíduo ou grupo pode ser caracterizada como análoga à de escravo.

Nesse sentido, os registros oficiais de resgates realizados, inquéritos instaurados, ou processos judiciais cuja ação penal remete a crimes previstos no art. 149 do Código Penal (BRASIL, 2017), quando utilizados como estatísticas oficiais para contabilizar as ocorrências do crime de exploração do trabalho análogo ao de escravo, refletem, de certa forma, somente aqueles casos que foram objeto de ação do Estado, seja por meio do resgate, seja pelo funcionamento do sistema brasileiro de justiça. Portanto, esses registros ilustram apenas uma parte do problema. Assim sendo, pode-se considerar que as estatísticas oficiais são apenas a ponta de um *iceberg*. Os indicadores operacionais utilizados neste estudo, por sua vez, permitem

mensurar valores mais próximos do todo, ou seja, daquilo que está submerso e oculto.

Em termos metodológicos, como será apresentado a seguir, o estudo considerou as normativas da legislação brasileira, no que diz respeito ao conceito de Trabalho Escravo. Procurou-se operacionalizar construtos (indicadores) que captassem, o mais próximo possível da realidade, características do exercício laboral e do ambiente de trabalho que tornam possível a identificação deste tipo de exploração. Diferente da OIT, que utiliza o termo “trabalho forçado” como representativo de “trabalho escravo” conforme conta na Convenção nº 29, optamos por utilizar o termo “trabalho escravo” tipificado na legislação brasileira. Mesmo não sendo possível fazer a comparação harmonizada com outros países, a estimativa é adaptada à realidade brasileira, capturando assim, em detalhe, elementos operacionais que permitem a identificação de vítimas e sobreviventes. Esse indicador também pode fornecer subsídios para a política brasileira de combate ao trabalho escravo – reconhecida como a melhor do mundo – influenciando desde a implementação de ações preventivas até a repressão ao crime e o atendimento emergencial às vítimas e sobreviventes.

No Brasil, para além de normativa internacional, especificamente convenções da OIT, sobre o trabalho forçado, houve uma ampliação do conceito do que passou a ser chamado trabalho em condições análogas à de escravo, quando da definição do art. 149 do Código Penal, o qual define o trabalho escravo como “reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”. No parágrafo 1º, o art. 149 também define como trabalho escravo situações nas quais o empregador ou seu representante “cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho”, ou quando o empregador ou seu representante “mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho” (BRASIL, 2017).

No âmbito legislativo, o advento da Lei nº 10.803 (BRASIL, 2003) que indica as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo,

foi considerado um importante marco histórico no combate à escravidão, ao modificar a redação do art. 149 do Código Penal Brasileiro e especificar as hipóteses de trabalho em condições análogas à de escravo, tornando o Brasil um exemplo no combate ao trabalho escravo contemporâneo.

TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

O Survey *Hard To See, Harder To Count* (OIT, 2012), adota uma metodologia aplicada em diferentes países do mundo para estimar o trabalho forçado. No caso desse estudo, essa metodologia foi adaptada ao contexto brasileiro e norteou a construção do arcabouço metodológico utilizado, assumindo que o trabalho de adultos análogo ao de escravo¹⁴ seja compreendido como trabalho para o qual uma pessoa não se ofereceu voluntariamente, de acordo com as categorias previstas em lei (BRASIL 2017). A fim de manter uma comparabilidade com a metodologia proposta pela OIT, a construção da modalidade relativa ao trabalho forçado seguiu a orientação metodológica proposta considerando as dimensões relativas à coerção e involuntariedade.

Dessa forma, no âmbito da Pesquisa *Hard To See, Hard To Count* adaptada para o Maranhão, a operacionalização do Indicador de Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) no Brasil considerou quatro modalidades: (1) Trabalho forçado conforme definição operacional da OIT; (2) Jornada de trabalho exaustiva; (3) Escravidão por dívida e (4) Degradância. Para cada uma dessas modalidades, buscou-se identificar categorias e subcategorias de análise que remetessem à situação específica à qual o trabalhador pudesse estar condicionado. Nesse caso, a pesquisa baseou-se nos elementos e classificações presentes no art. 149 do Código Penal.

14. Na dimensão jurídica, a legislação brasileira não utiliza a expressão “trabalho escravo”. O termo “escravo” refere-se à definição clássica de escravidão, prevendo, portanto, que uma pessoa seja dona de outra, experiência radical de dominação e exploração do trabalho que o Brasil e outros países viveram durante o século XIX. No Brasil utiliza-se a expressão “trabalho análogo ao de escravo” como forma de nomear as situações de exploração previstas no código penal. Neste texto, no entanto, utilizaremos apenas a expressão “trabalho escravo” como forma de nomear as explorações que não se enquadram no termo “trabalho forçado” proposto pela OIT.

Foram consideradas como população-alvo todas as pessoas, com 18 ou mais de idade, que estavam trabalhando ou que tinham trabalhado nos três anos anteriores, residentes em domicílios particulares permanentes, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais no estado do Maranhão. O tamanho da amostra foi calculado levando-se em consideração dados do Ministério do Trabalho relativos ao número de beneficiários do seguro-desemprego, modalidade trabalhador resgatado, no período entre 2010 e 2015, conforme o município de nascimento dos trabalhadores resgatados agraciados com o benefício.

O método de amostragem escolhido foi o plano de amostragem complexa, envolvendo estratificação e conglomeração¹⁵ em três estágios (município, setor censitário e domicílio). No primeiro estágio, calculou-se a taxa de trabalhadores nativos resgatados (TNR) por grupo de 100 mil pessoas com 18 ou mais anos de idade, entre 2010 e 2015, para cada município do estado do Maranhão, conforme a expressão abaixo:

$$TTNR_i = \frac{C_i}{N_i} \times 100.000$$

Onde C_i é o total de trabalhadores nativos resgatados, para o período de 2010 a 2015, no município i , e N_i é o total de pessoas com 18 anos ou mais residentes no município i , no período entre 2010 e 2015.

Essa estratificação foi definida a partir da distribuição dessa taxa nos municípios maranhenses. Porém, diferentemente de outras pesquisas, restritas aos lugares em que havia registros oficiais de trabalho escravo, este levantamento considerou também, entre os estratos da amostragem, municípios onde não havia registro oficial de trabalhadores nativos resgatados, no período de 2010 a 2015, isto é, nenhum dos trabalhadores res-

15. A estratificação é um processo de amostragem que divide a população em grupos homogêneos internamente e heterogêneos entre si. Nesse caso, todos os grupos devem fazer parte da amostra para que esta seja representativa, e eles são denominados de estratos. A conglomeração é um processo de amostragem que divide a população em grupos heterogêneos internamente e homogêneos entre si. Nesse caso, nem todos os grupos precisam fazer parte da amostra para que esta seja representativa, e eles são denominados de conglomerados.

gatados que receberam o seguro-desemprego nesse período havia nascido nos municípios desse grupo.

Para os demais municípios, onde foram resgatados trabalhadores nativos, calculou-se a mediana da taxa de trabalhadores nativos resgatados por grupo de 100 mil pessoas com 18 ou mais de idade, entre 2010 e 2015. Com base nessa mediana, foram definidos mais dois estratos: municípios com taxa de trabalhadores nativos resgatados abaixo da mediana e municípios com taxa de trabalhadores nativos resgatados acima da mediana. Em suma, a amostragem realizada no estágio municipal contou, portanto, com três estratos (sub-populações):

a) Estrato 1 - municípios com nenhum registro de trabalhador nativo resgatado,

b) Estrato 2 - municípios com taxa de trabalhadores nativos resgatados abaixo da mediana

c) Estrato 3 - municípios com taxa de trabalhadores nativos resgatados acima da mediana¹⁶.

O município de São Luís, capital do estado, por sua importância estratégica e tamanho populacional, foi considerado autorrepresentativo dentro do estrato 2, pois foi selecionado arbitrariamente como um dos municípios de coleta de dados (probabilidade igual a 1). A seleção dos respondentes ocorreu após três estágios, quais sejam:

O primeiro passo foi a seleção dos municípios em cada estrato, por meio da amostragem com probabilidade proporcional ao número de setores censitários;

O segundo estágio foi a seleção dos setores censitários em cada município selecionado no estágio 1, por meio da amostragem com probabilidade proporcional ao número de domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento);

O terceiro estágio foi a seleção dos domicílios em cada setor selecionado no estágio 2, por meio da amostragem sistemática.

16. A mediana usada para criar os estratos 2 e 3 foi igual a 30.39 por 100 mil habitantes.

Assim, a unidade amostral primária foi o município; a secundária, o setor censitário; a terciária, o domicílio. A unidade de observação, por sua vez, foi o respondente que primeiro atendeu o entrevistador nesse domicílio selecionado, desde que fosse residente desse domicílio, tivesse 18 ou mais de idade naquele instante e estivesse trabalhando ou houvesse trabalhado nos últimos três anos.

OS PARÂMETROS POPULACIONAIS

As principais questões de interesse neste estudo estão relacionadas com a produção de estimativas robustas do trabalho forçado e do trabalho escravo, assim como com investigações sobre o perfil de vitimização de pessoas submetidas a essas condições. A pesquisa enfatiza a busca de uma melhor compreensão acerca das características desse fenômeno e de suas vítimas, incluindo seus determinantes, bem como sua distribuição geográfica no estado do Maranhão. Em relação a esse último aspecto, a pesquisa procurou mensurar a proporção de domicílios particulares permanentes cujo respondente pode ser caracterizado como vítima de trabalho escravo em cada um dos estratos analisados.

ESTIMATIVAS DE VÍTIMAS DE TRABALHO ESCRAVO

Os resultados descritivos apresentados a seguir referem-se ao percentual de domicílios em que o entrevistado foi submetido à condição trabalho escravo. De acordo com o planejamento amostral, foram selecionados para a pesquisa somente os domicílios cujos respondentes tinham 18 anos ou mais de idade e que estavam trabalhando ou tinham trabalhado nos três anos anteriores. Todo o questionário foi construído para identificar indiretamente (variáveis latentes) situações de vulnerabilidade extrema dos entrevistados, correlacionadas com a exploração pelo trabalho escravo.

Essas situações compreendem as distintas fases, desde o recrutamento, em que o trabalhador possa ter sido submetido a uma dessas modalidades. Portanto, as combinações dessas variáveis latentes dentro desse contexto são consideradas indicadores de trabalho escravo. Uma vez

que esses indicadores se relacionam com as modalidades específicas, bem como com suas respectivas dimensões, sua prevalência também demonstra importantes padrões de exploração e abuso a que os trabalhadores estão submetidos.

Por conta disso, os percentuais de prevalência apresentados neste artigo devem ser interpretados conforme os critérios previamente definidos no planejamento amostral, ou seja, em termos de percentual de domicílios em que o entrevistado foi submetido à condição de trabalho escravo dentre os domicílios selecionados para a pesquisa. Sendo assim, os percentuais apresentados relativos às modalidades, dimensões, categorias e subcategorias de trabalho escravo descrevem a proporção da amostra dos domicílios investigados, já considerada a calibração e normalização da correção amostral.

Neste sentido, buscou-se traduzir o conceito normativo expresso no art. 149 do Código Penal, em um conceito operacional. Em outras palavras, procurou-se elaborar uma metodologia para construção de indicadores de Trabalho Escravo, e de suas modalidades em específico, alinhados com a definição legal especificada em função de: I) submissão a trabalhos forçados; II) submissão a jornadas exaustivas; III) sujeição a condições degradantes de trabalho e IV) restrição da locomoção em razão de dívidas contraídas com o empregador, ou seja, servidão por dívidas. A seguir, são apresentadas as prevalências de respostas para as respectivas modalidades que compõem o indicador de Trabalho Escravo e, por fim, são detalhados os valores finais provenientes da operacionalização do indicador de Trabalho Escravo.

INDICADOR DE TRABALHO FORÇADO

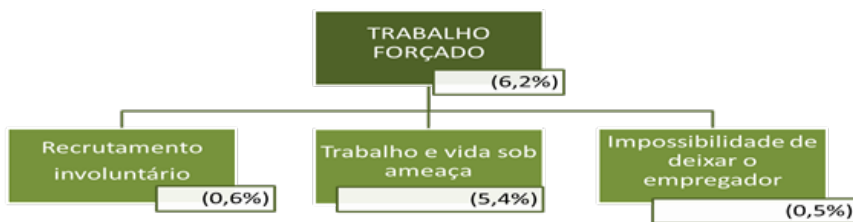
A figura abaixo apresenta as prevalências relativas aos domicílios com pelo menos um indivíduo que se encontrava em cada uma dessas modalidades que compõem o indicador de Trabalho Forçado. Como se pode observar, 6,2% dos domicílios selecionados possuíam um indivíduo submetido ao trabalho forçado, de acordo com os parâmetros adotados nesta pesquisa. Considerando que o planejamento amostral resultou em uma

margem de erro de 2,87%, para um intervalo de confiança de 95%, esse valor varia entre 4,50% e 7,91%.

O indicador de trabalho e vida sob ameaça, uma das três modalidades consideradas na composição do indicador de Trabalho Forçado, foi o mais prevalente entre os respondentes da amostra. Do total de 2.135 entrevistados, em 5,4% dos domicílios havia pelo menos um trabalhador que relatou trabalhar sob condições adversas de trabalho e vida e que sofreu coerção do empregador ou encarregado. As outras modalidades apresentaram uma taxa de prevalência consideravelmente menor, como é o caso relativo ao recrutamento involuntário, em que apenas 0,6% relataram ter sofrido imposição para aceitar o trabalho, ou a modalidade que indica a impossibilidade de deixar o empregador, notada em 0,5% dos domicílios.

FIGURA 2 – PREVALÊNCIA DO TRABALHO FORÇADO EM SUAS MODALIDADES

SERVIDÃO POR DÍVIDA



FONTE: PESQUISA MENSURANDO O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO MARANHÃO - 2017 (CRISP/UFMG).

A servidão por dívida, como modalidade a ser considerada e caracterizada no contexto da pesquisa para construção do indicador de Trabalho Escravo Contemporâneo, reflete uma situação em que o trabalhador se torna refém do serviço ou trabalho em execução em decorrência de débito com seu agente contratante. Essa dívida pode ter diversas naturezas, como custos relativos a transporte e alimentação, além de gastos com equipamentos de segurança no trabalho, que são cobrados de maneira abusiva e descontados diretamente no salário.

No âmbito desta pesquisa, por questões metodológicas, a servidão por dívida foi medida somente em relação ao processo de recrutamento, sendo observada em 1,6% dos 2.135 entrevistados em domicílios selecionados na amostra. Na metodologia deste estudo, a composição dessa modalidade compreende a situação em que o entrevistado relatou ter pagado a um agente (recrutador) ou ao empregador para conseguir o emprego, ou ter recebido algum recurso monetário como adiantamento pela execução das atividades no momento do recrutamento. Ou seja, não são contabilizados casos em que a dívida foi contraída durante o exercício da atividade em si, por meio do chamado sistema de barracão, no qual, por meio de manipulação contábil e preços inflacionados, o trabalhador acaba contraindo uma dívida impagável, que o impede de deixar o empregador, uma vez que este é também o dono do comércio onde o trabalhador se endividou.

FIGURA 3 - MODALIDADE DE SERVIÇÃO POR DÍVIDA



FONTE: PESQUISA MENSURANDO O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO MARANHÃO - 2017 (CRISP/UFMG).

CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO

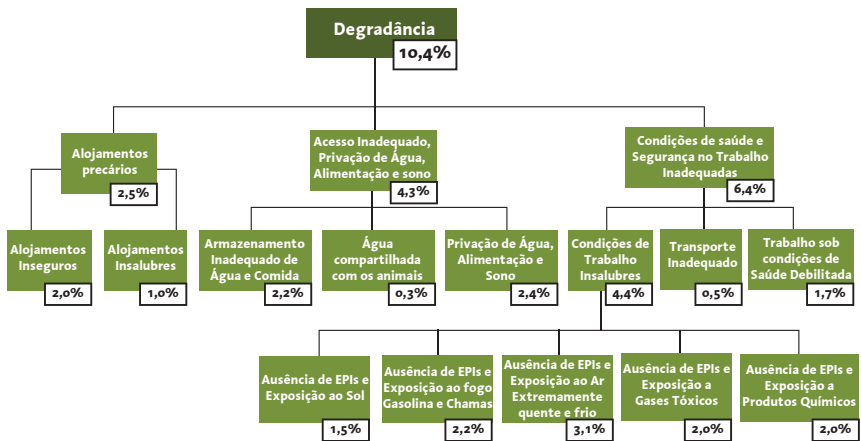
A pesquisa demandou um esforço para captar dos entrevistados situações características de violação de direitos fundamentais do indivíduo, não somente ferindo sua dignidade como trabalhador, mas também colocando sua vida e sua saúde em risco. Ressalta-se que, nesse sentido, buscou-se identificar um conjunto de elementos irregulares que podem estar presentes na execução do trabalho, tais como alojamentos precários, péssima alimentação e falta de assistência médica, saneamento básico e água potável.

Na composição dessa modalidade, pode-se observar que foram utilizadas em sua construção três grandes categorias: alojamentos inadequados; privação de água, alimentos, sono e condições de saúde e segurança no trabalho inadequadas. Para cada uma dessas categorias, um conjunto de 12 subcategorias foram utilizadas, a fim de se captar esses elementos relativos à degradância. É importante ressaltar que, para a operacionalização da subcategoria relativa a condições de trabalho insalubres, foram considerados três fatores cruciais para sua identificação: ausência de equipamentos de proteção individual, exposição a determinadas situações insalubres e existência de sintomas possivelmente decorrentes dessa exposição.

Como se pode observar, do total de entrevistados em domicílios selecionados para a pesquisa, 6,4% relataram ter vivenciado uma situação cuja condição de saúde e de trabalho era inadequada. Desse universo, condições de trabalho insalubres foram relatadas por 4,4% dos entrevistados; trabalho sob condições de saúde debilitada foi relatado por 1,7% e transporte inadequado, por 0,5% dos entrevistados. Para 4,3% dos entrevistados, as questões relativas a acesso inadequado ou privação de água, alimentação e sono foram um problema identificado no trabalho, e 2,5% relataram questões relativas a alojamentos precários, sendo tais instalações consideradas inseguras e/ou insalubres para 2,0% e 1,0% dos respondentes, respectivamente. De modo geral, pode-se observar que a presença desse conjunto de fatores associados à degradância é recorrente, segundo o relato dos entrevistados, e deve ser vista como elemento fortemente associado ao risco à saúde dos trabalhadores.

FIGURA 4 - CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO: DEGRADÂNCIA

JORNADA DE TRABALHO EXAUSTIVA



FORTE: PESQUISA MENSURANDO O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO MARANHÃO - 2017 (CRISP/UFGM).

O art. 149 do Código Penal cita a jornada exaustiva como um dos fatores que definem a condição análoga à de escravo. Em termos operacionais, a composição dessa modalidade é estruturada nesta pesquisa pelas categorias relativas à duração e à intensidade, conforme ilustrado pela Figura 5.

Como se pode observar, 3,8% dos entrevistados se encontram em situação caracterizada como Jornada de Trabalho Exaustiva. A maior prevalência de casos estaria relacionada sobremaneira à duração da jornada, conforme relataram 33,7% dos entrevistados. Em menor medida, a intensidade do trabalho foi reportada por 8,3%.

Quanto à duração da jornada, quatro situações foram consideradas: (1) trabalhar sete dias por semana e (2) entre 11 e 18 horas diárias; além de (3) estar disponível 24 horas por dia para realizar as tarefas sob demanda do empregador, sendo (4) forçado a fazê-las sem receber algum pagamento. A intensidade da jornada de trabalho, por sua vez, é indicada pelo uso

muito frequente de medicamentos e pelo relato de extrema fadiga para a execução das atividades diárias. Essas duas categorias deveriam ser relacionadas simultaneamente pelo entrevistado para que ele fosse considerado vítima de Jornada de Trabalho Exaustiva. Disso decorre a grande redução da prevalência dessa situação.

FIGURA 5 - JORNADA DE TRABALHO EXAUSTIVA



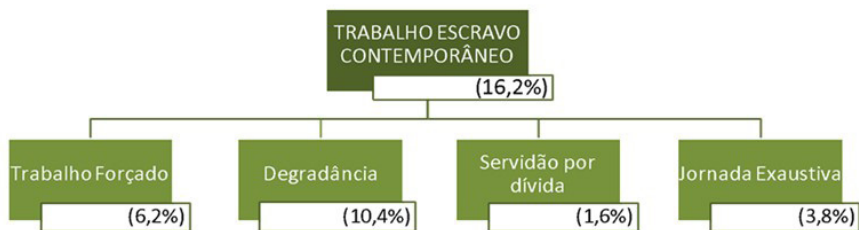
FONTE: PESQUISA MENSURANDO O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO MARANHÃO - 2017 (CRISP/UFGM).

INDICADOR DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

O Indicador de Trabalho Escravo Contemporâneo é composto por quatro modalidades: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada de trabalho exaustiva e condições degradantes (degradância). É de suma relevância destacar que a modalidade de trabalho forçado utilizada é operacionalizada segundo a metodologia da OIT, ou seja, a metodologia da pesquisa é idêntica à utilizada para a produção de estimativas de trabalho forçado alinhadas com a Convenção 29 da OIT.

A estimativa total de domicílios onde havia pelo menos um adulto explorado pelo trabalho escravo contemporâneo foi de 16,2%, como se pode observar pelo diagrama abaixo. Considerando que o planejamento amostral resultou em uma margem de erro de 2,87%, para um intervalo de confiança de 95%, esse valor pode variar entre 13,28% e 19,03%.

FIGURA 6 - VULNERABILIDADE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO



FONTE: PESQUISA MENSURANDO O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO MARANHÃO - 2017 (CRISP/UFGM).

GRAUS DE COERÇÃO

Muitas vítimas de trabalho escravo sofrem múltiplas formas de coerção em distintas etapas do processo, desde o recrutamento, passando pela atividade laboral no local de trabalho, até o momento de um eventual desligamento. A coerção é imposta por diversos atores, como o patrão, o “gato” e o recrutador, e se manifesta por ameaças à pessoa ou familiares, atos de violência psicológica, sexual ou física, bem como por débitos financeiros contraídos de forma impositiva ao longo do processo. Neste estudo, foram consideradas 13 situações específicas em que a coerção possa ter ocorrido, independentemente da condição de vitimização do entrevistado, isto é, como vítima de trabalho escravo, ou não. Assim, ao se considerar a amostra total da pesquisa, pode-se observar que a retenção de benefícios é a prática mais recorrente de coerção sofrida pelos entrevistados (11,7%). Ameaças por parte do empregador e retenção de salários também são formas de coerção que apresentaram frequência considerável, de 5% e 4,8%, respectivamente. Por outro lado, as práticas coercitivas com menor frequência nos relatos dos entrevistados foram confinamento no local de trabalho (0,8%), confisco de documentos (0,7%) e isolamento geográfico (0,7%).

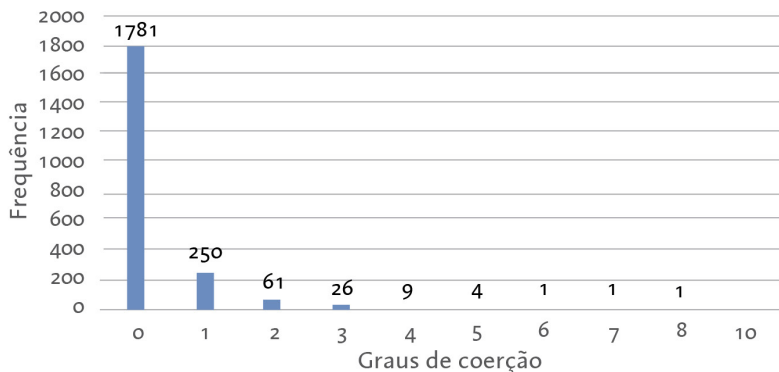
TABELA 1 - PRÁTICAS DE COERÇÃO

Práticas de coerção		
	Número absoluto	Percentual
Retenção de benefícios	250	11,7%
Ameaça do empregador	106	5,0%
Retenção de salário	102	4,8%
Vigilância constante	68	3,2%
Violência física	61	2,9%
Confinamento na moradia	50	2,3%
Privação de alimentos	50	2,3%
Violência familiar	27	1,3%
Violência sexual	25	1,2%
Confinamento no local de trabalho	18	0,8%
Isolamento	15	0,7%
Confisco de documentos	15	0,7%
Retenção de bens	0	0,0%

FONTE: PESQUISA MENSURANDO O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO MARANHÃO - 2017 (CRISP/UFMG).

Esse conjunto de práticas coercitivas pode, do ponto de vista metodológico, ser operacionalizado como um gradiente, ou grau de coerção, praticado no contexto de trabalho. Fazendo isso, obtém-se uma escala de coerção que varia de 0 (ou nenhum relato) a 13, no caso da existência de relatos de todas as situações de forma simultânea. Conforme se pode observar no Gráfico X, a seguir, o maior valor obtido foi 10, isto é, das 13 possibilidades de prática coercitiva, o máximo relatado de forma simultânea por um indivíduo foram 10 itens. A grande maioria dos entrevistados não reportou nenhuma situação de coerção em seu trabalho (83,4%). Uma única forma de coerção foi relatada por pelo menos 11,7% dos entrevistados e quase 1,5% dos entrevistados relataram sete ou mais práticas coercitivas no contexto de trabalho.

GRÁFICO 1 - GRAUS DE COERÇÃO



FONTE: PESQUISA MENSURANDO O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO MARANHÃO - 2017 (CRISP/UFMG).

Considerando a totalidade da população amostrada, o grau médio de coerção foi de 0,25, nessa escala. Para os entrevistados considerados como vítimas de trabalho escravo, o valor médio foi de 0,95. Se considerarmos os entrevistados não escravizados (não vítimas de trabalho escravo), o grau médio de coerção é de 0,11. Esse resultado confirma que a coerção é um elemento presente no processo de exploração do trabalho humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estimativas do contingente de pessoas escravizadas no Brasil e no mundo são reconhecidamente difíceis de serem produzidas. O trabalho escravo contemporâneo é uma atividade clandestina e criminosa, muitas vezes realizada em locais isolados, imersos em contextos violentos em que a denúncia pode se tornar risco de vida, dificultando a compilação de dados oficiais que possam apresentar a real dimensão do problema. No caso do Brasil, destaca-se, também, a falta de integração dos planos de combate, bem como entre ações e órgãos nas esferas estadual e federal, o que impede a organização dos dados e estatísticas oficiais.

Os dados apresentados neste artigo visam minimizar esta lacuna. A partir da realização de um survey em 2017 com base em proposta metodológica da OIT, buscaram-se estimativas do trabalho escravo no Estado do Maranhão. Como previsto, foi possível constatar a existência de trabalho análogo ao escravo no Estado, variando em diferentes tipologias e características conforme foi apresentado.

Os dados demonstram uma taxa considerada elevada de pessoas em vulnerabilidade para o trabalho escravo, tal como definido na pesquisa. Considerando a totalidade de indivíduos que afirmaram estar trabalhando ou tiveram alguma atividade nos três anos anteriores à pesquisa, pode-se afirmar que, em qualquer momento de 2017, em média, 4,11% dos domicílios pesquisados no Maranhão possuíam pelo menos um indivíduo com 18 anos ou mais que esteve submetido à condição de trabalho forçado.

O fluxo estimado no caso do trabalho escravo foi de 16,2%¹⁷ dos domicílios selecionados, os quais possuem pelo menos um indivíduo submetido ao trabalho escravo. A partir dessa estimativa de fluxo, procedeu-se ao cálculo do estoque médio de indivíduos em situação de trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Esse cálculo resultou em uma estimativa média, para o ano de 2017, de 12,61% dos domicílios do Maranhão com pelo menos um indivíduo no mesmo recorte etário da pesquisa submetido à condição de trabalho escravo. Sobre o grau de coerção, pode-se observar que a retenção de benefícios é a prática mais recorrente de coerção sofrida pelos entrevistados (11,7%). Ameaças por parte do empregador e retenção de salários também são formas de coerção que apresentaram frequência considerável, de 5% e 4,8%, respectivamente. Por outro lado, as práticas coercitivas com menor frequência nos relatos dos entrevistados foram confinamento no local de trabalho (0,8%), confisco de documentos (0,7%) e isolamento geográfico (0,7%). Conclui-se que a coerção é uma característica do trabalho escravo.

Sobre as formas de involuntariedade associadas ao recrutamento, houve poucos relatos de casos de recrutamento forçado (0,8% da amostra). Por outro lado, 11,7% dos entrevistados nos domicílios selecionados afir-

17. Já considerada a correção do peso amostral.

maram ter sido vítimas de recrutamento enganoso. A pesquisa aponta que, do total de entrevistados nos domicílios, 1,0% afirmou ter vivenciado situação de recrutamento coercitivo. Dentro dessa dimensão – coerção associada ao recrutamento –, “penalidades” constitui a categoria apontada com maior frequência: quase 1,0%. Já as categorias “violência física” e “confisco de documento” corresponderam a 0,1% e 0,01% dos entrevistados.

Observa-se que 20,2% afirmaram ter passado por situação de trabalho sob ameaça – considerando a dimensão involuntariedade. Nesse contexto, nota-se que trabalho sem proteção (12,1%) e trabalho além do combinado (6,7%) são as condições que ocorreram com maior frequência. Quando observados os tipos de ameaça ou punição – confinamento e isolamento como punição (4,5%) e retenção de salários, bens e benefícios (4,4%) foram os mais preponderantes. Da amostra, um contingente de 2,3% indivíduos relatou impossibilidade de deixar o emprego. A retenção de salários e a servidão por dívidas correspondem a 2,3% e 0,01%, respectivamente.

Sobre a prevalência dos tipos de trabalho escravo contemporâneo, em relação ao processo de recrutamento, observamos a servidão por dívida em 1,6% dos 2.135 entrevistados em domicílios selecionados na amostra. Sobre as condições degradantes de trabalho, do total de entrevistados em domicílios selecionados para a pesquisa, 6,4% relataram ter vivenciado uma situação cuja condição de saúde e de trabalho era inadequada. Desse total de pessoas, 3,8% dos entrevistados se encontram em situação caracterizada como jornada de trabalho exaustiva no que tange à duração da jornada. A intensidade da jornada de trabalho, por sua vez, é indicada pelo uso muito frequente de medicamentos e pelo relato de extrema fadiga para a execução das atividades diárias. Por fim, a estimativa total de domicílios onde havia pelo menos um adulto explorado pelo trabalho escravo contemporâneo foi de 16,2%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código Penal – Decreto / Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Brasília: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Lei 10.803 de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm#:~:text=LEI%20No%2010.803%2C%20DE,condi%C3%A7%C3%A3o%20an%C3%A1loga%20%C3%A0%20de%20escravo. Acesso em: 19 jul. 2018.

GONÇALVES, Vera, O. Dados do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Estudos Avançados. 14 (38), 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n38/v14n38a05.pdf>. Acesso em: 01 de junho 2020.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Methodology of the global estimates of modern slavery: Forced labour and forced marriage. Geneva: ILO, 2017. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_586127.pdf. Acesso em: 19 fevereiro 2018.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Pesquisa: Mensurando o trabalho escravo no Estado do Maranhão – 2017. Brasil: CRISP/UFMG, 2017.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Relatório: Hard To See, Hardes To Count. Genebra: 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_182096.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2020.

O mercado de trabalho agropecuário e a questão do trabalho escravo no estado do Maranhão

Marcelo Sampaio Carneiro

Esse capítulo tem por objetivo discutir a questão da presença do trabalho escravo no campo maranhense, abordando-o da perspectiva da demanda por força de trabalho. Isto é, nossa análise terá como foco a compreensão da organização da atividade agropecuária¹⁸ no campo maranhense, procurando identificar seus principais setores, para, em seguida, procurar verificar como esses setores se relacionam com a questão do trabalho escravo.

Destarte, o capítulo está organizado em quatro seções, além dessa introdução e a conclusão. Na primeira seção, apresentamos uma visão geral do mercado de trabalho maranhense, destacando a importância da atividade agropecuária e de seus principais setores (agricultura, pecuária, produção florestal¹⁹, pesca e aquicultura). Na segunda parte destacamos a organização do emprego e da ocupação nas atividades agropecuárias,

18. Por uma questão de simplificação, utilizaremos a expressão atividade ou setor agropecuário para nos referir às informações que são contabilizadas nos Censos Demográficos como correspondentes às atividades agrícolas, pecuárias, florestais, aquícolas e da pesca.

19. O Extrativismo Vegetal, com destaque para a atividade para a coleta de coco babaçu e de cera de carnaúba encontra-se inserido na categoria Produção Florestal.

considerando sua distribuição pela posição na ocupação²⁰, enquanto na terceira analisamos a dinâmica específica do trabalho assalariado rural. Na quarta seção, apresentamos informações sobre o trabalho escravo no Maranhão, dando ênfase na sua distribuição por setor de atividade, de forma a estabelecer relação com as discussões realizadas nas seções anteriores. Na conclusão, apresentamos algumas indicações sobre a perspectiva de permanência da prática do trabalho escravo no campo maranhense, sugerindo também algumas ações para fortalecer o seu combate.

A análise apresentada se baseia fundamentalmente em informações de natureza secundária, contudo, sua análise foi realizada em diálogo constante com as pesquisas realizadas sobre o trabalho no campo maranhense, caso do estudo sobre a atividade sojícola (CARNEIRO et al., 2008), da silvicultura para produção de carvão (MANCINI, 2015) ou celulose (GOMES, 2017) e de estudos sobre o trabalho escravo na atividade pecuária (MOURA, 2009; CARNEIRO, MOURA, 2016).

Os dados sobre mercado de trabalho agropecuário foram obtidos a partir de levantamento realizado nos dois últimos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), enquanto as informações sobre trabalho escravo foram extraídas das estatísticas sobre denúncias publicadas no Cadernos de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para o período 2003 a 2019.

O MERCADO DE TRABALHO AGROPECUÁRIO NO MARANHÃO: INFORMAÇÕES GERAIS

De acordo com as informações do Censo Demográfico de 2010 (Gráfico 1), o Maranhão possui o maior percentual de população em área classificada como rural²¹ entre os estados brasileiros (36,89%), mais que o do-

20. De acordo com a definição do IBGE, existem cinco categorias da posição na ocupação: Empregado, Empregador, Trabalhador por conta própria, Trabalhador não remunerado e Trabalhador na produção para o próprio consumo (IBGE, 2013)

21 De acordo com o IBGE (2013, p.299), a área classificada como rural é toda aquela exterior ao perímetro urbano. Por sua vez, esse perímetro urbano – de cidade ou vila – é definido através de procedimento administrativo, através de lei municipal.

bro da média nacional (15,63%). Em termos absolutos, o Estado apresenta a terceira maior população rural do país, com 2.425.607 habitantes, atrás somente de Bahia e Minas Gerais (CARNEIRO, 2017). Vale destacar ainda, que foi somente no Censo Demográfico de 2000 que a população residente em domicílios classificados como urbanos ultrapassou a população rural, como pode ser visto na tabela abaixo.

TABELA 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO – MARANHÃO (1970 A 2010).

	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	771.800	1.255.156	1.972.000	3.363.108	4.149.092
Rural	2.665.300	2.741.248	2.957.000	2.294.445	2.425.697
Total	3.037.100	3.996.404	4.929.000	5.657.552	6.574.789

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/](http://www2.sidra.ibge.gov.br/)

No que concerne ao mercado de trabalho, as informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 relativas à ocupação das pessoas acima de dez anos de idade por seção de atividade do trabalho principal no estado do Maranhão (Tabela 2) mostram que a agropecuária é de longe a atividade mais importante na geração direta de ocupações, com 853 mil postos de trabalho em 2000 e 751.678 em 2010. Outras atividades que mais se destacam são o comércio (240.306 em 2000, 380.332 em 2010), a indústria extrativa e de transformação (120.896 em 2000, 126.089 em 2010), a construção civil (96.245 em 2000, 189.559 em 2010) e os diferentes tipos de serviços.

TABELA 2: OCUPAÇÕES DE PESSOAS ACIMA DE 10 ANOS POR SEÇÃO ATIVIDADE DE TRABALHO PRINCIPAL – MARANHÃO (2000 A 2010).

Atividade do Trabalho Principal	2000		2010	
	Número	Em %	Número	Em %
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	853.000	44,56	751.678	31,83
Indústrias extrativas e de transformação*	120.896	6,31	126.089	5,34
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	6.412	0,33	15.387	0,64
Construção Civil	96.245	4,81	189.559	8,02
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	240.306	12,55	380.332	16,10
Transporte, armazenagem e comunicação, armazenagem e correios	64.788	3,38	77.645	3,28
Alojamento e alimentação	71.293	3,72	56.306	2,38
Atividades imobiliárias, serviços prest. às empresas e intermediação financeira*	58.292	3,04	100.591	4,25
Administração pública, defesa e seguridade social	80.493	4,20	117.670	4,98
Educação	117.473	6,13	158.883	6,72
Saúde e serviços sociais/ Saúde humana e serviços sociais	30.617	1,59	66.859	2,83
Serviços domésticos	112.013	5,85	148.862	6,30
Outras ocupações e atividades de serviços*	46.730	2,44	69.485	2,94
Atividades mal especificadas/mal definidas	15.482	0,80	101.683	4,30
Total	1.914.040	100,00	2.361.389	100,00

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 E 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/](http://www2.sidra.ibge.gov.br/)

(*) COM MODIFICAÇÕES NAS TABELAS ORIGINAIS.

AS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO AGROPECUÁRIO SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E DE CULTURA AGRÍCOLA

Como indicado anteriormente, os dados da atividade agropecuária agregam informações do trabalho realizado em atividades agrícolas, pecuárias, florestais, da pesca e aquicultura. Em um nível mais desagregado, podemos identificar também quais tipos de culturas agrícolas geram mais ocupações, uma vez que, como já indicado na bibliografia sobre o tema (BELIK et al., 2003; BASALDI, 2008; MAIA, SAKAMOTO, 2014), existem culturas fortemente capital-intensivo, ou seja, que apesar de ocuparem amplas extensões de terra, geram poucos postos de trabalho, em função do uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas, como é o caso da soja e da cana-de-açúcar²².

A tabela a seguir apresenta informações sobre as pessoas acima de dez anos ocupadas, de acordo com sua distribuição entre as diferentes atividades que compõem o setor da agropecuária, para os anos de 2000 e 2010, no estado do Maranhão. Como destacamos na seção anterior, no período analisado houve uma diminuição importante no número de pessoas ocupadas na agropecuária (-101.322). Contudo, ao desagregar esse dado, verificamos que houve redução de postos de trabalho nas atividades agrícolas e florestais, ao passo que a ocupação cresceu, ainda que de forma tímida, na pecuária, pesca e aquicultura (Tabela 3).

22. Como apontam Belik e colaboradores, em estudo sobre evolução da ocupação na agricultura brasileira nos 1990: “É importante salientar que, em termos de área cultivada, a soja é destaque, com 13,6 milhões de hectares, (...). Apesar disso, a soja respondeu por apenas 5,8% da demanda de mão de obra agrícola, ficando muito atrás do milho (16,7%), do café (11,6%), do feijão (10,6%), da mandioca (10,0%), da cana-de-açúcar (9,6%) e do arroz (9,0%)” (BELIK et al., 2003, p. 163).

TABELA 3: PESSOAS ACIMA DE DEZ ANOS OCUPADAS NA AGROPECUÁRIA – MARANHÃO (2000 E 2010).

	2000		2010		Variação
	Número	Em %	Número	Em %	
Agricultura	671.653	78,74	599.026	79,69	- 72.627
Pecuária	51.408	6,02	59.180	7,87	+ 7.772
Produção Florestal	81.626	9,56	31.381	4,17	- 50.245
Pesca e aquicultura	48.313	5,66	62.091	8,26	+ 13.778
Total	853.000	100,00	751.678	100,00	- 101.322

FONTE: IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 E 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/](http://www2.sidra.ibge.gov.br/)

O MERCADO DE TRABALHO AGROPECUÁRIO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Outra forma de analisar a evolução do mercado de trabalho agropecuário é através da utilização das informações sobre a posição na ocupação, conforme as categorias censitárias de “trabalhador por conta própria”, “membros não remunerados da família”, “trabalhadores na produção para o próprio consumo”, considerados como integrando o grupo dos agricultores familiares (CARNEIRO, 2017), enquanto os “empregados” podem ser classificados como assalariados rurais e os “empregadores” como empresários rurais (Tabela 4).

TABELA 4 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CATEGORIA DO EMPREGO NA AGROPECUÁRIA – MARANHÃO (2000 E 2010).

Posição na ocupação	2000		2010	
	Número	Em %	Número	Em %
Empregadores (Empresários Rurais)	3.814	0,44	2.396	0,31
Empregados (Assalariados Rurais)	94.986	11,13	153.432	20,41
Agricultores Familiares	754.200	88,41	595.851	79,25
- Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	156.987	18,40	33.497	4,45
- Trabalhador na produção para o próprio consumo	217.797	25,53	291.711	38,80
- Conta própria	379.416	44,48	270.643	36,00
Total de Ocupados	853.000	100,00	751.678	100,00

FONTE: IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 E 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/](http://www2.sidra.ibge.gov.br/)

Compilando as informações da posição na ocupação, verifica-se que os agricultores familiares compunham a maior parcela dos trabalhadores ocupados na agropecuária maranhense nos dois recenseamentos, representando 88,41% do total em 2000 e 79,26% em 2010. Os assalariados rurais, identificados pela categoria empregados, representavam 11,13% em 2000 e 20,41% em 2010, enquanto os empresários rurais (empregadores) tinham uma representação residual (0,44% em 2000 e 0,31% em 2010). De um ponto de vista diacrônico, as principais transformações observadas ao longo desse período referem-se à redução do número de agricultores familiares (-158.349) e o aumento dos assalariados rurais (+ 58.446).

A EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO NO CAMPO: CARACTERÍSTICAS GERAIS E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

No que concerne ao aumento do número de assalariados rurais (+ 58.445 postos de trabalho), apresentado na tabela 4, vale destacar que cerca de 69% do incremento observado foi de trabalhadores sem carteira assinada, o que significa dizer que a maior parte do emprego agrícola que

vem sendo gerado no campo maranhense caracteriza-se por uma forte precarização, pois, é realizado sem a garantia mínima de formalização do trabalho, representada pela assinatura da carteira de trabalho.

TABELA 5: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS AGRÍCOLAS COM E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA – MARANHÃO (2000 E 2010).

Empregados	2000		2010		Variação	
	Número	Em %	Número	Em %	Número	Em %
Com carteira de trabalho assinada	16.005	16,84	34.123	22,23	18.118	31,01
Sem carteira de trabalho assinada	78.981	83,15	119.308	77,75	40.327	68,99
Total	94.986	100,00	153.432	100,00	58.445	100,00

FONTE: IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 E 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/](http://www2.sidra.ibge.gov.br/)

Na tabela a seguir (Tabela 6), apresentamos informações sobre o emprego total (a), o emprego com carteira assinada (b), estabelecendo uma correlação entre esses dois tipos de emprego segundo as Microrregiões Homogêneas do estado do Maranhão. O objetivo desse quadro é procurar identificar os diferentes padrões de assalariamento no campo maranhense, considerando a relação entre (b) e (a) como um indicador da qualidade (ou da precariedade)²³ das relações de trabalho no campo e, em seguida, associar esses diferentes padrões com determinados tipos de atividade econômica (sojicultura, pecuária, plantações florestais, produção de açúcar, etc.).

23. A formalização do emprego assalariado é um indicador importante, porém, parcial para a análise da qualidade do trabalho, pois, para uma visão mais completa seria necessário arrolar outros indicadores, como a extensão da jornada de trabalho, o nível de remuneração, a contribuição para a previdência social, etc., conforme sugerido por Basaldi (2008).

TABELA 6: NÚMERO DE EMPREGADOS (A), DE EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO (B), RELAÇÃO ENTRE B/A, SEGUNDO AS MRHS DO ESTADO DO MARANHÃO – 2010.

MRH	(a) Empregados	(b) Empregados com CTPS	Relação entre b/a
Pindaré	20.989	3.170	0,15
Imperatriz	18.052	5.995	0,33
Baixada Maranhense	13.662	2.039	0,14
Médio Mearim	12.209	2.021	0,16
Alto Mearim e Grajaú	11.916	2.547	0,21
Presidente Dutra	8.588	1.407	0,16
Chapadas do Alto Itapecuru	8.014	1.624	0,20
Caxias	6.041	1.612	0,26
Codó	5.784	1.349	0,23
Chapadinha	5.546	1.757	0,31
Gurupi	5.473	588	0,10
Gerais de Balsas	5.095	2.353	0,46
Itapecuru Mirim	4.303	586	0,13
Litoral Ocid. Maranhense	4.280	360	0,08
Porto Franco	3.984	1.125	0,28
Lençóis Maranhenses	3.980	498	0,12
Aglom. Urbana de São Luís	3.899	1.505	0,38
Baixo Parnaíba Maranhense	3.351	453	0,13
Coelho Neto	3.316	1.743	0,52
Chapadas das Mangabeiras	2.878	850	0,31
Rosário	2.068	389	0,18

FONTE: IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO (2010).

De acordo com as informações da tabela, podemos verificar que as Microrregiões Pindaré, Imperatriz, Baixada Maranhense, Médio Mearim e Alto Mearim e Grajaú, destacam-se pelo número mais elevado do total de empregados e, à exceção da MRH de Imperatriz, se caracterizam também por um baixíssimo nível de formalização das relações de trabalho, com in-

dicador da relação entre empregados com carteira assinada e empregados na faixa de 0,14 a 0,21.

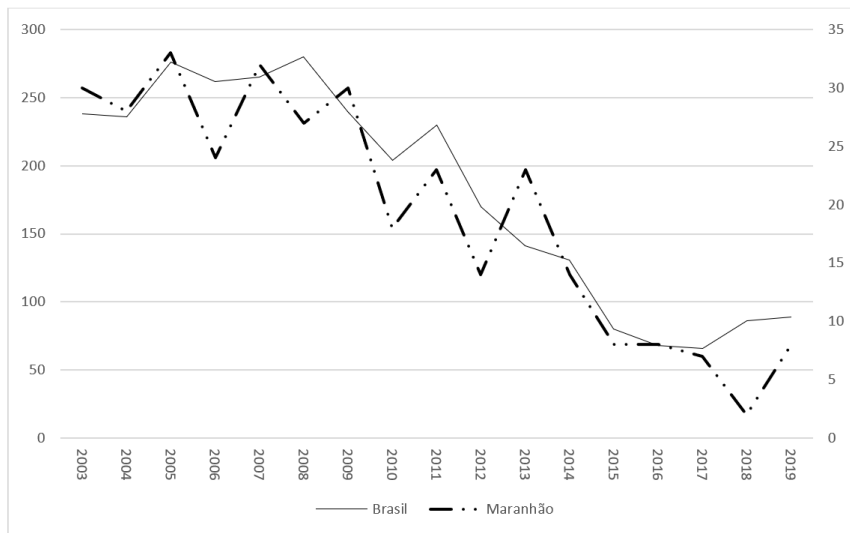
Por sua vez, o emprego com carteira de trabalho assinada, em termos proporcionais, é mais forte nas MRHs de Coelho Neto (0,52), Gerais de Balsas (0,46), Aglomeração Urbana de São Luís (0,38), Imperatriz (0,33) e Chapada das Mangabeiras (0,31). Na microrregião de Coelho Neto predomina o plantio de cana-de-açúcar, enquanto nas MRHs de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras a produção de grãos, com destaque para os plantios de soja e algodão. Na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, a atividades da produção de hortifrutigranjeiros é a mais importante, ao passo que na região de Imperatriz predominam a atividade florestal (plantios de eucalipto para celulose e produção de carvão vegetal) e da pecuária.

A QUESTÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA AGROPECUÁRIA MARANHENSE

Nessa seção, analisamos a evolução recente do trabalho escravo no campo maranhense, utilizando informações coligidas no Cadernos de Conflitos no Campo (CPT) para o período de 2003 a 2019.

No gráfico 1, apresentamos a evolução do número de denúncias de trabalho escravo para o Maranhão e o Brasil, que, como pode ser observado, apresenta uma tendência de redução ao longo do tempo. No caso do Brasil, essa redução é mais acentuada a partir da década de 2010, quando a média de casos de trabalho escravo denunciados reduz fortemente em relação ao decênio anterior. Para o caso maranhense, apesar da maior oscilação do número de denúncias, também observamos tendência semelhante, pois a média de denúncias baixa de 27,75 casos/ano (2003 a 2010) para 11,8 casos/ano (2011 a 2019). Contudo, deve ser destacado, também, que a partir dos dois últimos anos do levantamento vem se observando uma tendência de ampliação do número de denúncias.

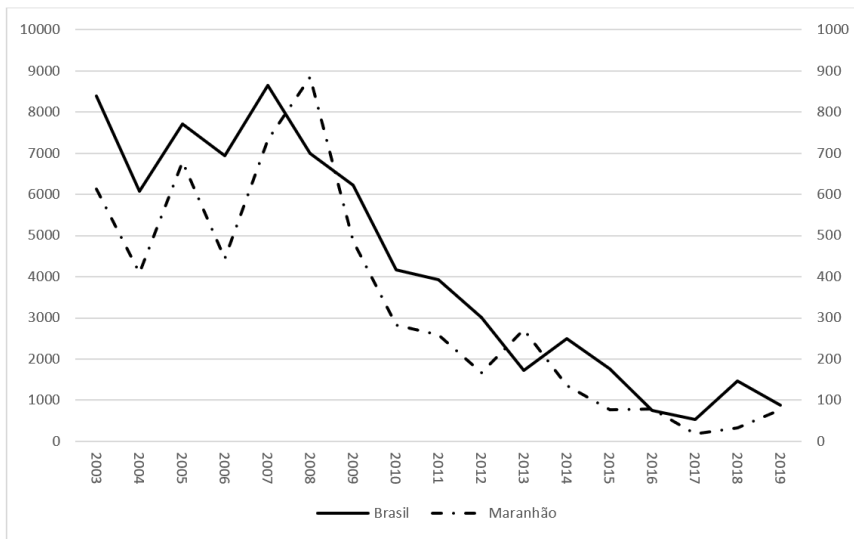
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL E NO MARANHÃO – 2003 A 2019.



FONTE: CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO/COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT).

No gráfico a seguir, apresentamos as informações da CPT, mas, agora levando em consideração o número de trabalhadores envolvidos nas denúncias catalogadas pela CPT. De forma semelhante ao que ocorreu com o número de casos, também verificamos uma redução no número de trabalhadores envolvidos nas denúncias. Destarte, o número médio de trabalhadores por denúncia/ano no Brasil passou de 6.896,6 (2003 a 2010) para 1.836,2 (2011 a 2019), enquanto no caso maranhense essa redução foi de 566,7 trabalhadores por denúncia/ano (2003 a 2010) para 123,88 trabalhadores por denúncia/ano (2011 a 2019).

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES NAS DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL E NO MARANHÃO – 2003 A 2019.



FONTE: CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO/COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT).

Após analisar a tendência acerca do desenvolvimento das situações de trabalho escravo, no quadro a seguir desagregamos as informações somente para o estado do Maranhão, de forma a procurar identificar as regiões do estado que concentraram o maior número de denúncias de casos de trabalho escravo (Tabela 7)

TABELA 7: DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO E NÚMERO DE TRABALHADORES ENVOLVIDOS NAS DENÚNCIAS POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA (MRH) – MARANHÃO (2003 A 2019).

MRH	Número de Denúncias		Número de Trabalhadores	
	Número	Em %	Número	Em %
Imperatriz	135	41,03	1.783	31,43
Pindaré	101	30,69	2.279	40,17
Gerais de Balsas	21	6,38	319	5,62
Codó	21	6,38	311	5,48
Alto Mearim e Grajaú	10	3,03	117	2,06
Médio Mearim	7	2,12	251	4,42
Gurupi	12	3,64	195	3,43
Outras MRHs	22	6,68	417	7,35
Total	329	100,00	5.672	100,00

FONTE: CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO/COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT).

Como pode ser verificado, um pouco mais de 2/3 dos casos de denúncias de trabalho escravo (71,72%) e do número de trabalhadores nessas denúncias (71,6%) concentra-se nas regiões de Imperatriz e Pindaré. Esse amplo predomínio, como veremos a seguir, está relacionado com o fato de que a atividade pecuária e da produção de carvão vegetal é muito forte nessas duas MRHs, que concentram a maior parcela do rebanho bovino estadual (CARNEIRO et al., 2020) e da produção de carvão vegetal para fins siderúrgicos (MANCINI; CARNEIRO, 2018). Por outro lado, verifica-se também uma presença importante de casos de trabalho escravo nas MRHs de Gerais de Balsas e Codó e, em menor medida, nas MRHs do Médio Mearim, Gurupi, Alto Mearim e Grajaú.

Na tabela a seguir, apresentamos os dados por setor da atividade, mas, num intervalo de tempo menor, entre 2013 e 2019 (Tabela 8). Essa redução do escopo temporal está relacionada com o fato da informação da denúncia de trabalho escravo por tipo de trabalho (setor de atividade) só começar a aparecer nos Cadernos de Conflitos no Campo a partir do ano de 2013.

TABELA 8: DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO E NÚMERO DE TRABALHADORES ENVOLVIDOS NAS DENÚNCIAS POR SETOR DE ATIVIDADE – MARANHÃO (2013 A 2019/24).

MRH	Número de Denúncias		Número de Trabalhadores	
	Número	Em %	Número	Em %
Pecuária	36	51,42	286	45,11
Carvoejamento	7	10,00	95	14,98
Desmatamento e roça de juquira	6	8,57	67	10,56
Sojicultura e catação de raízes	4	5,71	78	12,30
Outras (Carnaúba, Heveicultura etc.)	9	12,85	108	17,03
Total	70	100,00	634	100,00

FONTE: CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO/COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT).

Como é possível observar, a atividade pecuária concentra o maior número de denúncias de trabalho escravo (51,42%) e de trabalhadores envolvidos nas denúncias (45,11%). Se considerarmos que a atividade de desmatamento e roça de juquira geralmente estão relacionadas com a implantação de pastagens, a participação da pecuária no total aumentaria para cerca de 60% das denúncias e 56% dos trabalhadores envolvidos nas denúncias. Depois da pecuária, as atividades que mais se destacam são o carvoejamento e a sojicultura. No primeiro caso, temos a produção de carvão vegetal para fins siderúrgicos, que foi uma atividade com uma participação muito importante nos casos de trabalho escravo no Maranhão até o início do século XXI, mas cuja participação diminuiu fortemente nos últimos anos, graças à forte atuação crítica social na sua regulação (CARNEIRO, 2016), bem como pelo fato de que a atividade siderúrgica, demandante do carvão produzido, sofreu uma forte redução a partir das crises de 2008 e nunca mais voltou aos níveis de produção anteriores a essa crise (MANCINI; CARNEIRO, 2018). No caso da sojicultura, que é uma

24. A edição de 2016 do Caderno de Conflitos no Campo não apresenta a informação do “tipo de trabalho” (setor de atividade) em que ocorreram as denúncias de trabalho escravo.

cultura capital-intensiva, gerando poucos postos de trabalhos como vimos na seção anterior, as situações de trabalho escravo tendem a ocorrer nas atividades de preparação do terreno, conhecidas como de catação de raízes (CARNEIRO et al., 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar na seção anterior, os dados sobre denúncias de trabalho escravo apontam para uma redução no número de casos para o Brasil e o Maranhão. Em estudo semelhante, realizado para o caso brasileiro, Arbex et al. (2018) destacaram essa redução, que se manifesta também na redução do número de operações de fiscalização de trabalho escravo realizadas pelo Ministério do Trabalho.

De acordo com esses autores, um fator que ajudaria a explicar a redução do denúncias para o conjunto do país seria a forte redução da mão de obra ocupada no setor canavieiro, que passou de cerca de 389 mil trabalhadores em 2008 para aproximadamente 62 mil em 2016²⁵. Como as denúncias de trabalho escravo nesse setor responderam por cerca de 1/3 dos casos entre 2008 e 2011, a diminuição dos efetivos no setor ajudaria a explicar a redução do número de casos catalogados pela CPT (ARBEX et al., 2018, p.126).

Como a lavoura sucroalcooleira ocupa uma posição marginal na economia maranhense e na demanda por trabalho assalariado, essa explicação não se aplica ao caso maranhense. Como vimos na tabela 8, os setores de atividade que respondem pela maior parte dos casos de denúncias de trabalho escravo no Maranhão são a pecuária e, em menor medida, a produção de carvão vegetal.

Enquanto a redução do número denúncias na atividade de carvoejamento pode ser explicada pela forte repercussão das campanhas de combate ao trabalho escravo realizadas pelo Centro de Defesa da Vida e dos

25. Essa redução ocorreu em função de um protocolo ambiental que estabeleceu o fim da utilização de queimadas no processo de colheita da cana-de-açúcar em São Paulo, substituindo a utilização de trabalhadores no corte por tratores agrícolas.

Direitos Humanos de Açailândia, que incentivou o desenvolvimento de operações de fiscalização por parte do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do Ministério do Trabalho e forçou as empresas siderúrgicas a constituírem um sistema de autofiscalização, o Instituto Carvão Cidadão (CARNEIRO, 2016), no caso da atividade pecuária não tivemos nenhuma situação semelhante.

Nesse sentido, no caso da atividade pecuária, cujo rebanho vem aumentando de forma progressiva no Estado (CARNEIRO et al., 2020), acreditamos que ocorra uma forte subnotificação das situações que hoje podem ser tipificadas como de trabalho análogo à escravidão. Essa subnotificação possui relação com o fato de que o trabalho na atividade pecuária possui um caráter de forte sazonalidade, com pouca ou nenhuma presença da mediação de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), que são as instituições com maior capilaridade no espaço agrária maranhense. Por outro lado, é necessário também destacar que a mudança na conjuntura política nacional, com o fortalecimento da chamada bancada ruralista e o desenvolvimento de ações de contestação da legislação de combate ao trabalho escravo (ARBEX et al., 2018) pode também ter desestimulado as denúncias desse tipo de situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX, Alexandre; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. A política de combate ao trabalho escravo no período recente. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, n. 64, p.112-137. Brasília: IPEA, 2018.

BASALDI, Otavio V. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2008.

BACCARIN, José G. A dinâmica recente do mercado de trabalho agrícola no Brasil e no estado de São Paulo. In: MOURA, Flavia de A; TEIXEIRA, Tadeu G; KELLER, Paulo F. (Org) *Trabalho em contexto de crise: regulação, informalidade e tendências setoriais*. São Luis: EDUFMA, 2016

BELIK, W.; BASALDI, O.V.; BORIN, M.R.; CAMPANHOLA, C.; DEL GROSSI,

M.E.; SILVA, J.G. O emprego rural nos anos 90. In: PRONI, Marcelo W.; HENRIQUE, W. (org) **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo/Campinas: Editora da UNESP/Editora da UNICAMP, 2003, p.153-198.

CARNEIRO, J. F.; CARNEIRO, Marcelo S.; LIMA NETO, E. J. O desenvolvimento da agricultura familiar e sua inserção na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz: principais características e desafios socioeconômicos. *Agricultura Familiar*, v. 14, p. 75-100, 2020.

CARNEIRO, Marcelo S. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012). *Revista Política e Sociedade*, v. 15, p. 282-313, 2016.

_____. Transformações recentes no mercado de trabalho agrícola no estado do Maranhão: uma análise dos censos demográficos de 2000 e 2010. *Anais do XV Encontro Nacional da ABET*. Rio de Janeiro: ABET, 2017. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnQodMYnlibWQwakE/view>

CARNEIRO, Marcelo S; VIEIRA, Anderson S; BARROSO, Alex S; SILVA JUNIOR, Amâncio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão In: SCHLESINGER, S. et al. **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão**. Rio de Janeiro: FASE, 2008, p. 77-147.

CARNEIRO, Marcelo S; MOURA, Flavia de A. A economia da precisão e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 11, p. 375-387, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Análise ocupacional na agricultura familiar e segurança alimentar na Bahia – Desempenho recente do setor agropecuário**. Contrato de Prestação de Serviços nº 165/2012 – SETRE/DIEESE. Salvador, 2012.

GOMES, Lia Renata. **Análise da implantação da indústria de celulose e**

do processo de trabalho nas plantações florestais no oeste maranhense. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, 2017. (Versão para defesa).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2010*. IBGE: Rio de Janeiro, 2013.

MAIA, Alexandre G.; SAKAMOTO, Camila S. A nova configuração do mercado de trabalho brasileiro. In: BUANAIN, A. M. et al. (Ed) *O mundo rural do Brasil no século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014, p. 591-619.

MANCINI, Roberto M. *Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: a dimensão socioeconômica da estruturação do território produtivo de Açailândia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, 2015.

MANCINI, Roberto M.; CARNEIRO, Marcelo S. A construção do mercado de trabalho de carvão vegetal na Amazônia Oriental: estratégias corporativas e crítica social. *Estudos de Sociologia (SÃO PAULO)*, v. 23, p. 175-196, 2018.

MOURA, Flávia de A. *Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA*. São Luís: EDUFMA, 2009.

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/ Carmen Básccaran (CDVDH/CB) e o combate ao trabalho escravo na Amazônia Oriental²⁶

Raylla Cristine Dias Lima

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo que deu origem ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia – Carmen Basccarán (CDVDH/CB), em 1996. Esta iniciativa surgiu a partir da associação de movimentos sociais ligados à Igreja Católica, que se deparava com situações de violação dos direitos humanos na cidade de Açailândia, Maranhão, e da necessidade de atuar no combate ao trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Oriental²⁷. Nesta ocasião, as carvoarias, em primeiro lugar, mas também as fazendas de gado, eram os locais onde

26. Texto originalmente publicado como capítulo do livro *Ações coletivas em complexos mínero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste Brasileiro*, organizado pelos professores Marcelo Sampaio Carneiro e José Ricardo Ramalho (EDUFMA, 2015).

27. Esse artigo é parte de trabalho monográfico intitulado *A luta contra o trabalho escravo no oeste maranhense: estudo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/ Carmen Basccarán – MA (CDVDH/CB)*, defendido em 2013 no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) por Raylla Cristine Dias Lima, sob orientação da professora Flávia de Almeida Moura.

a exploração da mão de obra era mais evidente.²⁸ Esta organização tinha como objetivo geral “defender a vida, onde for mais ameaçada e os direitos humanos, onde forem menos reconhecidos, com atenção privilegiada aos mais pobres, explorados e oprimidos” (Manual CDVDH, 2005, p.13).

Este capítulo pretende descrever e discutir o processo que deu origem ao Centro de Defesa, e o trabalho desenvolvido junto às comunidades, com especial atenção para o bairro da Vila Ildemar, que possui o maior contingente populacional do município de Açailândia (MA). Pretende também analisar as estratégias do CDVDH/CB no que diz respeito à erradicação do trabalho escravo.

O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO EM CARVOARIAS NA AMAZÔNIA

Uma das principais razões para a fundação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/Carmen Báscaran (CDVDH/CB) foi o combate às condições degradantes de trabalho encontradas nas carvoarias e fazendas do município de Açailândia e demais localidades da região Amazônica.

Açailândia, município situado na Mesorregião Geográfica do Oeste Maranhense²⁹, emancipado nos anos 1980, possui aproximadamente 5806 km². Sua localização é privilegiada, em função de sua ligação com duas relevantes rodovias: a BR 222 e a BR 010 Belém-Brasília – construídas no final dos anos 1950, quando Açailândia ainda fazia parte do município de Imperatriz. Some-se a isto o fato de ser um local que une várias regiões do Brasil através da Estrada de Ferro Carajás (unindo Parauapebas –PA ao Porto do Itaqui – MA) e da Ferrovia Norte Sul. (Bossi, 2010).

28. Vale destacar que após a implantação da equipe móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2002, as carvoarias foram alvo de inúmeras fiscalizações, fato que resultou na diminuição de denúncias de trabalho escravo nestes estabelecimentos nos anos subsequentes. Dados recentes do MTE (2011/2013) apontam a condição análoga à de escravidão mais presente em fazendas de gado na região.

29. Classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A abundância de terra livre na região foi desde sempre um grande atrativo para os investimentos no território. A bibliografia de estudos sobre a região indica que tudo começou no final da década de 1960. Numa sequência altamente destrutiva, que passou pelos ciclos da madeira nobre, das serrarias, pastos e gado, do carvão e do eucalipto. A região tornou-se interessante também devido à relativa riqueza de água: rios, córregos e lagoas hoje desfrutados também pelas empresas instaladas no local (Bossi, 2010, p.23).

O processo de *povoamento* da região Oeste do Maranhão por parte de migrantes nordestinos ocorreu nos anos 1960. Os migrantes³⁰ tinham características diferentes: os primeiros eram agricultores vindos, em sua maioria, de Pernambuco, Piauí e Ceará. Um outro grupo de médios proprietários, eram naturais, em grande parte, de Minas Gerais e Bahia (Carneiro, 1995).

Já na década de 1970, os pequenos produtores perdem espaço para a indústria agropecuária e madeireira e sua capacidade de se desenvolver como grupo fica afetada (Carneiro, 1997, p. 228). Segundo Carneiro (1995), no decorrer dos anos 1970 e início dos anos 1980, os conflitos de terra desencadeados por fazendeiros e pela grande empresa agropecuária levou a um processo de comercialização de terras que já estavam ocupadas, provocando um forte movimento de expropriação camponesa.

Açailândia, em 1985, foi incluída como zona industrial do Programa Grande Carajás, tomando-se, assim, por definição institucional, área prioritária para a implantação de empreendimentos industriais. (Carneiro, 1995, p.202). O grande atrativo dos empreendimentos industriais para se instalarem na Região Amazônica se deveu entre outros motivos, aos inúmeros benefícios³¹ concedidos pelo governo, como imunidade tributária,

30. À diferença da primeira corrente (de camponeses), observa-se nesta o predomínio de trabalhadores não- agrícolas e de migrantes com algum recurso, que se instalaram em Açailândia como comerciantes ou montaram pequenas serrarias (Carneiro, 1995, p.194).

31. "Licença para construção e operação de instalações portuárias; concessão de financiamentos para a exportação; autorização e registro de empréstimos externos;

infraestrutura, aquisição de terras públicas e financiamentos. A seguinte passagem de Carneiro (1989) esclarece ainda mais esta questão.

Um dos aspectos mais marcantes do processo de constituição recente de um setor industrial forte na Amazônia é o fato deste (...) ser fruto da intervenção direta do Estado, a partir de políticas públicas dirigidas para a região. (...) Estamos diante do caso em que a industrialização tem seu início a partir de ações intencionalmente promovidas por políticas de governo, como a isenção de tributos e concessão de incentivos, ou com o desenvolvimento de programas globais, cujo Programa Grande Carajás é o maior exemplo (Idem, p.152-153).

A instalação das empresas siderúrgicas em Açailândia, inicialmente a Viena Siderúrgica e a Cia. Vale do Pindaré, agudizou a situação criada nas décadas anteriores, pois essas empresas também investiram no mercado de terras, com vistas a garantir o suprimento de carvão vegetal para a produção de ferro-gusa. Contudo, a principal marca da implantação do parque industrial guseiro na região não será no processo de concentração fundiária, mas na ampliação das situações caracterizadas como de trabalho escravo, com o surgimento de grandes unidades de produção de carvão vegetal e a mobilização de um expressivo contingente de trabalhadores em situação de elevada precariedade (Carneiro, 1995).

Na década seguinte, nos anos 1990, novas empresas se implantaram (Siderúrgica do Maranhão S/A, Gusa Nordeste e Ferro Gusa do Maranhão) no distrito industrial do Pequiá, ampliando a capacidade de produção de ferro-gusa, ao mesmo tempo em que se multiplicavam as denúncias sobre situações de trabalho escravo em fazendas em carvoarias da região. Para fazer frente a essa situação, por iniciativa de Missio-

autorização e emissão de guia para importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, etc". (Pinto,1982 apud Carneiro, 1989, p.155). "Incentivos tributários através da isenção do Imposto de Renda pelo prazo de 10 anos; isenção dos impostos de Importação sobre Produtos Industrializados, incidentes sobre produtos sem similar nacional; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)" (Sá,1987 apud Carneiro,1989, p.155).

nários Combonianos, foi criado o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia.

O SURGIMENTO DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN (CDVDH/CB)

O contexto criado pela atividade siderúrgica levou entidades sociais de defesa dos direitos humanos a se mobilizarem para discutir sobre as condições de trabalho nas carvoarias e partir daí surge o CDVDH/CB³², mais precisamente no dia 18 de novembro de 1996.

O Centro³³ possui reconhecimento nacional e internacional em função da sua atuação nas denúncias e ações preventivas contra o trabalho escravo contemporâneo e suas derivações e da propagação da cidadania com o intuito de tornar o trabalhador ciente da situação, de modo a não (re)cair nas condições de trabalho análogo à de escravo.

32.O Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH) teve um acréscimo em sua nomenclatura. Essa mudança se deu- de acordo com integrantes da instituição- para que Carmen Bascarán fosse homenageada. A mesma foi uma das pessoas que esteve desde as primeiras reuniões para a criação do Centro. Então, a partir de 2011 começou a ser chamado Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia- Carmen Bascarán (CDVDH/CB). “Logo que Carmen Bascarán saiu, que foi a primeira que puxou essa discussão, deu toda uma estrutura política, filosófica, toda uma mística do Centro foi ela que iniciou e implantou e hoje é seguida... Essa estrutura política, social e cultural que se criou dentro do Centro foi a partir da experiência e do trabalho dela aqui, do trabalho que ela fez; quando ela foi embora a gente resolveu fazer essa homenagem a ela. Por isso fizemos essa mudança, pelo trabalho que ela fez e representou pro Centro...”. Entrevista, Antônio Filho, 2011.

33.“Essa organização teve papel decisivo na formalização do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, vinculado ao Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, vigente desde 2003. No rol de suas atividades consta a realização de conferências sobre trabalho escravo, que vem contando com a participação de diversas entidades de todo o país. (...) Merecem destaque especial as conferências realizadas pelo CDVDH sobre trabalho escravo, uma vez que estas se caracterizam como espaços de interlocução, troca de experiências e informações.” (Pitombeira, 2008).

Como reconhecimento do trabalho prestado ao longo de sua existência na defesa da vida e dos direitos humanos, o CDVDH foi premiado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos na categoria Combate ao Trabalho Escravo; em 2008, a militante e fundadora do CDVDH, Carmen Bascarán Collantes, foi premiada pelo MHuD – Movimento Humanos Direitos com o Prêmio João Canuto, no mesmo ano a entidade foi premiada na Espanha com o Prêmio Al Minero da Mieres Del Camino e em 2009 recebeu o Prêmio Mérito Timbiras, categoria Combate ao Trabalho Escravo, cedido pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e da Cidadania do Maranhão (Santos Filho, 2011, p.2)

No tocante ao enfrentamento do trabalho escravo, o CDVDH/CB realiza suas ações com o apoio de vários órgãos, entre eles a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Araguaína e Marabá e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com a visibilidade alcançada pelo trabalho realizado ao longo dos anos, outros vínculos se formaram como o Repórter Brasil, a Superintendência Regional do Trabalho (SRT), procuradores, juízes, promotores, os Grupos Móveis de Fiscalização, a Polícia Federal, o Ministério Público, e o Ministério do Trabalho. O apoio internacional³⁴ permitiu uma ampliação das redes de relações de apoio.³⁵

A ATUAÇÃO NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

O CDVDH/CB inicia sua trajetória com a reunião de pessoas que participavam de movimentos eclesiais de base, padres combonianos³⁶ e

34. Em especial a Manos Unidas, agência de fomento espanhola.

35. Lembrando que esse ‘atualmente’ refere-se ao período que a pesquisa foi realizada, ou seja, nos anos de 2010-2011.

36. Missionários Combonianos é uma comunidade missionária da Igreja Católica Romana, fundada por São Daniel Comboni. No Brasil, os Missionários Combonianos chegaram em 1952. As primeiras missões foram abertas no Maranhão (Balsas) e no Espírito Santo, onde realizaram inúmeras obras: construindo escolas, igrejas, e um grande seminário em Ibirajú. Depois de 50 anos, os combonianos no Brasil são cerca de 130, atuando em 20 dioceses e organizados em dois grupos: um no Nordeste, com sede em São Luís, e outro no Sul, com sede em São Paulo”. Dentre suas

lideranças de outros movimentos³⁷. Em torno de doze pessoas sentiram a necessidade de criar um órgão/instituição para tratar a questão dos trabalhadores que sobreviviam do trabalho em carvoaria. A proximidade da cidade de Açailândia com as carvoarias torna possível a formação de uma rede a partir da identificação de sujeitos coletivos e de situações sistêmicas antagônicas a serem combatidas e transformadas (Scherer-Warren, 2006).

Foi em 96 que ele foi criado, em novembro. Naquela época aqui em Açailândia tinha alguns movimentos eclesiais de base, os padres combonianos, umas lideranças de outros movimentos, de algumas associações. Então, com a vinda desses missionários pra cá, esse pessoal começaram a se reunir. Basicamente já tinha Carmen, Danilo, Padre Carlos que também fazia parte dessa discussão. Neide, Edna, Vagner, Terezinha, Conceição é um grupo de umas doze pessoas mais ou menos. Então eles passaram a fazer essa discussão: do quê que poderiam fazer pra, e basicamente essa ideia de criar um algo pra enfrentar. Essa situação aqui da região surgiu da situação dos trabalhadores que vivem na questão das carvoarias (Entrevista, Antonio Filho, 2009).

prioridades, estão: “Pastoral com os povos indígenas; pastoral com os povos afro-descendentes; promoção da justiça, paz e integração da criação; animação missionária e promoção vocacional. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mission%C3%A1rios_Combonianos e <http://www.combonianos.org.br/> respectivamente.

37. “Na América Latina, a teoria que se produziu sobre os movimentos sociais foi formada principalmente pela Sociologia Europeia, mas também pela teoria da modernização e da dependência, que chamavam a atenção para as especificidades da região (Gohn, 1997). (...) Na América Latina, essa realidade ainda convivia (e convive) com problemas de ordem material e com a luta pela democratização política nos países em que se instalaram ditaduras militares. Existia então uma diversidade de movimentos sociais, com hegemonia de movimentos populares por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos, como também a questão dos direitos humanos (Prudêncio, 2000). Outro fator importante foi a presença da igreja católica, por meio da ala progressista da Teologia da Libertação, que mobilizou através das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais, até a abertura política, as camadas pobres da população em favor de justiça social, baseada nos princípios de solidariedade e esperança”. (Gross e Prudêncio, 2004, p.84).

No caso do CDVDH/CB, entre os níveis de organização de interesses e valores, (Scherer-Warren, 2006, p.110), o primeiro nível é o *associativismo local*³⁸:

Porque 10, 12 anos atrás, quer dizer, as carvoarias estavam muito próximas daqui da cidade. Você andava 40, 50 km, você encontrava carvoarias num entorno aqui, num raio dentro de Açailândia. (...) E a Carmen sempre coloca que a partir da história que um trabalhador contou pra ela como é que era que eles viviam na carvoaria. Então, a partir daí, em janeiro de 96, eles iniciaram essa discussão ao longo do que poderiam fazer. Criar uma associação, ou entidade, ou um sindicato, ou uma fundação; o que fosse para enfrentar essa situação. (Entrevista, Antônio Filho, 2009).

Com a criação do Centro e o início dos trabalhos em 1997, foram criadas equipes de trabalho, com quatro frentes³⁹: trabalho escravo, violência contra a mulher, registro de Crianças e Adolescentes, e conscientização dos direitos humanos na comunidade. O trabalho era desenvolvido a partir dos atendimentos⁴⁰ e reuniões. As quatro equipes funcionaram de 1997 até junho de 1998. Depois permaneceram as de trabalho escravo e a de conscientização nos bairros. A parada nas outras equipes se deveu ao surgimento e/ou atuação de outras instituições que ‘dividiram o trabalho’ com o CDVDH/CB, como por exemplo, os Conselhos Tutelares. E a percepção de que a equipe não teria condições de atender a extensa demanda de problemas.

38. “Num primeiro nível, encontramos o *associativismo local*, como as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o Terceiro Setor.

39. As entrevistas dos anos de 2010 e 2011 foram efetuadas durante as duas fases do trabalho de campo, no Centro de Defesa. Já a entrevista do ano de 2009 foi realizada pelo Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro.

40Os integrantes do CDVDH entendem por atendimento: “Ao público, as pessoas que vêm ao Centro” (Antônio Filho, entrevista, 2009);“A pedir qualquer tipo de ajuda”(-Carmen Bascarán, entrevista, 2009).

Esse atendimento ao público é feito dessa forma: nós temos dois advogados, tem um estagiário de direito, educador social, uma assistente social que faz esses atendimentos. E a partir daí o Centro de Defesa encaminha essa pessoa pra onde tem que ser encaminhado. Ou conselho, ou Ministério Público, ou Delegacia ou polícia, ou prefeitura (...). Os outros casos que são de orientação, ou que são questão de INSS, questão de violência contra uma criança, tem o Conselho Tutelar, o Conselho de Direito que a gente encaminha, e a gente encaminha pra outros órgãos também (Entrevista, Antonio Filho, 2009).

Podemos dizer que o CDVDH/CB se define⁴¹ pela força de uma *identidade* em defesa dos direitos humanos, pela identificação do *adversário* – os latifundiários que submetem trabalhadores a condições degradantes e por um *projeto* de luta por cumprimento das normas trabalhistas, especialmente para os trabalhadores em condições análogas à escravidão.

OS EIXOS DE ATUAÇÃO

Durante o processo de institucionalização do CDVDH/CB, as pessoas que hoje respondem pela organização tinham uma média entre sete e quatorze anos na época de sua criação. Alguns começaram o engajamento com a dança, que resultou no espetáculo Quilombagem⁴². O Centro sempre enfatizou o desenvolvimento profissional dos seus componentes, estimulando os seus membros para uma mudança com foco no desenvolvimento pessoal.

41. Baseamos nossa definição no modelo de Scherer-Warren, 2006, p. 115.

42. Quilombagem é um espetáculo musical. “(...) O musical acontece em dois atos. No primeiro, percorre as origens da escravidão antiga até o triunfo da “liberdade” reconhecida por Lei Áurea, triunfo este que foi conquistado com sacrifício, dor, bravura e reconforto da espiritualidade ancestral de suas origens e reconstruída no crisol da terra brasileira. No segundo ato, faz-se um paralelo com a realidade atual em que os próprios trabalhadores narram situações de indescritível humilhação e, como através das armas da união, a palavra, a denúncia e a cultura, podem se vislumbrar em um novo tempo onde todos os brasileiros e brasileiras sejam respeitados como seres humanos”. (Trecho retirado do encarte do espetáculo Quilombagem disponibilizado pelo CDVDH/CB)

O CDVDH/CB, em sua estrutura institucional, possui um modo de atuação voltado para as situações de repressão, prevenção e inserção. No caso da repressão, o atendimento é feito através da assessoria jurídica. O trabalhador se dirige ao Centro e realiza a denúncia, seja ela referente a questões do trabalho escravo ou a qualquer violação de direitos. Os atendentes do CDVDH/CB preenchem uma ficha/formulário⁴³ com a denúncia, classificam a denúncia e encaminham para o órgão competente.

A assessoria jurídica coordena as ações referentes à área da repressão. Concomitantemente há o trabalho do Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia Maranhense, um projeto em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o objetivo de fortalecer os atendimentos com uma equipe de advogados e assistência social gratuita para os *vulneráveis sociais*: vítimas ou vulneráveis à prática de trabalho escravo, tortura, conflitos trabalhistas, conflitos familiares, dentre outros.

O Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia Maranhense funciona em conjunto com a assessoria jurídica do Centro de Defesa. Foi aprovado o ano passado, [2010]. Busca fortalecer os atendimentos com equipe de advogados com assessoria e assistência social (...). (Entrevista, Brígida Rocha, educadora social CDVDH/CB, 2011).

A atuação passou a ocorrer na sede do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, nos Centros Comunitários da Vila Ildemar, da Vila Bom Jardim, da Vila Capelloza e por meio de atividades itinerantes de jornadas jurídicas populares, através da orientação, conscientização sobre os direitos e conciliação, nos mesmos moldes do mesmo trabalho realizado pelo então denominado Balcão de Direitos⁴⁴, havendo mudança somente na nomenclatura.

43. As fichas de denúncias, contidas nos anexos deste trabalho, sofreram alterações no decorrer dos anos, para o acolhimento de informações mais precisas.

44. O trabalho do Balcão de Direitos era assessoria jurídica e social destinada às comunidades, com advogados, assistentes sociais e estagiários. Financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ou seja, corrobora a informação da equidade das atividades exercidas entre o Balcão de Direitos e o

No eixo da repressão também se inserem conferências, publicações, e mobilizações: combate à corrupção política e administrativa; conferências internacionais sobre o trabalho escravo; criação de novos Centros de Defesa – em Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas; primeiras sentenças judiciais contra crimes de trabalho escravo no Maranhão; participação na elaboração do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo; *construção* do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – FOREM; luta e obtenção da instalação da Defensoria Pública na cidade de Açailândia; publicação do Atlas Político Jurídico do Trabalho Escravo no Maranhão⁴⁵.

O eixo da inserção é desenvolvido por meio de programas para os trabalhadores egressos do trabalho escravo, seja para o aprendizado de um novo ofício, como, por exemplo, o trabalho realizado pela Cooperativa para Dignidade do Maranhão (CODIGMA), ou para um processo de alfabetização, como ocorreu com um programa desenvolvido pela instituição no ano de 2007, denominado PROALFA, para alfabetizar jovens, adultos e idosos resgatados do trabalho escravo contemporâneo ou em risco de aliciamento.

(...) são pessoas que pelos dados que a gente tem, a exemplo dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados eles não tiveram acesso à escola (...). E aí, por isso cerca de mais de 80% são analfabetos, e a maioria deles são analfabetos funcionais⁴⁶. (...) Em 2007, por exemplo, o Centro de Defesa desenvolveu o PROALFA que é um programa de alfabetização focado principalmente na questão dos trabalhadores e trabalhadoras ou em risco de aliciamento ou resgatados do trabalho escravo (Entrevista, Milton Teixeira, coordenador geral administrativo CDVDH/CB, 2011).

Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia Maranhense.

45. Publicação de 2011 do CDVDH/CB, financiada pela Catholic Relief Services (CRS)-Brasil, com informações provenientes da jornada do Centro de Defesa.

46. “Analfabeto funcional é a denominação dada à pessoa que mesmo capacitada a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos, curtos e números, não desenvolve habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas”. Texto disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/analfabetismo_funcional

O PROALFA foi um programa desenvolvido na Vila Ildemar⁴⁷, baseado em programas oficiais do Governo Federal como *Brasil Alfabetizado* e o *Programa de Educação de Jovens e Adultos* (EJA). Antes da implantação do PROALFA, o CDVDH/CB realizou uma pesquisa junto aos alunos, professores e coordenadores para identificar os desafios desse trabalho.

(...) O maior problema dos trabalhadores, principalmente trabalhadores resgatados do trabalho escravo, quanto à questão da escolarização é que as condições que lhe são oferecidas não respeitam a sua realidade. Um exemplo, esses trabalhadores tem como fonte de renda a venda de bolo, a venda ambulante, a venda de salgado, a venda de chá de burro, de caldos e essas coisas todas. Então, ir à escola principalmente a noite significa o quê? Significa impedi-lo de conseguir a renda. E, geralmente, esses programas oficiais não são tão abertos a se organizar pra essa realidade. Outro problema é que a maioria não quer deixar os seus filhos menores com outros filhos maiores. Os programas também deveriam se adaptar a isso. Outra questão é que principalmente na quinta e na sexta-feira são os dois dias onde eles estão mais implicados nessa questão da venda de alguma coisa pra poder produzir renda, porque está se aproximando o final de semana e isso se intensifica. Outro problema, também sério, é a questão de exame de vista. Os programas não oferecem nenhum programa que facilite isso. Então, esses fatores geralmente implicam pra que eles entrem, não passem muito tempo e saem... E aí, de analfabeto ele passa pra analfabeto funcional (Entrevista, Milton Teixeira, coordenador geral administrativo CDVDH, 2011).

O educador recebia os trabalhadores e, enquanto eram alfabetizados, seus filhos participavam de atividades socioeducativas com a ajuda de voluntários. O PROALFA teve a duração de seis meses e conseguiu alfabetizar treze trabalhadores.

47. O bairro Vila Ildemar, com 15 anos, é o mais populoso do município de Açailândia. Possui cerca de 40 mil moradores, e é uma localidade que sofre com a incidência da busca de mão-de-obra para o chamado trabalho escravo contemporâneo, bem como para o trabalho nas siderúrgicas locais.

O atendimento social às famílias também é um componente da inserção, quando são realizados trabalhos de identificação das famílias e de suas dificuldades (saúde, alimentação), para depois serem encaminhados pelo CDVDH/CB.

A Cooperativa para a Dignidade do Maranhão⁴⁸ (CODIGMA), baseada na economia solidária, inicia suas atividades no ano de 2005, contemplando o eixo da inserção, através da geração de emprego e renda. A Cooperativa surge com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Secretaria de Trabalho, da Cáritas, do Ministério Público do Trabalho (MPT), e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O critério utilizado para a seleção dos trabalhadores é estar em situação de risco e/ou ter sido resgatado do trabalho análogo à de escravo. Na época da realização da pesquisa (2010-2011), a cooperativa contava com sete trabalhadores e vinte cooperados.

O que importa para o CDVDH é combater uma forma específica de relação de trabalho, de erradicá-la, inclusive, através da fomentação de uma consciência nos cooperados que está alicerçada num discurso que identifica nessa forma de trabalho – o trabalho escravo contemporâneo – o ultraje à dignidade, e o desrespeito à condição de humanidade dos trabalhadores envolvidos neste tipo de prática. Este desrespeito à humanidade dos trabalhadores está relacionada à negação dos direitos humanos e cidadãos que, na visão do Centro de Defesa, são negados neste tipo específico de trabalho. Desse modo, a finalidade fulcral da CODIGMA é ser uma opção de trabalho e renda não para fazer seus cooperados escaparem da “lógica do capital”, mas para tornar-se um mecanismo de erradicação do trabalho escravo e, por conseguinte, possibilitar a recuperação desses “direitos fundamentais” – direitos humanos e cidadania – por parte dos seus cooperados. (Mancini, 2012, p. 43).

A CODIGMA tem três núcleos: dois localizados no bairro da Vila Ildemar, o Núcleo de Produção de Artefatos de Madeira e o Núcleo de Produção de Carvão Ecológico, e um, localizado no bairro Vila Bom Jardim, o Núcleo de Produção de Artefatos de Papel.

48. Sobre a CODIGMA, ver Mancini (2012).

O Núcleo de Produção de Artefatos de Madeira inicialmente focava sua produção em brinquedos pedagógicos, mas em função do baixo retorno financeiro, passou a produzir camas, cômodas, guarda-roupas, agora, em menor escala, os brinquedos pedagógicos. São produtos produzidos com madeiras apreendidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e que são doadas para a Cooperativa. Já em relação às vendas:

Além das vendas realizadas através de encomendas, que representam o maior percentual da venda de produtos feita pelo núcleo, existem as exposições que eventualmente são realizados pela cooperativa, que expõe os produtos de todos os núcleos da cooperativa em um logradouro - uma praça - do município de Açailândia. (Mancini, 2012, p.53).

No Núcleo de Produção de Carvão Ecológico Reciclado, o carvão produzido, de acordo com os membros do Centro de Defesa, reduz os impactos ambientais, tem maior poder calorífico, gera 50% (cinquenta por cento) de economia em relação ao carvão tradicional, não tem fuligem e não produz fumaça. E, após a queima, seus resíduos servem como adubo orgânico.

O núcleo de produção de carvão ecológico traz consigo a propaganda de um produto com uma fórmula inovadora, ambientalmente correta, e ainda assim, com um potencial calorífico maior do que os diversos tipos de carvão produzidos a partir de madeira (Mancini, 2012, p. 55).

No Núcleo de Produção de Artefatos de Papel Reciclado, a matéria-prima vem de supermercados, escolas e indústrias do bairro Pequiá que doam papelões, livros antigos e materiais de escritório inutilizados. Este núcleo é voltado para a produção de envelopes, pastas, cartões, agendas, blocos, caixas, dentre outros. Entre todos é o núcleo mais novo.

O eixo da prevenção – trabalho realizado principalmente com crianças e adolescentes – realiza-se através de atividades culturais e socioculturais⁴⁹ como capoeira, dança, teatro, futebol de campo, atividades desenvolvidas visando a uma formação política.

49. Atividades financiadas pela Agência de Desenvolvimento Passos da Liberdade (ADEPAL – ONG); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Açailândia (COMUCA) e FIAS.

Se pensou a questão do teatro. Foi a primeira atividade cultural do Centro. Como uma forma de mobilização da comunidade, pra trabalhar essa outra etapa de formação cidadã, que também se percebia que a participação política no município diretamente, no voto (...) era muito fraca (...). As atividades culturais começaram como um instrumento de mobilização das comunidades nos bairros pra esse trabalho de formação política (Entrevista, Fabrícia Carvalho, coordenadora de projetos, 2011).

Com o passar do tempo, o Centro de Defesa percebeu a importância de um trabalho integrado e prevenção, repressão e inserção, por serem os fatores geradores do trabalho escravo.

Preferimos deixar por último a descrição e análise das atividades desenvolvidas pela Associação Rádio Comunitária Açailândia⁵⁰ (Arca FM) por acreditar que a mesma está inserida tanto na área da prevenção, quanto na área da inserção.

A Arca FM foi criada no ano de 1998 e está instalada no bairro Vila Ildemar.

Localizada num bairro de grande concentração populacional, Vila Ildemar, a rádio tem por objetivo executar serviços de radiodifusão comunitária, na difusão de idéias e elementos culturais, oferecendo mecanismos de formação e integração da comunidade e também na prevenção e repressão ao trabalho escravo, por meio de programas de caráter informativo e educativo (Silva, 2011, p. 55).

A rádio comunitária tem como objetivo principal defender a vida a partir da promoção da comunicação comunitária, sempre respeitando a cultura e a cidadania. A rádio é composta, em sua maioria, por adolescentes e jovens que recebem capacitação e começam a trilhar o caminho da comunicação. Pretende-se que os capacitados façam uso do aprendizado na hora da difusão das informações sobre direitos humanos, cidadania e defesa da vida.

50. Apesar da instituição entender a Arca FM dentro do eixo da inserção social, compreendemos que a rádio pertence não somente a este eixo, mas também ao eixo da prevenção, conforme demonstraremos em nossa justificativa.

A rádio desenvolve em parceria com o CDVDH/CB e a ONG Repórter Brasil projetos de prevenção e combate ao trabalho escravo. Esse trabalho de prevenção é realizado principalmente a partir de campanhas e de programas específicos desenvolvidos pela emissora que visam fazer um trabalho de prevenção e denúncia do trabalho escravo contemporâneo entre os trabalhadores (...). Essas campanhas são responsáveis por chegar informações aos trabalhadores sobre seus direitos bem como fazer a mediação destes com os órgãos de denúncia e repressão. Nas campanhas desenvolvidas são oferecidas informações sobre as condições de trabalho, informações sobre as formas de aliciamento, atuação do *gato* (aliciador) no processo de aliciamento (Silva, 2011, p. 64).

Portanto, ao divulgar e informar sobre as formas de violações de direitos e mais propriamente sobre o tema do trabalho escravo contemporâneo, a Associação Rádio Comunitária Açailândia (Arca FM) atua no eixo da prevenção. E ao promover cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens, a rádio se insere no eixo da inserção.

A REESTRUTURAÇÃO

Durante grande parte da existência da entidade, a fundadora e homenageada Carmen Bascarán esteve à frente do Centro de Defesa. Sua presença deu suporte ao desenvolvimento da instituição como um todo.

Na segunda fase do nosso trabalho de campo, Carmen Bascarán já havia saído há dois anos e o Centro de Defesa reconheceu alguns percalços advindos de sua ausência. Os recursos para a execução dos projetos, em sua maioria, eram provenientes da Espanha, em especial da Manos Unidas e CDVDH/CB elaborou uma nova estratégia: reduzir o número de financiamentos internacionais e aumentar o número de financiamentos nacionais. Carmen Bascarán era a responsável pela elaboração dos projetos e, com sua “saída” criou-se uma equipe para a elaboração de projetos.

A gente ficou um pouquinho mais vulnerável com a saída da Carmem, e muita gente achava que com a saída dela a gente ia fechar... já vai fazer 2 anos que ela foi; houve uma diminuição nas ações, mas do ponto de vista político o Centro continua

com sua mesma atuação; apenas a fragilidade que eu entendo é: tu tendo pessoas de outras nacionalidades aqui dentro... Tu tá menos vulnerável a ser atacado, seja político ou um ataque direto, porque fazer isso com uma pessoa que está todo dia pela rua é fácil, né?! Alguém que vem de fora, que sabe que tem todo o apoio, tem toda a mídia olhando essa atividade, ainda assim acontece, né?! Mas é uma atividade desafiadora, mas que dá pra continuar (Entrevista, Antônio Filho, coordenador jurídico CDVDH/CB, 2011).

Percebeu-se também a CODIGMA não apenas como fonte de ofício e renda para o trabalhador(a), pois com os cursos profissionalizantes⁵¹ o CDVDH podia criar novas estratégias para a geração de renda.

A partir de 2010 idealizou-se um planejamento estratégico⁵², com a duração de três anos, com a proposta de, ao final de cada ciclo, o projeto poder ser reavaliado como um todo e, eventualmente, fazer alterações necessárias.

No período de nosso trabalho de campo, o Plano Cultural já estava basicamente definido, com três níveis. O primeiro nível trabalha com os iniciantes, crianças e adolescentes que entram pela primeira vez para participar das atividades do Centro. Contam com formação técnica, formação artística e formação cultural. A intenção é que estes ingressantes passem a raciocinar e conscientizar-se a respeito dos direitos humanos, meio ambiente, consciência negra, relações intrapessoais, sexualidade, higiene, gênero, ética e cidadania, ou seja, abordagens multitemáticas.

Por isso os movimentos sociais tematizam questões que antes ficavam restritas à esfera privada, como as questões de gênero, de orientação sexual, étnicas, enfim, às *diferenças* que querem ver significadas. Junto com isso, compartilham das lutas pela terra, pela distribuição de renda pela igualdade entre nações (“antiglobalização”). Portanto, nenhum ator social contemporâneo luta sozinho, mas atua em rede, numa articulação que é global e cuja ação é local (Goss; Prudêncio, 2004, p.80).

51. Cursos profissionalizantes de *biscuit*, decoração em sandália, manicure, pedicure, cabeleireiro.

52. A ideia é que este planejamento fosse posto em prática no ano de 2012.

O segundo nível destinado para quem está há mais tempo no Centro de Defesa e que quer continuar na instituição.

Na visão humana temos o Quilombagem, sendo um espetáculo que se criou. Um espetáculo que trata sobre o trabalho escravo, isto foi em 2007. Hoje em dia virou um grupo multicultural. A idéia é essa, o pessoal do nível um que vai passando, que vai continuar assim de uma maneira mais profissional eles passariam para o Quilombagem (Entrevista, Mariana de la Fuente, coordenadora de projetos CDVDH/CB, 2011).

Por fim, o terceiro nível, com uma formação política, para atuar nas políticas públicas e dar continuidade ao trabalho que o CDVDH/CB realiza.

É o Afixirê. Afixirê é uma edição artística, por ser um grupo de dança, específico de dança afro e trabalha muito a parte de consciência negra, e valorização da cultura afro-brasileira. E é um grupo que está tendo formação política para atuar nas políticas públicas, de uma forma mais específica. E sua missão geral é uma cultura libertadora. (...) E daqui para frente iremos definir o quê que queremos conseguir em cada uno dos níveis (Entrevista, Mariana de la Fuente, coordenadora de projetos CDVDH/CB, 2011).

OS DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO

O CDVDH/CB tem historicamente enfrentado obstáculos e dificuldades, tanto no que diz respeito à credibilidade quanto à própria vida dos agentes que decidiram 'levantar a bandeira' de combate ao trabalho escravo contemporâneo na região.

Em todas as lutas que a gente travou... sempre quando a gente iniciou esse trabalho houve uma tentativa de desqualificar: das pessoas, dos políticos, dos empresários, das indústrias com relação à comunidade e ao Centro de Defesa; que era um grupo de pessoas que estava interessado em desmoralizar a região ou aquela estrutura enfrentada, em colocar empresas pra fora daqui; os estrangeiros que vem pra cá com essas dificuldade que tem a nossa região, ganhar dinheiro com isso, né?! Com essas

lutas... houve toda essa tentativa de desmoralizar o Centro de Defesa. (...)a partir do trabalho que o Centro começou a fazer em Açailândia várias organizações também mudaram seu jeito de atuar, com mais responsabilidade, muito mais objetivo naquilo que estão fazendo, quer dizer: houve uma certa educação das outras organizações a partir do modelo e da forma como o Centro de Defesa trabalhou aqui na região e da atuação dos seus militantes. Não é uma luta fácil porque quem está aqui no Centro, e principalmente quem está na “linha de frente”... que tem mais visibilidade, na questão do trabalho escravo, acaba assumindo um risco muito maior dessa atividade (Entrevista, Antonio Filho, coordenador jurídico CDVDH, 2011).

A entidade contava com vinte e três pessoas divididas entre voluntários, estagiários, agentes da cidadania, educadores sociais, funcionários. E o financiamento passou a ser um obstáculo.

Temos uma grande dificuldade que é o financiamento de pessoal para o Centro de Defesa, porque a maioria dos projetos eles financiam ações e não pessoal.(...) Duas grandes dificuldades do Centro de Defesa, apesar de eu te relacionar todos esses projetos. As duas grandes dificuldades do Centro de Defesa é o financiamento de pessoal e o financiamento da manutenção, principalmente das sedes dos Centros Comunitários, que é a questão de água, de energia, telefone, internet. Então, essas despesas, são despesas difíceis de serem cobertas por determinados projetos (Entrevista, Milton Teixeira, coordenador geral administrativo CDVDH/CB, 2011).

Como o Centro de Defesa preza pela impessoalidade, a busca por pessoas que garantam a perpetuação dos trabalhos se tornou também um desafio.

Outro desafio interno também é a questão do fortalecimento no que diz respeito à formação, a qualificação de pessoas pra que venham lá no futuro substituírem as que já estão aqui, à exemplo, por exemplo da minha pessoa, que já tenho onze anos que estou dentro do Centro de Defesa. Então, cinco anos da minha

vida que eu me dediquei a um trabalho voluntário no Centro, e os outros seis como funcionário. Então, chega um momento em que é preciso que isso seja renovado pra garantir a cultura da instituição. Então, um grande desafio que o Centro de Defesa enfrenta no momento – e inclusive estamos trabalhando dentro dessa questão do planejamento estratégico – é formar, qualificar e valorizar quem já vem da base, no que diz respeito que essas pessoas que tem algum tempo como voluntário, ou seja, como funcionário que realmente desempenhou um bom trabalho e que demonstrou realmente uma afinidade muito grande com as atividades do Centro. A idéia é que elas nos substituam aí ao longo do tempo (Entrevista, Milton Teixeira, coordenador geral administrativo CDVDH/CB, 2011).

O crescimento da estrutura física, patrimonial também trouxe problemas de gerenciamento financeiro, pois,

se aumenta a estrutura física conseqüentemente você é obrigado a ter que aumentar a questão de pessoal, e na hora de você gerir isso então você tem a dificuldade, porque falta ali financiamentos específicos que cubram determinadas despesas. Esse desafio é um desafio também que dentro desse planejamento estratégico nós estamos trabalhando (Entrevista, Milton Teixeira, coordenado geral administrativo CDVDH/CB,2011).

Apesar dos altos e baixos que acometem instituições, podemos perceber que o trabalho no Centro de Defesa vai além do retorno financeiro. Por exemplo, na época, entre todas as agentes da cidadania, apenas uma das agentes tinha remuneração referente ao trabalho prestado.

(...) eu acho que é desde o início do ano que elas estão sem contrato. Porque o projeto acabou, o projeto que financiava elas. (...) Ficou recebendo o seguro e depois parou. Mas, assim, um fato muito positivo é que os funcionários que já estão continuam. São pessoas que já tem um amor muito grande pelo trabalho, e graças a Deus não abandonam, né?! Então, a gente sempre conta com elas, e aí, (...) quando começa um projeto, alguma coisa, inclui essas pessoas pra poder contratar. (Entrevista, Brígida Rocha, educadora social, 2011).

Esse retorno advindo dos componentes do Centro confere à instituição, mesmo com alguns percalços, o suporte proveniente do comprometimento, militância e crédito à causa defendida pela instituição, gerando a permanência destes na organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia Oriental, mais precisamente no Oeste maranhense, município de Açailândia, nasce uma organização não-governamental que, durante sua jornada de dezesseis anos, contribuiu para uma mudança significativa no trato à questão do trabalho escravo contemporâneo. Apesar de o enfoque principal da instituição ser o combate ao trabalho escravo contemporâneo, percebeu-se também uma preocupação mais abrangente no sentido de eliminar situações de violação dos direitos humanos.

O reconhecimento creditado a essa organização ocorreu através dos resultados de um trabalho de denúncias e campanhas de combate à esta prática. A própria capacitação destinada aos trabalhadores aliciados, resgatados ou em situações de risco, como também a formação dos membros que constituem o corpo administrativo da instituição, dá ao Centro de Defesa um reconhecimento social importante.

Quanto às estratégias de combate ao trabalho análogo ao escravo contemporâneo, os três eixos de atuação, prevenção, repressão e (re) inserção-, bem como o planejamento estratégico proporcionaram uma maior organização interna. Aliado a isso, uma nova medida de execução das atividades com o público, ou seja, as metodologias de atuação foram criadas e recriadas.

A formação de uma nova liderança institucional para dar continuidade aos futuros trabalhos da instituição não parece ser uma tarefa simples, mas a credulidade dada ao planejamento estratégico promete reforçar e diluir esse entrave, assim como o apego à causa, que registra a permanência dos funcionários mesmo sem receber remuneração.

Entendemos que há necessidade de uma articulação mais efetiva e próxima da estrutura dos governos e com os atores sociais que no dia-a-dia estão na luta, de modo a vencer as burocracias políticas, judiciais e

econômicas que resultam em violações de direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras*. Ci.Inf., Brasília, v.29, n.2, p.155-16. mai./ago.1999. Disponível em: www.scielo.com.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200008&lng=PT&nm=iso. Acesso em: 08/06/2011.

ARAÚJO, Inesita. *Mediações e Poder*. 9º Encontro da COMPÓS, maio-junho, Porto Alegre, 2000.

BOSSI, Dário. *Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão*. In: Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. Fórum Carajás. São Luís, MA, Brasil, p.22-32, 2010.

GORDILLO, Marco. *Manos Unidas na luta contra o trabalho escravo*. In: BASCARÁN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton. II Conferência Inter-participativa sobre trabalho escravo e super-exploração em fazendas e carvoarias: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida. Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. Açailândia, 2007.

CARNEIRO, Marcelo S. *Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás: políticas a serviço da industrialização*. In: Edna Maria Ramos Castro; Rosa Acevedo Marin (org). *Amazônia em tempo de transição*. 1 ed.. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989, v.1, p.151-246.

_____. *Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia*. In: CONCEIÇÃO, F. G. (org). *Carajás: Desenvolvimento ou Destruição – Relatórios de Pesquisa*. São Luis: CPT, 1995, p.107-133.

_____. *O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia: políticas públicas e poder local na Amazônia*. In: CASTRO, Edna; MAIA, Maria Lúcia S.; MOURA, Edila A. F. (Org). *Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço*. Editora Universitária UFPA, 187-219, 1995.

_____. *Do Latifúndio Agropecuário à Empresa Latifundiária Carvoeira: A EFCarajás e a Propriedade da Terra no Oeste Maranhense*. In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia (Org). *Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém, UFPA/NAEA, 223-250, 1997.

_____. *Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental*. Revista da Universidade Católica de Pelotas. V.8, n.2, p.153-183. 2002.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS DE AÇAILÂNDIA. *Manual prático de defesa dos direitos humanos e da cidadania*. Açailândia, 2005.

COSTA, Celia Maria Leite (Org). *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 2008

DODGE, Raquel Elias Ferreira. *A Defesa do Interesse da União em Erradicar Formas Contemporâneas de Escravidão no Brasil*. Brasília, 2002.

SOUZA, QUEILA; QUANDT, CARLOS. *Metodologia de análise de redes sociais*. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (org). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro:CEDI:Koinonia,1994.

FERNANDES, Rubem César. *O que é terceiro setor?*In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.p. 25-33.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2004

SANTOS FILHO, Milton Teixeira. *CDVDH, um espaço de luta popular em defesa da vida*. Açailândia, 2011.

GOSS, Karine Pereira. PRUDENCIO, Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. In: Revista Eletônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol.2, nº1(2), janeiro-julho 2004, p.75-91. Disponível

em: www.emtese.ufsc.br/2_res6.pdf. Acesso em: 10/03/2013.

JACOBI, Pedro R. *Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadã*. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000300005&lng=pt&nrn=iso. Acesso em: 08/06/2011.

LANDIM, Leilah. “*Experiência Militante*”: História das assim chamadas ONGS. In: LANDIM, Leilah (org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* NAU Editora. Rio de Janeiro, 1998.

MANCINI, Roberto Martins. *A construção de uma experiência de economia solidária como alternativa à reprodução do trabalho escravo contemporâneo: o caso da Cooperativa para Dignidade do Maranhão de Açailândia – MA*. Monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (Ma)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. *O exercício da responsabilidade Social empresarial das indústrias de Carajás: o Caso do Instituto Carvão Cidadão*. Monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2008.

_____. Relatório Greenpeace. *Carvoaria Amazônia: Como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação de governos*. Greenpeace. Manaus, 2012.

OIT. *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural*. Organização Internacional do Trabalho - OIT. Outubro 2007. (Relatório).

_____. *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrn=isso. Acesso em: 08/06/2011.

SILVA, Rosiane de Oliveira. *Rádio comunitária como espaço de construção de cidadania: um estudo sobre a rádio comunitária de Açailândia como rede de denúncia do trabalho escravo*. Monografia de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

TRINDADE, Clenilson Borges.; PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. *Alicia-mento X Trabalho escravo: Questões Entrelaçadas*. São Luís, 2010.

TRINDADE, Clenilson Borges. *Análise dos indicadores encontrados nas denúncias feitas por trabalhadores no Centro de Defesa em Açailândia no período de 2005 a 2010*. Relatório. São Luís, 2010.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Trabalho Escravo, Trabalho Temporário e Migração*. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; 2008.

_____. *Representações de trabalhadores, gatos e empregadores sobre o trabalho escravo*. Relatório OIT, Brasília, 2011.

VIZER, Eduardo A. *Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias*. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. (Orgs.). *Mídia e movimentos sociais: Linguagem e coletivos em ação*. Coleção Comunicação, Paulus, São Paulo, 2007.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva*. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. São Luís, 2011.

SITES CONSULTADOS:

www.cdvdhacai.org.br, (Acesso em: 10/02/2013)

www.combonianos.org.br, (Acesso em: 15/04/2013)

www.manosunidas.org/organizacion 2013, (Acesso em: 15/04/2013)

www.odamongd.org/es/node/12, (Acesso em: 18/04/2013)

www.pt.wikipedia.org/wiki/Mission%C3%A1rios_Combonianos,

(Acesso em: 01/03/2013)

Ação política e intervenções de políticas públicas no combate ao trabalho escravo contemporâneo no estado do Maranhão, Brasil

Flávia de Almeida Moura
Dannielle Weba Maia de Moraes

A chamada escravidão contemporânea torna-se visível no Brasil ao final da década de 60, momento em que o país vivia o início do seu milagre econômico e a região amazônica tornava-se palco alvo de vultosos projetos de infraestrutura, visando à implementação de empreendimentos econômicos assentados na utilização predatória dos recursos naturais e da força de trabalho. (MOURA, 2016).

Neste contexto, o conceito de trabalho escravo contemporâneo (ESTERCI, 1994) já foi amplamente tratado pela Sociologia brasileira e diz respeito a um sistema em que a força de trabalho é adquirida sob as condições em que a dignidade humana é subtraída ao trabalhador. (SILVA, 2016).

Diante deste cenário de produção material a partir da exploração da vulnerabilidade de um ser social, a escravidão perpetua na atualidade, mesmo que com algumas modificações no uso de seus métodos e mais abrangente, pois pode ocorrer com qualquer gênero, idade ou cor. E, ainda que inaceitável, como abordado por Neide Esterci (2008), contextualizou-se ao longo do tempo, a partir dos contínuos casos e denúncias do uso dessa mão de obra desumana.

Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes que escravidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização; espécie de metáfora do inaceitável, expressão de um sentimento de indignação que, afortunadamente, sob esta forma afeta segmentos mais amplos do que os obviamente envolvidos na luta pelos direitos. [...] O termo “escravidão” tem ainda o poder simbólico de denunciar a redução de pessoas a coisas, a objetos de troca, a mercadoria - vem associado a expressões de mercado: “compra”, “venda”, “preço por lote, por cabeça”. (ESTERCI. 2008, p. 31, 32)

No estado do Maranhão, o uso dessa força de trabalho análoga a de escravo também se faz presente apresentando novas características e meios para a sua manutenção. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵³, em 2015, as atividades na construção civil e na pecuária foram as que apresentaram o número mais significativo de ocorrências de mão de obra escrava no Brasil. No Maranhão, as principais atividades desempenhadas por mão de obra escrava estão presentes nas carvoarias, principalmente no município de Açailândia, na atividade de carvoejamento, junto a produção de ferro-gusa, na pecuária e nas derrubadas das florestas ou na limpeza da área já devastada (roço da juquirá).

Para lidar com este problema social e de violação aos direitos humanos, o governo do Maranhão aplica uma série de medidas em combate ao trabalho escravo contemporâneo. O presente artigo apresenta uma breve análise de uma dessas ações políticas, concentradas a partir da criação e funcionamento da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (COETRAE-MA). Objetiva-se aqui, portanto, analisar a atuação da Comissão a partir do estudo das principais atividades desenvolvidas na perspectiva da ação política e de intervenções de políticas públicas.

53. Em 1975, durante o Encontro Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Goiânia, criou-se a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Um órgão articulador e entidade de Defesa dos Direitos Humanos e de fundamental importância para o combate ao trabalho escravo.

BREVE HISTÓRICO DA COETRAE-MA

Criada em 2007 pelo governador Jackson Lago, através do Decreto Nº 22.996 de 20 de março, do referido ano, a COETRAE/MA foi instituída para atender a uma demanda do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão - FOREM⁵⁴. Os agentes sociais, organizados por entidades da sociedade civil, pressionavam o governo local na implantação da Comissão Estadual, pois o I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo já havia sido lançado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, bem como a CONATRAE⁵⁵ - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Após as formalidades burocráticas, como o ato de legalização pela publicação do Decreto, a COETRAE/MA pôde promover ações que visassem a fiscalização e a unificação do combate ao trabalho análogo à de escravo, para também realizar planos de erradicação que suprissem a deficiência de interação entre o poder público e a sociedade civil acerca desta luta. Com o passar do tempo, a COETRAE/MA não se tratava apenas de uma demanda social, mas de uma Comissão que fortalecia as ações de promoção na garantia dos direitos humanos, permitindo a cooperação dos órgãos componentes e das entidades da sociedade civil de maneira mais efetiva.

Para compreender como a COETRAE/MA conseguiu realizar essas ações e se tornar uma aliança entre os órgãos governamentais, não governamentais e entidades da sociedade civil foi preciso realizar uma análise sobre as políticas públicas impactadas pela Comissão, ou seja, as ações as quais

54. O Fórum, em atividade entre 2004 e 2009, era composto por entidades civis que lutam pela erradicação do trabalho escravo no Maranhão. “Ele foi criado em 2004, por uma iniciativa da então Delegacia Regional do Trabalho. Após a criação da COETRAE/MA, ele se tornou um espaço de movimento social, uma vez que a Comissão assumiu a responsabilidade, de forma legal, em combater essa exploração no Estado”. Fonte: <http://www.cdvdhacai.org.br/82-abas/85-parc-forem>

55. Sua criação teve o intuito de fiscalizar as ações do I Plano Nacional, para garantir sua funcionalidade. A CONATRAE contribuiu para o surgimento de Comissões Estaduais ao longo do Brasil, com a função de garantir as ações de erradicação do trabalho escravo a nível estadual.

COETRAE/MA de alguma forma contribuiu para que acontecessem, através de seus planos e componentes, que obtiveram resultados positivos na luta contra o trabalho escravo, seja em âmbito social e/ou político para o Estado.

Levando em consideração a amplitude de estudos sobre políticas públicas, se fez necessário delimitar o campo de estudo, devido à estrutura da Comissão. Precisou-se compreender a responsabilidade do governo acerca dessas ações, uma vez que a COETRAE/MA utiliza, também, recursos governamentais, mas não é um órgão do governo. E, por fim, entender o papel da Comissão nesse combate, considerando seu processo de construção bem como de suas ações políticas desenvolvidas em prol do combate ao trabalho análogo ao de escravo.

Em virtude das variadas ações realizadas pela Comissão, escolheu-se para apresentar nesta comunicação três ações elencadas como principais, a partir de um mapeamento das atividades da Comissão, realizado a partir de uma metodologia bibliográfica em sua sede, buscando documentos das ações realizadas pela Comissão desde sua criação, em 2007. Também se realizou entrevistas com os responsáveis das ações escolhidas para serem estudadas.

Desta forma, o presente artigo apresenta primeiramente a composição e formação da Comissão, em seguida a análise realizada sobre o campo das políticas públicas e a responsabilidade do governo e, por fim, os planos e as ações delimitadas, que permitirão uma visão ampla das atividades da COETRAE/MA no Maranhão.

COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA COETRAE-MA

Competia-se a COETRAE/MA, conforme o decreto, as seguintes responsabilidades:

Art. 2º Compete à COETRAE:

- I - elaborar e acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo as adaptações que se fizerem necessárias;
- II - acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o combate e erradicação do trabalho escravo na Assem-

bléia Legislativa, bem como propor atos normativos que se fizerem necessários à implementação do Plano de que trata o inciso I;

III - acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Governo maranhense e os organismos nacionais e internacionais;

IV - propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo;

V - elaborar e aprovar seu regimento interno.”

(Fonte: Diário Oficial do Estado do Maranhão, P. 16 de 26/03/2007)

Art. 3º A COETRAE será integrada:

I - pelo Secretário Extraordinário dos Direitos Humanos, que a presidirá;

II - pelos seguintes Secretários de Estado:

a) do Trabalho e Economia Solidária;

b) da Segurança Cidadã;

c) da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural;

d) do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

e) do Desenvolvimento Social.

III - por representantes do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal;

IV - por até nove representantes de entidades privadas não governamentais, reconhecidas estadualmente, e que possuam atividades relevantes relacionadas ao combate ao trabalho escravo.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a IV poderão ter substitutos por eles indicados.

§ 2º Poderão ser convidados a integrar a COETRAE, na qualidade de observadores, representantes de instituições públicas ou privadas, que possuam notórias atividades no combate ao trabalho escravo.

§ 3º A COETRAE terá um vice-presidente, eleito entre os representantes, mediante votação por maioria absoluta.

(Fonte: Diário Oficial do Estado do Maranhão, P. 16 de 26/03/2007)

Avaliando a composição da COETRAE/MA, nota-se a presença de representantes da sociedade civil – “representantes de entidades não-governamentais” – de órgãos do governo estadual (Secretarias de Segurança, do Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social), de agências estatais federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Delegacia do Trabalho) e do Ministério Público (Federal e Estadual).

Esses diferentes atores, estatais e da sociedade civil, além de compor a COETRAE, desenvolvem ações conjuntas de combate ao trabalho escravo, como será visto a seguir. Nesse sentido, podemos dizer que eles fazem parte de uma rede social de combate ao trabalho escravo.

Contudo, essa rede social de combate ao trabalho escravo não é composta somente por entidades e agências estatais que possuem reconhecida atuação no combate ao trabalho escravo, também participam dela professores, pesquisadores, militantes, , uma vez que contribuem com a Comissão, a partir de um movimento intelectual, atuando em campos específicos, sem vínculo rígido com o Estado ou a organizações civis.

Tendo identificado um conceito para compreender a forma de funcionamento da COETRAE/MA, foi possível desenvolver um estudo mais profundo sobre o impacto de suas ações às políticas públicas do Estado, bem como na identificação do campo destas políticas públicas, em seguida preocupou-se em compreender e delimitar o papel do governo.

ANÁLISE DO CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DA RESPONSABILIDADE DO GOVERNO

As políticas públicas que envolvem a prevenção, repressão e reinserção dos trabalhadores resgatados ou em risco de aliciamento são trabalhadas por todos os envolvidos no combate ao trabalho escravo. Pôde-se observar no Mapeamento das atividades da COETRAE/MA⁵⁶ ações que visavam o

56. Com a leitura e transcrição dos arquivos encontrados no acervo da SEDIHPOP sobre a COETRAE/MA, onde foi possível observar atividades e discussões acerca dos planejamentos, realizações e dificuldade das ações políticas desenvolvidas pela Comissão, como também do meio utilizado para monitoria das metas definidas nos dois Planos de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (2007 e 2012).

fortalecimento dessas políticas públicas, assim como cobravam uma ação mais efetiva delas por parte do governo⁵⁷.

Há uma série de discussões que envolvem o conceito de políticas públicas. Mas, para contribuição deste estudo não se traz a ideia apenas como solução de problemas, uma vez que, ao envolver a COETRAE/MA junto às ações políticas de combate ao trabalho escravo, entende-se que haja uma cooperação entre os governos, outras instituições civis e militantes sociais, portanto, limitar a realização dessas políticas apenas como resultado desse problema é não permitir o embate em torno das ideias e interesses que envolvem a essência da mesma. (SOUZA, 2006)

Após um estudo sobre as variadas linhas de pensamento que conceituam políticas públicas, Souza (2006) apresenta a seguinte: “[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26).

Uma vez tendo conhecimento desta caracterização de políticas públicas, foi possível conectar as propriedades observadas na COETRAE/MA, tais como: a permeabilidade do governo quanto às manifestações das militâncias sociais para a criação da COETRAE/MA, as ações planejadas através dos Planos de erradicação e observação do Mapeamento das Atividades, a partir de ações e reuniões da Comissão. Conduzindo, dessa forma, à percepção sobre o papel do governo.

Contribui para tal compreensão, quanto ao estímulo à ação governamental, seja influenciando seu planejamento ou estimulando suas políticas públicas de combate ao trabalho análogo ao de escravo, a partir do desenvolvimento dos estudos de políticas públicas apresentado por Souza (2006), ao abordar o papel dos governos:

57. Tipo de Documento: Relatório Técnico de Viagem (Proc. Nº 140992/2014). Atividade: O II Seminário sobre o combate ao trabalho escravo – Matões do Norte/MA. 05.11.2014/ Tipo de documento: Convite OIT. Atividade: Participar de uma oficina de trabalho com o intuito de adaptar os indicadores do Survey “Hard To See, Harder To Count” para o contexto socioeconômico e produtivo específico do Maranhão. 01.12.2015

[...] No processo de definição de políticas públicas, trabalha-se com a ideia de uma ‘autonomia relativa do Estado’, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (SOUZA, 2006, p.27)

Observou-se, portanto, que o campo das políticas públicas a qual a COETRAE/MA impacta com suas ações é aquela que visa “colocar o governo em ação”, ou seja, promover a partir de estratégias e influências nas decisões, às políticas públicas para erradicação do trabalho análogo ao de escravo, no Maranhão pelo governo. E que o governo possui uma autonomia relativa junto à Comissão. Há participação, mas não há domínio ou propriedade, sendo permeável às decisões dos demais componentes ou de fatores externos.

Como exemplo da autonomia relativa do governo pode-se citar um acontecimento registrado na “*Ata de Reunião da COETRAE*”, do dia 21 de janeiro de 2014. Havia uma insatisfação popular com o governo estadual daquela época e, portanto, houve uma solicitação para que não houvesse o *slogan* do Governo junto a uma ação que seria realizada pela COETRAE/MA. Mas, considerando a composição da Comissão, assim como a própria presidência da mesma ser vinculada a um órgão governamental, essa solicitação não pôde ser atendida. Em contrapartida, em um registro na “*Ata de Reunião da COETRAE*”, no dia 25 de fevereiro de 2015, onde os demais componentes insatisfeitos com o comprometimento do então governador acerca das ações de combate ao trabalho forçado (no que diz respeito ao atraso das responsabilidades do estado sobre o II Plano Estadual) o MPT - Ministério Público do Trabalho⁵⁸ supôs propor formalmente uma TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - ao governo, mesmo esse também sendo um ator estatal. Como explicado anteriormente, não há propriedade do governo sob a Comissão, ou seja, as determinações sobre as ações são pensadas no que se refere ao melhor para o combate ao trabalho análogo à de escravo.

58. Um dos componentes da COETRAE/MA

O supervisor de Proteção e Combate à Violação de Direitos da SE-DIHPOP – Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Jorge Serejo, explica, em entrevista concedida para a realização da pesquisa, as principais estratégias adotadas para manter a coletividade das ações da Comissão, prevalecendo o melhor para combate ao trabalho escravo:

No caso de representantes do governo e demais órgãos públicos, cada ente arca com despesas relativas a eventuais deslocamentos. Para viabilizar a comunicação foi mantida uma lista de e-mails e um grupo no Whatsapp onde as informações são compartilhadas. A criação do grupo no whatsapp dinamizou o fluxo de informações. Lembramos também que há atividades realizadas pelos membros da soc. civil, principalmente as desenvolvidas pelo CDVDH, que são apresentadas à Comissão e que envolvem a participação dos demais membros. Uma ressalva é que alguns órgãos públicos tem participado da Comissão apenas em momentos de deliberação formal, sendo, portanto, um grande desafio para a Comissão elaborar estratégias para fazer com que algumas representações encarem sua participação no enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão de forma coletiva (Trecho de entrevista concedida por Jorge Serejo, em junho de 2016)

Tendo conhecimento da composição, formação, campo de atuação e o papel do governo na COETRAE/MA, foi possível analisar as ações de maneira mais objetiva. Porém, entende-se que o monitoramento é parte importante no processo de políticas públicas para o combate ao trabalho escravo (SOUZA,2006). Neste sentido, houve a necessidade de conhecer e estudar os dois Planos Estaduais de Erradicação do Trabalho Escravo, elaborados pela COETRAE/MA, como importantes meios de monitoramento das ações de combate ao trabalho escravo no Estado. Além de que as ações escolhidas para análise neste trabalho foram construídas para atender demandas do Plano:

[...] por fim, as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em

ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistema de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p.26)

Focando nos principais aspectos de vulnerabilidade e aliciamento de trabalhadores em situações análogas ao de escravo no Maranhão, esse compromisso de monitoramento foi elaborado em dois momentos, configurando o 1º e o 2º planos, que serão apresentados a seguir.

MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO DA COETRAE-MA

Apresenta-se a seguir as principais ações de combate ao trabalho escravo analisadas neste artigo a partir dos dois planos estaduais.

1º PLANO ESTADUAL PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Lançado em 21 de junho de 2007, este Plano priorizou o combate as principais causas de aliciamento de trabalhadores e mão de obra escrava no Estado naquele momento: “*a pobreza, o modelo econômico excludente e a impunidade*” (p.05). A *pobreza* era reflexo dos índices de desenvolvimento humano de um Estado desigual, que infringia os direitos sociais básicos dos maranhenses, como saneamento básico, alimentação, moradia e educação. Aumentando a precisão⁵⁹ (MOURA, 2009) e consequentemente a vulnerabilidade dos trabalhadores à exploração de *gatos*⁶⁰. O *modelo econômico excludente* tratava-se sobre a má distribuição de terras e o acúmulo de riqueza por pequenos grupos sociais no Maranhão. Fator que influenciava conflitos agrários, a *impunidade*, pois não havia punição, a pobreza e a migração da população.

59. Categoria analítica trabalhada em outro estudo (2009), que se refere às necessidades econômicas e sociais extremas, relacionadas com a vulnerabilidade dos trabalhadores.

60. Expressão utilizada para caracterizar pessoas responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores

Para enfrentar estas causas a COETRAE/MA dividiu as ações de combate em quatro blocos que foram compartilhados entre seus componentes, assumindo cada um a responsabilidade das ações que mais lhes competiam conhecimento e recursos:

[...] ações gerais, englobando providências não específicas, **ações de repressão**, que visam a eficácia da Lei que reconhecem como crime a conduta de reduzir alguém à condição análoga de escravo, atacando principalmente a impunidade como uma das causas principais; **ações de prevenção**, voltadas para o conhecimento da realidade, sensibilização, capacitação e medidas estruturantes ou produtoras de alternativas econômicas e **ações de assistência às vítimas** do crime de trabalho escravo ou de aliciamento, focado no atendimento emergencial nas dimensões sociais, econômicas e jurídica. (PLANO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO, 2007, P.9-10)

As *ações de prevenção* estavam no processo de capacitação que permitia o aprendizado de técnicas de trabalho alternativo, para que o trabalhador rural pudesse produzir seu próprio sustento e não estar tão vulnerável a aliciadores. A ação de *assistência às vítimas* visava não permitir o retorno dos trabalhadores resgatados a situação de exploração, o intuito era oferecer atendimento ou contribuição jurídica, apoio familiar e capacitação técnica. As *ações de repressão* tinham por objetivo diminuir a impunidade mediante os crimes de exploração do trabalhador, desde o recebimento das denúncias e atenção às vítimas à fiscalização da Lei Estadual Nº 8.566/07, “*sobre as vedações à formalização de contratos com órgãos e entidades da administração pública e à participação em licitações públicas às empresas que constam na lista suja*”⁶¹ do MTE” (P.10).

61. “O Ministério do Trabalho e Emprego atualiza, semestralmente, o Cadastro de Empregadores, que contém infratores flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas à de escravo. Os procedimentos de inclusão e exclusão são determinados pela Portaria Interministerial n. 2/2011 – MTE/SDH, a qual impõe que a inclusão do nome do infrator no Cadastro ocorrerá após decisão administrativa final relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal, em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos ao ‘trabalho escravo’. Por sua vez,

Todas as ações partiam da colaboração dos envolvidos no monitoramento e construção do Plano, bem como estavam interligadas para efetividade dos resultados. O Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo ampliava a perspectiva de realização de políticas públicas que possibilitassem o combate aos principais meios de exploração do trabalho no Maranhão. À COETRAE competia a articulação e integração com os órgãos envolvidos para incitar a ação do governo ao combate do trabalho escravo, dentro dos quatro blocos apresentados.

2º PLANO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

O 2º Plano foi criado em um cenário político diferente, portanto, teve um tempo maior para adaptações e monitoramento, uma vez que não foi interrompido⁶². Com objetivo de intensificar as ações de combate ao trabalho escravo, bem como fortalecer o envolvimento das entidades componentes da COETRAE/MA para o monitoramento mais ativo das ações que envolviam a erradicação do trabalho forçado, as causas que possibilitavam o trabalho escravo no Maranhão, foram mantidas: *pobreza*, o *modelo econômico excludente* e a *impunidade*, assim como as diretrizes: *enfrentamento às causas*, *transversalidade* e *participação democrática*.

As mudanças em relação ao 1º Plano foram percebidas nas estratégias adotadas para o acompanhamento das atividades e nas responsabilidades assumidas por cada integrante envolvido. O acompanhamento passou a ser realizado a partir de *GTs* - Grupos de Trabalhos - criados pelos componentes da COETRAE/MA. Os grupos foram criados a partir das ações de enfrentamento, idealizadas no Plano. Cada *GT* era composto por inte-

as exclusões derivam do monitoramento, direto ou indireto, pelo período de 2 (dois) anos da data da inclusão do nome do infrator no Cadastro, a fim de verificar a não reincidência na prática do 'trabalho escravo' e do pagamento das multas resultantes da ação fiscal". Fonte: Ministério Público do Trabalho e Emprego.

62. Em 2009, o então governador Jackson Lago teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. O referido órgão ainda determinou que Roseana Sarney, segunda colocada nas eleições de 2006 para governo do estado, assumisse o cargo de governadora do Maranhão.

grantes da Comissão, dividindo-se de acordo com a atuação de cada órgão componente. A responsabilidade desses, além de monitorar, era contribuir com discussões que pudessem enriquecer a ação de combate, portanto, todos deveriam se reunir separadamente para que, na Reunião da COETRAE/MA, informassem, de maneira centralizada, os pontos que deveriam ser trabalhados em relação à ação que era responsável.

Entretanto, em virtude da ineficiente da maioria dos grupos, por ausência de reuniões, falta de assiduidade em seus encontros, por incompatibilidade de horários, problemas de comunicação ou por outros motivos não especificados, o acompanhamento era comprometido em algumas ações. Atualmente, o monitoramento das ações do Plano não é realizado pelos GTs e não há um meio contínuo e atualizado de acompanhamento. Segundo o supervisor de Proteção e Combate à Violação de Direitos, Jorge Serejo, esta é uma das grandes preocupações do presidente da COETRAE/MA:

Temos a informação de que a tentativa de monitorar o II Plano não é de agora, inclusive essa é uma realidade atualmente na CONATRAE e em outros Estados. Porém no Plano não ficaram estabelecidas estratégias de monitoramento. O meio adotado a partir de 2015 foi a solicitação formal aos órgãos para que enviassem suas ações conforme o Plano, para que uma comissão analisasse e sistematizasse, conforme consta em ata de reunião. Poucos órgãos encaminharam. Depois foi encaminhado para a lista de e-mail, instrumental elaborado pelo CDVDH, mas didático e acessível, para que os membros preenchessem com suas ações. Esta tem sido uma grande preocupação do Presidente da Comissão, que desde a primeira reunião sob sua gestão tem sustentado que o monitoramento é pressuposto para o cumprimento sustentável do plano, para sua atualização e repactuação. Muitas das ações ali já foram ou estão em execução, outras não foram; outras contém alguns parceiros institucionais que ao que consta sequer foram acionados. Em reunião ocorrida no II Encontro de Trabalhadores Resgatados com outros membros da Comissão foi sugerida a realização de um workshop de monitoramento, algo que deve ser realizado ainda em 2016. (Trecho de entrevista concedida por Jorge Serejo, em junho de 2016)

Tendo conhecimento sobre os principais aspectos do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, selecionou-se três ações políticas que caracterizavam os principais elementos de combate às causas de manutenção do trabalho análogo ao de escravo, apontados no último Plano.

Apresenta-se em seguida o estudo realizado destas ações, visando afirmar a importância da COETRAE/MA como meio de ultrapassar os obstáculos da desigualdade social no Maranhão e erradicar o trabalho escravo contemporâneo no estado. As três ações políticas delimitadas foram dos projetos: “*Caravana da Liberdade*”, “*Construindo a Cidadania*” e “*Escravos, nem pensar!*”.

AÇÕES POLÍTICAS DA COETRAE/MA NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E NA INTERVENÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MARANHÃO

Como abordado anteriormente, as políticas públicas impactadas pela Comissão são aquelas que estimulam a ação do Estado para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Para estimular a ação do Estado no combate à exploração humana no trabalho, a COETRAE/MA elaborou o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Neste Plano cada componente se responsabilizou em ações a que lhes competiam (a partir do conhecimento, de verbas ou da linha de atuação) agir para contribuir com essa erradicação.

A Comissão realiza atividades que visam a prevenção através do acesso a informação acerca do trabalho escravo contemporâneo (cartilhas, seminários, mesas-redondas, passeatas, entre outros observados no Mapeamento de Atividades da COETRAE). Porém, pôde-se notar a criação de Projetos de longo período⁶³ para que estas atividades fossem desempenhadas com frequência, cumprindo uma agenda e um objetivo específico, além da prevenção (como, por exemplo, cursos de capacitação). Dos sete projetos observados com tais características, três chamam atenção pela, como já apresentado anteriormente, continuidade, abordagem e resultados.

63. Como por exemplo: o projeto que tinha por intuito construir um selo de “Aqui, o trabalhador é livre”, ou o “Marco Zero” e o “Programa de Intermediação Rural”, construídos pela SETRES.

As ações políticas resultantes dos projetos: “Construindo a Cidadania”; “Caravana da Liberdade” e “Escravos, nem pensar!”, possuem características de abordagens diferentes que agregam para erradicar o trabalho escravo em campos distintos, entendendo-se que desta forma há uma participação das propostas elaboradas no Plano de maneira distribuída na sociedade maranhense, agregando para amplitude do combate e da atuação da COETRAE/MA.

Para acrescentar à avaliação das ações políticas que serão apresentadas em seguida, realizadas pela COETRAE/MA foi trabalhada a análise cognitiva sobre as políticas públicas apresentadas por Eve Fouilleux (2011), no que diz respeito ao modelo analítico apresentado por ela para discutir as mudanças das políticas públicas. A autora interpreta as ideias como instrumentos das políticas públicas que provocam suas modificações, a partir de *fóruns* específicos de discussão que por fim são institucionalizadas através das *arenas*. Será apresentado, portanto, as ações políticas como ideias institucionalizadas, um instrumento para construção de uma política pública, conforme discutido por FOUILLEUX (2011):

Em minha abordagem, os instrumentos de política pública são ideias institucionalizadas, a compreensão da mudança de política pública conduzindo à análise da seleção progressiva das ideias desde o lugar e o momento de sua produção até o lugar e o momento de sua institucionalização. (p.04)

Eve Fouilleux (2011) se baseia nos estudos apresentados por Bruno Jorbet e Pierre Muller no livro *O Estado em Ação (L'Etat em Action, 1987)* para apontar a construção de uma política pública, abordando uma análise cognitiva sobre sua “*função intelectual*” e sua “*função de decisão*”. Estas funções são apresentadas a partir de *fóruns e arenas*. O primeiro condiz em espaços de debates, onde as ações são apresentadas, discutidas e avaliadas. O segundo trata dos “*palcos institucionalizados*” (p.03), ou seja, nos locais que tratam sobre os acordos formais e tomam as decisões para realização das políticas públicas.

A percepção da construção de uma política pública apresentada por Eve (2011), permitiu uma reflexão sobre as ações políticas escolhidas para

o estudo da contribuição da COETRAE/MA à erradicação do trabalho análogo ao de escravo no Estado. Pois atribuiu a elas, de forma empírica, o sentido modificador, sejam através das ideias ou de ações, no cenário dos *fóruns* e *arenas* para construção das políticas públicas no Maranhão. Para compreender melhor será apresentado as ações políticas delimitadas.

PROJETO CONSTRUINDO A CIDADANIA

Como responsável direto pelo projeto, realizado a partir do Convênio nº02/2012 com a Secretaria do Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), o Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB), uma organização não governamental localizada no município de Açailândia (MA), reconhecida nacional e internacionalmente pelo combate ao crime e ao atendimento às vítimas de violações dos Direitos Humanos, promoveu de 2012 a 2013, através deste Projeto a “capacitação, inserção social, apoio jurídico e familiar a adolescentes e jovens egressos (as) do trabalho escravo ou em risco de aliciamento na cidade de Açailândia, Maranhão” (DOEMA, 08/06/2012, P.43).

Com durabilidade de doze meses, o projeto foi renovado em 2015, devido a crescente atuação das atividades do Centro e observando os bons resultados obtidos com projeto, o Convênio foi renovado para o ano de 2013 a 2014 e esta ação política foi estendida para o município de Santa Luzia/MA, perpetuando com suas atividades até 2016.

A escolha dos municípios levou-se a partir da proximidade do Centro com a comunidade e os altos índices de exploração dos direitos humanos na região, conforme apresentado no projeto:

Com base no IBGE é possível constatar que 1,5 milhões de maranhenses por conta de se encontrarem em situação de extrema pobreza tiveram que buscar outros Estados e até mesmo outros países para morar, aliado a isso 90% das vítimas de Trabalho Escravo são analfabetos e 80% não tem certidão de nascimento. Este quadro faz com que dos 35 municípios brasileiros constantes como locais de nascimento dos/as trabalhadores/as resgatados/as o trabalho escravo, 24 sejam maranhenses,

destacando aqui o município de Açailândia e a região de Santa Luzia, como principais locais de origem. (PROJETO CONSTRUINDO CIDADANIA, 2015)

O trabalho com jovens egressos do trabalho escravo também foi influenciado pelos indicadores de analfabetismo e faixa-etária dos resgatados em situações análogas ao de escravo, onde houve uma quantidade significativa de jovens entre 18-24 anos.

Para a coordenadora do projeto, Brígida Rocha dos Santos, outro motivo é a facilidade em inserir os mesmos nos espaços de capacitação: “Devido ter uma quantidade expressiva de pessoas com esse perfil de idade já resgatadas do trabalho escravo e também desempregadas e em risco de aliciamento para o Trabalho Escravo e por supormos que seria mais fácil incluir nos espaços institucionais que possibilitam capacitações. ” (Trecho de entrevista concedida por Brígida Rocha, em junho de 2016)

Porém, apesar desta facilidade, o projeto apresentou dificuldades para realização de suas ações. O analfabetismo, por exemplo, era visto como um obstáculo para os jovens. Parte destes apresentavam dificuldades de compreensão, em virtude desse obstáculo, o que pesava para o interesse no aprendizado dos mesmos e fazia com que deixassem de comparecer as aulas de capacitação. Outros moravam longe do centro de Açailândia, porque eram residentes de regiões e povoados vizinhos (fator que também contribuiu para ampliar as ações à Santa Luzia)

Outra dificuldade era a busca por parcerias para a realização do projeto, uma vez que assumia a função de assistência e prevenção, os custos podiam ser altos e havia a necessidade de uma ampla articulação com órgãos governamentais, independentes, nacionais, particulares, comunitários, fóruns, pastorais, sindicatos e consultoras. A formação desta articulação com outras instituições remete às características de uma rede social (CÔRTEZ, 2006), enfatizando a compreensão da formação da COETRAE/MA como um grupo social. Esta rede adota uma série de estratégias que tem por intuito obter êxito nos resultados esperados, tais como:

“criação de uma equipe multidisciplinar que planejará e executará ações específicas e interligadas com o objetivo de atender

vítimas de Trabalho Escravo e seus/as familiares (...); identificação, caracterização e monitoramento do trabalho escravo em Açailândia e Santa Luzia – com finalidade de manter um registro atualizado (...); estabelecimento de parcerias (...); sensibilização de empresas privadas, organismos públicos e a sociedade em geral sobre o trabalho escravo em todas as suas formas, origens e consequências (...)" (PROJETO CONSTRUINDO CIDADANIA, 2015, P.03)

O projeto *Construindo a Cidadania* foi uma parceria entre os componentes da COETRAE/MA para realização de atividades que visassem atender as demandas do 2º Plano de Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. A delimitação desta ação tinha por objetivo apontar atividades que estimularam ações governamentais, resultando na construção de políticas públicas capazes de dar continuidade aos resultados obtidos com as atividades desempenhadas, de acordo com a abordagem adotada na análise das ações. Entretanto, a partir dos serviços oferecidos por este projeto, tais como: apoio jurídico-social às vítimas do trabalho escravo, elaboração de um banco de dados que identifique as vítimas e monitore o trabalho forçado em Açailândia e Santa Luzia, estabelecimento de parcerias e sensibilização social para inserir estes jovens em cursos de formação profissional, bem como atender toda a família para que haja o conhecimento sobre a temática e a possível prevenção para que a mesma não seja aliciada, pôde-se concluir que o mesmo foi construído para suprir a ausência de políticas públicas, não objetivamente motivá-las.

Ou seja, há uma deficiência de atendimento destes serviços oferecidos pelo projeto à população de Açailândia e Santa Luzia. Na construção desta ação o incentivo a elaboração das políticas públicas não foi contemplado, de acordo com o ciclo apresentado por FOUILLEUX (2011), onde a partir dos *fóruns*, das discussões e das ações desenvolvidas por representantes da sociedade e da política e o prosseguimento para as *arenas*, os órgãos de decisão que deveriam autorizar a elaboração das políticas públicas (no caso, o Estado e seus representantes governamentais e/ou municipais) não foi atendido. Entretanto, houve um envolvimento do governo, a partir de seus órgãos participativos e a cobrança pela sua atuação.

Desta forma, esta ação consolida sua importância no combate ao trabalho análogo ao de escravo por suprir, através da ação de assistência às vítimas (uma das bases de ação do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo) a ausência de políticas públicas básicas e efetivas ao atendimento de jovens egressos do trabalho forçado nos municípios de Açailândia/MA e Santa Luzia/MA. Garantindo aos cidadãos destas regiões direitos básicos, através de atividades socioeducativas que estimulam as transformações sociais e profissionais destes indivíduos. A participação da COETRAE/MA na realização do projeto, foi questionado à Coordenadora Brígida, como resposta foi possível identificar não só a aliança entre os atores estatais e societais, mas o suporte para efetividade das atividades do Projeto:

Por meio de aprovação do recurso destinado pela SEDHIPOP mas pela total aceitação da COETRAE de que o CDVDH seja o executor, ampla contribuição na condução da programação e despesas do Encontro de trabalhadores que agora em 2016 no dia 13 de maio realizamos o terceiro. Espaço para socialização dos resultados do projeto como também monitoramento do andamento do projeto com visita no CDVDH, cobrança de relatórios para monitoramento, e visita nas casas de alguns beneficiários. Apresentação do projeto junto com a coordenadora em reuniões das COETRAEs que ocorrem anualmente. A COETRAE buscou também em reuniões incentivar parceiros a contribuírem para o financiamentos de projetos a serem gestados por nossa ONG. Organizamos varias ações conjuntamente que fortalecem as ações do construindo a cidadania e CDVDH e outras como as caravanas da liberdade. (Trecho de entrevista concedida por Brígida Rocha, em junho de 2016)

PROGRAMA ESCRAVOS, NEM PENSAR!

Esta ação política atua como um programa educacional ao combate do trabalho forçado. Sua primeira edição ocorreu em 2007, uma iniciativa da ONG Repórter Brasil para contribuir com a erradicação do trabalho escravo através da educação. Em 2012 apresentou sua 2ª edição, com objetivo de motivar a reflexão acerca da temática junto a educadores e lideranças comunitárias. A nova edição trouxe uma metodologia educativa

ao programa, considerando as mudanças que surgiram ao longo dos anos acerca do trabalho análogo ao de escravo.

A escravidão contemporânea é um tema atual que propicia aos alunos o questionamento sobre a realidade e a reflexão sobre os meios para sua transformação. Sua relevância justifica que ele seja inserido no currículo e no projeto político-pedagógico das escolas. Isso permite que os elementos da realidade local estejam presentes no cotidiano escolar, incorporando sentido social aos conteúdos das disciplinas convencionais e fazendo com que a escola esteja mais próxima das experiências vivenciadas pelos estudantes e pela comunidade. - (PROGRAMA “ESCRAVO, NEM PENSAR!”, 2012, P.134)

Considerando os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais - o projeto adentra nas escolas com a proposta de incorporar o debate sobre trabalho escravo para contribuir com o exercício da cidadania. Mesmo que não obrigatório, os PCNs são importantes meios didáticos para os educadores, seja da rede pública ou privada. Dessa forma, existe um apoio na estrutura curricular das escolas para abordar o conteúdo que concerne as condições análogas a de escravo.

Para realizar o programa no Maranhão, o Governo do Estado firmou uma parceria com a ONG Repórter Brasil, sob responsabilidade da SEDUC (Secretaria de Educação) uma das componentes da COETRAE/MA. A ação tinha como objetivo, segundo a coordenadora do programa, Ana Paula Santos:

Implantar uma rede de mobilização e formação de educadores na rede estadual de ensino do Maranhão sobre a temática da prevenção ao trabalho escravo; Institucionalizar, de forma transversal, a temática do trabalho escravo nos documentos que referenciam o Currículo Oficial da Rede Estadual de Ensino; Desenvolver e fomentar, nas escolas, projetos pedagógicos e atividades educativas de prevenção ao trabalho escravo no Maranhão. (Trecho de entrevista com Ana Paula Santos, concedida em junho de 2016)

A meta era alcançar 10 mil professores e 190 mil alunos até o fim do ano atual, 2016. Algumas ações do programa eram realizadas no Estado, principalmente durante a Caravana da Liberdade, antes mesmo da parceria

atual com o governo para uma atuação em larga escala dentro das UREs (Unidades Regionais de Educação).

As ações dentro das escolas regionais iniciaram no final de 2015, depois da parceria com a SEDUC. Segundo Ana Paula, mais de 500 pessoas foram atendidas desde o mês de setembro de 2015 até março de 2016 com as atividades do programa. Foram mais de 150 escolas e 450 educadores que tiveram acesso ao material pedagógico do programa, dentre os municípios de Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís.

Entende-se a importância desta ação, assim como as demais que têm como foco o combate ao trabalho escravo contemporâneo. Porém, para identificar ações de estímulo à ação do governo foi necessário aprofundar a abordagem para a compreensão sociológica da escola como uma instituição social de formação humana, na sociedade moderna. Compreender o ambiente em que programa atuava poderia atribuir mais conhecimento e informação as informações observados num primeiro momento.

Considerando um contexto social pré-industrial, percebemos a família como a principal instituição de aprendizado para convivência em sociedade ou no trabalho. Porém, com as mudanças nas práticas sociais e no modo de produção (principalmente após a Revolução Industrial) a preparação educativa na formação humana do cidadão ficou sob responsabilidade das escolas. (ENGUIA, 1998)

Resgatando discussões sociológicas sobre a educação escolarizada, foi possível observar que a escola não era uma instituição neutra, uma vez que assumiu uma responsabilidade de formação humana dentro de uma sociedade capitalista, onde as pessoas atuavam com valores políticos, culturais e pessoais divergentes. Compreendeu-se, através destes estudos, principalmente com a sociologia da educação *bourdieusiana*⁶⁴, que a escola tem função de reproduzir a desigualdade social.

64. Pierre Bourdieu apontou as escolas como instituições que legitimavam práticas sociais das classes dominantes, indo de encontro com a ideia da mesma enquanto espaço igualitário e emancipador. Tal discussão pode ser encontrada na obra do autor: *"A reprodução"* (1992)

Mas, um artigo da Dra. em Educação Marília F. de C. Tozoni-Reis (2003) sobre: “A contribuição da sociologia da educação para a compreensão da educação escolar”, lembrou outras funções da escola, apresentadas por estudos da sociologia da educação, tais como: a *redenção, reprodução e transformação* (p.04). Apresentando um caráter analítico para cada uma delas, bem como discutindo sobre o papel “comprometido com a dinâmica social dominante” (P.6) da mesma, a autora insere uma observação acerca da função transformadora da escola.

[...] a escola não transforma diretamente a sociedade, mas instrumentaliza os sujeitos que, na prática social, realizam o movimento de transformação. Isto é, a escola tem a especificidade de, do ponto de vista da formação humana, garantir a apropriação de elementos da cultura que se transformem, na prática social, em instrumentos de luta no enfrentamento da desigualdade social – (TOZONI-REIS, Marília F. de C., 2003, p.6)

Esta observação permitiu um novo olhar sobre o programa. Juntando a abordagem adotada para a aplicabilidade do: “*Escravos, nem Pensar!*”, bem como o desenvolvimento das atividades realizadas dentro das escolas, foi possível identificar que o método adotado por esta ação política poderia suscitar uma preocupação com o desenvolvimento sustentável na formação destes jovens, na apropriação do conhecimento dos riscos em torno da escravidão contemporânea, para que um dia estes pudessem enfrentar a desigualdade que provoca o ato criminoso da exploração humana e de sua força de trabalho, além de reiterar a importância do conhecimento para os educadores. Como houve uma solicitação estadual para ampliação das atividades do programa em outras escolas do estado, já houve o estímulo à ação do governo, transformando o programa em uma política pública educacional.

CARAVANA DA LIBERDADE

A Caravana iniciou com intuito de combater o trabalho escravo infantil. Organizada e realizada e pelo TRT/MA (Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão) juntamente com o MPT/MA (Ministério Público do

Trabalho) esta ação política realizava atividades de inclusão, informação e capacitação para as regiões onde suas ações eram planejadas. Ela teve início no ano de 2012 no município de Codó como uma ação de prevenção do Plano de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. Em virtude de verbas e quantidade limitada de servidores, o TRT não pôde continuar sendo responsável pela ação. Como o TRT também é membro componente da COETRAE/MA, a SEDIHPOP assumiu o comando da Caravana da Liberdade. Um dos coordenadores precursores da ação, Dr. Veloso Sobrinho, juiz do TRT, comentou em entrevista a importância da Comissão na construção e realização da Caravana:

É indispensável a participação do Conselho e do Estado do Maranhão para realização da caravana. Sem essa ajuda o projeto estaria seriamente comprometido pois nosso TRT, além de não possuir verba para o projeto, houve redução orçamentária em todo Poder Judiciário comprometendo seriamente o próprio funcionamento da instituição. (Trecho de entrevista com Veloso Sobrinho, concedida em junho de 2016)

A COETRAE/MA, assumindo a responsabilidade da Caravana, decidiu ampliar as manifestações e ações ao combate ao trabalho análogo ao de escravo em todas as suas vertentes, como foi observado na distribuição de materiais informativos acerca de diferentes situações de aliciamento ao trabalho análogo ao de escravo, como “Trabalho escravo e destruição do meio ambiente” e “Trabalho escravo urbano”.

Com a promoção de atividades que envolvem momentos de debate, distribuição de cartilhas contendo informações sobre as formas de exploração da força de trabalho, passeatas para mobilização social da região e serviços de atendimento jurídico, com abertura de processos contra agentes criminosos que usavam mão de obra escrava ou até mesmo agressores, pessoas que agiam com violência perseguindo defensores dos direitos humanos e em casos de situações referentes a disputa por terras.

A Caravana da Liberdade já conseguiu reunir mais de 350 pessoas por ação. O TRT/MA, por exemplo, recebeu 29 denúncias de trabalho análogo ao de escravo e firmou 10 TAC's a partir dessas denúncias, na edição

da Caravana em 2015⁶⁵. Na promoção de inclusão social, durante a esta ação que ocorreu nos municípios de Peritoró e Codó, através do apoio e participação do Viva Cidadão⁶⁶ houve atendimento de cerca de 5.000 pessoas, como o serviço de emissão da carteira de identidade, por exemplo.

O que chamou atenção para esta ação, entretanto, foi o envolvimento de todos os membros da COETRAE/MA. Devido a divisão das responsabilidades a partir das atividades e funções de cada componente, nem todas as ações da COETRAE/MA contavam com a participação direta de todos os membros. Porém, na Caravana da Liberdade, cada componente desta formação de grupo social se organiza para atender a uma demanda seja para articulação da agenda, os pontos principais para discussão ou os parceiros.

O caráter unificador pôde ser identificado também quando uma das reuniões da COETRAE/MA foi datada para ocorrer durante a realização de uma das Caravanas da Liberdade⁶⁷, para que todos os membros juntos fortalecessem a mobilização da população contra o ato criminoso que é a exploração humana e a infração dos direitos humanos.

65. A informação pode ser encontrada no site do governo: <http://www.ma.gov.br/caravana-da-liberdade-fortalece-acoes-de-combate-ao-trabalho-escravo/>. Acesso em: 17.06.2016

66. “A Central Integrada de Atendimento Viva Cidadão, órgão estadual vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania-SEDIHC, foi criado pelo Decreto nº15. 611/97, sob regime especial de autonomia relativa, tendo sua primeira Unidade (Praia Grande) inaugurada em fevereiro de 1998 na capital maranhense. Com a missão de ‘Fortalecer o exercício da cidadania, facilitando o acesso da comunidade a ações de qualidade na prestação de serviços públicos’. O objetivo do Viva Cidadão é estabelecer e manter novo padrão e modelo de prestação dos serviços públicos oferecendo ao cidadão, atendimento de qualidade com rapidez e conforto, tudo reunido em um só espaço físico, com representações de diversos órgãos e entidades, a fim de atender a demanda de serviços da comunidade”. Disponível em <http://www.sedihop.ma.gov.br/viva-cidadao/>. Acesso em: 28/06/16

67. Tipo de Documento: Ata da reunião da COETRAE do dia 06.12.2012 em “Informações sobre as atividades”/ Tipo de Documento: Ata da reunião da COETRAE do dia 22.11.2012 em “Ações” e “Informações sobre as atividades”/ Tipo de Documento: Ata da reunião da COETRAE do dia 06.03.2013 em “Ações” e “Informações sobre as atividades”/ Tipo de documento: Relatório Técnico de Viagem Proc. Nº 111307/2013 do dia 23.07.2014 em “Informações sobre as atividades”

Corroborando as observações identificadas nas atividades e construção da Caravana da Liberdade com o estudo realizado por Eve Fouilleux (2011) identifica-se esta ação política como um grande *forúm* especializado: “(...) uma comunidade mais ou menos homogênea de atores, intervindo no mesmo campo de atividades” (P.94) para que sejam concebidas ideias a serem institucionalizadas como uma política pública.

Ideias estas que podem passar por um processo de seleção pelos *fóruns políticos* regulamentadores, mas que pôr fim podem ser instauradas como políticas públicas, através da característica de permeabilidade do Estado. Pois, como aliança entre os atores estatais e societais haverá sempre a presença da sociedade civil para mover as ações do governo, um exemplo foi a própria ação do TRT em abrir processos contra os exploradores de mão-de-obra análoga a de escravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudando os documentos, as ações e as reuniões em que foi possível participar da COETRAE/MA pôde-se concluir que a Comissão se constituiu como um importante instrumento de combate ao trabalho escravo no Estado pois, por seu intermédio, é possível incentivar as ações do Estado, no que concerne a erradicação deste ato criminoso (Artigo 149 do Código Penal Brasileiro).

Suas ações políticas, estrategicamente elaboradas através das diretrizes determinadas no Plano de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, são peças fundamentais para estimular (através da permeabilidade do Estado) a construção de políticas públicas no combate as principais causas do trabalho escravo no estado e interromper o ciclo de vulnerabilidade que alimenta essa exploração humana.

Referente aos *fóruns* pôde-se notar a presença característica da “Caravana da Liberdade”, um espaço de discussão e ideias que mobilizam a sociedade a exigir ações do governo contra o trabalho escravo. E que as *arenas* estão presentes nas intervenções e ganhos normativos referentes as Leis e Regulamentos contra o trabalho forçado, iniciado através de ações dos *fóruns* organizados pela COETRAE/MA.

Notou-se uma autonomia relativa do Estado, não somente através de sua permeabilidade, mas também em seu poder de decisão através dos fóruns políticos regulamentadores, onde foi possível corroborar com o processo específico de seleção apresentado por Eve Fouilleux (2011), no qual as ideias, apesar de possuírem uma trajetória, não são necessariamente contínuas, pois as mesmas participam de um processo de seleção. Como o ato de exibir o *slogan* do governo, citado anteriormente, mesmo que houvesse uma insatisfação popular e um pedido de outros componentes. Durante todo o processo de seleção, as políticas podem emergir ou serem rejeitadas. Ou seja, pode haver uma negociação para mudar as ações políticas, havendo um equilíbrio ou excluí-las e enfraquecer determinadas ações, conseqüentemente as políticas públicas de combate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Trabalho escravo, 2015: Recuo dos números , crescimento das ameaças. Publicado: Sexta, 08 de Janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/3050-trabalho-escravo-2015-recuo-dos-numeros-crescimento-das-ameacas>>. Acessado em: 27.04.2016

CÔRTEZ, Soraya V. Jan/Jul/2013. Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da sociologia às políticas públicas. Revista Brasileira de Sociologia. Vol 01, nº 01.

Decreto de Lei nº 2. 848 de 07 de Dezembro de 1940 – Código Penal.

ENGUITA, M. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

ENGUITA, Mariano Fernández. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993

FOUILLEUX, Eve. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. Estudos Sociedade e Agricultura. Vol.19, n.1, p. 88 – 125. Rio de Janeiro. 2011

MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*. São Luís: Edufma, 2009

SOUZA, Celina. Jul/dez 2006. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p 20-45.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de C. *A contribuição da sociologia da educação para a compreensão da educação escolar*. Acervo digital Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Botucatu. Publicado no dia: 01.09.2003. Disponível em: < <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/169/3/01d09t03.pdf>>. Acessado em: 10.05.2016

LINKS VISITADOS:

<http://www.sedihpop.ma.gov.br/viva-cidadao/>

<http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010-uf.pdf>

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>

<http://escravonempensar.org.br/tipos-de-acao/2-projetos-comunitarios/>

<http://coetraes.reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Estadual-MA.pdf>

Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho escravo: breve relato sobre a implementação do Programa Estadual no Maranhão

Amanda Cristina de Aquino Costa
Pedro Costa Maciel

A submissão de pessoas ao regime de trabalho escravo no Brasil é um crime contra a humanidade que macula a história da formação do povo brasileiro e explica a acumulação primitiva de riquezas no país. No ano de 1888, com o advento da Lei Áurea, aboliu-se oficialmente a escravidão do Brasil e passou a ser proibida a utilização de mão de obra não remunerada por meio da força ou de outro tipo de coerção e extinguiu-se a possibilidade jurídica de um ser humano ser propriedade de outro.

Apesar de causar grande incômodo aos escravocratas, a Lei Áurea não foi capaz de modificar de maneira definitiva a situação de violação em que se encontravam as pessoas submetidas ao trabalho escravo no Brasil. Ademais, após a abolição, intensificaram-se no país políticas de estímulo à migração de pessoas oriundas de países brancos com o objetivo de branqueamento populacional e de investimento em mão de obra remunerada que não beneficiava as pessoas recém-libertadas da escravidão.

Assim, as pessoas anteriormente escravizadas se encontraram entre a suposta abolição e o total abandono. Com a necessidade de se manter e garantir a manutenção da vida, imediatamente, passaram a ocupar toda sorte de postos de trabalho degradantes, inseguros e mal remunerados.

Passados mais de 130 anos desde a publicação da Lei Áurea, o abuso da vulnerabilidade alheia se mantém como prática comum no Brasil e alcança desde os postos na área rural dos rincões do país até os ateliês de costura ilegais montados em porões de prédios no centro comercial das maiores cidades do país.

Segundo os dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo, entre 2003 e 2018, cerca de 45 mil trabalhadores foram resgatados e libertados do trabalho análogo à escravidão no Brasil. Nesse período, a maioria das vítimas era do sexo masculino, tinha entre 18 e 24 anos e apresentava baixa escolaridade ou analfabetismo. Por sua vez, o Maranhão ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de naturalidades, com 8119 pessoas resgatadas. E ocupa o sétimo lugar em número de resgates realizados no território brasileiro. Em outras palavras, os indicadores de vulnerabilidade da população maranhense à cooptação para o trabalho escravo são bastante alarmantes e exigem ações estruturais, a fim de construir possibilidades de mudanças desse quadro.

Ademais, desde a aprovação da reforma trabalhista, observa-se maior flexibilização das medidas legais protetivas do trabalhador e, conseqüentemente, maior abertura para práticas violadoras da dignidade laboral sem que ocorra qualquer infração à lei, por meio da permissão para terceirização em atividades-fins e da denominada *uberização* do trabalho. Embora não se encaixem necessariamente na tipificação legal do trabalho análogo ao de escravo, nota-se que as referidas práticas de precarização do trabalho, além de servirem ao propósito de maior acumulação do lucro pelos empregadores, serve para naturalizar a percepção social sobre o modo como o trabalhador pode ser tratado.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é discutir os caminhos possíveis para a construção de políticas públicas de enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo com base na experiência do Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo, instituído mediante Decreto Estadual nº 34.569, de 19 de novembro de 2018 frente à aceleração da degradação da condição humana promovida pela precarização no mundo do trabalho.

No decorrer do item 2, apresentamos os dados caracterizadores da situação maranhense em relação aos dados nacionais sobre o trabalho esca-

vo com base no diagnóstico constante no Programa Estadual e na pesquisa “Mensurando o Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão – 2017”, desenvolvida pela equipe técnica do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), sob fomento da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por fim, no item 3 e nas considerações finais, ilustramos o percurso de estruturação da política de combate ao trabalho análogo ao de escravo no âmbito do Estado do Maranhão e apresentamos os resultados parciais do Programa Estadual, bem como refletimos sobre os desafios à implementação do referido marco normativo de política pública.

Na oportunidade, destacamos que, para a realização da presente pesquisa, foram utilizados os dados parciais oriundos da atividade de monitoramento do Programa Estadual realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão e pela Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/MA). Ressaltamos que os dados são parciais, tendo em vista que o período de implementação do referido Programa estende-se até o ano de 2023.

Escravidão contemporânea no Brasil e no Maranhão

Vários anos após a abolição da escravidão no Brasil e a permanência das desigualdades, diversos trabalhadores em todo o país ainda permanecem sendo submetidos a situações de trabalho escravo. Atualmente, se utiliza o termo *análogo ao de escravo*, visto que, com a abolição formal da escravidão no Brasil, encerrou-se a possibilidade de um ser humano ter a posse de outro.

Essa prática não pode ser considerada um resquício da escravidão ocorrida no período colonial, mas uma adaptação e modernização das formas de exploração máxima da força de trabalho, assumindo novas roupagens, não mais caracterizada pelos emblemáticos grilhões e açoites, mas pela exploração alicerçada pelo modelo econômico capitalista, com a presença da degradância da humanidade.

Conforme comentado, abolição da escravatura brasileira, em 1888, é considerada de caráter formal, uma vez que se manifesta, na prática do trabalho análogo ao de escravo, a continuidade da mentalidade de exploração máxima visando ao lucro. Essa realidade afeta diretamente a popu-

lação mais pobre, não contemplada por políticas públicas e distante do mercado de trabalho formal, resquício daquela realidade “pós-libertação”.

Em 1995, o Brasil assumiu internacionalmente diante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos a existência de trabalho escravo no território nacional. O citado processo de responsabilização internacional desencadeou diversas ações visando ao combate ao trabalho escravo, principalmente no que consiste ao aparelhamento legal. Dentre elas, destaca-se atualização do art. 149 do Código Penal, em 2003, que tipificou criminalmente o trabalho análogo ao de escravo como

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Com essa atualização, houve um avanço importante no entendimento do que constitui trabalho escravo, especificando com mais detalhes o ato e colaborando na interpretação no momento das fiscalizações. A partir dessa alteração, foram previstas quatro características do trabalho análogo ao de escravo ou trabalho escravo contemporâneo: trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho e servidão por dívida.

O *trabalho forçado* ocorre quando o trabalhador é forçado, pelo seu patrão, a estar em uma atividade trabalhista mediante a força física, chantagem ou outra forma de coerção; a *jornada exaustiva* ocorre quando o trabalhador é submetido a intensas jornadas de trabalho, na maioria das vezes não remuneradas, sem um descanso necessário, podendo acarretar em problemas de saúde; *condições degradantes de trabalho* envolvem as condições a que são submetidos os trabalhadores em relação, principalmente, à alimentação, alojamentos, locais de trabalho insalubres, ausência de EPIs etc; e, por fim, *servidão por dívida* caracteriza um trabalho que deve ser mantido para sanar uma dívida já contraída, por meio de compra de passagens, alojamento, EPI's e alimentação, sendo cobrado por preços inflacionados, o que dificulta o seu pagamento.

Segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, desde 1995, com a criação dos Grupos Móveis de Fiscalização, responsá-

veis pelos resgates de pessoas submetidas a essa situação, foram resgatados 53.607 trabalhadores e 45.018 resgates ocorreram entre os anos de 2003 e 2018⁶⁸.

Diante do cenário apresentado nacionalmente, ainda segundo dos dados da OIT, o Estado do Maranhão se encontra em uma posição fragilizada, pois ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de naturalidade de trabalhadores resgatados (8119 resgatados) e o sétimo lugar em quantidade de operações de resgate realizadas (2694 resgates). Dessa forma, combater o trabalho escravo no Maranhão se apresenta como estratégico para combater em todo o território nacional.

O diagnóstico realizado com base nos dados de 2003 a 2017 que acompanha o Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo, instituído mediante Decreto Estadual nº 34.569, de 19 de novembro de 2018, apresenta dados importantes sobre a realidade maranhense, contendo informações como o perfil do trabalhador resgatado, principais atividades econômicas envolvidas e principais rotas do trabalho escravo no quesito exportação de trabalhadores.

Sobre o perfil do trabalhador resgatado no Maranhão, notamos que a maioria dos trabalhadores resgatados são homens, a maioria pardos, com a faixa etária entre 18 e 24 anos, podendo haver também a presença de idosos. Além disso, possuem tem baixa escolaridade, apresentando 41% analfabetos e 39% com até o 5º ano completo.

Baseadas nos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Programa apresenta as principais atividades econômicas que foram flagradas utilizando mão de obra escravizada. Seguindo o perfil nacional, os principais casos envolvem atividades rurais, mais precisamente a pecuária, outras lavouras e o carvão, respectivamente. Essa mão de obra aliciada é destinada principalmente para estados como Pará, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Goiás.

Essas informações são importantes para entender a lógica perversa da escravidão contemporânea, que se aproveita da vulnerabilidade social

68. Informações disponíveis na plataforma Smartlab (Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil). Disponível em: <<https://smartlabbr.org/escravo-v1/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

para aliciamento. Em um modelo econômico excludente, as desigualdades evidentes constroem barreiras quase intransponíveis que separam uma população mínima privilegiada, com melhores condições de vida, de uma maioria, que vivencia a pobreza no dia-a-dia.

Desse modo, nota-se que o emprego de práticas escravagistas se concentra principalmente em empreendimentos extrativistas e agropecuários no Brasil, diferentemente do que ocorre com o tráfico de pessoas, não possuindo um caráter mafioso que providencia a mão de obra para os trabalhos. Assim, entende Sakamoto quando afirma que

A experiência das entidades da sociedade civil que atuam no combate ao trabalho escravo mostra que não há uma organização criminosa com recursos financeiros e estratégias visando o tráfico de escravos ou à exploração das regiões de expansão do capital. O que existem são ações, na maior parte das vezes pulverizadas e sem coordenação, sob responsabilidade dos próprios fazendeiros, seus gerentes, prepostos e “gatos”. (SAKAMOTO, 2011, p. 31)

Diante disso, como parte fundamental do processo de recrutamento de mão de obra escrava, estão os aliciadores conhecidos popularmente como *gatos*. Com as condições construídas no decorrer da vida de diversos trabalhadores, explicita-se uma suscetibilidade ao aliciamento com base em falsas promessas de emprego e salário, devido à necessidade de acesso ao trabalho e sustento de suas famílias.

No entanto, não se pode supor que todos os trabalhadores aliciados foram enganados. A radicalidade das condições de vida desses trabalhadores e a necessidade de garantir a sobrevivência por vezes se torna maior do que o medo de ser submetido a condições degradantes de trabalho e de ser pago a menos, pois, por muitas vezes, a opção por migrar para trabalhar em lavouras em outras unidades da Federação tem a fome e o medo da morte como patrocinadores.

Assim, pois, as condições facilitadoras do aliciamento se encontram principalmente na situação de pobreza, que interfere diretamente no acesso à educação, quando impede que os familiares possam estar presentes nas escolas, uma vez que precisam colaborar no sustento da família. Não há, portanto, condições de empregabilidade ou oportunidades para todos,

principalmente de pessoas não qualificadas, condições de um mercado tão exigente.

Essa situação oferece aos trabalhadores maiores oportunidades de serem enganados por falsas promessas que os levam a situação de trabalho degradantes e, muitas vezes, à reincidência. Sem obter opções de acesso a outras formas de trabalho, vemos trabalhadores sendo enganados e/ou voltando às condições análogas à escravidão pela *precisão*, forçando-os a vivenciarem situações principalmente envolvendo a degradância das condições de trabalho.

No texto *A economia da precisão. Estudo sobre a situação de trabalhadores rurais na região dos cocais (2011)*, Moura trabalha o conceito de *precisão*, definindo-o como característica de uma “condição estrutural” da família. Dessa forma, a partir da pesquisa com participação de trabalhadores do município de Codó, a *precisão* foi entendida como

[...] uma situação mais permanente e apontada como um dos principais motivos que os levam à atividade o chamado *roço da Junqueira* e conseqüentemente submissão a relações de trabalho precarizadas. Esse tipo de situação acontece, segundo os informantes, quando não há mais *reserva* nem de produtos oriundos da roça (aqui, principalmente, o arroz), nem tampouco a criação de animais, como cabra, porco ou mesmo gado, o que daria para sustentar a família por um período, enquanto não chega a colheita. (MOURA, 2011, p. 150)

A *precisão*, demonstra a fragilidade econômica que enfrentam diversos trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias. Aqui é entendida pela ausência de condições de sustento do indivíduo e de seus familiares, por situações que fogem do seu controle, que os obrigam a se submeter, pela necessidade de buscar condições mínimas de vida, a formas de trabalho degradantes.

A pesquisa “Mensurando o Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão – 2017”, desenvolvida pela equipe técnica do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), observou que a maioria dos maranhenses partici-

pantes da pesquisa relataram ter sido submetidos a condições degradantes de trabalho. Como se pode observar, do total de entrevistados em domicílios selecionados para a pesquisa, 6,4% relataram ter vivenciado uma situação cuja condição de saúde e segurança no trabalho inadequadas.

Os resultados obtidos pela pesquisa identificaram esta modalidade como a principal no estado do Maranhão, correspondendo a 10,4% dos casos. A mesma é composta por três grandes categorias principais: alojamentos precários (2,5%), acesso inadequado ou privação de água, alimentos e sono (4,3%) e condições de saúde e segurança no trabalho inadequadas (6,4%). Essas categorias foram divididas em 13 subcategorias para melhor compreender as diferentes situações e condições da degradância vivida pelos trabalhadores. (SILVA, et al., 2018).

Dessa forma, a pesquisa pôde apresentar que no

[...] total de entrevistados em domicílios selecionados para a pesquisa, 6,4% relataram ter vivenciado uma situação cuja condição de saúde e trabalho eram inadequadas. Desse universo, condições de trabalho insalubre foi relatada por 4,4% dos entrevistados; trabalho sob condições de saúde debilitada foi relatada por 1,7% dos entrevistados e, transporte inadequado por 0,5% dos entrevistados. Para 4,3% dos entrevistados, as questões relativas a acesso inadequado ou privação de água, alimentação e sono foi um problema identificado no trabalho e, 2,5% relataram questões relativas a alojamentos precários, sendo tais instalações consideradas inseguras e/ou insalubres para 2,0% e 1,0% dos respondentes. De um modo geral, pode-se observar que esse conjunto de fatores associados à degradância são substancialmente elevados, segundo o relato dos entrevistados e devem ser vistos como elementos fortemente associados ao risco à saúde dos trabalhadores. (SILVA, et al., 2018, p. 88).

As condições degradantes apresentadas pela pesquisa envolvem condições como trabalho insalubre, transporte inadequado, armazenamento de alimentação e água inadequado, privação de água, sono e alimentação. A frequência dessa característica do trabalho escravo e seus vários exemplos, representa um dado importante que envolve a naturalização de

violações não somente trabalhistas, mas envolvendo direitos humanos e a dignidade da pessoa humana pelos próprios trabalhadores por não conhecerem condições diferentes de trabalho.

No que tange especificamente à escravidão contemporânea, sinaliza-se não apenas o encontro, mas uma verdadeira consunção entre a figura do escravocrata e do capitalista. Em verdadeira simbiose, os citados perfis se escamoteiam em um só algoz do labor alheio por meio da exploração desmedida da força de trabalho e sua submissão às condições degradantes. Sobre isso, Sakamoto (2011, p. 32) afirma:

Conscientemente ou não, os proprietários rurais sabem que as formas não contratuais de trabalho não são desvios de comportamento, mas parte de um processo de acumulação. Apesar de serem poucos os empreendimentos que usam trabalho escravo, são muitos os que empregam pessoas sem os direitos garantidos por lei ou que superexploram a forma de trabalho.

Nesse cenário, os mecanismos de exploração buscam esmaecer as barreiras entre o humano e o animal como finalidade e justificativa do processo de exploração do homem pelo homem. Não se busca a mera terceirização do labor para se dedicar à ação e a contemplação como na Antiguidade Clássica, mas a expropriação do labor de vários outros com o objetivo de lucrar mais e acelerar a acumulação de riquezas.

Não se trata, portanto, em analogia, de uma doença, mas de um sintoma, originados pelo sistema capitalista de exploração, devendo, para a sua erradicação, haver a alteração da estrutura das formas de produção.

O trabalho escravo não é resquício do processo de expansão do capital, mas um de seus instrumentos. Fazendo uma analogia, o trabalho escravo contemporâneo não é uma doença, mas sim uma febre, o sintoma de um problema maior que se manifesta nas franjas do sistema. Portanto, a sua erradicação não virá apenas com medidas mitigadoras, como libertação de trabalhadores, equivalentes a uma remédio antitérmico – necessárias, mas paliativas. É preciso, para isso, um tratamento maior, com mudança da própria estrutura do modo de produção, incluindo alteração na forma de expansão do capital. (SAKAMOTO, 2011, p. 32)

Desse modo, percebemos que o trabalhador em situação de trabalho análogo ao de escravo é violado em sua condição humana, pois o seu labor não é revertido em qualquer benesse para si ou para sua família. Em verdade, o emprego de sua força é sequestrado para a aceleração geração de riqueza para o empregador escravocrata.

Notamos aqui um sistema de exploração despido de qualquer veste de legalidade e justificado pela precisão ou pela falta de qualificação de um trabalhador, sendo necessário para sua erradicação mudanças importantes, muito além das já realizadas por meio de libertação dos trabalhadores da exploração, mas diretamente na forma de como ocorre a expansão do capital.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO À DEGRADAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA NO MUNDO DO TRABALHO

Diante desse cenário controverso e com obstáculos às políticas de direitos humanos, em especial no que tange ao desmonte da legislação e sucateamento das políticas públicas de garantia de trabalho digno em nível federal, o Estado do Maranhão vem assumindo um posicionamento de manutenção das políticas públicas correlatas voltadas para a reversão do cenário problemático que envolve o trabalho análogo ao de escravo.

Esse posicionamento governamental, voltado à garantia de direitos se dá por meio de políticas públicas, que envolvem muito mais que uma simples decisão, mas de ações devidamente planejadas para a sua execução. Esse processo é executado por meio de ações e requer diversas estratégias para implementá-las, apresentando-se como mecanismo principal de governo para atender demandas da sociedade.

Rua, em *Análises de Políticas Públicas: Conceitos Básicos (1997)*, demonstra que o conceito de “pública” não envolve o entendimento de “não privada” ou “coletiva”, ou até mesmo a dimensão de agregação social, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isso demonstra que uma das características principais é serem ações e decisões revestidas de autoridade do poder público.

A autora entende que as políticas públicas, de maneira simplificada, existem na tentativa de atender demandas que são direcionadas por outros atores políticos. É na perspectiva de processar essas demandas que são

apresentadas devido a diversos conflitos sociais, construindo medidas de resolução de conflitos, é que constrói a política (RUA, 1997)

As demandas, objeto principal das políticas públicas, devem ser entendidas por meio de alguns aspectos. Segundo Rua, elas podem ser divididas em: 1) demandas novas, que surgem a partir de novos atores políticos; 2) as recorrentes, que representam problemas não resolvidos ou mal resolvidos e que aparecem de maneira recorrente nos espaços de discussão; 3) as reprimidas, que são constituídas por não-decisões. (RUA, 1997)

Dessa forma, a partir da análise de Rua (1997) sobre políticas públicas, o posicionamento do Governo do Maranhão em direcionar ações e investimentos para o combate ao trabalho escravo demonstra a decisão (imperativo) de enfrentar esta prática. Além disso, por ser uma violação de direitos que ainda se apresenta como frequente em todo o Estado, o trabalho escravo pode ser caracterizado como uma demanda recorrente, pois ainda não se encontrou uma solução, o que exige uma continuidade de ações.

Dessa forma, visando atender a uma demanda social ainda presente, a partir de uma decisão política de combater o trabalho escravo, é que o Governo do Maranhão vem realizando e mantendo ações envolvendo órgãos estaduais e federais, parcerias com órgãos internacionais, ONG's e sociedade civil e interiorizando a política nos municípios de maior incidência de trabalho escravo, como demonstrado a seguir.

Centralizando os diálogos e as articulações entre órgãos estaduais, federais e sociedade civil, a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, instituída em 2007, pelo então Governador Jackson Lago, apresenta-se como um colegiado importante de combate ao trabalho escravo. Dessa forma, desde a sua criação, vem realizando ações envolvendo mobilização, acesso à informação, acompanhamento de casos e acesso a políticas públicas. É a partir da COETRAE/MA que surgem outros avanços no combate ao trabalho escravo no Estado do Maranhão.

No ano de 2015, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, cria-se um setor estratégico responsável pela pauta, a Coordenação das Ações para o Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo, que trabalha como articuladora da pauta com outras Secretarias de Estado para a garantia de execução de ações voltadas para o seu público-alvo, como também se faz presente nos

acompanhamentos de casos envolvendo trabalho escravo e nas articulações em nível nacional.

As ações da COETRAE/MA e da Coordenação das Ações para o Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo são norteadas pela política estadual de combate ao trabalho escravo, atualmente, orientadas por dois documentos: o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo e o Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo. Estes dois documentos, compostos por vários órgãos no âmbito municipal, estadual, federal, sociedade civil, universidades etc., possuem uma série de ações intersetoriais e transversais que envolvem mobilização e comunicação, prevenção, repressão e reinserção social e laboral. São documentos que representam um compromisso dos órgãos presentes no cumprimento das ações estabelecidas no combate ao trabalho escravo no Estado.

Por fim, no âmbito jurídico, em nível estadual, destacam-se importantes avanços como a Lei Estadual nº 8.566/07, que prevê a suspensão de benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública estadual de empregadores(as), pessoas físicas ou jurídicas que tenham mantido trabalhadores(as) em condições análogas às de escravos e a aprovação e regulamentação da Lei nº 10.355/15, que pune qualquer empresa que faça uso direto ou indireto do regime de trabalho escravo ou condições análogas, com a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS.

Essas medidas jurídicas de repressão, além de serem importantes, pois têm como alvo as empresas e o setor patronal, principais agentes econômicos que submetem pessoas a trabalho escravo, demonstram a não concordância do Estado do Maranhão com essa prática, impedindo contratos com a Administração estadual ou impedindo o exercício econômico de determinada empresa.

Parcerias importantes também foram realizadas e colaboram no avanço no combate ao trabalho escravo, sendo uma delas com a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Essa parceria envolve a utilização da plataforma de monitoramento de planos e programas, o Monitora 8.7, e Plataforma INTEGRÁ, que colabora com a geração de dados e informações que auxiliam no planejamento de iniciativas de assistência às vítimas e no monitoramento e localização de vulneráveis, além de fomentar o

encaminhamento às políticas públicas locais, aos programas de qualificação profissional e de reinserção sociolaboral. O Estado do Maranhão foi o primeiro da Federação a utilizar a Plataforma INTEGRA com a finalidade de monitorar os encaminhamentos dados aos trabalhadores resgatados da situação de trabalho análogo ao de escravo.

Outro resultado importante envolve termo de cooperação entre a União, a OIT e o Governo do Estado do Maranhão, que resultou em pesquisa para reunir um conjunto de informações e dados sobre trabalho escravo no Maranhão. A pesquisa “Mensurando o Trabalho Escravo Contemporâneo no Estado do Maranhão – 2017”, lançada em 2018, buscou produzir informações para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. A pesquisa possui um importante caráter agregador para nortear ações de combate ao trabalho escravo, pois traz análises que buscam entender, de forma quantitativa e qualitativa, as múltiplas dimensões envolvidas no fenômeno do trabalho escravo no Estado, para além dos dados produzidos pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

Dentre o arcabouço de ações que vêm sendo realizadas no estado do Maranhão, existem documentos que representam um compromisso de ações articuladas entre várias instituições para melhor combater a submissão de pessoas ao trabalho escravo.

O Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Estado do Maranhão, instituído em sua primeira versão em 2007, representa um movimento importante entre órgãos de diversos níveis institucionais, sociedade civil e universidades com ações transversais englobando diretrizes de Ações Gerais, Repressão, Prevenção e Inserção e Assistência às Vítimas. Atualmente, o documento se encontra no processo de atualização para a publicação de sua terceira versão.

Ademais, no que tange às ações e parcerias voltadas para o combate ao trabalho escravo e sua importância para a política no Maranhão, cabe citar, também, documento que, atualmente, se apresenta como compromisso da atual gestão que destina políticas públicas para municípios com maior casos de trabalho escravo e para aqueles resgatados desta prática: o Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo.

RESULTADOS PARCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO PROGRAMA ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO

Diante da realidade da desigualdade no Estado e sobre os índices desfavoráveis relacionados a casos de trabalho escravo e pessoas resgatadas, o Governo do Maranhão, em 2017, foi provocado pelo Ministério Público do Trabalho a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, visando investir na redução desses índices no Maranhão. O TAC nº 31/2017 foi assinado pela gestão do então Governador Flávio Dino, em que o mesmo se comprometeu a implementar e executar o Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo.

O Programa, diferentemente do Plano, se limita a envolver Secretarias e Órgãos de governo, ficando as mesmas responsáveis por direcionar as políticas públicas já executadas e articuladas de educação, saúde, assistência social, trabalho, emprego e renda, promoção de acesso a terra, educação de jovens e adultos(as) e profissionalizante, de maneira prioritária, no processo de erradicação do trabalho escravo.

Dessa forma, o Programa oferece um conjunto de ações de atendimento universal e proteção imediata dos trabalhadores(as) vítimas dessa prática e se estrutura a partir de ações estratégicas que se organizam em diretrizes de prevenção e mobilização, assistência às vítimas e suas famílias e (re)inserção social, com ações específicas voltadas ao referenciamento de políticas públicas.

Desde a sua implementação em 19 de novembro de 2018, por meio do Decreto Estadual nº 34.569, as Secretarias e Órgãos de governo têm realizado ações priorizando os 40 municípios de maior incidência de trabalho escravo⁶⁹, visando atingi-los por meio de suas respectivas diretrizes, logrando êxito em vários objetivos previstos no Programa.

69. A partir da consolidação desses dados relativos à naturalidade e residência dos(as) trabalhadores(as) resgatados(as) e à quantidade de resgate no território maranhense, definiu-se, para fins do presente Programa, o conceito de incidência de trabalho em condições análogas às de escravo como a soma desses elementos.

No âmbito da comunicação, com o intuito de ampliar o alcance de acesso à informação sobre trabalho escravo e, assim, evitar cada vez mais o aliciamento, desde o ano de 2018, há a realização de campanha de *Promoção do Trabalho Decente*, em alusão ao dia 28 de janeiro, dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, com o objetivo de conscientizar para a promoção do trabalho decente, alertar trabalhadores a identificar situações de trabalho escravo e conscientizar empregadores para promover o trabalho decente, além de realização de seminários para discussão da pauta.

Referente à área da educação, um dos principais projetos em execução é “Escravo, Nem Pensar!”, executado pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC em parceria com a ONG Repórter Brasil, que insere a temática do combate ao trabalho escravo na formação de gestores e técnicos das UREs e os mesmos realizam formação presencial de professores e alunos. Há a inserção da temática nos Cadernos de Orientações Curriculares nas disciplinas de História e Sociologia. Além disso, tem como produto das etapas a realização de atividades artísticas e passeatas, mostrando-se dessa forma como um projeto que não se limita ao espaço escolar, atingindo a comunidade.

O Projeto “Escravo, Nem Pensar!” foi implantado no ano de 2015. Atualmente, está na sua terceira e última etapa, iniciada em 2019, onde concluirá o envolvimento das demais Unidades Regionais de Educação, sendo o Maranhão o primeiro estado a ter o envolvimento de todas as UREs no projeto.

Na área da saúde, há avanços importantes. Além do processo de sensibilização dos profissionais dos Centros e Referência e Unidades básicas sobre a pauta, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, da Secretaria de Estado da Saúde – SES, elaborou a *Política Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora*, aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde – CES, por meio da Resolução nº 009/CES/MA, de setembro de 2018. Esta Resolução, apesar de abranger toda a classe trabalhadora, dá prioridade aos que se encontram em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos resgatados do trabalho escravo.

Soma-se à Política Estadual a Nota Técnica nº 01/2019, que tem por finalidade a orientação a Rede Estadual, Centros de Referência, Unidades Bá-

sicas e Regionais de Saúde sobre identificação e comunicação em casos envolvendo trabalho escravo, constando também o *Fluxograma de Identificação e Comunicação de Casos de Aliciamento de Situações Análogas a de Escravo*.

No âmbito da assistência social, tem se destinado esforços para a capacitação da rede, em relação aos procedimentos e rotinas de visitas de abordagem a trabalhadores após a ação de fiscalização, em eventos, encontros e oficinas realizadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES, em parceria com a COETRAE, em municípios de maior incidência de trabalho escravo.

Além disso, tem sido orientada a utilização de formulário da Plataforma INTEGRA, para inserção de informações sobre os trabalhadores e inserção destes nas políticas públicas estaduais e utilização dos instrumentos oficiais e normatizados do SUAS: CadÚnico e Prontuário do SUAS, para inserção dos mesmos nos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais.

Referente ao mundo do trabalho, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária – SETRES, tem se destinado ações de qualificação profissional em áreas de maior incidência e aquelas direcionadas de maneira específica aos trabalhadores resgatados. Dentre elas, há o acompanhamento de empreendimentos de economia solidária em 11 municípios dos 40 de maior incidência de trabalho escravo realizando visitas de diagnósticos, oficinas de associativismo, cooperativismo etc. Além disso, há o acompanhamento e fortalecimento de serviços de catadores em 13 municípios do Estado.

Com o intuito de criar uma Rede Estadual de Proteção e Atendimento às Vítimas e Pessoas Vulneráveis ao Trabalho Análogo ao de Escravo, o Governo do Maranhão, em parceria com a COETRAE, realiza desde o ano de 2018, a Caravana da Liberdade, com o intuito de visitar os 40 municípios de maior incidência de trabalho escravo para a fomentar a formação de Comitês Municipais de Combate ao Trabalho Escravo.

Dentre as atividades realizadas pela Caravana estão as visitas ao poder público local para apresentação de dados sobre trabalho escravo referentes aos municípios, convocação de setores estratégicos do município para formação dos Comitês e, recentemente, em 2019, acrescentou-se a formação

da rede de assistência dos municípios sobre trabalho escravo. Dentre os já visitados, estão Codó, Timbiras, Caxias, Pindaré-Mirim e Santa Luzia, passando por processos de revisitação para avaliação das ações das instituições locais e formalização dos Comitês por meio de proposta de lei municipal.

Alguns dos resultados apresentados com a execução Programa Estadual, assim como outras ações citadas, demonstram passos importantes no combate ao trabalho escravo no Maranhão. São resultados de diálogos, parcerias e investimentos de diversas instituições com ações específicas, porém, articuladas, resultando em ações bem mais qualificadas.

Entretanto, apesar dos resultados demonstrados, há ainda diversas ações a serem executadas para o alcance dos objetivos estratégicos que ensejaram a formulação do Programa Estadual. Como se demonstrou no decorrer do texto, a erradicação do trabalho análogo ao de escravo compreende diversas ações de características estruturais e que não apresentam resultados imediatos, bem como se estende por uma luta discursiva sobre a necessidade de proteger a condição humana da degradância do mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente trabalho, buscamos discutir a maneira dinâmica como funcionam os mecanismos de fragilização do trabalhador na sociedade capitalista e sua relação com a degradação da condição humana por meio das práticas de trabalho análogas a de escravo. A partir do citado esforço, voltamos os olhos para uma análise apurada da política de enfrentamento à escravidão contemporânea no Maranhão, por meio da análise dos resultados parciais e dos desafios à implementação do Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo.

Dessa maneira, o trabalho escravo contemporâneo deve ser entendido como um fenômeno que se modifica e se adapta às diferentes possibilidades de superexploração da força de trabalho humana com vistas ao acúmulo do lucro excedente. Portanto, trata-se de fenômeno econômico dinâmico, motivo pelo qual o seu enfrentamento necessita de empenhos na área legislativa, na demanda de políticas públicas e na atenção aos movimentos de atualização das formas de exploração.

Nesse cenário de grandes mudanças no arcabouço protetivo do trabalhador e no esforço de naturalização do trabalho em situação precária, as ações desempenhadas para o combate ao trabalho escravo no Estado do Maranhão se encontram sujeitas às consequências da desestruturação da política nacional e alterações legislativas.

Podemos citar como exemplo o aumento da invisibilidade da pauta em decorrência da subnotificação causada pela diminuição drástica das atividades de fiscalização. Os dados oficiais utilizados em todo o território nacional envolvem apenas aqueles relacionados aos resgates de trabalhadores. Sabemos que a quantidade de auditores fiscais do trabalho é insuficiente para abarcar todo o país, não podendo atender à quantidade de operações de resgate que surgem como demanda. Soma-se à instabilidade da política de enfrentamento ao trabalho escravo em âmbito nacional, afetando diretamente no orçamento, com cortes destinados às operações de fiscalização e a não realização de concursos públicos para cargos de auditores fiscais. O conjunto desses fatores pode acarretar o aumento da subnotificação.

Outro problema a ser enfrentado se situa no pós-resgate, em que ainda se observa uma dificuldade de realização do atendimento adequado aos trabalhadores. Dentre as dificuldades encontradas, encontra-se a necessidade de sigilo sobre a realização de operações de fiscalização e a resistência do Poder Público Municipal em atuar na atenção primária em saúde e assistência social para o atendimento de trabalhadores resgatados.

Este cenário interfere tanto nas articulações de órgãos locais para o acolhimento, atendimento e inserção em políticas públicas, como também na realização de busca ativas de trabalhadores resgatados em curto e longo espaço de tempo e que não passaram imediatamente pelo atendimento da assistência social.

Em nível estadual, entendendo que a maioria das políticas na área de combate ao trabalho escravo são de envergadura estrutural e basilares, todas as ações de enfrentamento e prevenção sofrem repercussão diversa de acordo com o orçamento do Estado, podendo ser afetadas diretamente na sua execução.

Nesse contexto, destaca-se como dificuldade a situação atual de crise sanitária e estado de calamidade pública do COVID-19, que gerou grande prejuízo ao calendário de atividades da COETRAE no ano de 2020, uma vez que muitas atividades geravam aglomerações e envolviam viagens para municípios do interior do Maranhão.

Entretanto, ressalta-se que a Comissão buscou contornar os citados prejuízos com um novo planejamento em que se dá prioridade para o atendimento de casos de trabalhadores resgatados e realização de atividades formativas por meio de plataformas virtuais.

Assim, em decorrência dos índices negativos do Estado do Maranhão em relação ao aliciamento e migração para trabalho escravo, os desafios para contornar esse quadro e reverter esses dados exigem ações estruturantes no âmbito da educação básica, reforma agrária, apoio à agricultura familiar e geração de empregos formais, cujos resultados necessitam de lapso temporal de médio a longo prazo para serem aferidos.

As ações de prevenção, combate e reinserção previstas no Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo têm sido realizadas e apresentados resultados parciais positivos. No entanto, não se pode olvidar que a erradicação do trabalho análogo ao de escravo perpassa a alteração da situação de vulnerabilidade ao aliciamento causada pela extrema pobreza e pela necessidade de garantir os meios de vida do trabalhador e do seu núcleo familiar. Ainda, faz-se necessário o fortalecimento da proteção à condição humana de pessoa com base no paradigma constitucional da dignidade, para que não seja socialmente tolerada a exploração sumário de um homem por outro homem com vistas ao lucro desmedido e a acumulação de capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&tlng=es&tnrm=i-

so>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ARENDR, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

CARVALHO, Sandro Sacchet. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2017. p. 81-94.

SILVA, B. F. A. S. et al., **Pesquisa mensurando o trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão - 2017**. Organização Internacional do Trabalho - OIT. Belo Horizonte: CRISP/UFMG, 2018.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Textos elaborados para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP/Ministério do Planejamento, 1997.

SAKAMOTO, Leonardo. A representação política do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: FIGUEIRA, R. R. PRADO. A. A. SANT'ANA JUNIOR, H. A. (Org.). **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

Parte 2
Trabalho escravo e
práticas comunicativas:
mapeamento de redes de
aliciamento e denúncia

“Vozes da Esperança”: estratégias de comunicação para aliciamento de trabalhadores no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão¹

Max de Medeiros Soares
Saara Sâmara de Sousa

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca da primeira etapa de execução do projeto de pesquisa intitulado “Vozes da Esperança: estratégias de comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão”², que teve realização de trabalho de campo nos dois municípios maranhenses investigados: Codó e Açailândia, em 2010. A escolha dos municípios não é aleatória. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), mais de 40% dos trabalhadores escravizados no Brasil na atualidade são oriundos do Maranhão. O Estado, além de liderar o ranking nacional de exportação desta mão de obra, também ocupa os principais lugares na incidência do problema, lo-

1. Artigo originado de trabalho apresentado e publicado em Anais do GP Comunicação para a Cidadania, DT 7 Comunicação, Espaço e Cidadania, do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, setembro de 2011.

2. Projeto de pesquisa financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico no Maranhão), com vigência entre 2010 a 2012. Fizeram parte desta pesquisa estudantes de Comunicação e Ciências Sociais da UFMA e da Faculdade São Luís (atual Estácio de Sá): Andrea Rabelo Almeida, Larissa dos Santos Martins, Maria do Socorro Pereira da Costa, Max de Medeiros Soares, Saara Sâmara de Sousa, Rosiane de Oliveira Silva e Raylla Cristine Dias Lima.

calizado principalmente na região tocantina e na região central do Estado, também conhecida como região dos cocais. Os dois municípios escolhidos para a realização desta pesquisa localizam-se nessas duas regiões, respectivamente: Açailândia e Codó.

Vale esclarecer que o estudo dá continuidade a um esforço de pesquisa iniciado há pelo menos 6 anos, que já resultou em publicações de artigos, resenhas, além de apresentação em encontros, reuniões científicas e projetos, uma cartilha e um livro sobre a problemática do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, editado após defesa de dissertação sobre o assunto, em 2009³.

A pesquisa “Vozes da Esperança” foi construída num esforço de relacionar os estudos na área das Ciências Sociais, principalmente orientada pela Sociologia do Trabalho, bem como aliar esse conhecimento à luz do campo da Comunicação, permitindo assim um diálogo possível entre essas duas áreas, bem como a realização de um projeto interdisciplinar, oportunizando os alunos a refletirem acerca dos processos de comunicação popular⁴ utilizados em estratégias das redes de aliciamento de trabalhadores para condições análogas a de escravos⁵. Durante o trabalho de campo, identificamos redes de aliciamento para o recrutamento para trabalho em atividades consideradas análogas à de escravos tanto dentro do estado do Maranhão como para trabalhar em outros estados brasileiros ou ainda até fora do país. Observamos ainda que nestas redes de aliciamento funcionam sistemas de comunicação que utilizam os canais mais acessíveis àqueles públicos (no caso, os trabalhadores), como as chamadas “vozes”, sistemas de comunicação formados por alto-falantes tipo megafone que funcionam geralmente próximos ao comércio local, aparelhos de som colocados em automóveis, bicicletas, postes, entre outros, que passam

3. MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais de Codó (MA), São Luís (MA)*: EDUFMA, 2009.

4. Entendemos aqui essa categoria analítica à luz das discussões de PERUZZO (2008), ao afirmar que não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares (p.368)

5. Termo jurídico encontrado no Artigo 149, do Código Penal Brasileiro.

a informação de oferta de emprego, na maioria das vezes com propagandas “enganosas” de promessas de oportunidades para ganhar dinheiro ou melhorar as condições de sustento.

Neste contexto, a pesquisa busca compreender o funcionamento desses dois sistemas de comunicação, intitulados como “Vozes da Esperança”, que são responsáveis, ora por atrair os trabalhadores a uma “promessa de trabalho”, depois caracterizada por condições análogas a de escravos (rede de aliciamento) e ora por “libertá-los” dessa situação (rede de denúncia da exploração do trabalho).

O presente artigo trata do sistema de comunicação acerca do aliciamento para o trabalho escravo. Vale esclarecer que as atividades para as quais os trabalhadores rurais são atraídos, consideradas de trabalho escravo contemporâneo, são principalmente duas: o chamado “roço da juquira”, isto é, limpeza do pasto para a plantação de capim em fazendas de gado, e o carvoejamento, que abarca as atividades mais insalubres necessárias para o funcionamento de uma carvoaria: desde o plantio de eucalipto, a derrubada da mata, o empilhamento da madeira, até enchimento dos fornos bem como o acompanhamento da queima e, por fim, a retirada do carvão, que abastece principalmente o polo siderúrgico de Açailândia (MA)⁶.

O referencial teórico-metodológico que orienta as discussões passam pelas discussões de Raymond Williams (formas culturais), Norman Fairclough (discurso e mudança social) e Enesita Soares de Araújo, em sua tese de doutoramento “Mercado simbólico: interlocução, luta e poder – um modelo de comunicação para políticas públicas” (CFCH/UFRJ, 2002), quando trata sobre discurso, representação e espaços de interlocução, além dos autores que tematizam o trabalho escravo contemporâneo.

6. As siderúrgicas localizadas em Açailândia fazem parte do chamado Pólo Siderúrgico de Carajás, que abarca os estados do Maranhão, Pará e Tocantins e tem como cenário mais conhecido a Serra de Carajás, no município de Parauapebas (PA). Boa parte do ferro-gusa produzido nessas empresas é vendida para a Vale e exportada para os Estados Unidos, países europeus e asiáticos, via porto do Itaqui, localizado em São Luís (MA). O ferro-gusa chega na capital maranhense pela estrada de ferro Carajás, que liga Parauapebas (PA) a São Luís (MA), passando por Açailândia (MA).

A partir da identificação dessas redes de aliciamento (realizado pelos chamados empreiteiros ou *gatos*)⁷ e de denúncia acerca do trabalho escravo (realizada principalmente pelo movimento social), o artigo relata um esforço de sistematização de discursos e práticas dos principais atores sociais que utilizam canais de comunicação de forma estratégica (FAIRCLOUGH, 2001).

VOZES QUE ESCRAVIZAM: DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS DOS COMUNICADORES POPULARES

Sistematizamos aqui alguns dados levantados durante a primeira etapa do trabalho de campo realizada nos dois municípios maranhenses, Açailândia e Codó, em julho de 2010, sobre as estratégias de utilização de sistemas populares de comunicação para o recrutamento de trabalhadores⁸.

Durante o trabalho de campo, foram identificados dois sistemas de comunicação popular em Açailândia e quatro em Codó. A primeira característica que nos chama a atenção é a diversidade de situações em que esses comunicadores populares se relacionam com a rede de aliciamento para o trabalho escravo no Maranhão.

7. Nome popular dado aos aliciadores, isto é, pessoas que convidam trabalhadores e formam turmas para as empreitadas.

8. Na ocasião, nos acompanharam nesta etapa de campo 7 alunos de graduação -- sendo 4 deles de Comunicação Social e 3 de Ciências Sociais --, além de 1 aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; todos parte integrante deste projeto de pesquisa.

TABELA 1: CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE AÇAILÂNDIA (MA)

Identificação	Proprietário /outras atividades Econômicas	Tipos de anúncios veiculados	Valor do anúncio	Relação com o aliamento para o trabalho escravo
Voz Tropical	Manoel Gabriel Carneiro de Sousa/ garçom e comerciante	Recados para a comunidade; crianças perdidas; serviços (atividades de roço de juquirá, trabalho em carvoarias para forneiro, carbonizador, entre outros)	Em média, varia entre R\$ 5 e R\$ 10 por anúncio. Também varia de acordo com a quantidade de inserções, tempo de arregimentação dos trabalhadores e até mesmo a atividade desenvolvida no serviço	Proprietário da voz é contratado pelo <i>gato</i> mas de trabalhadores; local da voz é o ponto de encontro entre trabalhadores interessados e o <i>gato</i> ; Proprietário da voz afirma já ter sido intimidado por auditores fiscais do trabalho, situação que resultou na diminuição da frequência dos anúncios
Voz da Fruta	Maria Benedita de Sousa/ proprietária de sacolão de fruta e dona-de-casa	Anúncios do sacolão de frutas e de outros comércios locais (promoções), algum recado para alguém do bairro e serviço para peão em carvoaria (Açailândia) ou para atividades do roço da juquirá, no Pará	De R\$ 3 a R\$ 5. (anuncia até três vezes pela manhã ou tarde).	Proprietária da voz anuncia oportunidade de trabalho, diz quantas vagas há e fica responsável por anotar os nomes dos interessados com endereço e telefone para passar para o <i>gato</i> , que contratou o serviço. Segundo ela, não ganha por isso; só mesmo pelo anúncio.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO/JULHO 2010

Em Açailândia, por exemplo, identificamos dois sistemas de comunicação que fazem anúncios de trabalho para atividades de carvoejamento e roço de juquirá (atividades ocorridas no próprio município) e também para saída de trabalhadores a outros estados brasileiros para trabalhar em atividades da construção civil e outros serviços.

As duas “vozes” – A Voz Tropical e a Voz da Fruta⁹ -- são sistemas clandestinos de alto-falantes localizados próximos a estabelecimentos comerciais que anunciam propostas de trabalho para a região e também para outros estados do Brasil.

Os dois sistemas populares de comunicação identificados na pesquisa em Açailândia se concentram num bairro periférico e populoso da cidade, onde a maior parte dos trabalhadores é oriunda de famílias rurais, que foram expulsas da terra por conta da implantação de grandes projetos tanto de agronegócio (fazendas de gado) quando da área da siderurgia. Trata-se da Vila Ildemar, que concentra na atualidade cerca de 40 mil moradores.

9. A voz leva esse nome por ser localizada dentro de um comércio de frutas -- tipo “sacolão” -- situado na Vila Ildemar (Açailândia). Segundo Maria Benedita de Souza, proprietária do comércio e da voz, o sistema de comunicação tem cerca de sete anos e começou para fazer propaganda de frutas e verduras do comércio e virou espaço de anúncios para terceiros, que pagam, em média, R\$ 5 por inserção.

TABELA 2: CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE CODÓ (MA)

Identificação	Proprietário /outras atividades Econômicas	Tipos de anúncios veiculados	Valor do anúncio	Relação com o aliciamento para o trabalho escravo
Voz Tropical	Francisco Carlos Silva Costa	Anúncios do comércio local, de igreja, festas, notas de falecimento, documentos ou crianças perdidas e oportunidades de serviço para trabalhar em atividades de roço de juquira, além de viagens para São Paulo, para trabalhar no corte de cana, no interior do Estado	R\$ 2,00 por chamada (A Voz da Profecia da Igreja custa R\$ 60 por mês)	Já fez anúncios para chamar trabalhadores. Ajudou a fazer listas e a recrutar trabalhadores, principalmente para São Paulo. Os últimos anúncios foram para pedreiros para São Luís; para o roço da juquira na fazenda do Chiquinho (político e empresário da cidade) na semana anterior; e para São Paulo, dois meses antes.
Voz Santa Helena	Fernando	Das festas de terreiros de tambor de mina e demais festividades do município, anúncios do comércio local, notas de falecimento, documentos ou crianças perdidas e serviços de empreitada em atividades da monocultura da cana (São Paulo) e ainda plantio e colheita de batatas, alho, cebola (Minas Gerais).	R\$ 5,00 por anúncio	Faz anúncios constantemente para arrumar trabalhadores para outros estados (Minas Gerais e São Paulo) e para as fazendas do município.

Voz do Comércio	José Cláudio Silva	Anúncios do comércio local, da Igreja Evangélica, notas de falecimento, documentos ou crianças perdidas.	R\$ 10 por semana (Armazém Paraíba: R\$ 50 por mês)	Nunca foi procurado para anunciar para chamar trabalhadores.
Voz São José	Antonio José	Anúncios do comércio local, de Igreja, festas, notas de falecimento, documentos ou crianças perdidas e oportunidades de trabalho em áreas rurais e urbanas em Codó e região, além das viagens para outros estados.	R\$ 35 a R\$ 40 por mês.	Foi procurado uma vez, há cerca de três meses, para fazer anúncio para o corte de cana em Ribeirão Preto.

FORNTE: TRABALHO DE CAMPO (JULHO/2010)

Em Codó, a primeira etapa do trabalho de campo foi realizada no bairro Codó Novo, onde residem cerca de 30 mil habitantes, sendo a maioria formada por famílias de trabalhadores rurais que foram expulsos de suas terras e vivem nas chamadas “pontas de rua”. Neste bairro, encontramos uma voz, conhecida como “Voz Santa Helena”, instalada na localidade há 20 anos, para anunciar as festas relacionadas ao terreiro de tambor de mina¹⁰ da família “Seu” Fernando, como se apresenta o proprietário.

De lá pra cá, segundo informações da vizinhança, os aparelhos começaram a ser aperfeiçoados e o senhor Fernando passou a tocar os negócios da voz de forma profissional, cobrando anúncios de comércio local e também de empresas e fazendas que buscavam trabalhadores tanto para o chamado roço da juquirá quanto para migrarem para outros estados brasileiros em projetos de monocultura, principalmente da cana-de-açúcar, em São Paulo, e na construção civil em Brasília, Goiás e até sul do

10. Codó possui uma tradição da religião afro-brasileira intitulada “tambor de mina”. No município existem vários terreiros onde são realizadas festas e rituais relacionados a esta religião.

país. No bairro Codó Novo, existem pelo menos três “agências de viagem” clandestinas, que têm esse nome somente para burlar a fiscalização, mas na verdade são locais de aliciamento e recrutamento de trabalhadores para a migração¹¹.

No caso do depoimento de Maria da Cruz, a “Cruzinha”, que está no ramo há pelo menos 14 anos, fica claro que a partir da consolidação da publicização desta atividade no bairro, pode-se “descartar”, em alguns casos, os serviços disponíveis de comunicação popular para atrair os trabalhadores. Mesmo assim, a agenciadora afirma que, para reforçar a clientela, ela ainda utiliza alguns meios de comunicação, como por exemplo, os carros de som.

Para nos ajudar a pensar essa situação, buscamos o conceito de “formas culturais” (WILLIAMS, 1981), uma vez que o autor afirma que elas modificam de acordo com as práticas sociais vigentes. Segundo os informantes ligados ao movimento social entrevistados na pesquisa, as formas de atrair mão de obra barata à chamada escravidão contemporânea se modificaram e se readaptaram de acordo com as práticas dos agenciadores.

Durante a permanência no bairro Codó Novo, percebemos uma grande quantidade de carros de som que circulam na localidade, principalmente no período da manhã¹², anunciando propagandas do comércio local e também chamando trabalhadores para trabalho, principalmente em São Paulo (corte de cana) e Minas Gerais (colheita de alho, cebola e batata). Segundo informantes ligados à CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Codó, os carros de som são particulares e existem, em média, 15 veículos que circulam pelo bairro todos os dias. Mas mesmo com todo o aparato de comunicação podendo ser utilizado a serviço do aliciamento, percebemos que as redes de amizade e vizinhança (comunicação interpessoal), mui-

11. Em pesquisas anteriores, (CARNEIRO & MOURA, 2008), identificamos as principais rotas de migração dos municípios de Codó e Timbiras (MA) para o corte de cana-de-açúcar em municípios do interior de São Paulo, onde há uma concentração de usinas, ou mesmo para outras regiões, como é o caso do Estado de Minas Gerais, em atividades principalmente de plantio e colheita de batata, alho e cebola.

12. Segundo um proprietário de carro de som, entrevistado durante esta pesquisa, o “horário nobre” desse público é pela manhã.

tas vezes, se sobrepõem às estratégias de comunicação de massa (carros de som ou vozes). Para nos ajudar a pensar nessas redes de aliciamento para o trabalho escravo envolvendo tanto veículos de comunicação popular quanto a comunicação interpessoal, utilizamos o conceito analítico de “rede”, construído por Enesita Araújo (2008):

Redes são espaços sociais e, como tais, são arena dos embates sociais e de lutas políticas. São espaços de articulação de campos e eixos de poder. Redes possibilitam tanto a reprodução quanto a transformação das relações de poder. Os ajustes, as mediações, as negociações, as apropriações, o processo político, enfim, é feito ao nível do território concreto, no nível local. (...) O conceito de “rede” permite compreender melhor a produção dos sentidos sociais e, em decorrência, a própria prática social” (ARAÚJO, p.301, 2008).

Ao propor um modelo de comunicação em redes, a autora utiliza a figura da espiral ligando o centro à periferia para conseguir relacionar em rede -- pensada como um modelo horizontal de comunicação -- as condições desiguais dos interlocutores quanto às questões de produção, circulação e consumo das informações.

Nesta primeira aproximação com o objeto estudado, percebemos que não podemos generalizar a atuação das chamadas vozes nos dois municípios com relação ao envolvimento das mesmas com a rede de aliciamento para o trabalho escravo.

Tanto em Codó quanto em Açailândia identificamos relações diferenciadas entre os anunciantes das “oportunidades de trabalho” e dos agenciadores do trabalho oferecido. Em alguns casos, os comunicadores populares apenas anunciam, muitas vezes sem compreender exatamente qual o tipo de serviço; enquanto em outras falas, notamos certa “resistência” ou mesmo contradição no discurso, marcada pela desconfiança de que estejam fazendo algo “errado” ou “ilegal”.

Enesita Araújo (2008) e outros autores citados em sua tese de doutoramento (e que também referenciam teoricamente o nosso trabalho) discutem os chamados “espaços de interlocução” dos discursos. Essa categoria é interessante para pensarmos na relação entre os principais agentes so-

ciais envolvidos na questão do trabalho escravo bem como compreender o chamado “mercado simbólico” e a “cena discursiva”, pelos quais eles circulam e consomem discursos institucionais construídos por mediadores responsáveis pelas informações transmitidas nos canais de comunicação que nos interessa estudar.

Identificamos na rede de aliciamento em Codó, por exemplo, a presença das “agências de viagem”, o que não encontramos em Açaílândia. Entendemos que os dois municípios apresentam-nos contextos diferentes de análise acerca desta situação, até porque historicamente apresentam diferenças fundiárias, de atividades econômicas e mesmo da forma de recrutamento dos trabalhadores. Acreditamos que essas diferenças interferem diretamente na forma de os comunicadores populares se relacionarem nessas redes.

Na tentativa de entender os níveis de envolvimento percebidos durante as entrevistas e a observação no trabalho de campo, apresentamos a seguir seis quadros construídos à luz das discussões de Fairclough (2001) acerca das falas, modalidades ou marcas lingüísticas e vozes do discurso dos seis comunicadores populares entrevistados (quatro de Codó e dois de Açaílândia) acerca da rede de aliciamento para o trabalho escravo.

Para Fairclough (2001), os contextos são agregados aos eventos de fala, mas não são constitutivos, isto é, em cada localidade investigada, nos deparamos com realidades diferentes e níveis de envolvimento diferentes desses atores sociais (comunicadores populares) na rede de aliciamento da mão de obra escrava nos dois municípios.

A modalidade trata da relação entre os produtores e as proposições, do comprometimento ou inversamente, do distanciamento entre produtores e proposições: seu grau de afinidade com elas (...) a afinidade que um produtor demonstra em relação a uma representação de mundo é inseparável do relacionamento (e afinidade) entre o produtor e outros participantes do discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 180/181)

Buscamos fazer esse esforço de análise orientada pelo autor, classificando algumas falas dos entrevistados a partir das marcas lingüísticas ou

modalidades e também das vozes (de outras pessoas) contidas no discurso. No caso dos entrevistados, identificamos que falam a partir de discursos institucionais (como do Ministério do Trabalho e Emprego, que realiza a fiscalização) ou mesmo se apropriam do discurso dos próprios trabalhadores e agenciadores da mão de obra escrava (conhecidos popularmente com *gatos*) ou ainda de outros atores envolvidos no contexto da rede de aliciamento.

QUADRO 1: COMUNICADORES POPULARES DE CODÓ/REDE DE ALICIAMENTO

Identificação (Nome e voz)	Principais falas acerca do aliciamento	Marcas linguísticas	Vozes do Discurso
José Cláudio Silva/ Voz do Comércio	<p>“Só faço anúncio comercial mesmo e de igreja (nós somos evangélicos) (...) essa coisa de chamar trabalho pode dar problema...”</p> <p>“(...) Eu até já procurei uma vez uma mulher da agência de viagem, mas não consegui passageiros (...) Era só pro final do mês”</p> <p>“Depois, achei até melhor porque na cidade de onde eu vim (Olho D’água das Cunhãs-MA) já vi que esse negócio de chamar gente pra trabalhar pode sobrar pra gente (...) Se o filho some, a mãe vem tirar satisfação com a gente e a Federal fica sempre em cima...”</p>	<p>“Chamar trabalho”</p> <p>“passageiros”</p> <p>“a Federal”</p>	<p>Aliciadores (<i>gatos</i> ou empreiteiros)</p> <p>(proprietária da “agência de viagem” se referindo aos trabalhadores)</p> <p>(trabalhadores e aliciadores se referem dessa forma ao Grupo Móvel de Fiscalização do MTE)</p>

FONTE: ENTREVISTA DURANTE TRABALHO DE CAMPO DA PESQUISA (JULHO/2010)

Como pode ser observado no quadro anterior, José Cláudio Silva, 48 anos, proprietário da Voz do Comércio, instalada há menos de 1 ano no município, mantida por anúncios de programas evangélicos e situada próxima ao aeroporto, afirma que não veicula anúncio de trabalho com medo de represálias e fiscalização. Ele conta que por uma experiência anterior em outro município (Olho D'água das Cunhãs/MA), prefere ficar longe desses anúncios de trabalho por ser “ilegal” ou “errado”. Interessante que quando narra esta história, fala da fiscalização como sendo a “Federal”, ou seja, a Polícia Federal¹³.

Outro ponto a ser destacado é que, além do medo de ser pego “fazendo algo ilegal”, o comunicador também se refere a um risco de se expor diante da própria comunidade, uma vez que ao anunciar trabalho e um filho de alguém viajar e não mais voltar, ele teria responsabilidade sobre isso, o que iria contra ao seu princípio religioso.

Mesmo não anunciando trabalho atualmente, Seu Zé Cláudio, como é conhecido, afirma já ter tentando anunciar viagens para São Paulo e demais localidades, em parceria com as “agências de viagem”; o que conta que foi mal sucedido, pois não estava em tempo de “chamar os passageiros”.¹⁴

13. Na equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, além dos auditores fiscais do trabalho que vão até os estabelecimentos que foram denunciados por trabalho escravo, também acompanham agentes da Polícia Federal, além de procuradores do trabalho e demais representantes governamentais (em alguns casos do INCRA e até mesmo do IBAMA).

14. Este fato está ligado à sazonalidade da safra da cana-de-açúcar localizada no interior de São Paulo, um dos principais destinos dos trabalhadores que migram de Codó para o corte da cana, que seriam os chamados “passageiros” para as “agências de viagem”.

QUADRO 2: COMUNICADORES POPULARES DE CODÓ/REDE DE ALICIAMENTO

Identificação (Nome e voz)	Principais falas acerca do Alicia- mento	Marcas linguísticas	Vozes do Discurso
Francinete Brito, filha de Seu Fernando Voz Santa Helena	<p>“Aqui o que a gente mais anuncia é festa de umbanda, de terreiro, e pra arrumar trabalho pra fora (serviço de corte de cana)”</p> <p>“De vez em quando Borges vem pra anunciar; pra arrumar trabalhador pra fazenda dele também/prarroço, pra botar arroz”</p>	<p>“Arrumar trabalho pra fora”</p> <p>“Arrumar trabalho pro roço”</p>	<p>Agenciadores da migração (gatos e empreiteiros)</p> <p>Agenciadores locais e trabalhadores (roço de juquirá: limpeza do pasto para plantar capim nas fazendas de gado)</p>

FONTE: ENTREVISTA DURANTE TRABALHO DE CAMPO DA PESQUISA (JULHO/2010)

Durante a visita que realizamos à voz de Seu Fernando, conversamos com sua filha que atualmente também trabalha no sistema popular de comunicação, que nos mostrou um recibo cobrado de um empreiteiro que buscava mão de obra para trabalhar em Minas Gerais, na colheita de batatas. (julho de 2010), além de uma listagem de valores de anúncios, que variavam de acordo com a quantidade de inserções por dia.

Ao questionar Seu Fernando sobre a forma de cobrança dos agenciadores para anunciar oportunidade de trabalho, o comunicador popular se posicionou reticente à gravação da entrevista e também negou a realização de determinados tipos de anúncios, reafirmando o mesmo discurso praticado em Açailândia (julho de 2010), de que esse tipo de serviço era “coisa do passado” e que por conta da fiscalização dos órgãos ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego, essa prática não mais existia.

Na fala de Francinete, filha do proprietário da Voz Santa Helena, é possível perceber modalidades que se referem tanto à rede de aliciamento para migração de trabalhadores para o corte de cana, em São Paulo (“tra-

balho pra fora”) quanto para o trabalho escravo regionalizado¹⁵, principalmente para a atividade do roço de juquira, realizada em fazendas de Codó.

QUADRO 3: COMUNICADORES POPULARES DE CODÓ/REDE DE ALICIAMENTO

Identificação (Nome e voz)	Principais falas acerca do Aliciamento	Marcas linguísticas	Vozes do Discurso
Antonio José Sousa Barbosa/ Voz São José	<p>“Foi um rapaz que veio aqui para a gente poder fazer a propaganda pra pessoas que estivessem desempregadas e quisesse trabalhar, viajar para o corte de cana, em São Paulo, Ribeirão Preto, essas regiões. Anunciei uma vez, quando foi no outro dia que ele ficou de me pagar, ele não veio, e até hoje (...) eu anunciei só um dia, ele nem apareceu mais, nem me pagou”</p> <p>“Fiz este anúncio e apareceu muitos pretendentes a esse trabalho (...) Na verdade, não entendo direito como funciona, mas conheço várias famílias de Codó que tem parentes que estão ou já foram pra lá (...) Deve ser melhor do que aqui...”</p>	<p>“fazer propaganda pra pessoas que estivessem desempregadas”</p> <p>“viajar para o corte de cana”</p> <p>“anunciei só um dia (...) ele não apareceu mais”</p> <p>“... na verdade não entendo direito como funciona...”</p>	<p>Agenciadores da migração (<i>gatos</i> e empregadores)</p>

FONTE: ENTREVISTA DURANTE TRABALHO DE CAMPO DA PESQUISA (JULHO/2010)

Seu Antonio afirma que foi procurado uma vez, logo que instalou a voz, há cerca de um mês, para fazer anúncios para o corte de cana em Ribeirão Preto, São Paulo. Ele conta que fez o anúncio, mas na verdade

“nem entendeu direito” o que estava fazendo. Aqui podemos refletir acerca dessa modalidade do discurso que (1) ou ele não entende mesmo o processo do aliciamento ou ainda (2) ele ficou com receio de nos dizer durante a entrevista com medo de fiscalização ou represálias.

De uma forma ou de outra, o importante é que percebemos nesta fala posicionamentos diferenciados com relação à rede de aliciamento com relação aos outros comunicadores populares.

QUADRO 4: COMUNICADORES POPULARES DE CODÓ/REDE DE ALICIAMENTO

Identificação (Nome e voz)	Principais falas acerca do Alicia- mento	Marcas linguísticas	Vozes do Discurso
Francisco Carlos Silva Costa/Voz Tropical	“Vem é muita gente pedir pra eu anunciar trabalho aqui(...) Vem de São Luís, vem de Ribeirão Preto (...) Daí eles encostam carro aqui na porta, enche de trabalhador e vão embora”	“Eles encostam o carro aqui na porta, enche de trabalhador...”	Agenciadores da migração (gatos e empreiteiros)

FONTE: ENTREVISTA DURANTE TRABALHO DE CAMPO DA PESQUISA (JULHO/2010)

Chico da Voz conta que já anunciou vários serviços de trabalho para São Paulo, no corte de cana, e chegou inclusive, a ficar responsável por anotar os nomes dos interessados e repassar para o agenciador, com endereço e telefone.

Diferentemente de Seu Antonio, este comunicador se assume como ator da rede de aliciamento e fala sem “pudor” sobre o seu envolvimento no assunto; o que nos leva a interpretar que ele pode não ter o entendimento jurídico acerca do processo de criminalização do aliciamento para fins de trabalho escravo, uma vez que pode estar correndo riscos e nem saber disso.

e outro *regionalizado*, para trabalho em Codó mesmo, no chamado roço de juquirá, isto é, limpeza do pasto para plantação de capim nas fazendas de gado. (MOURA, 2009).

QUADRO 5: COMUNICADORES POPULARES DE AÇAILÂNDIA/REDE DE ALICIAMENTO

Identificação (Nome e voz)	Principais falas acerca do Alicia- mento	Marcas linguísticas	Vozes do Discurso
<p>Maria Benedita de Sousa (Dona Biné)/ Voz da Fruta</p>	<p>“Eles me procuram lá é pra serviço de carvoeira e pra serviço pra fora daqui”</p> <p>“Vejo quantos trabalhadores eles precisam, chamo as pessoas e vou anotando no caderno (...) às vezes eu, às vezes minha nora (...) depois os homem vem pegar tudinho: as listas com os nomes e marca o dia da viagem”</p>	<p>“Serviço de carvoeira”</p> <p>“chamo as pessoas e vou anotando no caderno (...) as listas com os nomes e marca o dia da viagem”</p>	<p>Agenciadores (gatos e empreiteiros)</p>

FONTE: ENTREVISTA DURANTE TRABALHO DE CAMPO DA PESQUISA (JULHO/2010)

Dona Biné, como é conhecida na Vila Ildemar, tem um sacolão de frutas e afirma que instalou a voz há cerca de três anos, juntamente com seu marido, para anunciar as promoções. Segunda ela, começou a ser procurada pelo comércio local para anunciar seus produtos. Como sua voz tem “audiência” no bairro, ela conta que “uns homens” começaram a procurá-la também para anunciar oportunidades de trabalho e repassar a ela e sua família, que trabalha no sacolão de frutas, a responsabilidade de “formar turmas” de trabalhadores; o que caracteriza o aliciamento para o trabalho escravo. Da mesma forma do Chico da Voz, de Codó, podemos entender que Dona Biné pode não ter a noção do seu nível de envolvimento com o processo.

QUADRO 6: COMUNICADORES POPULARES DE AÇAILÂNDIA/REDE DE ALICIAMENTO

Identificação (Nome e voz)	Principais falas acerca do Alicia- mento	Marcas linguísticas	Vozes do Discurso
Manoel Gabriel Carneiro/Voz do Gabriel	<p>“Antes do presi- dente acabar com esse negócio de má serviço aqui era todo dia...”</p> <p>“Não! Hoje não tem mais não! Aqui eu ainda cheguei lotar dez ônibus por dia aqui”</p> <p>“Eu nunca recru- tei trabalhadores. Só anunciava mesmo e os em- preiteiros ficavam aqui esperando a peãozada chegar. Era homem que não acabava mais”</p>	<p>“presidente aca- bar com esse má serviço”</p> <p>“cheguei a lotar 10 ônibus por dia”</p> <p>“Nunca ganhei com empreitada. Só mesmo com o anúncio...”</p>	<p>Voz institucional da fiscalização MTE (erradica- ção do trabalho escravo)</p> <p>Agenciadores para migração (gatos e emprei- teiros)</p>

FONTE: ENTREVISTA DURANTE TRABALHO DE CAMPO DA PESQUISA (JULHO/2010)

A “Voz Tropical”, mais conhecida como “Voz do Gabriel”, está localizada na Vila Ildemar há pelo menos 12 anos. O comunicador popular Manoel Gabriel Carneiro de Souza, 52 anos, afirma que sua profissão é garçom, que trabalhou mais de 20 anos nesse ramo. Hoje está aposentado e exerce a atividade de comerciante do bairro da Vila Ildemar. Antes de morar em Açailândia, Seu Gabriel já tinha outra “voz” no município vizinho de Imperatriz (MA). Ele afirma que trabalha com comunicação popular há 28 anos.

Diferentemente de Dona Biné, Seu Gabriel se mostra conhecedor de que aliciamento é crime e, dessa forma, se apropria do discurso institucional dos auditores fiscais do MTE e das ações de repressão e combate

ao trabalho escravo do governo federal para afirmar que “o presidente acabou com esse serviço escravo”. Mesmo se colocando fora do sistema de aliciamento, ao afirmar que “nunca recrutou trabalhadores, só anunciou o serviço”, sua fala é carregada de sentidos, uma vez que está imbricada no contexto de que aquele negócio “não é legal” ou pelo menos “não é bom para os trabalhadores”.

A partir da compreensão da lógica do canal de comunicação para o recrutamento de trabalhadores, bem como de suas contradições entre discursos e práticas, buscamos sistematizar as informações e mapear a rede de aliciamento para trabalho escravo na região estudada. Com isso, acreditamos contribuir com a eficácia da atuação do movimento social, que terá a partir do acesso a esses dados, subsídios para conseguir avançar nos processos comunicacionais mais eficazes para o trabalho de prevenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Enesita Soares de. *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas*. Tese de doutorado, CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Cedi :Rio de Janeiro, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*. Dissertação de mestrado/Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFMA, São Luís (MA), 2006.

OIT (org). *Estudo Complementar sobre o Trabalho Escravo no Brasil*. Brasília. WILLIAMS, Raymond (1981). *Sociología de la cultura*. Ediciones Paidós. Barcelona- Buenos Aires-México, 2005.

Estratégias de comunicação em redes de denúncia no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão: o caso do programa “Escravo, nem pensar!”¹⁶

Andréa Rabello
Maria do Socorro Pereira da Costa

Este artigo faz parte de um esforço de pesquisa realizado pelo projeto “Vozes da Esperança: estratégias de comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo no Maranhão (2010-2012)”¹⁷ que visa compreender as estratégias de comunicação utilizadas pelas entidades e organizações sociais para o combate ao trabalho escravo. Tal rede de denúncias é composta por várias organizações, dentre elas: Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONG Repórter Brasil (RB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Organização Internacional do Trabalho

16. Artigo originado de trabalho apresentado e publicado em Anais do VI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – “VI Abrapcorp 2012 – Comunicação, Discurso, Organizações”, abril de 2012, São Luís (MA).

17. Projeto de pesquisa financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico no Maranhão), com vigência entre 2010 a 2012. Fizeram parte desta pesquisa estudantes de Comunicação e Ciências Sociais da UFMA e da Faculdade São Luís (atual Estácio de Sá): Andrea Rabelo Almeida, Larissa dos Santos Martins, Maria do Socorro Pereira da Costa, Max de Medeiros Soares, Saara Sâmara de Sousa, Rosiane de Oliveira Silva e Raylla Cristine Dias Lima.

(OIT), Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascarán (CDVDH/CB), dentre outras. O que iremos apresentar aqui tem como foco o programa “Escravo, nem pensar!”, coordenado pela ONG Repórter Brasil e desenvolvido, dentre outros, no município de Açailândia-MA, em parceria com o Centro de Defesa de Açailândia, Comissão Pastoral da Terra e também a Secretaria Municipal de Educação de Açailândia. É fruto de reflexões acerca de dois trabalhos de campo realizados no referido município nos períodos de julho de 2010 e julho de 2011. Na ocasião, foram entrevistados membros do CDVDH/CB, além de lideranças comunitárias e educadores participantes de cursos de capacitação pelo projeto. Também foi realizada uma longa entrevista com a equipe da ONG Repórter Brasil, responsável pelo programa em questão, em outubro de 2011.

Os referenciais teóricos e metodológicos que nos auxiliam na construção dessa reflexão estão ligados principalmente aos campos das Ciências Sociais e Comunicação, tendo como autores principais Queila Souza e Carlos Quandt, na discussão sociológica sobre redes, bem como Márcio Simeone Henriques, na discussão sobre estratégias de mobilização social, Enezita Araújo, sobre mediações e poder e Cecília Peruzzo, nas discussões entre comunicação popular e comunitária, dentre outros incorporados nas leituras durante o projeto de pesquisa, realizadas há pelo menos dois anos.

“Escravo, nem pensar!”, é um programa surgido após as demandas do I Plano Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo¹⁸ e atua em 43 municípios de seis estados: Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Bahia. Sua missão é diminuir o número de pessoas aliciadas para o trabalho escravo através da formação de professores e líderes comunitários cuja função é difundir, em suas respectivas organizações, o conhecimento em relação ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo contemporâneo. Além de capacitar os “multiplicadores”, a ONG Repórter Brasil em parceria com outras organizações é responsável por produzir os materiais didáticos, que também são nosso objeto de estudo, e acompanhar as atividades nos municípios.

18. O I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em 2003, durante o primeiro ano do governo Lula, abrindo uma série de discussões e debates junto ao poder público nacional da questão.

Fundada em 2001, a ONG Repórter Brasil, é formada por jornalistas, educadores e cientistas sociais, cujo objetivo é “*fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil.*” A RB articula atividades de prevenção ao trabalho escravo nos seis estados supracitados, em cada um deles conta com a parceria de organizações sociais e do poder público local, indispensáveis para a execução do programa. A entidade compõe a CONATRAE¹⁹³ (Comissão Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo), ficando responsável, como já foi dito, por coordenar o programa “Escravo, nem pensar!”. Estudar a questão do trabalho escravo no Maranhão é justificada pelo *ranking* que o Estado ocupa na exportação da mão de obra para outras regiões do país. Além disso, a incidência de trabalho escravo também é grande na região. Um dos municípios mais atingidos tanto em número de trabalhadores aliciados como de trabalhadores escravizados é o município de Açailândia. Foi com o intuito de combater essa e outras violações dos direitos humanos que nasceu, em 1996, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH), hoje Centro de Defesa Carmen Búscaran, em homenagem a uma de suas fundadoras.

O CDVDH também compõe a CONATRAE, e juntamente com outras organizações sociais é responsável, sobretudo, por realizar o trabalho de prevenção e de denúncia aos órgãos públicos competentes. Vale ressaltar que o município, graças ao trabalho dos membros do CDVDH, é responsável por 11% das denúncias de todo o Brasil, além de já ter contribuído para libertação de mais de 2 mil trabalhadores.

Para Enezita Araújo, em seu texto *Mediações e Poder*, o poder simbólico exerce-se nas relações sociais, na capilaridade social; é constituído e constitui-se na dinâmica social. Neste caso, os agentes sociais disputam poder a partir de suas práticas discursivas. É o que observamos com as entidades do estudo em questão: tanto em âmbito nacional, como a Repórter Brasil, quanto em âmbito local, como o Centro de Defesa de Açailândia, produzem sentido em seus discursos junto às reuniões da CONATRAE; o

19. Logo após o lançamento do I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, foi fundada a CONATRAE com o intuito de pautar a discussão entre poderes públicos e sociedade civil.

que resulta em ações articuladas e financiadas para o combate ao trabalho escravo no Maranhão.

Neste sentido, os processos de produção, negociação, circulação e consumo das políticas públicas, como nos sugere Araújo (2000), começam a aparecer em programas, como o caso do Escravo, nem pensar!, que leva a municípios como Açailândia formação de educadores e lideranças comunitárias acerca do trabalho escravo contemporâneo. Foi no município de Açailândia em 2005 que o programa, ainda em fase de “teste”, teve sua primeira “aplicação”. A escolha do município e do estado do Maranhão se deve pela atuação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, bem como pelo número de denúncias naquele município e alto número de pessoas aliciadas e “exportadas” para outras regiões. Todas as capacitações do projeto “Escravo, nem Pensar!” do Maranhão aconteceram entre 2005 e 2006. As entidades envolvidas são responsáveis por desenvolver funções específicas. Na cidade de Açailândia, o CDVDH fica responsável por articular educadores e lideranças comunitárias, garantir o local para capacitação dos mesmos e oferecer apoio durante a realização do projeto nas escolas e comunidades. Já os agentes da Repórter Brasil são responsáveis por oferecer a capacitação, realizando a abordagem dos temas relacionados ao trabalho escravo, trabalhando também a metodologia de ensino a ser desenvolvida pelos agentes “multiplicadores”. A Secretaria Municipal de Educação, por sua vez, seleciona as escolas e libera os professores que participarão do processo.

Para Souza e Quandt (2008), a análise das redes sociais deve observar elementos primários (elos entre os nós da rede) e secundários (os atributos dos atores). Para os autores, o conceito de redes sociais passa pelo entendimento de estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada. Embora com este conceito, os autores identificam hierarquias e centralidades na formação das redes. Aqui podemos pensar em atores centrais (no caso da análise, a ONG Repórter Brasil), que propõem ações aos demais atores, como é o caso dos parceiros (Centro de Defesa, Secretaria de Educação) e dos públicos propriamente ditos, no caso, educadores e lideranças comunitárias. Embora identifiquemos facil-

mente essa hierarquia e centralidade, para se manter como rede, é necessário que todos os atores envolvidos tenham participação efetiva, por mais que suas posições em geral são caracterizadas por duas visões principais: posicional e relacional.

“De acordo com a teoria das redes sociais, as duas visões de estrutura (relacional e posicional) permitem que se realize o levantamento do desenho da rede, da conexão entre os atores, além dos padrões de relacionamento. Há uma diferença fundamental entre as duas abordagens: enquanto a abordagem posicional tende a retratar a estrutura existente em um determinado momento, a abordagem relacional permite identificar sinais de evolução nos padrões de interação da rede”. (SOUZA e QUANDT, 2008, p. 44/45)

O CDVDH possui como eixo central o combate ao trabalho escravo. Nesse sentido, atua em três linhas: prevenção, repressão e reinserção. O Centro não possui pessoal capacitado para desenvolver a metodologia pedagógica de combate à escravidão. A Repórter Brasil, no ENP, por outro lado, desenvolve somente o trabalho de prevenção. Como explica Ivanete Silva, membro do CDVDH e coordenadora do projeto em Açailândia:

“(...) o projeto da RB é único, o nosso não, nós temos várias linhas de trabalho. A gente nunca formou essa equipe, pedagogicamente, pra trabalhar só a questão do trabalho escravo... nós temos essa capacidade, esse conhecimento, mas nós não temos essa capacidade pedagógica pra trabalhar”. (Trecho de entrevista concedida por Ivanete Silva, julho de 2011, Açailândia/MA)

Pôde-se observar que o programa trabalha com públicos estratégicos, tanto na etapa “intermediária” (formação de agentes multiplicadores), quanto na final (troca de saberes com comunidades e estudantes). De um lado, lideranças comunitárias que abordarão o tema junto aos trabalhadores; de outro, os estudantes da rede municipal de ensino que terão o tema abordado em suas escolas e também participarão do processo de “investigação” do objeto de estudo, convertendo-se, conseqüentemente,

em multiplicadores desse conhecimento, sobretudo junto às suas famílias. Tanto a abordagem adotada como a escolha desses “públicos” estratégicos garantem o alcance da temática a um número considerável de sujeitos.

Esquemáticamente pode-se dizer que as estratégias de comunicação do programa “Escravo, nem pensar!” envolvem: articulação da Repórter Brasil às entidades regionais, no caso o CDVDH, a articulação do Centro de Defesa e entidades locais aos professores, rede de ensino e lideranças comunitárias; por fim, a articulação desses últimos às comunidades e educandos.

A rede é heterogênea se levar em conta a natureza das organizações que a compõe; abarca interesse público, privado e público-privado nas esferas: municipal, estadual e federal. Neste contexto, Henriques (2007) entende que para criar e manter os vínculos dos públicos com o movimento social configura-se como função básica, mas para esta ser bem sucedida, deve ser integrada e articulada com outras funções “difundir informações, promover a coletivização e registrar a memória da mobilização”.

Numa perspectiva desenvolvida por Henriques, podemos classificar os públicos do Escravo, nem pensar! de acordo com o envolvimento deste com o vínculo que desenvolve com a temática, pois segundo o autor “a complexidade dos próprios movimentos de ação social impõe, portanto, a necessidade de transcender os métodos clássicos de identificação e análise de públicos, considerando as relações sistêmicas que eles estabelecem entre si e com os projetos institucionalizados”. (HENRIQUES, 2007, p. 41)

Para o autor, pela natureza dos movimentos sociais, o modelo clássico de divisão de públicos, “baseados nas categorias tradicionais de público interno, externo e misto” não atendem às necessidades a inadequação é observada “na dificuldade de definir, para uma instituição aberta e descentralizada, o que se encontra em suas fronteiras internas e o que se projeta para fora dela e com qual alcance, onde a idéia de interno e externo perde seu sentido”. Portanto, o autor define três categorias de públicos “aplicáveis a projetos orientados para três níveis de aproximação”. A primeira definição de público apresentado pelo autor é o que ele denomina de “beneficiados”, este público “é entendido como sendo todas as pessoas e instituições que podem ser localizados dentro do âmbito espacial que o projeto

delimita para sua atuação”. Neste caso, podemos identificar os educadores e as lideranças comunitárias.

O segundo tipo de público apresentado pelo autor é denominado de “legitimadores”, formado por grupo de pessoas ou instituições que “não apenas se beneficiam com os resultados, mas possuem informações acerca de sua existência e operação, são capazes de reconhecê-lo e julgá-lo como útil e importante, podendo se converter em colaboradores em qualquer tempo”. Neste caso, podemos pensar nas articulações locais, como é o caso da Secretaria Municipal de Educação e demais parceiros responsáveis pela legitimação do projeto.

O terceiro nível de público apresentado por Henriques, diz respeito aos públicos “geradores”, que são grupos de pessoas ou instituições “que não apenas se beneficiam com os seus resultados mas dispõem-se a legitimar a sua existência, mas efetivamente organizam e realizam ações em nome do projeto”. Aqui fica evidente o papel do articulador local, no caso o Centro de Defesa de Açailândia.

O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

O curso de capacitação constitui um espaço de fundamental importância no projeto e é parte da estratégia de comunicação e das ações das entidades envolvidas no combate à escravidão. Visa sobretudo garantir a professores e lideranças comunitárias capacitação adequada para desenvolver uma metodologia pedagógica orientada nos princípios da educação popular. Visa também à habilitação dos professores para que estes, após o curso, desenvolvam projetos dentro de suas escolas. Como destaca Ivanete Silva:

“A didática do pessoal (Equipe da Repórter Brasil) que veio ministrar o curso era justamente pensando no pós (curso). O que eles fizeram? Todo participante tinha que vir e tinha que fazer um projeto pra executar dentro das escolas. Não tinha projeto financiado, mas o projeto que as escolas realizaram era pós-curso. Quando eles executavam esse pós-curso eu monitorava se estava acontecendo ou não... a RB dava certificado pós-cur-

so pra escola e o professor que estava na escola.”(Trecho de entrevista com Ivanete Silva, julho de 2011, Açailândia/MA)

O processo de formação é diferenciado para líderes comunitários e professores, pois as lideranças populares já possuem vínculos com movimentos sociais, o que em teoria lhes garante o domínio de processos comunicacionais baseados na horizontalidade da relação entre emissores e receptores de informação, elemento essencial na proposta do projeto.

A metodologia utilizada pela RB no processo de formação dos professores e líderes comunitários é composta por dois momentos complementares: a formação teórica e a formação prática. Nesta última, os participantes produzem algum tipo de material, como jornais e vídeos, por exemplo. A metodologia parte do pressuposto de que é necessário estabelecer um universo simbólico compartilhado pelos sujeitos envolvidos, para que o diálogo e a comunicação possam ser possíveis. Leva em consideração os saberes das comunidades, pois: *“Ninguém educa a si mesmo. Ninguém educa ninguém. As pessoas se educam entre si, mediadas pelo mundo.”* Deuselina da Silva, uma das educadoras da Escola Municipal Oziel Alves, do assentamento do MST, participante do curso de capacitação lembra em entrevista:

“[...] a gente teve toda parte de teoria, também, mas depois teve a parte da prática, treinando, fazendo filmagens. Foi muito interessante o projeto, a gente apresentou o jornal, eu lembro que fizemos o jornal e ele repercutiu muito em Açailândia. Saímos filmando pelos bairros... ao vivo mesmo e a cores. Foi muito interessante. Eu lembro que eu era uma das repórteres. Teve toda uma propaganda [...]” (Trecho de entrevista concedida pela educadora Deuselina da Silva, julho de 2011, Açailândia/MA).

Foram entrevistadas educadoras de três escolas participantes do projeto: Escola Municipal Oziel Alves, localizada em assentamento do MST, na zona rural da cidade; Escola Municipal Jesus de Nazaré e Escola Municipal Gastão Vieira. Cada uma delas desenvolveu, a partir de um mini-projeto, a temática da escravidão em suas respectivas escolas.

Observamos diferenças na abordagem do programa em cada escola, que podem estar relacionadas ao: envolvimento das educadoras com organizações sociais, populares, religiosas, nível de interesse e disponibilidade, capacidade organizativa, além das demandas específicas de cada instituição.

A escola Jesus de Nazaré, por exemplo, além de um mini-projeto do curso de capacitação, desenvolveu outras duas propostas para trabalhar o tema na escola, um dos quais contou com o financiamento da Repórter Brasil através de edital daquele ano. A escola propôs-se a realizar um projeto em que a geração de renda fosse somada ao trabalho educativo de prevenção à escravidão. Para tanto, com as verbas do edital compraram material para confecção de sandálias bordadas e decoradas e ofereceram às mães das crianças mais carentes uma oficina onde aprenderam a atividade.

Já a escola Oziel Alves desenvolveu somente o projeto do pós-curso. Suas crianças e adolescente produziram: cartilhas, textos, poesias e paródias. Foi criado um grupo de teatro que chegou a se apresentar em várias outras ocasiões, dentro e fora da escola. Segundo as suas educadoras, o projeto não teve continuidade pelo fato de a situação da escravidão estar mais “amena” na região, mas também por falta de acompanhamento, tanto da Repórter Brasil quanto do Centro de Defesa de Açaílândia. Cabe lembrar que esta escola situa-se na zona rural de Açaílândia e que sua dinâmica difere das demais.

Sobre o acompanhamento e monitoramento do programa, explica a coordenadora geral, da ONG Repórter Brasil, Fabiana Vezzali:

“No início do programa, pensamos em fazer o acompanhamento à distância, com o envio de questionários trimestrais em cartas- respostas com porte pago pela Repórter Brasil além do acompanhamento dos parceiros locais no desenvolvimento das ações pelos professores e lideranças populares (...) Com o decorrer do tempo, a equipe reavaliou sua forma de acompanhar as atividades. Hoje, o acompanhamento acontece por meio de 3 visitas *in loco*, a cada seis meses, aproximadamente, em que são realizados encontros com os participantes da formação e com grupos de alunos que tenham participado de atividades

sobre a temática do trabalho escravo em suas escolas.” (Trecho de entrevista concedida por Fabiana Vezzali, em outubro de 2011, em São Luís/MA).

A coordenadora do programa explica que os indicadores utilizados têm como meta diminuir, por meio da educação, o número de trabalhadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aliciados para o trabalho escravo na Amazônia e no Cerrado brasileiros e como objetivos estratégicos (1) Difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e trabalho escravo rural contemporâneo como forma de combater essa violação dos direitos humanos e (2) Promover o engajamento das comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo.

EDUCAÇÃO POPULAR E CIDADANIA

As discussões acerca do trabalho escravo são introduzidas nas disciplinas de forma transversal; as crianças e adolescentes são estimulados a realizar pesquisas em suas comunidades para a criação de um banco de dados e sua posterior tabulação, envolvendo já de início as disciplinas de matemática e geografia. Além de ser trabalhado em sala de aula, especialmente nas disciplinas de português, história, geografia e matemática, os alunos são encorajados a tomar parte do processo de aprendizagem, através da realização de peças teatrais, elaboração de pequenos livros de poesia, desenhos, cartazes etc.

Tal metodologia de ensino é influenciada pela abordagem do pedagogo Paulo Freire, defensor da “pedagogia da autonomia”; o que significa que uma nova relação deva ser estabelecida no processo de aprendizagem. Para o pensador, o educador não é o portador inquestionável do saber, aquele que em sala de aula introduz o conhecimento no aluno, como se este fosse desprovido de capacidade crítica. Pelo contrário, sua metodologia visa à participação do aluno no processo educacional, ou seja, tanto aluno quanto professores são aprendizes e contribuem na jornada pelo conhecimento. Não é o conhecimento em si o mais importante nessa metodologia de aprendizado, embora ele seja fundamental, mas o próprio processo, o caminho percorrido até se chegar a ele. (FREIRE, 1983)

Os movimentos sociais buscam criar na sociedade o debate e formação de opinião pública para mediar as ações dos grupos sociais na atuação e desenvolvimento de práticas para a mudança social. Já a comunicação com caráter educativo, segundo Henriques (2007), deve gerar referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades nos indivíduos. Desnecessário estabelecer o limite que separa Pedagogia da Comunicação, principalmente na proposta de Paulo Freire. Existe diferença entre a comunicação popular ou comunitária e a educação popular. No entanto, são orientadas por conceitos muito próximos. Na comunicação comunitária ou participativa, os diferentes sujeitos envolvidos participam do processo decisório, de forma coletiva e interativa. Este modelo de comunicação é marcado pelo compromisso com o desenvolvimento da comunidade, entendendo como comunidade neste caso, um grupo de indivíduos que compartilham sentimentos, valores culturais ou mesmo uma condição socioeconômica semelhante.

“A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornam protagonistas da comunicação e não somente receptores.” (PERUZZO, 2008)

A formação das crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, assim como dos educadores, também é composta por dois momentos complementares: a parte teórica e a prática. De certa forma, os educandos são também capacitados para a multiplicação do conhecimento, uma vez que as crianças e adolescentes desenvolvem uma série de materiais como: cartilhas, pequenos livros de poesia, peças teatrais, entre outros. Este material é apresentado nas escolas, e em graus diferentes, dependendo de cada escola, a participação da comunidade do entorno é maior ou menor.

Durante o processo de desenvolvimento do programa, as crianças e adolescentes foram confrontadas com uma realidade que desconheciam parcialmente. Nas ocasiões em que os alunos tiveram contato direto com os moradores das comunidades, sobretudo durante a realização de pesqui-

sas, puderam constatar que parentes e conhecidos já tiveram algum envolvimento com o trabalho escravo, geralmente como trabalhadores aliciados. Muitas vezes os próprios trabalhadores reconheciam durante a apresentação de uma peça, as semelhanças entre a forma como foram aliciados para o trabalho escravo e a situação encenada. Na Escola Municipal Oziel Alves, esses trabalhadores foram convidados a tratar sobre sua experiência e, assim, conseqüentemente, participaram do processo de aprendizado, recebendo informações dos alunos e também as transmitindo. Aqui, a questão da identificação foi fundamental para o trabalho da equipe.

Apesar de a metodologia basear-se no diálogo, pois conta com a participação dos grupos e comunidades no processo educativo, trazendo para cena parte de seu repertório cultural, não se deve desconsiderar as especificidades de cada sujeito; os professores distinguem-se dos educandos, tanto os professores da RB quanto os da rede municipal de ensino e as lideranças das comunidades. As educadoras, quando questionadas a respeito seu conhecimento em relação à escravidão contemporânea, bem como da importância do curso de capacitação foram unânimes em reconhecer que o projeto lhes permitiu visualizar com maior clareza a situação da região de Açailândia e da própria escravidão em si; muitas vezes confundida com a exploração do trabalho.

“Eu tinha uma visão e agora tenho outra do que é realmente o trabalho escravo... Eu tinha visão de São Paulo, mas não sabia daqui de nossa região...” (Trecho de entrevista concedida pela educadora Maria do Socorro, julho de 2011, Açailândia/MA).

Se, por um lado, podemos encontrar semelhanças no perfil das educadoras e instituições educacionais envolvidas no projeto, pode-se também encontrar algumas diferenças. O grau de envolvimento com as “causas” sociais, por exemplo, é distinto em cada organização. Isso se torna evidente quando comparada a escola do MST às outras, mas também é válido para as escolas que não possuem vínculo direto com o movimento social. O que significa a existência de diferentes níveis de relação entre as organizações. No caso da Escola Municipal Oziel Alves, do Assentamento Nova Conquista, a educadora é clara ao afirmar que:

“Nós nos identificamos enquanto esquerda, enquanto movimento de luta(...). E o Centro de Defesa é uma ONG que está sempre enfrentando, denunciando as mazelas do nosso país e principalmente da região que a gente mora. Então, o CDVDH é uma ONG que o MST tem se dado bem”. (Trecho de entrevista concedida pela educadora Maria do Socorro, julho de 2011, Açailândia/MA)

Há diferenças, também, quanto à natureza das “comunidades” envolvidas. Uma comunidade escolar possui especificidades se comparada a qualquer outra. No entanto, se pode visualizar em ambas uma mesma fundamentação, a saber: identidades, ação conjugada, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros, e relações estritas entre seus membros. Cabe lembrar, em contrapartida, que os sujeitos envolvidos: educandos e trabalhadores são o foco do programa de combate à escravidão, justamente por comporem o “grupo de risco”, por compartilhar delicada condição socioeconômica; fazem parte dos setores mais oprimidos da sociedade brasileira.

A educação popular e seus desdobramentos na comunicação comunitária buscam o empoderamento da comunidade a partir dela mesma. A cidadania é a justificativa inicial; a identidade e a cultura são os elementos agregadores bem como ponto de partida; a auto-organização e autonomia são a meta.

A comunicação desenvolvida junto aos movimentos populares visa a conquista da cidadania, historicamente negada à significativa parcela da população brasileira. Deve-se levar em conta que o conceito de cidadania sofre variações de acordo com o grupo de interesse a invocar o termo. No caso dos movimentos sociais, “cidadania” sofre expansão de seu significado, que tradicionalmente vincula-se à concepção democrático-liberal, e passa a defendê-la de forma mais ampla, destacando seu aspecto econômico, político e social. A base para compreensão do conceito de cidadania, que de forma alguma é estática, deve levar em consideração o conjunto de direitos e deveres dos sujeitos organizados em sociedade. Para as organizações populares, no entanto, a cidadania engloba os direitos de primeira, segunda e terceira geração. A saber: direitos civis e políticos, considerados de primeira geração; direitos sociais, considerados de segunda geração e

direitos da terceira geração que envolvem as minorias, como por exemplo, as comunidades indígenas e autóctones.

“A conquista da cidadania significa a passagem de súditos para cidadãos, dentro de um arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu status de cidadão à qualidade da participação. Esta é uma de suas bases. Outra está na noção de que suas formas se condicionam ao tipo de sociedade política em que se vive” (PERUZZO, 2008)

APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A PROJETOS COMUNITÁRIOS

Como forma de estimular a participação e a continuidade das atividades do programa nas escolas e comunidades, a ONG Repórter Brasil abre editais anualmente, oferecendo para cada estado o financiamento de três projetos no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As três escolas visitadas: Escola municipal Oziel Alves, Gastão Vieira e Escola municipal Jesus de Nazaré foram contempladas com o financiamento e desenvolveram diferentes projetos relacionados ao combate à escravidão, como já apresentado.

“Todo projeto você precisa de um material didático; porque você pensa na finalização... tem que pensar no produto final né?! A gente pensava em começar um projeto desses e não ter o suporte (materiais diversos). Por isso pensamos no ano passado em mandar o projeto pra lá (Repórter Brasil) pra que tivéssemos o apoio (edital) financeiro.” (Trecho de entrevista concedida pela educadora Maria dos Reis, da EM Gastão Vieira, Açailândia/MA, julho de 2011)

No ano de 2010, a Rádio Comunitária Arca FM, criada pelo CDVDH e outras organização sociais de Açailândia e localizada no bairro da Vila Ildemar, desenvolveu um mini-projeto financiado pela RB através de edital daquele ano. O projeto consistia em “*formar e informar adolescentes, jovens e adultos sobre o problema do trabalho escravo e suas consequencias*”. Foram produzidos e apresentados quatro programas de rádio. O primeiro é a apresentação do projeto para a comunidade, o segundo programa é uma

entrevista com o coordenador geral do CDVDH, Antonio Filho, sobre o trabalho escravo, o terceiro programa é uma entrevista com um trabalhador libertado e o quarto programa é sobre “*as forma legais de repressão ao trabalho escravo*”, chamava-se: “*Comunicar para Libertar*” e foi apresentado por Lucas Renan e Luana Ramalho, dois jovens da rádio.

O bairro Vila Ildemar já foi considerado o maior fornecedor de mão de obra para o trabalho escravo de Açailândia. Seus moradores são oriundos da zona rural e de outras regiões do Estado; recém-chegados cuja expectativa de emprego nas siderúrgicas locais não foi satisfeita. Os aliciadores “recrutam” trabalhadores por meio do “bocaaboca”, uma vez que os métodos “convencionais”(carros de som e rádio poste, objetos de estudo da primeira etapa do presente projeto) de comunicação encontram-se sob razoável fiscalização. A praça da cidade é utilizada como um dos pontos de encontros entre trabalhadores e aliciadores, lugar de onde são deslocados de ônibus para a fazenda onde serão escravizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pode ser observado no decorrer das entrevistas e durante o trabalho de campo em Açailândia é que há o esforço, por parte dos agentes da Repórter Brasil, em manter contato com as escolas e os professores participantes do programa. Periodicamente entram em contato com as educadoras e escolas através de e-mails, além disso, enviam por cartas e correspondências os materiais didáticos produzidos pela entidade e articulam visitas periódicas. O CDVDH, além de acompanhar o andamento do projeto nas escolas, também retorna às instituições de ensino, muitas vezes realizando filmagem e coletando materiais.

Durante datas comemorativas como, por exemplo, o Dia da Consciência Negra, ocorre o inverso: professores e alunos vão à sede do Centro de Defesa em busca de matérias que possam auxiliar nas atividades em sala de aula. São distribuídos revistas, folders e vídeos, muitos desses materiais são provenientes da Repórter Brasil e da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da CPT.

Nesse sentido, a relação entre o Centro de Defesa e as escolas é facilitada, inclusive porque alguns professores passaram pela formação no

CDVDH. Ainda assim, para Ivanete Silva (coordenadora local do programa), um dos empecilhos à continuidade das atividades nas escolas é a falta de contato direto dos membros da RB e CDVDH com professores. Para ela, os professores da região sentem-se mais estimulados a dar continuidade ao programa quando são visitados pessoalmente. A dificuldade, nesse caso, seria a falta de pessoal para suprir a demanda com periodicidade.

Além desta, outra dificuldade apontada pelos educadores é a questão política local. Durante as entrevistas, algumas educadoras se referiram ao prefeito de Açailândia como um dos dificultadores do programa vingar e se multiplicar no município por conta de envolvimento direto com a questão do trabalho escravo.

No ano de 2008, a temática do trabalho escravo havia sido incluída pelo MEC (Ministério da Educação) nos livros de português. Nesse caso, os professores trabalhariam a questão da escravidão em sala de aula sem “custos”. Além disso, em cidades como Açailândia, onde integrantes do poder público possuem envolvimento com o trabalho escravo, a abrangência do projeto não se restringiria às escolas participantes do programa, já que estaria estabelecido a partir dos parâmetros curriculares nacionais, referência para o ensino fundamental e médio.

Podemos perceber o comprometimento das educadoras com as atividades escolares, que dedicam boa parte de suas energias à profissão, ao mesmo tempo em que encontram-se sobrecarregadas de tarefas pois o número de profissionais, em todas as escolas visitadas, é visivelmente inferior ao necessário para desenvolver as atividades com qualidade. O envolvimento dessas profissionais, sua capacidade de “contornar” as dificuldades, sua força de vontade parecem contrastar com os incentivos da iniciativa governamental. As escolas dependem em excesso de suas iniciativas individuais; a falta de investimento, estímulo e sobrecarga de funções acabam por inviabilizar ou ao menos tornar mais difícil a viabilidade de projetos mais ambiciosos nas escolas, dificultando também a continuidade de projetos como o “Escravo, nem pensar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Enesita. *Mediações e Poder*. Paper apresentado COMPÓS, Porto Alegre, 2000.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983. HENRIQUES, Márcio Simeone. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002. PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *Conceitos de Comunicação Popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor*. Palavra Clave, V. 11, nº2, Dezembro de 2008, p. 367-379.

SOUZA, Queila e QUANDT, Carlos. *Metodologia de análise de redes sociais*. In *O tempo das redes*, Perspectiva, São Paulo, 2008.

Rádio comunitária como espaço de construção de cidadania: um estudo sobre a rádio comunitária Arca FM, de Açailândia (MA)²⁰

Rosiane de Oliveira Silva

A idéia central deste estudo é compreender as estratégias de atuação da rádio comunitária Arca FM, de Açailândia (MA) no contexto da rede de denúncia do trabalho escravo no Maranhão. Nessa perspectiva, entende-se que a rádio comunitária contribui para a criação da opinião pública, uma vez que a comunidade encontra espaço de atuação, possibilitado a inserção social ao oferecer um espaço de expressão quanto aos interesses locais. Assim, funcionam como importante canal de comunicação de interação e participação popular, buscando conjuntamente solução para os problemas da comunidade.

Ainda muito presente no Maranhão, o trabalho escravo está principalmente nas áreas rurais, em fazendas de criação gado e carvoarias, tendo como vítimas, prioritariamente, trabalhadores jovens e do sexo masculino. Nessa situação, os mesmos são forçados a trabalhar por muitas horas recebendo pouco ou nenhum salário pelos serviços prestados. Relacionada com a grande concentração de terras, essa forma de trabalho também se encon-

20. O artigo é parte de trabalho monográfico defendido pela autora em 2011 no curso de Comunicação/Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, sob orientação da professora Flávia de Almeida Moura.

tra associada à baixa escolaridade e à precariedade nas condições de vida.

O trabalho escravo contemporâneo é encontrado em estados com pobreza extrema, analfabetismo e desemprego. O Maranhão é um dos Estados com o maior número de municípios que têm o aliciamento para o trabalho escravo em carvoarias e fazendas, principalmente na região sul. Segundo dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, das dez cidades com trabalhadores libertados, quatro delas estão no Maranhão: Açailândia (250), Buriticupu (100), Zé Doca (70) e Balsas (50) ²¹.

De acordo com informações do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascarán (CDVDH/CB), esses trabalhadores são encontrados sem nenhuma condição de higiene, alimentação precária e muitas vezes sofrendo violências físicas e psicológicas. Geralmente, esses locais possuem homens armados, que controlam os trabalhadores, impedindo que esses deixem o local.

Nesse sentido, o presente estudo busca compreender algumas estratégias de comunicação utilizadas no contexto da rádio comunitária Arca FM para o combate ao trabalho escravo bem como para a construção da cidadania. Buscamos a) analisar a partir do conceito de opinião pública, a influência da rádio comunitária de Açailândia na construção da cidadania; b) Levantar junto à comunidade a influência da rádio na formação da opinião sobre o trabalho escravo; c) Identificar os principais públicos e programas da Associação de Rádios Comunitárias de Açailândia; d) Mapear os programas desenvolvidos com a finalidade de combater o trabalho escravo; e) Identificar a atuação da rádio na formação da opinião pública acerca do combate ao trabalho escravo; e f) Analisar o processo de recepção dos programas desenvolvidos pela rádio no que tange às questões de cidadania.

Construímos nosso arcabouço teórico-metodológico a partir de escolhas de categorias analíticas que entendemos como fundamentais para o debate proposto, como os conceitos de opinião pública, cidadania e comunicação popular e/ou comunitária, trabalhados por autores das Ciências Sociais Aplicadas e da Comunicação, como os autores clássicos Jürgen

21. Número de trabalhadores libertados da situação análoga ao trabalho escravo. (MTE, 2010)

Habermas e Walter Lippmann, ou correlatos, como Cecília Peruzzo e Márcio Simeone Henriques. Esses referenciais estão contidos, mesmo quando não citados literalmente, nas reflexões realizadas para esta comunicação.

A metodologia utilizada iniciou-se com a revisão bibliográfica a partir de grupos de estudos para a construção da fundamentação teórica fundamental no debate da comunicação comunitária, estruturação de procedimentos de análise do objeto e do material coletado no campo, bem como a observação das estratégias de comunicação utilizadas.

Para obter informações e entender as estratégias de comunicação utilizadas foram realizadas entrevistas e observação participante na comunidade onde a rádio está inserida, com pessoas ligadas aos movimentos sociais que atuam no combate ao trabalho escravo no Maranhão, jovens que passaram pelo processo de formação desenvolvida pela Arca FM, produtores e apresentadores da emissora e aplicação de questionários junto à comunidade, buscando analisar o nível de atuação, envolvimento e recepção desta com esse meio de comunicação.

As entrevistas foram realizadas durante a realização de dois trabalhos de campo, no período de julho de 2010 e em julho de 2011, no bairro Vila Ildemar, em Açailândia (MA) com os seguintes agentes: trabalhadores rurais, comunicadores populares, pessoas ligadas ao movimento social, diretores, apresentadores e produtores dos programas específicos, jovens que participaram do processo de formação e coordenadores dos programas com a temática do trabalho escravo da Associação da Rádio Comunitária Açailândia.

Os parâmetros de análise que orientam a sistematização dos dados no decorrer da pesquisa foram: investigação dos meios de comunicação que denunciam essa forma de trabalho, construção do histórico sobre esses meios de comunicação, discursos adotados pela emissora e movimentos sociais. Neste sentido, foi sendo construída a caracterização da Arca FM, esse meio de comunicação responsável por desenvolver informações aos trabalhadores sobre seus direitos e locais de denúncia e acesso à rede de apoio às pessoas vulneráveis à prática do trabalho escravo na região em que a rádio está inserida.

ARCA FM COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

A Associação da Rádio Comunitária Açailândia (Arca FM) é um instrumento de comunicação utilizado numa tentativa de combate ao trabalho escravo contemporâneo no município maranhense de Açailândia no qual essa realidade é muito presente.

Mas para o funcionamento de acordo com a legislação de Radiodifusão, a rádio passa por vários processos burocráticos; o que é agravado por esta possuir um discurso de denúncia e participação popular na região de atuação; e o que desperta nos meios de comunicação, políticos e empresários da região a tentativa de não aprovação desse projeto.

[...] “as grandes emissoras tentam ‘barrar o avanço das rádios comunitárias, que estão na prática democratizando a comunicação, dando voz aos excluídos e construindo um novo conceito de comunicação com a participação direta da comunidade, o que assusta os poderosos que sempre dominaram os meios [...] e hoje se vêem obrigados a dividir o dial, o ar e [...] a audiência” (PERUZZO,1998,p. 256)

Depois de ter todos os equipamentos apreendidos pela Polícia Federal (PF) e o fechamento do veículo de comunicação comunitária, a rádio faz uma nova tentativa de funcionamento, mas para isso precisa refazer o projeto da emissora como uma nova localização geográfica; o que dificulta a sua atuação e funcionamento pelo menos inicialmente.

Quando a emissora muda a sede para o bairro da Vila Ildemar²², em 2007, aluga dois cômodos de uma casa em que funcionavam apenas a recepção e o estúdio, pois não possuía recursos financeiros para a construção de um espaço próprio. Nesse período, a Arca FM trabalha com metade da torre de transmissão, pois não possuía espaço suficiente para colocá-la na altura permitida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

22. A Vila Ildemar, em Açailândia, é um bairro populoso – cerca de 35 mil pessoas --, onde concentra-se atualmente a maior vulnerabilidade de trabalhadores para o trabalho escravo no Estado e até fora dele.

Nesse momento, a emissora passa por uma série de dificuldades, pois o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/Carmen Bascáran (CDVDH/CB²³) possui toda a estrutura da instituição (recursos humanos e financeiros), permitindo o desenvolvimento das atividades como maior qualidade e garantindo mais audiência para a emissora.

Segundo entrevista concedida pelo fundador da rádio, Antonio Filho, quando a rádio muda para a Vila Ildemar, há uma grande perda para a emissora, pois grande parte da população a desconhece no novo espaço em que ela é inserida. Nesse período, a programação tem baixa audiência e também falta pessoal para produção, em consequência da grande maioria dos que passaram pelo processo de formação terem migrado, durante o período que a emissora ficou fora do ar, para outras emissoras de rádios comerciais da cidade e região, fazendo-se necessário a capacitação de novos jovens para levantar a programação da emissora.

Atualmente²⁴, a rádio funciona numa sede própria, em que desenvolve as atividades de acordo com a lei de Radiodifusão, fomentado na comunidade a construção de opinião sobre as temáticas trabalhadas na programação e também a realização dos cursos de formação dos jovens na comunidade.

Hoje, a abrangência da emissora é de três quilômetros em linha reta, com cobertura de todo o bairro da Vila Ildemar. Percebeu-se durante a realização da pesquisa que em alguns locais dentro da própria comunidade a rádio possui maior atuação do que em outros. Isso é consequência da presença marcante de outras rádios comerciais que chamam mais atenção na programação do que a ARCA FM e também do desconhecimento da comunidade do papel de uma rádio comunitária.

Por mais que a maioria das pessoas entrevistadas reconheça a importância que uma emissora comunitária tem no bairro, o que segundo elas possibilita o desenvolvimento social ao levar à população notícias do próprio bairro; devido a cidade de Açailândia possuir outra “rádio comuni-

23. O CDVDH/CB é a entidade fundadora da Arca FM, em Açailândia.

24. Importante destacar que esta observação é com relação ao período da defesa da monografia, em 2011.

tária”²⁵, a Esperança FM, que pertence à igreja Batista, a Arca FM tem um limite estabelecido pela Anatel, podendo alcançar no máximo as comunidades vizinhas, com o Bairro Pequiá e comunidades que residem próximo à BR Belém Brasília.

Segundo entrevista concedida por Antonio Filho, em julho de 2011, durante o trabalho de campo para esta pesquisa, o bairro da Vila Ildemar é uma região que abriga pessoas de todas as regiões do estado do Maranhão, “há 5, 10 anos, de acordo com a Associação de Moradores do Bairro, todos os dias chegavam, em média, três famílias em busca de emprego”. Estes são atraídos, principalmente pelos empreendimentos das siderúrgicas, carvoarias e pecuária da região; porém esses estabelecimentos não absorvem toda essa mão de obra, o que contribui para que se tornem vulneráveis para o trabalho escravo contemporâneo.

Entendemos que a comunicação popular desenvolve um conteúdo crítico, fomentado o debate e a construção de opinião na comunidade da realidade local, “julga-se a realidade concreta, local ou mais abrangente, tanto em nível de denúncia descritiva quanto de interpretação ou de opinião levando reivindicações, apelando à organização e à mobilização popular, apontando para a necessidade de mudança”(PERUZZO, 1998, 156). Nesse sentido, a Arca FM busca democratizar a comunicação ao oferecer à comunidade um espaço para a construção de debate crítico da própria realidade. Porém, percebe-se que os moradores, por mais que saibam da existência da emissora, limitam-se a pedir e oferecer músicas, enviar recados, avisos de utilidade pública, usando a rádio apenas como espaço de recados e mensagens, e não de construção do debate sobre a realidade local. Entendemos, portanto, que se faz necessário a integração dos indivíduos para que estes percebam a emissora como espaço de autorrepresentação e se sintam com parte da construção das notícias, contribuindo “para romper com a dicotomia emissor *versus* receptor. Este último assume papel de emissor e, coletivamente, vão sendo reelaborados valores simbólicos condizentes com o exercício da cidadania”. (PERUZZO, 1998, p. 157).

25. A rádio comunitária Esperança FM disputou com a Arca FM o espaço e ganhou junto à Anatel. Segundo entrevistas com os diretores da Arca FM, houve uma manobra política por parte da outra rádio, que para eles não tem características de “comunitária”, a não ser o nome.

A programação da ARCA FM é composta por avisos, programas de entretenimento, espaço para a participação do ouvinte (geralmente essa participação se dá no pedido de música). Percebeu-se que dentro dessa programação falta uma atuação maior das temáticas relacionadas como os problemas daquela localidade, porém durante as entrevistas foi possível identificar a preocupação da emissora em fomentar o envolvimento da comunidade e das associações do bairro no debate e utilizar a rádio como espaço de denúncia e democratização da comunicação.

A Arca FM é formada principalmente por jovens que fazem a produção e a apresentação. Esses jovens geralmente participam do processo de formação realizado pela emissora periodicamente e aqueles que possuem mais afinidade com as atividades de rádio ficam como voluntários após as formações.

Como estabelecido na lei de Radiodifusão, uma rádio comunitária busca atender aos diversos segmentos sociais, permitindo a participação de todos na exposição de idéia e no poder de comunicar. Sendo assim, a Arca busca atender a esse princípio favorecendo todos os segmentos sociais dentro da programação da emissora. Então, são concedidos espaços para várias associações desenvolverem atividades para a população. Porém, observamos que esses espaços são “subutilizados” por muitas entidades e acabam sendo preenchidos basicamente pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (Direitos Humanos e Cultura em Rede), pela Igreja Católica (com o programa Angels) e as Igrejas Evangélicas.

Nesse sentido, observamos que há pouco interesse dessas entidades formadoras da Associação de debaterem junto à comunidade assuntos inerentes a elas. Cada um desses segmentos possui um espaço específico dentro da programação da emissora, ficando responsável também pela produção do mesmo.

[...] tem a cota da igreja católica e outra da igreja evangélica, e tem outro espaço chamado espaço das entidades; que seria um espaço para as 12 entidades sócias fundadoras da rádio, pra elas divulgarem suas pautas, seus programas, mas as entidades ainda não conseguiram assumir esse programa; então

acaba sendo feito por uma entidade, uma pessoa, mas não tem a característica que seria pra ter. Acho que a única entidade que assumiu mesmo foi o Centro de Defesa, além da igreja católica(...). Não sei se é pela restrição da rádio só na Vila(...), pra algumas pessoas a rádio não existe mais, mas a rádio existe tá aí (só está restrita à Vila). Com o projeto do Ponto de Cultura, a gente poder oficializar do ponto de vista social e político a programação da emissora com esse grupo que tá saindo desse projeto”. (Entrevista com Antonio Filho, fundador da ARCA FM, julho de 2011).

As atividades da Arca FM são desenvolvidas durante toda a semana (segunda a segunda), no período de 06h às 22 h. Cada programa aborda um tema específico, possuindo um responsável pela produção e apresentação, supervisionados pela direção da rádio (diretor de programação). A grade de programação está dividida nos programas desenvolvidos de segunda a sexta e os programas de fim de semana. Cada programa desenvolve uma linha específica de acordo com a instituição responsável (igreja católica e evangélica) e outros de responsabilidade da emissora.

Os meios de comunicação populares são espaços de difusão de informação, contribuindo para a construção da cidadania. Com isso, buscou-se identificar, dentro da grade de programação da Arca FM, programas que trabalhassem na difusão de elementos para fomentar a participação e a democratização da comunicação, em que a comunidade assume o papel de protagonista da informação. Nesse sentido, optamos por expor durante este trabalho aqueles programas que desenvolvessem a temática da cidadania, cultura, denúncia e direitos humanos; elementos constituintes dos meios de comunicação popular e/ou comunitários.

Na grade de programação observou-se que a temática principal da emissora está ligada ao trabalho do Centro de Defesa, na defesa dos direitos humanos. Esse fato se justifica, em grande parte, pelo desenvolvimento da programação feito por pessoas (voluntários) do próprio Centro e que, segundo Filho, “acaba pautando os programas para essa linha”, o que relete o trabalho desenvolvido pelo CDVDHA/CB.

Essa característica da rádio reforça a idéia de que a emissora ainda desenvolve uma forma de comunicação popular, diferenciado-se da

comunicação comunitária principalmente pelas práticas; pois, diante das observações realizadas no campo, percebeu-se que é muito forte o discurso do Centro de Defesa de Açailândia, presente em toda a programação. Para Peruzzo (2008), os conceitos de comunicação popular e comunicação comunitária, embora muito próximos, têm especificidades. Enquanto o primeiro está relacionado com um discurso instrumentalizado do movimento social, no segundo subentende-se uma autonomia maior da própria comunidade que faz a comunicação comunitária. Entendemos durante este estudo que, por mais que a equipe da Arca FM tente fazer comunicação comunitária na Vila Ildemar, acaba fazendo comunicação popular, uma vez que os programas que tratam de direitos humanos e cidadania estão intimamente ligados e ainda dependentes das orientações do Centro de Defesa de Açailândia, como, por exemplo, no tratamento da temática do trabalho escravo.

Na temática da cidadania identificou-se na grade da emissora o programa “Despertar da Cidadania”, que é um programa de notícias, de informação, transmitido durante a semana no horário das 9h às 10h da manhã. Segundo entrevista concedida pelos produtores e apresentadores do programa Francelmir Luis de Sousa e Rafaete de Araújo, este consiste em incentivar a participação da comunidade por meio de debates de temáticas da sua própria realidade para que esta possa buscar soluções dos problemas locais.

Com o passar do tempo, um ano depois que nós estamos mesmo fixo na programação do programa Despertar, que ele pegou mesmo (...), que ele equilibrou; pegou uma base. A partir daí, a gente percebeu que a comunidade já começa a reclamar, já começa a falar, ela não fica só calada vendo toda aquela situação, vendo o que está acontecendo calada (...) ela liga, ela participa, ela reclama. Por quê? Ela percebeu que está sendo violada; que os direitos dela tá sendo violada e ela tem esse espaço pra reclamar e se mobilizar. Por exemplo, há algum tempo, a gente teve um problema com a questão da água. A população ligava; reclamava direto, e nós convidamos a pessoa responsável, ela veio aqui na emissora e eles fizeram um abaixo-assinado com os próprios moradores e trouxeram na emissora. A mesma

coisa aconteceu com a construção de uma avenida que liga o complexo de esporte daqui do bairro: os moradores dessa localidade fizeram um abaixo-assinado e trouxeram também para a emissora. Então, com isso dá pra ver que eles já sentem um apoio, tem um apoio da rádio comunitária. Eles começaram a ser mobilizar porque eles sabem que tem alguém apoiando eles, não é apenas um grupo fazendo *zoada*, fazendo *baixaria*, mas é um grupo apoiando eles”. (Entrevista com Francelmir Sousa e Rafaete de Araújo, produtores e apresentadores do programa Despertar da Cidadania, julho de 2011).

O desenvolvimento do programa obedece à sistematização a seguir: as notícias são reunidas em site da própria emissora, agências de notícias, meios de comunicação da cidade, CDVDH/CB, entre outros; estas notícias são inseridas no blog²⁶ e também veiculadas no próprio programa. Segundo Francelmir Sousa, é um espaço que busca “ampliar a temática da cidadania e dos direitos humanos”, na região.

(...) Então as notícias que estão no blog, a gente leva para o programa e também para comunidade. Porque muitas pessoas aqui não têm acesso à internet, então a gente leva para o programa, por isso que a gente fala sobre trabalho escravo. Recentemente teve um caso aqui da cidade que teve repercussão em âmbito nacional, então isso a gente vem debatendo sempre lembrando devido a radio ter um vínculo com o Centro de Defesa”. (Trecho de entrevista com Francelmir Sousa, julho de 2011).

26. Durante a entrevista com os produtores do Programa Despertar da Cidadania, foi identificado um blog desenvolvido pelos mesmos, no qual as matérias debatidas no programa são postadas antes mesmo de serem veiculadas na emissora.



FONTE: [HTTP://DESPERTARDACIDADANIA.BLOGSPOT.COM](http://despertardacidadania.blogspot.com)

Observamos que o conceito de cidadania é atrelado principalmente aos direitos políticos, na participação direta e indireta da administração governamental. Porém, esse conceito é mais amplo e perpassa o âmbito da participação no debates dos direitos sociais, civis e políticos; além do reconhecimento do homem dos seus deveres como agente de transformação social.

Numa tentativa de gerar a participação e debate da comunidade sobre a temática dos direitos do cidadão, foi desenvolvido o quadro “Direito em Pauta”, no qual são debatidos temas específicos da realidade local pela própria comunidade.

(...) a gente percebe que o ouvinte muitas vezes não ligam, mas quando saímos na rua, ele fala, olha eu gostei quando você falou disso eu não sabia sobre esse assunto. Por exemplo, na sexta-feira quando nós estreamos o quadro “Direitos em Pauta”, ai o ouvinte chegou e falou: Olha eu gostei dessa programação; gostei disso no quadro porque eu não sabia como que e por que isso acontecia. Então a gente percebe que as pessoas, os ouvintes, a comunidade em si estão parando e recebendo a emissora; estão apoiando a emissora. A gente percebe isso,

ela busca esse suporte dentro da programação. Quando ligam, por exemplo, para reclamar; eles sabem de alguma forma que isso vai mobilizar alguém sobre esse assunto. Uma outra coisa é a questão de estar dentro da comunidade; de ser um meio que está dentro da comunidade e fica mais fácil acesso a ela”. (Trecho de entrevista com Francelmir Sousa, julho de 2011).

Percebemos, durante a entrevista, que a comunidade não tem uma participação ativa, ou seja, gerando ela mesma as pautas a serem debatidas e que ainda são pautadas pelos meios de comunicações. Porém, o desenvolvimento dessa prática deverá ser fomentada principalmente pela divulgação de informação, fazendo com que a comunidade tenha informações para debater e gerar participação. Essa difusão de informações, principalmente num meio de comunicação comunitária, é lenta e gradual e requer continuidade das ações e da difusão de informação.

Na temática da cultura, é desenvolvido dentro da programação da emissora o programa Cultura em Rede. Este programa é de responsabilidade do CDVDH/CB e tem como produtores/apresentadores dos próprios voluntários desta instituição. O programa visa valorizar a cultura local, discutindo temas de interesse da comunidade na área da cultura e artistas da região numa tentativa de valorizar e reivindicar direitos na área da cultura.

O programa “Direitos Humanos, um desafio para a vida” surgiu com a criação da rádio comunitária, em 1998, e só volta a ser veiculado com a liberação da emissora, há quatro anos. É desenvolvido nos dias de sábado como responsabilidade do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, em que são divulgadas as atividades da instituição. Os principais temas debatidos no programa são: saúde, drogas, violência, trabalho escravo, direitos das comunidades, entre outros.

A rádio busca pelo desenvolvimento dessa programação a formação da identidade da comunidade numa abordagem das temáticas locais e específicas, despertando na Vila Ildemar o sentimento de pertencimento e atentando para as demandas daquela localidade. “Os programas não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa; o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e do cultivo dos valores históricos e culturais” (PERUZZO, 1998, p. 157).

A participação da comunidade não se desenvolve efetivamente, pois a comunidade desconhece o papel de um meio de comunicação comunitária “a difusão de informações a respeito do movimento é fundamental para que as pessoas tenham conhecimento de sua existência, conheçam suas propostas, seus objetivos e possam formar um julgamento sobre ele” (HENRIQUES, 2007). A participação da comunidade se dá principalmente pela recepção de mensagem, o o que já é uma expectativa de desenvolvimento do interesse pela rádio.

ARCA FM NA REDE DE DENÚNCIA DO TRABALHO ESCRAVO

A Associação da Rádio Comunitária Açailândia desenvolve junto à comunidade projetos de divulgação do trabalho escravo por meio de divulgação dessa forma de trabalho. Foram identificados dois projetos principais: Comunicar para Libertar- desenvolvido com o propósito de formar e informar a comunidade sobre o trabalho escravo, por meio de quatro *spots* que foram veiculados na programação da rádio, com oito chamadas diárias e quatro fixo no programa “Direitos Humanos, Um Desafio para a Vida” que é apresentado aos sábados de manhã.

Os *spots* foram elaborados pelos voluntários da rádio com orientação da coordenadora Vanúzia Gonçalves, em parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH).

Para a elaboração do programa, foram desenvolvidas pesquisas junto ao CDVDH para conhecimento da realidade acerca da exploração da mão de obra ocorrida no município. Em seguida, foram realizadas entrevistas com trabalhadores *resgatados* do trabalho escravo que concederam entrevistas para serem gravadas e transmitidas dentro da programação da rádio. Os programas tratam da definição do trabalho escravo, a dificuldade dos trabalhadores encontrados em situação análogas ao trabalho escravo de ser inseridos no mercado de trabalho e também a “lista suja”²⁷ do trabalho escravo.

27. Trata-se de um instrumento de repressão ao trabalho escravo, no qual é publicado no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego a lista de nomes dos proprietários de empreendimentos onde são fiscalizados e encontrados esse tipo de violação os direitos humanos. Esta “lista suja” é atualizada a cada 6 meses.

Em entrevista concedida para a pesquisa, a coordenadora Vanússia Gonçalves fala sobre a importância do programa:

“Os programas foram elaborados pelos jovens que participam da rádio, sobre minha orientação com apoio do Centro de Defesa, que é uma ONG que trabalha no combate ao trabalho escravo. Para gente foi uma experiência importantíssima em fazer um programa especificamente sobre o tema trabalho escravo, já que é um tema que a rádio vem trabalhando há algum tempo e vem apoiando o Centro de Defesa em suas ações. E até mesmo a rádio está localizada em um bairro que tem um maior número de pessoas que são aliciadas para o trabalho escravo e esse projeto foi muito bem-vindo nesse momento (...) a gente tem uma proposta de continuar com esse projeto através do Centro de Defesa, o que está sendo pensado ainda.” (Trecho de entrevista com Vanússia Gonçalves, coordenadora do Projeto, em julho de 2011)

O projeto foi selecionado por meio do edital lançado no início de 2010, pelo programa “Escravo, nem pensar!” uma iniciativa da ONG Repórter Brasil que desde 2007 apoiou cinquenta projetos comunitários. Esta iniciativa visa incentivar a população no combate ao trabalho escravo.

Na temática da cultura, outra área de atuação das rádios comunitárias, foi realizado o Projeto Ponto de Cultura em Açailândia. O projeto faz parte do Programa Cultura Viva, uma iniciativa da sociedade civil com convênio do Ministério da Cultura (Minc).

O projeto Ponto de Cultura da Arca FM foi aprovado no ano de 2009 pelo Ministério da Cultura e desenvolvido no ano de 2010 em parceria com a Paróquia de São João Batista²⁸, tendo como objetivo valorizar a cultura e acesso da comunidade.

(...) concretizar o ideal popular de acesso à comunidade livre e de valorização da cultura local. Reconhecer identidade, cultura e direitos de todos os cidadãos/as, fundamentalmente dos

28. Essa paróquia da igreja católica é parceira nos trabalhos do CDVDH/CB e localiza-se no bairro do Jacu, em Açailândia.

pobres, excluídos e oprimidos, garantindo principalmente aos jovens condições de expressão e de inserção social no mercado de trabalho. (Trecho extraído de material de divulgação do projeto Ponto de Cultura, 2010, Associação Rádio Comunitária de Açailândia).

Pelo projeto, foram desenvolvidos cursos de jornalismo investigativo, redação e diagramação do jornal periódico, *webdesign*, produção de programas de áudio e produção de vídeo.

No processo de prevenção e repressão do trabalho escravo, destaca-se atuando na região de Açailândia o movimento social, principalmente por intermédio do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia. Nesse propósito, cria a Associação da Rádio Comunitária Açailândia como uma forma de mudança na comunicação e na denúncia do trabalho escravo desenvolvido naquela região, utilizando a comunicação como ferramenta estratégica para o desenvolvimento da consciência crítica por meio da informação. Neste caso, difunde informações aos trabalhadores acerca dos seus direitos e informa sobre os locais de denúncia e mediação para esclarecer e alertar a população sobre o perigo desses anúncios que fazem promessa de trabalho e oferecem mecanismos à formação e à integração da comunidade, além de respeitar e atender aos princípios estabelecidos no seu estatuto de criação. Como também dá continuidade ao trabalho do Centro de Defesa na defesa dos direitos humanos, como uma tentativa de uma comunicação voltada para o social e como uma forma de auxiliar entidade social na luta e no combate das desigualdades e ao trabalho ao escravo contemporâneo. Como explica Antonio Filho, um dos fundadores da Arca FM:

A idéia de criar uma rádio comunitária em Açailândia era justamente para dar uma continuidade a esse trabalho do Centro de Defesa, na defesa dos direitos humanos através dos vários instrumentos que o centro sempre utilizou: a cultura os bairros o balcão do direito e também através da comunicação até mesmo pelo fato de que em Açailândia tem muitos meios de comunicação. Tem 4 TVs, tem 5 rádios e é uma comunicação, vamos dizer assim, que não é aquela comunicação popular, social que

deve levar realmente algo de consciência e de formação para as pessoas concreto. Então esse projeto surgiu para trabalhar justamente essa parte social; essa parte dos direitos humanos através da comunicação para a defesa da vida e dos direitos (trecho de entrevista concedida por Antonio Filho, membro-fundador da Rádio ARCA FM, ocorrida em julho de 2010)

Para Filho, a presença da rádio no bairro da Vila Ildemar é importante para o combate ao trabalho escravo, pois por meio das informações é possível fazer com quem as pessoas tomem conhecimento dos seus direitos e tenham esclarecimentos sobre as formas de trabalho.

A emissora também oferece a comunidade cursos de formação e qualificação para os jovens que serão comunicadores daquela localidade numa tentativa de profissionalização desses jovens na comunicação popular tirando-os da condição de vulnerabilidade para o trabalho análogo à escravidão.

Observamos que a Rádio Comunitária de Açailândia busca utilizar a comunicação de forma estratégica por meio de campanhas para a libertação e construção da cidadania dos trabalhadores dessas regiões da situação de trabalho escravo, encontrados principalmente na área rural do estado do Maranhão, em atividades em fazendas de gado e em carvoarias.

Atualmente a rádio desenvolve em parceria com o CDVDH/CB e a ONG Repórter Brasil projetos de prevenção e combate ao trabalho escravo. Esse trabalho de prevenção é realizado principalmente a partir de campanhas e de programas específicos desenvolvidos pela emissora que visam fazer um trabalho de prevenção e denúncia do trabalho escravo contemporâneo entre os trabalhadores que se encontram na situação de vítimas do trabalho escravo ou em situação de vulnerabilidade. Essas campanhas são responsáveis por chegar informações aos trabalhadores sobre seus direitos bem como fazer a mediação destes com os órgãos de denúncia e repressão.

Nas campanhas desenvolvidas são oferecidas informações sobre as condições de trabalho, informações sobre as formas de aliciamento, atuação do *gato* (aliciador) no processo de aliciamento.

A campanha de combate ao trabalho escravo é desenvolvida em três níveis: primeiro é voltada para a comunidade da Vila Ildemar num

trabalho de prevenção, visto que o bairro oferece uma grande demanda de mão de obra e que a maioria dos trabalhadores *libertados* é do bairro; o segundo nível de atuação é o desenvolvimento de campanhas voltadas especificamente para trabalhadores da Vila Ildemar, seus direitos e deveres; e o terceiro nível de atuação é a divulgação do que está sendo realizado no combate do trabalho escravo em âmbito municipal, estadual e nacional; o que já foi feito, o número de trabalhadores resgatados, quem faz o trabalho e quais instituições de apoio.

Além do desenvolvimento de campanhas pela emissora, o tema do trabalho escravo é trabalhado durante a programação da mesma por meio de divulgação das notícias sobre o tema e debate pelos apresentadores.



FONTE: [HTTP://DESPERTARDACIDADANIA.BLOGSPOT.COM](http://despertardacidadania.blogspot.com)

Assim, observamos que a rádio comunitária busca contribuir para a criação da opinião pública na qual a comunidade encontre espaço de atuação, uma vez que a comunicação popular busca quebrar as barreiras tangíveis da comunicação, ocasionadas por fatores ainda muito presentes no bairro da Vila Ildemar, tais como o alto índice de analfabetismo e a bai-

xa renda da população. Esses meios de comunicação tentam ser um canal de comunicação de interação e participação popular, no qual a própria comunidade possa contribuir para a formação da comunidade como também ser protagonista das suas ações.

Por meio de informações sobre um tema como este é possível a geração do debate e a opinião pública, funcionando como uma espécie de “tribunal” no julgamento das ações dos vários atores sociais e atuando conjuntamente na solução para os problemas da comunidade e na formação da opinião pública acerca da construção da cidadania por meio dos programas desenvolvidos para os moradores do bairro da Vila Ildemar como estratégias de comunicação na rede de denúncia do trabalho escravo.

RECEPÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS PÚBLICOS DA ARCA FM

Os dados aqui apresentados foram obtidos a partir da aplicação de questionários respondidos por 49 pessoas pertencentes à comunidade da Vila Ildemar, em que se perguntava sobre a Arca FM e o relacionamento desta com a comunidade que está inserida e como a emissora fomenta a construção da cidadania e da opinião pública no contexto da comunicação popular. Vale esclarecer que neste artigo não apresentaremos todos os dados desta pesquisa, delimitando apenas no perfil dos ouvintes bem como na relação da rádio com a temática dos direitos humanos e trabalho escravo, foco de nossa presente discussão.

O questionário foi construído a partir de entrevistas anteriores como os fundadores da rádio comunitária e atendendo a necessidade da pesquisa que tinha como objetivo compreender qual o nível de envolvimento da comunidade com a rádio numa perspectiva de debate da realidade e conseqüentemente da transformação social. A aplicação do questionário foi realizada em dois dias no bairro da Vila Ildemar.

Num primeiro momento, procuramos traçar um perfil dos entrevistados, identificando o sexo, faixa etária, profissão e escolaridade, além da periodicidade que os entrevistados têm de ouvir rádio (comunitárias e/ou comerciais). A segunda parte do questionário buscou identificar o nível de conhecimento pela comunidade da emissora -- quanto tempo conhece

a emissora, horário que mais ouve, programas e formato de preferência e forma de conhecimento da emissora. A terceira parte buscou identificar o nível de participação e relacionamento da emissora com a comunidade; a importância da emissora para o bairro, mudanças percebidas e debates sobre a temática do trabalho escravo na ARCA FM.

A entrevista identificou que a maior parte dos ouvintes da emissora é do sexo feminino, com 71%. Podemos explicar esse número devido ao fato de a emissora estar localizado num bairro onde na maior parte das famílias o homem geralmente sai para trabalhar enquanto a mulher fica em casa, desenvolvendo outras atividades para complementar a renda ou cuidar dos filhos.

TABELA 1 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS

Idade	Número	%
14 – 17	9	18%
21 – 28	10	20%
30 – 37	11	22%
40 – 48	12	24%
54 – 59	4	8%
61 – 66	3	6%
Total	49	100%

FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2011

Em relação à faixa etária, verificamos que a grande maioria dos entrevistados (46%) tem idade entre 40 e 48 anos, enquanto a presença dos jovens é de 18%, mais ou menos equiparados aos jovens (20%) na faixa etária dos 20 anos. Também chama a atenção a recepção dos idosos, com 14 % os que variam de 54 a 66 anos. Entendemos que a presença desse dado é importante para que possamos ver para quem que a emissora está comunicando e de que forma.

TABELA 2 - ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

Escolaridade	Número	%
Analfabeto	3	6%
Ensino Fundamental In-completo	18	37%
Ensino Fundamental Completo	6	12%
Ensino Médio Incompleto	7	14%
Ensino Médio Completo	11	22%
Ensino Superior	1	2%
Ensino Técnico	1	2%
Magistério	1	2%
Sem Informação	1	2%
Total	49	100%

FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2011

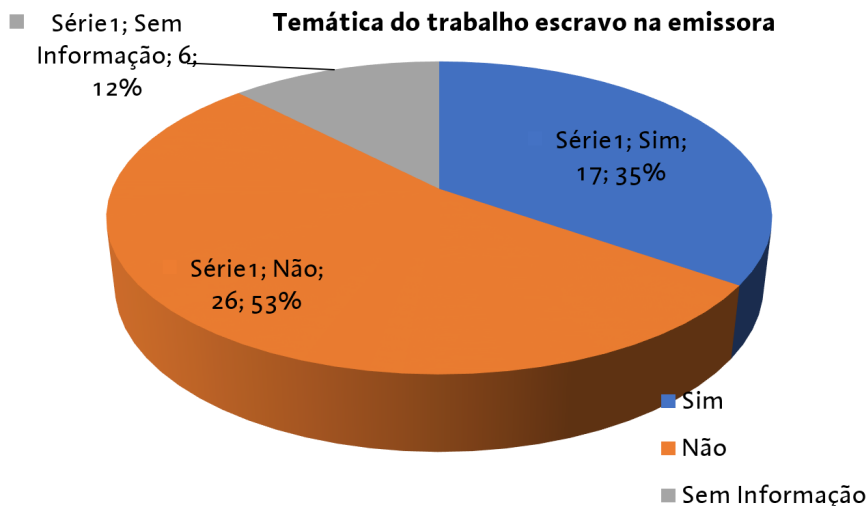
Em relação à escolaridade, identificou-se que quase a metade dos entrevistados cursou ensino fundamental (49%), sendo que 37% destes possuem ensino fundamental incompleto, principalmenteda 1ª a 4ª série e 12% chegaram a concluir o ensino fundamental. Também identificamos que 39% apresentaram o ensino médio, sendo que 14% não o concluíram e 22% concluíram até o terceiro ano, sendo que destes, 2%, cursaram o magistério. Num universo de 49 entrevistados, verificou-se que apenas 2% possuem ensino superior, desenvolvendo a atividade de professor na comunidade. Percebemos que a comunidade possui um baixo nível de escolaridade, o que contribui para que os moradores do bairro sejam vulneráveis à prática do trabalho escravo, pois não possuem qualificação e assim, buscando atender às necessidades básicas de sobrevivência, estão sujeitos a essas práticas. O baixo nível de escolaridade também contribui para que a comunidade, muitas vezes, desconheça o potencial de participação e da formação de uma opinião crítica em relação às temáticas sociais. Nesse sentido, os meios de comunicação populares atuam como mediadores e como espaços de representação dessa comunidade, contribuindo para a formação de uma opinião pública crítica e de reconhecimento dos direitos

e deveres da comunidade para o desenvolvimento social.

Dentre as principais profissões indicadas nas entrevistas estão: dona de casa (27%), estudante (16%) e comerciante (10%); seguidas de professor (6%), lavrador (6%) e vendedor (4%). Os demais são formados principalmente por autônomos, como vigilantes, serviços gerais, costureira, mecânico, operador de motosserra, manicure, entre outros.

A segunda parte do questionário buscou mapear questões mais gerais em relação ao relacionamento com as rádios, tais como: periodicidade e as principais rádios que o entrevistado costuma ouvir, seguindo especificamente para a ARCA FM, a qual buscou-se identificar se a comunidade tem conhecimento da emissora, há quanto tempo, por meio de quem teve esse conhecimento, se o entrevistado tem o hábito de ouvir a emissora, com qual periodicidade, qual é o horário que costuma ouvir, programas que ouve e formado de preferência, além da relação do veículo com a denúncia do trabalho escravo na região, foco de nossa presente discussão.

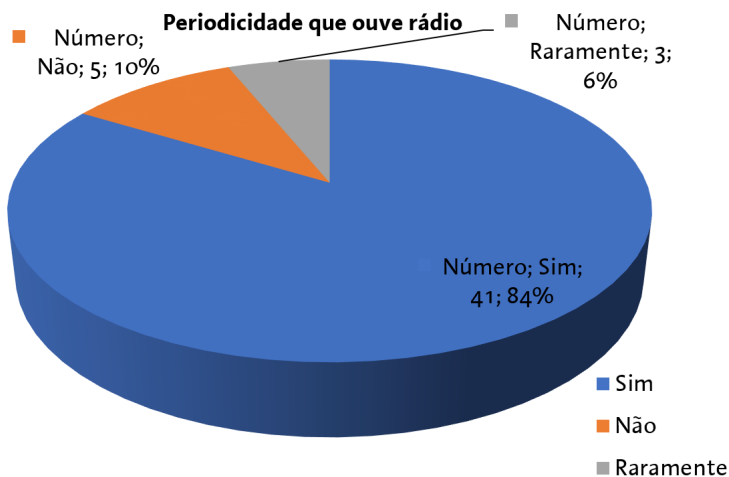
GRÁFICO 1 – SOBRE O TRABALHO ESCRAVO



FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2011

Na temática do trabalho escravo, 35% dos entrevistados ouviram e/ou ouvem esse assunto na emissora, por mais que seja de forma pontual, em *spots* institucionais ou reportagens jornalísticas. Acreditamos que, a partir do acesso a essas informações, a comunidade é capaz de pautar o assunto gerando a formação de uma opinião pública ou mesmo o reconhecimento do problema a partir da própria vulnerabilidade do bairro.

GRÁFICO 2 – PERIODICIDADE



FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2011

De acordo com as entrevistas, foi possível identificar que 84% dos entrevistados ouvem rádio periodicamente, enquanto 10% não ouvem (a maioria desses entrevistados não possuem o aparelho de rádio em casa), enquanto 6% raramente ouvem rádio. O rádio é, no bairro, o principal meio de comunicação para difusão de notícias da comunidade e da região.

A cidade de Açailândia possui quatro rádios, sendo que duas são rádios comerciais (Marconi FM e Clube FM) e outras duas comunitárias (ARCA FM e Rádio Esperança). Como comentado anteriormente, esta última é de posse da igreja Batista, não possuindo características de comunicação comunitária.

As rádios comerciais possuem dinâmicas diferenciadas das rádios populares, nas quais a população possui espaço limitado de participação atuando como receptor das mensagens e quase nunca como emissor. Os programas atuam como espetáculos e distantes da realidade concreta da população.

Já nos meios de comunicação populares, a comunidade torna-se co-responsável pela produção e desenvolvimento da comunidade. Nesses meios de comunicação, abre-se espaço para a cultura e formação da identidade “a comunicação popular, ao abordar temas locais ou específicos, tende o interesse por parte da audiência, pelo fato do conteúdo e os personagens terem relação mais direta com as pessoas” (PERUZZO, 1998, p. 157).

A partir dessas informações, os meios de comunicação populares buscam desenvolver programas atrativos, que chamem a atenção da comunidade, ao mesmo tempo que levam informação para a comunidade por meio de campanhas, debates e na inserção da comunidade na dinâmica de produção do conteúdo. No caso da Arca FM, isso tem ocorrido com relação aos spots que tratam das temáticas meio ambiente, trabalho escravo, direitos humanos, entre outras.

TABELA 3 – FORMATO DE PREFERÊNCIA

Formato de Preferência	Número	%
Musicais	14	29%
Debates	6	12%
Entrevistas	3	6%
Participação do Ouvinte	8	16%
Debates, musicais e participação do ouvinte	2	4%
Debates, entrevistas e participação do Ouvinte	1	2%
Musicais, entrevistas e participação do Ouvinte	1	2%
Musicais, Participação do Ouvinte	2	4%
Novidades	1	2%

Entrevistas e Participação do Ouvinte	1	2%
Debates e entrevistas	2	4%
Sem Informação	8	16%
Total	49	100%

FONTE: QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE TRABALHO DE CAMPO, JULHO DE 2011

Trabalhando com as temáticas locais, na denúncia e busca da solução para os problemas locais, segundo os entrevistados, na rádio “a população faz cobranças e as coisas são resolvidas”, o que contribui para que a comunidade possa dialogar com o poder público.

A comunicação popular desenvolve um conteúdo crítico, fomentando o debate e a construção de opinião na comunidade da realidade local, “julga-se a realidade concreta, local ou mais abrangente, tanto em nível de denúncia descritiva quanto de interpretação ou de opinião levando reivindicações, apelando à organização e à mobilização popular, apontando para a necessidade de mudança” (PERUZZO, 1998, p.156)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arca FM procura socializar o conhecimento por meio de cursos de formação e oficinas de capacitação, fortalecendo o processo de democratização à comunicação e ao acesso ao conhecimento onde os meios de comunicação popular são espaços de discussões sociais representando as várias “vozes” sociais. Neste contexto, percebemos que a rádio desenvolve junto à comunidade a conscientização acerca dos direitos e deveres sociais, ações nas quais as pessoas se reconhecem como cidadãos e atores das mudanças sociais, fomentando o debate sobre as temáticas sociais e a participação direta do cidadão na luta contra os principais problemas enfrentados pelas comunidades.

Observamos que a Arca FM busca programas que fomentem o debate da cidadania, dos direitos humanos e da cultura, como também abre espaço para os momentos lúdicos, principalmente por meio de progra-

mas musicais numa tentativa de aproximar a comunidade. No entanto, o conteúdo desses programas ainda possui limitações, tanto na linguagem quanto na variedade dessa programação. Buscou-se, por exemplo, identificar dentro da grade de programação, aqueles que debatessem os direitos humanos, buscando a formação da opinião pública no desenvolvimento de práticas no combate ao trabalho escravo e, conseqüentemente, fomentassem a construção da cidadania na comunidade. Diante disso, foi possível identificar na programação que esses temas são trabalhados em quatro programas específicos, mas que também são inseridos em outros espaços por meio de *spots* e campanhas institucionais, o que por mais que seja feito de forma incipiente, contribui para que a comunidade reconheça a emissora como um espaço de representação e transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

CÉSAR, Regina Escudero. *Movimentos sociais, comunidade e Cidadania*. In: *Relações Públicas Comunitárias: A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é Cidadania*. São Paulo, editora Brasiliense 1991.

HENRIQUES, Márcio Simeone. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

LANDIM, Leilah. *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. NAU. Rio de Janeiro, 1998.

LIMA, Venício e LOPES, Cristiano Aguiar, *Rádios Comunitárias: Coronelismo Eletrônico do novo tipo (1999–2004), as autorizações de emissoras como moeda de barganha*. Observatório da Imprensa, Brasília, 2007.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da Cidadania*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

_____, Cecília Maria Krohling. **Conceitos de Comunicação Popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor.** Palabra Clave, V. 11, nº2, Dezembro de 2008, p. 367-379.

VIZER, Eduardo A. **Movimentos Sociais: Novas Tecnologias para novas Militâncias.** In: *Mídia e Movimentos Sociais: linguagens e coletivos em ação.* FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo [org]. São Paulo: Paulus, 2007.

Identities and factors of identification in social mobilization projects: the case of the Program “Slave, don’t think!”²⁹

Ariadna Silva Ferreira

O trabalho escravo contemporâneo é crime previsto no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro e consiste em reduzir alguém à condição análoga à de escravo, com jornadas exaustivas e/ou trabalho forçado e degradantes condições de trabalho. As primeiras denúncias datam da década de 70 do século XX e marcam o pioneirismo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no combate a esse crime. Em 1995, o governo brasileiro assume formalmente a existência de trabalho escravo no país e são criados o Grupo Especial de Fiscalização Móvel e o Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado – compostos por equipes de auditores fiscais, procuradores do trabalho, policiais federais ou rodoviários federais – e que até 2014, já libertaram mais de 47³⁰ mil trabalhadores.

A exemplo da CPT, outras organizações da sociedade civil têm construído uma história de efetiva atuação na luta contra o trabalho escravo: é o caso da ONG Repórter Brasil, uma organização de comunicação e projetos sociais, formada por jornalistas, educadores e cientistas sociais, com atuação nos eixos de jornalismo social, projetos de educação e comuni-

29. Artigo originado de trabalho apresentado e publicado em Anais do VV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação – “VV Abrapcorp 2016”, abril de 2016, São Luís (MA).

30. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela CPT (2014).

cação, combate à escravidão e pesquisas sobre agrocombustível. A Repórter Brasil, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, fundou em 2004 o Programa “Escravo, nem Pensar!” (ENP!), um híbrido de educação e comunicação, que realiza atividades de prevenção, ministrando oficinas e formações com a temática do trabalho escravo e assuntos correlatos, em comunidades vulneráveis ao aliciamento para a mão de obra escrava. As oficinas são oferecidas para educadores e líderes comunitários e a proposta é que estes multipliquem e propaguem o conhecimento à problemática e mobilizem mais braços na luta contra o trabalho degradante. Além das formações, o programa oferece, também, assessoria financeira e técnica para o desenvolvimento de projetos comunitários ou escolares que visem à prevenção às formas modernas de trabalho escravo e ainda realiza festivais e concursos nas esferas municipal e estadual, de maneira a divulgar o tema do trabalho escravo e a promover os projetos desenvolvidos pelas escolas ou comunidades. Em sua trajetória, o Programa especializou-se no desenvolvimento de materiais que abordam o tema do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, publicando almanaques, livros (inclusive, interativos), cartilhas, jogos, fascículos, programas de rádio etc. Algumas dessas publicações são relatos das experiências nas comunidades e estão disponibilizadas gratuitamente, em formato digital, no sítio do Programa.

O ENP! bem compreende que a prevenção perpassa, inicialmente, pelo conhecer, pelo estar e/ou ficar ciente. Bem sabe que não há como convocar mobilizados a lutar por uma causa que desconhecem, a enfrentar um problema que nem mesmo sabem o que é. Nesse sentido, percebe-se no interior do Programa a evidência de elementos de uma comunicação que não apenas assume um caráter informativo, mas também pedagógico.

A comunicação, em cumprimento ao seu papel social, é e deve ser importante instrumento no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Sua atuação nesse sentido pode ser dar em ações macros e mais flagrantes, como as que ocorrem em instâncias midiáticas e que tornam públicas as indignas situações de trabalho escravo, e em ações mais focais (em termo de alcance), como aquelas que fazem uso da microcomunicação, de uma comunicação mais dirigida, a exemplo da interação face a face, que pode até não tornar público um assunto, mas também informa, dissemina,

aproxima. Essa tem se prestado a ser uma das principais ferramentas de comunicação do ENP!. E no breve espaço deste artigo interessa falar da comunicação em sua função de criar fatores que promovam a identificação dos sujeitos com o projeto mobilizador, com suas causas e valores. A partir das considerações de Márcio Simeone Henriques (2007) sobre os fatores de identificação em projetos de mobilização social, buscaremos perceber tais fatores no interior do ENP!.

QUESTÕES DE IDENTIDADE

O conceito de identidade é bastante pulverizado, apresentando diversos enfoques, tendo sido, historicamente, objeto de estudo de sociólogos, filósofos e psicólogos. Nesse sentido, não se pretende traçar aqui um percurso histórico das discussões sobre o tema, mas tão somente apresentar as ideias dos autores que aqui interessam ao recorte temático.

Stuart Hall, na obra intitulada “A identidade Cultural na Pós Modernidade” (2006), destaca três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo era uma concepção de identidade bastante individualista, nas palavras de Hall, que concebia o homem como indivíduo centrado, unificado, “cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo.” (HALL, 2006, p. 10 a 11).

O sujeito sociológico, diferente do iluminista, retirava a autossuficiência do indivíduo, compreendendo a existência de um núcleo interior que, longe de ser autônomo, formar-se-ia na relação com pessoas que lhes seriam importantes e às quais caberiam a tarefa de mediar para o sujeito os costumes, os símbolos, os valores dos mundos que ele habitava. É essa uma noção de sujeito que já há muito reflete a complexidade do mundo moderno. Aqui, já é possível flagrar um homem cultural, um sujeito que possui uma essência interior, mas que dialoga com o exterior, interagindo com outras identidades e culturas. É possível perceber, ainda, certa tendência à

estabilidade, uma vez que, no diálogo com o exterior, o indivíduo reflete a si próprio nos mundos culturais, ao mesmo tempo em que internaliza seus sentidos e valores (Hall, 2006).

É nesse ponto mesmo que reside o afastamento entre sujeito sociológico e sujeito pós-moderno: estabilidade. O sujeito da modernidade tardia, como é também chamado, não tem uma identidade unificada, pelo contrário, possui uma identidade mais fragmentada, fraturada; o correto seria, portanto, falar de um sujeito com identidades “que não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas, e posições que podem se cruzar ou serem antagônicos.” (HALL, 2013 apud MOURA, 2015, p. 64). O caráter da mudança na modernidade tardia (resultante, sobretudo, do fenômeno da globalização³¹) dá origem a um sujeito com um projeto de identidade cambiante, que em contextos diferentes assume identidades diferentes.

Em similar sentido, Castells (1998) assinala que um indivíduo (ou ator coletivo) pode ter uma diversidade de identidades e que essa mesma diversidade seria fonte de constantes tensões e conflitos, tanto no que diz respeito à representação que o sujeito faz de si mesmo como nas suas ações. Para o autor, a identidade é o processo de construção do sentido³², a partir de um atributo cultural ou de um conjunto de atributos culturais. Quando de suas construções, as identidades utilizam elementos da história,

31. “Como argumenta Anthony Mc Grew (1992), a ‘globalização’ se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da ‘sociedade’ como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço’ (GIDDENS, 1990, p. 64). Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais”. (HALL, 2006, p. 67 a 68).

32. “Defino sentido como a identificação simbólica que realiza um ator social do objetivo de sua ação”. (CASTELLS, 1998, p. 29, *tradução nossa*).

“Defino sentido como la identificación simbólica que realiza un actor social del objetivo de su acción”. (CASTELLS, 1998, p. 29).

da biologia, da geografia, das fantasias pessoais, da memória coletiva, dos aparatos de poder, que são processados pelos atores sociais e reordenados segundo os projetos culturais de sua estrutura social. Interessa aqui destacar que, para o pesquisador espanhol, a construção das identidades dá-se em meio a contextos marcados por relações de poder, podendo ocorrer de três formas, segundo suas origens: a primeira delas, a identidade legitimadora é aquela que nasce nas instituições sociais de poder, que tentam, de alguma maneira, dominar os atores sociais; a identidade de resistência é aquela gerada pelos atores sociais que assumem atitudes e posições baseadas em princípios distintos ou opostos às instituições dominantes e, por último, tem-se a identidade de projeto, aquela que nasce quando os atores sociais redefinem sua posição na sociedade na busca pela transformação social.

Apresentadas as concepções acima sobre identidade, é possível e provável questionar-se a respeito da capacidade desse sujeito de identidades (ora até conflitantes) – que as assume conforme as situações e contextos que lhes são apresentados – de reunir-se em torno de um projeto ou causa comum. Braga, Silva e Mafra (2007) fizeram similar questionamento e, fundamentados nas ideias de Toro e Werneck, compreenderam que

[...] a participação na mobilização social não é excludente ou discriminatória, de forma que as identidades que as pessoas assumem em suas perspectivas individuais não as impedem de participar do processo mobilizatório, estabelecendo uma identidade coletiva. Em segundo lugar, o consenso necessário para a criação de uma identidade comum não implica a inexistência do conflito. As pessoas devem ser capazes de preservar suas diferenças e conviver com elas e, mesmo não estando de acordo entre si, sempre podem entrar em acordo sobre alguma coisa. Isso porque, por mais que as identidades estejam fragmentadas, existem alguns sentimentos e valores comuns, capazes de estimular a participação. (TORO; WERNECK, 1996 apud BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 78 a 79).

Castells (1998), em seus estudos, ainda reforça esse entendimento, quando fala da identidade de projeto. É essa identidade que se vê nascer

quando pessoas incomodadas com determinada realidade assumem uma postura de contestação frente a mesma, promovendo ações de intervenção que culminem na mudança, na transformação social. O autor não diz que seja essa uma identidade de um grupo, ele fala sempre em atores sociais (portanto, em sujeitos), mas diz que esse tipo de identidade produz sujeitos que “são o ator social coletivo mediante o qual os indivíduos alcançam um sentido holístico em sua experiência.”³³ (CASTELLS, 1998, p.32, *tradução nossa*). Diferencia-se da identidade de resistência por esta culminar na formação de comunidades, de grupos de resistência, que assumem a posição daquele que está sempre na defensiva no que diz respeito às instituições e ideologias dominantes, reforçando as diferenças e as distâncias, enquanto invertem discursos e juízos de valor, a exemplo do nacionalismo étnico ou do fundamentalismo religioso. A identidade de projeto, como o próprio nome anuncia, “é um projeto de uma vida diferente.”³⁴ (CASTELLS, 1998, p. 32, *tradução nossa*); aqui, os atores sociais buscam redefinir suas posições na sociedade.

O ENP!, quando assume a missão de prevenir o trabalho escravo moderno, propondo e promovendo ações de educação e eventos culturais, busca uma identidade de projeto. A ideia, a finalidade última do programa é educar para a promoção do trabalho decente, do trabalho que dignifica o homem. A estratégia não é posicionar o trabalhador escravo como vítima, como “coitado”. O distanciando cada vez mais da ideia outra de trabalho como sendo princípio promotor da autonomia e da emancipação do homem, mas, antes de tudo, a proposta é informar, pôr em xeque os elementos que compõem um quadro característico de trabalho degradante e fomentar ações de prevenção e combate a essa prática. Nos locais de grande incidência do trabalho escravo, em que a economia gira muito em torno da produção agrícola e da pecuária, esses elementos³⁵ passam

33. Son el actor social colectivo mediante el cual los individuos alcanzan un sentido holístico en su experiencia.

34. [...] es un proyecto de una vida diferente.

35. O trabalho escravo pode lesar dois direitos essenciais ao ser humano: a dignidade e a liberdade. Para que se configure como trabalho escravo ou a dignidade é negada, por meio de degradantes condições de trabalho ou o trabalhador tem sua liberdade

despercebidos. Ocorre uma espécie de naturalização: é como admitir que o “trabalho rural é duro e, por isso, é assim”. Nesse sentido, o trabalho do ENP! é também sensibilizar e trazer à luz o fundamento primeiro do trabalho, inclusive do rural: o de acessão da dignidade humana.

A sensibilização perpassa aí, não tão somente, pelo ato de informar, mas de suscitar novos olhares sobre as formas de trabalho a que estão submetidos diversos trabalhadores rurais. Apostando no dialogismo, a interação face a face aparece como importante estratégia de comunicação, reforçando uma interlocução produtiva, objetivando a valoração do conhecimento prévio, ao mesmo tempo em que se derruba algumas vendas da naturalização.

O trabalho escravo só é percebido como um problema, quando se define os seus elementos, quando é apresentado de forma contextualizada na região em que vive e após a discussão de outros fenômenos conectados a ele, como as suas causas e consequências. É diante desse panorama, que o indivíduo percebe o trabalho escravo não como algo exógeno e estranho a sua realidade, mas um elemento sintomático de uma relação de produção disfuncional, colado surpreendentemente em seu contexto, representado pela relação de trabalho a que serviram muitas vezes seus pais, seus irmãos e seu vizinho ou mesmo o seu aluno. (REPÓRTER BRASIL, Metodologia *Escravo, nem Pensar!*, p. 28).

Constituindo uma identidade de projeto firmada, ainda, nos princípios da mobilização e da autonomia dos indivíduos, objetiva-se romper

cerceada pela servidão por dívida ou por outros artifícios que impedem/dificultam sua saída do local de trabalho. São alguns dos elementos que caracterizam o trabalho escravo moderno: alojamento precário, falta de assistência médica, péssima alimentação, falta de saneamento básico e de higiene, maus-tratos e violência, ameaças físicas e psicológicas, jornada exaustiva, dívida ilegal, isolamento geográfico, retenção de documento, retenção de salário, encarceramento, trabalho forçado. A configuração do crime dá-se na constatação de um conjunto dessas irregularidades e não apenas por uma.

com antigas relações do tipo tutores/tutelados e formar agentes em direitos humanos que serão também mobilizadores na prevenção e no combate às formas contemporâneas de trabalho escravo. Ao trabalho devem ser atribuídos significados outros que não o de sujeição, de humilhação, de privação da liberdade, de anulação da dignidade.

[...] o nosso verdadeiro objetivo é que o Escravo, nem Pensar!, no futuro, não precise mais existir, porque a ideia é justamente a quebra de relações paternalistas e de tutela, já que esses indivíduos permanecem no local onde ocorreram as formações, são eles que têm o laço social estabelecido naquele contexto. (REPÓRTER BRASIL, Metodologia *Escravo, nem Pensar!*, p. 30).

Confluir sujeitos da modernidade tardia em torno de interesses comuns pressupõe, ainda, para os movimentos sociais “a necessidade de explicitar seus propósitos sob a forma de um horizonte atrativo, um imaginário convocador que sintetize de forma atraente e válida as metas que se almeja alcançar.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 81).

Para Henriques (2005), as lutas sociais incluem também uma luta por visibilidade, não tão somente porque os projetos de mobilização social necessitam de adesão ou mesmo precisam firmar e manter vínculos de confiança e corresponsabilidade e, pra isso, tenham que competir entre si, mas também, porque urge o tempo todo posicionar-se em torno da (s) causa (s) defendida (s) na constante busca pela legitimação institucional. Nesse sentido, faz-se necessário investir numa comunicação que articule/harmonize produção simbólica e valores, de maneira a gerar vínculos, a aproximar, a promover o reconhecimento do projeto por parte do público. A esses símbolos, Henriques (2001) e Braga, Silva e Mafra (2007) chamaram fatores de identificação.

FATORES DE IDENTIFICAÇÃO E O PROGRAMA ENP!

Partindo da assertiva de que o ENP! possui uma identidade de projeto³⁶, podemos também afirmar tratar-se de um movimento essencialmente propositivo, mas também, com flagrantes características de contestador e solidarístico.

[...] existem três tipos de movimentos sociais: os movimentos de denúncia, protesto, explicitação de conflitos e oposições organizadas – *contestadores*; os movimentos de cooperação, parcerias para a resolução de problemas e ações de solidariedade – *solidarísticos*; e os que buscam a construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança – *propositivos*. (SHERER-WARREN, 1999 apud BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 62 a 63, *grifos do autor*).

O ENP! é contestador, porque denuncia e repudia qualquer forma de exploração degradante do trabalhador, que viole a liberdade e/ou anule a dignidade humana. É solidarístico em relação à nação brasileira como um todo, uma vez que pretende prevenir, reduzir ou mesmo acabar com um problema social (a relação trabalhista – patrão e empregado – viciada) que afeta a vida de vários trabalhadores brasileiros (do campo e da cidade) e, por consequência, de suas famílias; é solidarístico, ainda, porque trabalha em parceria com órgãos de representação do Estado (secretarias de Estado, prefeituras); e é propositivo porque pretende sensibilizar para o fim da naturalização do problema, reeducando o olhar para perceber o vício, de forma a engendrar atitudes, não tão somente de combate, mas de reconhecimento (no sentido de perceber como tal, de caracterizar) do trabalho degradante, que é também um crime.

A comunicação e, mais especificamente, as relações públicas compreendem a fundamental importância do mapeamento dos públicos³⁷,

36. O porquê dessa assertiva é explicitado no item anterior *Questões de identidade*.

37. Nesse trabalho, adotamos o conceito de público da pesquisadora Cicilia Peruzzo, que o define como sendo “um segmento identificado pela proximidade de competên-

quando da proposição de estratégias de comunicação que visem à formação de vínculos³⁸. Entendendo isso, Henriques, Braga e Mafra (2007) propõem um modelo de tratamento e estudo dos públicos, próprio dos movimentos sociais. Os três pesquisadores concluíram que o modelo³⁹ amplamente aceito e há muito legitimado pela academia e pelos profissionais, não seria o mais adequado aos projetos de mobilização social. Nos movimentos sociais, o que mais interessa é o vínculo que se estabelece com os públicos (se em menor ou maior grau, se suficiente ou não para gerar ações de corresponsabilidade). Nesse sentido, propôs-se uma classificação dos públicos a partir dos vínculos⁴⁰, a saber: Beneficiados, Legitimadores e Geradores. Segundo os autores, “o público beneficiado é entendido como sendo todas as pessoas e instituições que podem ser localizadas dentro do âmbito espacial que o projeto delimita para sua atuação.” (BRAGA; HENRIQUES; MAFRA, 2007, p. 51). Já os legitimadores são considerados como aqueles que, estando no âmbito de atuação do projeto, não apenas se beneficiam com suas ações, mas também as reconhecem e as julgam como sendo relevantes, podendo se tornar, a qualquer tempo, potenciais colaboradores. E os geradores são aqueles que, em nome do projeto, e de maneira

cias e de interesses entre seus componentes, que manifesta comportamento coletivo e consciência dos seus atos [...]” (PERUZZO, 2008).

38. É o que almejam os projetos de mobilização social: que mais e mais pessoas se juntem à causa, ao projeto de transformação social; que mais e mais sujeitos formem um elo, um vínculo forte de corresponsabilidade com os objetivos do movimento.

39. Trata-se da clássica divisão dos públicos em interno, externo e misto, que se baseia, em grande parte, nos critérios de proximidade física, no nível de relacionamento entre empresa e público e na existência de interesses em comum.

40. Partindo do princípio de classificação dos públicos a partir dos vínculos, os beneficiados estariam no nível da localização espacial, uma vez que estão no espaço de atuação do projeto e são beneficiados com suas ações; os legitimadores são também beneficiados, mas estão num nível maior de vinculação (mais próximo do ideal, que seria o nível da corresponsabilidade), o nível do julgamento, uma vez que já têm informações suficientes sobre o projeto para formar uma ideia positiva sobre o mesmo, reconhecendo a importância da sua atuação; os geradores já estão no nível da ação, isto é, já são corresponsáveis pelas ações do projeto, mas nem por isso deixam de ser beneficiados (pois estão no espaço de atuação do projeto) e já foram (necessariamente) e ainda são legitimadores, pois atuando diretamente no projeto, não deixam de reconhecer a relevância das ações do mesmo.

efetiva (institucional ou não), organizam e realizam ações. Henriques, Braga e Mafra (2007) chamam a atenção ainda para um aspecto importante: na escala de vínculos, não há uma rígida separação entre os públicos e, “em princípio, é ideal que o trabalho de comunicação se oriente na direção de ampliar cada vez mais o número de legitimadores [...] e também que se amplie o bloco de geradores.” (BRAGA; HENRIQUES; MAFRA, 2007, p. 52).

Aplicando essa classificação aos públicos do *Escravo, nem Pensar!*, é possível (e coerente) dizer que o público das formações e oficinas (educadores, líderes comunitários) e todas as pessoas que são atingidas pelos eventos realizados (festivais, concursos de poesia e dança), mais os alunos que estabelecem contato com o conteúdo do trabalho escravo por intermédio de seus professores (formados nas oficinas do *ENP!*) e os parceiros (em sua maior parte, secretarias estaduais e municipais de educação), todos esses estão inclusos no grupo dos beneficiados. Percebam que o vínculo que aí se estabelece (de maneira mais atenuante) é o espacial, pois o relacionamento com o projeto dá-se, basicamente, pelo fato desses indivíduos e/ou instituições estarem localizados no campo de ação do programa. Esses mesmos professores e líderes comunitários que foram formados pelo *ENP!* podem, a qualquer momento, tornarem-se legitimadores. Isso vai depender, em potencial, da comunicação, pois esses formandos precisarão de informações suficientes, de maneira a formar um julgamento positivo sobre o projeto. É interessante, ainda, atentar para o fato de que as formações e oficinas do Programa pretendem mais: pretendem formar **agentes** em direitos humanos, em especial, nas temáticas do trabalho escravo e assuntos correlatos (*grifo nosso*), ou seja, na escala de vinculação, o ideal para o *ENP!* é que esses educadores e líderes comunitários cheguem à ação, tornando-se geradores, que os mesmos organizem e realizem as ações do projeto, formando outros educadores em agentes de direitos humanos, incluindo a temática do trabalho escravo em sua sala de aula e, quem sabe, até mesmo, propondo a inclusão do mesmo como tema transversal no Projeto Político Pedagógico da escola ou elaborando junto aos discentes e/ou à comunidade os projetos comunitários para concorrerem aos editais do *ENP!*. Ainda no público de geradores, a nível institucional, está a equipe do programa, composta por dois coordenadores e uma educadora. O gran-

de desafio, portanto, na dinâmica de suas estratégias de comunicação e educação, é tornar o público das formações, inicialmente, beneficiados, em legitimadores e/ou geradores. Na consecução desse objetivo, outro aspecto ganha evidente relevância: os fatores de identificação.

Segundo Braga, Silva e Mafra, “[...] fatores de identificação são quaisquer elementos que constituem o referencial simbólico da causa de um projeto de mobilização social, capazes de gerar sentimentos de reconhecimento, pertencimento e corresponsabilidade nos públicos do projeto.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 82). Tais elementos tornam-se imprescindíveis à convocação de sujeitos para o compartilhamento das causas do movimento.

Os autores elencam tais fatores em três categorias distintas, a saber: fatores de publicização e coletivização, fatores litúrgicos e fatores de informação qualificada. Na primeira categoria, estão contemplados os elementos que, basicamente, compõem a identidade visual do movimento, que “sinalizam e organizam o projeto, em qualquer lugar onde se encontre, dando materialidade à causa e contribuindo em muito para a geração de uma imagem institucional perante seus integrantes e perante a sociedade em geral.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 87). Nessa categoria, estariam abrangidas as unidades visual e gráfica aplicadas às diversas peças (marcas, *slogans*); as bandeiras, os hinos. É importante perceber que os fatores de publicização pretendem, como o próprio nome já anuncia, publicizar o projeto, torná-lo visível, conhecido e reconhecido de maneira instantânea, isto é, que ele seja percebido tão somente, mesmo que as pessoas nem saibam de maneira mais consistente e detalhada o que ele faz ou a que se propõe.

O ENP!, com mais de 10 anos de estrada, já tem uma identidade visual definida e inspirada nos princípios do programa. Essa identidade é amplamente divulgada no sítio (www.escravonempensar.org.br), criado em 2011, e nos materiais produzidos (cartilhas, livros, almanaques, cadernos, fascículos – de distribuição gratuita)⁴¹ e nas pastas e *banners* que são entregues aos participantes das formações.

41. Todo o material produzido é também disponibilizado em formato digital, sendo autorizada sua reprodução na íntegra, contanto que seja citada a fonte.

FIGURA 1 – PÁGINA INICIAL DO SÍTI DO ENP!



FONTE: WWW.ESCRAVONEMPENSAR.ORG.BR

Como pode ser visto na figura acima, no canto superior esquerdo está a logomarca do programa. Essa logomarca e as cores da mesma (azul e laranja) estão presentes na maior parte dos produtos do programa, inclusive, são as mesmas cores padrão do leiaute da página na *internet*. A *logo*, como importante elemento de comunicação e de publicização do programa, cumpre o papel de tornar fácil a lembrança e a memorização por parte dos públicos e da sociedade em geral.

Os fatores litúrgicos dizem respeito às ações de comunicação que possibilitam a congregação dos indivíduos públicos do projeto, a comunhão de valores e a recongnição de rituais próprios do movimento. “Ações coletivas, passeatas, congressos, reuniões periódicas, dentre outros que congregam e reúnem as pessoas para comunhão de algo maior, organizados a partir de ritualísticas, podem ser caracterizados como fatores litúrgicos.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 87). Mafra (2007) apud Peruzzo (2008) vai dizer, ainda, que tais eventos promotores do encontro entre as pessoas (passeatas, congressos, festivais) reforçam os vínculos por meio do emocional e do lúdico, aproximando essas estratégias do campo mais específico das Relações Públicas.

[...] as relações públicas podem constituir estratégias aproximativas, no intuito de estabelecer momentos de cerimônia e/ou de divertimento, de forma a tentar transcender relações de contemplação, por meio do estímulo a um envolvimento mais livre, dos sujeitos, por convivialidade. A vinculação dessas ações com a cultura do contexto em que os públicos se inserem parece também ser fundamental, especialmente no aproveitamento de elementos já aglutinadores dos sujeitos em seus quadros de interação. Gincanas, festas populares, danças, momentos de encontro se caracterizariam, portanto, como possibilidades estratégicas de estabelecer vínculos de convivialidade entre os públicos, mobilizando atributos afetivos e sentimentais. (MAFRA, 2007 apud PERUZZO, 2008, p. 14)

O ENP! possui fatores litúrgicos já consolidados. Suas formações e oficinas, seus festivais, concursos de dança e poesia, tudo isso compõe os fatores litúrgicos do movimento. Todos esses são momentos de encontro entre seus públicos em potencial, que reunidos e em convivência, possibilitam maior comunhão dos valores, princípios e posturas do movimento.

FOTO 1 – FORMAÇÃO ENP! REALIZADA DE 22 A 25 DE SETEMBRO DE 2015 EM SÃO LUÍS-MA.



FONTE: FOTO TIRADA PELA AUTORA NA FORMAÇÃO DO ENP! EM SÃO LUÍS

FOTO 2 – APRESENTAÇÃO CULTURAL DO CONCURSO TRABALHO ESCRAVO HOJE NO BRASIL, OCORRIDO EM 2007, NA CIDADE DE XINGUARA – PA.



FONTE: WWW.ESCRAVONEMPENSAR.ORG.BR

Os fatores de informação qualificada, segundo Braga, Silva e Mafra (2007) e Henriques (2005), são quaisquer tipos de informação produzida pelo movimento, que possibilite a conveniente circulação dos conhecimentos entre os indivíduos públicos do projeto. A informação qualificada é, ainda, aquela que “informa e orienta de modo prático, que permite aos sujeitos saber o que fazer e como se posicionar dentro do movimento/projeto.” (HENRIQUES, 2005, p. 10). Não se trata de uma fala especializada, mas de informações que devem estar adequadas aos contextos da comunidade, de maneira a estimular e fomentar a prática criadora e a atitude emancipada/emancipativa diante do processo de transformação da realidade.



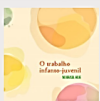
São informações de caráter mais pedagógico e técnico, que indicam como cada ator social pode atuar com base em seu cotidiano e seu campo de conhecimento. A mudança cultural existe porque a informação qualificada é capaz de estimular a presença curiosa do sujeito em face do mundo e sua ação transformadora sobre a realidade, uma vez que o sujeito apreende o conhecimento, reinventa-o e o aplica às suas situações existenciais concretas. (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 88).

Esse caráter pedagógico da comunicação é, ainda, aquele que foge à educação bancária e, em oposição, objetiva alicerçar suas bases numa concepção libertadora do educar/aprender: uma comunicação engajada com a comunidade/grupo onde está inserida, preocupada em produzir informações úteis à aprendizagem coletiva do movimento, de maneira a permitir a constante reelaboração dos conhecimentos. Nesse sentido, a informação qualificada pode ser aquela transmitida nos treinamentos, nos jornais, nas palestras, nos relatórios, nas cartilhas, nos fascículos, nos livros etc. (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007).

Sendo princípios basilares do ENP!, trata-se a valorização do conhecimento prévio, a autonomia dos indivíduos envolvidos, a criatividade, a participação e o dialogismo, as informações qualificadas produzidas, em grande parte, de relatos⁴² de experiência de projetos desenvolvidos pelas escolas e/ou comunidades por onde o programa já realizou formações e/ou oficinas ou financiou alguma iniciativa envolvendo o tema do trabalho escravo. Não é pretensão do programa levar nada pronto para os grupos nos quais realiza suas ações, mas educar para a formação em direitos humanos com escopo na problemática do trabalho escravo moderno, fornecendo informações, dados, números, elementos caracterizadores desse crime, com sugestão de materiais didáticos que poderão facilitar o desenvolvimento do tema e apresentar experiências e projetos que já estão dando certo. Ao final de cada formação, a proposta é que os participantes desenvolvam projetos, planos de ensino, ou que, de qualquer outra maneira, discutam a problemática do trabalho escravo com os discentes e com toda a comunidade. Ou seja, nada é dado pronto: são os formandos que, estimulados em grande parte pelo elemento de informação qualificada, deverão reinventar o conhecimento apreendido e aplicá-lo à sua realidade. A informação qualificada no ENP! é também veículo da auto emancipação; sua grande contribuição está na interlocução de saberes que confere aos envolvidos capacidades (produtivas, criadoras) para se assumirem como sujeitos de sua ação no processo de transformação social.




42. Publicados em seus livros, cartilhas, vídeos etc.

FIGURA 2 – PUBLICAÇÕES DO ENP!

escravonempensar.org.br/tipos-de-material/publicacoes/		
	<p>AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO</p> <p>A história da cana-de-açúcar confunde-se com a do próprio Brasil. Atualmente, o setor sucroalcooleiro ainda é um dos mais relevantes e expressivos na economia brasileira, devido à exportação de açúcar e do bioetanol, ambos produtos da cana-de-açúcar. Contudo, é preciso ressaltar que nem sempre as condições dos trabalhadores dessa atividade são as melhores. Cortadores de cana... Leia mais »</p>	2014 <i>Fascículo</i>
	<p>ESCRAVO, NEM PENSAR! 10 ANOS: MEMÓRIA E REGISTRO</p> <p>O livro comemorativo apresenta um panorama de ações e resultados alcançados pelo programa Escravo, nem pensar! nestes 10 anos de existência. As páginas, ricamente ilustradas com fotos e imagens, exibem também considerações de entidades parceiras, relatos de educadores e educadoras que participam da rede do programa e depoimentos de ex-integrantes e da equipe atual do... Leia mais »</p>	2014 <i>Livro institucional</i>
	<p>MEIA INFÂNCIA - O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL HOJE</p> <p>O trabalho infantil é uma violação de direitos compromete o desenvolvimento integral de milhões de meninos e meninas no Brasil. Desde a década de 1990 até hoje, o país reduziu significativamente o problema, avançou em legislação e políticas públicas, e conseguiu uma forte mobilização da sociedade civil contra a entrada precoce de crianças e adolescentes... Leia mais »</p>	2014 <i>Caderno temático</i>

FONTE: WWW.ESCRAVONEMPENSAR.ORG.BR

FIGURA 3 – PRODUÇÕES DE ÁUDIO E VÍDEO DO ENP!

escravonempensar.org.br/tipos-de-material/audio-e-video/		
	<p>Organização Internacional do Trabalho, cerca de 2,5 milhões de pessoas são vítimas dessa violação de direitos. Diversas são as suas finalidades, como a adoção ilegal, comércio de órgãos, exploração sexual, superexploração do trabalho rural, urbano e doméstico e escravidão... Leia mais »</p>	
	<p>MEIA INFÂNCIA: O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL HOJE</p> <p>Ano de publicação: 2015 O trabalho infantil é uma violação dos direitos de crianças e adolescentes, que compromete o desenvolvimento integral de meninos e meninas no mundo todo. No Brasil, existem cerca de 3,5 milhões de crianças e adolescentes que trabalham, segundo o Censo de 2010. O vídeo "Meia infância: O trabalho infantil no Brasil... Leia mais »</p>	<i>Enp! na tela</i>
	<p>PROGRAMA VOZES DA LIBERDADE</p> <p>Boletim de rádio semanal com notícias sobre escravidão contemporânea e direitos trabalhistas produzido desde 2006 pela ONG Repórter Brasil. Os programas podem ser baixados e veiculados nas rádios locais.</p>	<i>Programa de rádio</i>
	<p>RADIONOVELA "ESCRAVO, NEM PENSAR!"</p> <p>A rádio-novela Escravo, nem pensar! faz parte do projeto "Vozes da Liberdade" e tem como objetivo informar os trabalhadores rurais para que eles não caiam na tela da escravidão.</p>	<i>Programa de rádio</i>

FONTE: WWW.ESCRAVONEMPENSAR.ORG.BR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica flagrante a relevância de uma comunicação que pense e organize os fatores de identificação em projetos de mobilização social de maneira a promover o reconhecimento, por conseguinte, o julgamento, e numa situação ainda mais ideal, a corresponsabilidade por parte dos públicos.

As relações públicas afastando-se de suas bases primeiras – do positivismo e do funcionalismo – antes alinhadas aos interesses e manutenção do *status quo*⁴³, passam a compreender sua importância no serviço aos interesses populares e comunitários. Dessa maneira, como área da comunicação e com escopo na gestão dos relacionamentos, sintetiza os sentidos de suas estratégias, táticas e instrumentos para melhorar a participação: fomentando o dialogismo, apostando na micro comunicação⁴⁴ (ou comunicação dirigida) e alicerçando suas bases numa postura político-educativa que respeita o conhecimento prévio e privilegia o indivíduo, grupo ou comunidade como sujeito ativo no processo de mudança da realidade; é essa promoção do sujeito ativo e emancipado que traduz o nível de corresponsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. Paraísos Comunes: identidad y sentido en la sociedad em red. In: _____. *La era de la información: economía, sociedad e cultura*, vol. 2, Mexico: Alianza Editorial, 1998.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

43. Essa mudança começa a ser debatida nos anos 80. (Ver KUNSCH, 2007).

44. A comunicação em seu nível micro é mais direta e pessoal, não se constrói sob códigos genéricos, mas singulares, com vistas a adequações, dependendo da situação, dos interlocutores e de suas reações.

_____. Globalização. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HENRIQUES, Márcio Simeone; PINHO NETO, Júlio A.S. **Comunicação e movimentos de mobilização social: estratégias de atuação das organizações do terceiro setor na área da comunicação**, 2001. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149638061228392105244056327538046682914.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social**, 2005. Trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/marcio_henriques.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

MOURA, Flávia de Almeida. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses**. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2015. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Relações públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”**: princípios, estratégias e atividades, 2008. Trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de Comunicação Organizacional (II Abrapcorp), Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2008/gt5_krohling.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social:**

um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF – Brasil, 1996. Disponível em:<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_7104_em_23_05_2009_18_09_14.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Trabalho, migração e práticas comunicativas: estudos cruzados entre Brasil e Angola⁴⁵

Flávia de Almeida Moura
Osmilde Augusto Miranda

O artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que investiga situações de migração e trabalho bem como práticas comunicativas que demonstram modos de vida e formas de sociabilidades dos camponeses, a partir de um estudo cruzado entre o estado do Maranhão, no Brasil, e as províncias de Benguela, Huíla e Huambo, em Angola.

Mesmo com as especificidades de cada local, percebemos que os migrantes nos dois casos estão submetidos a trabalhos degradantes. No Brasil, estas condições são consideradas de superexploração, encontradas principalmente no agronegócio e no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento, e chamadas de condição análoga à de escravo (Artigo 149 do Código Penal Brasileiro). Em Angola, são encontradas principalmente em atividades laborais na construção civil e nas fazendas empresariais agrícolas e agropastoris. Mas a legislação angolana não identifica essas formas de trabalho degradante como análogo à de escravo, conforme descrito na legislação brasileira.

45. O texto apresenta dados de estudo realizado durante estágio pós-doutoral de Flávia de Almeida Moura, em parceria com Osmilde Augusto Miranda durante realização de trabalho de campo em Angola, realizado em agosto de 2018.

Nesta comunicação, ressaltamos algumas características desses fluxos migratórios na busca de melhor compreendermos a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos desses trabalhadores para a economia familiar agrícola, tomando como fonte os relatos de grupos de camponeses do Maranhão, desde 2004 até 2018, e das províncias do Huambo, da Huíla e de Benguela, em Angola, com observações a partir de trabalho de campo realizado em agosto de 2018 no país. Não se pretende generalizar essas explicações, mas trazer mais elementos para o debate sobre as dinâmicas da economia familiar e as estratégias da migração camponesa.

Também apresentamos aqui a coexistência de práticas comunicativas arcaicas e modernas que levam informações às localidades de origem dos trabalhadores sobre trabalho fora da lavoura e, algumas vezes, servem para atrair os migrantes para os deslocamentos temporários. Além disso, essas formas de comunicação demonstram modos de sociabilidades dos camponeses entre suas famílias, suas redes e com pessoas de fora das localidades, possibilitando um intercâmbio com realidades diferentes das vividas e prolongando os modos de vida para além de seus territórios geográficos dos seus locais de origem.

Os deslocamentos temporários são comuns nos dois casos, demonstrando uma coexistência entre o campesinato e o sistema capitalista (GARCIA JR, 1989). Identificamos, no entanto, durante trabalho de campo realizado em Angola, em agosto de 2018, diferenças nas dinâmicas desses deslocamentos, tendo em vista as características específicas da realidade das duas regiões. Os contextos históricos, sociais, políticos e culturais dos dois países foram considerados; no caso de Angola, e nas províncias analisadas, a guerra civil que perdurou por 27 anos tornou-se um fator decisivo para se entender o histórico da migração. No Maranhão, a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras para a implantação de grandes projetos no Brasil, nos anos de 1960 e 1970, também tem importante efeito explicativo.

Mesmo com as especificidades de cada local, percebemos, no estudo cruzado, que os migrantes nos dois casos estão submetidos a trabalhos degradantes. No Brasil, estas condições podem ser consideradas de superexploração, e são encontradas no agronegócio e no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento. Em Angola, são encontradas principalmente

em atividades laborais na construção civil e nas fazendas empresariais agrícolas e agropastoris (ADRA, 2004).

Nas províncias do sul de Angola, a maior parte dos fluxos migratórios é destinada ao trabalho informal na região da capital, Luanda, ao norte, principalmente relacionados à venda dos produtos excedentes da agricultura ou de produtos industrializados comprados para a revenda, como roupas, calçados, utensílios domésticos, entre outros.

No caso do Maranhão, o deslocamento mais comum é para trabalhos de diária ou empreitada em grandes fazendas de gado. Vão também para outros estados brasileiros em atividades do agronegócio ou atividades na construção civil espalhadas em grandes obras, sobretudo nas regiões central, sudeste e sul do Brasil.

Neste artigo, ressaltamos algumas características desses fluxos migratórios, ao tentarmos compreender a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos desses trabalhadores para a economia familiar agrícola, tomando como fonte os relatos de grupos de camponeses do Maranhão (2008; 2009; 2016⁴⁶), e das províncias do Huambo, da Huíla e de Benguela, em Angola (2018). Não pretendemos generalizar essas explicações, mas trazer mais elementos para o debate sobre as dinâmicas da economia familiar e as estratégias da migração camponesa.

Um esclarecimento necessário para entender as escolhas metodológicas diz respeito ao modo que realizamos o trabalho de campo em Angola. O acesso às aldeias se deu por intermédio da ADRA (Ação para o Desenvolvimento Rural de Angola), Organização Não Governamental angolana que atua desde 1990 no país, há cinco anos na região, voltada para projetos de desenvolvimento regional e autonomia dos trabalhadores rurais. Portanto, as aldeias a que tivemos acesso, por mais que apresentassem dificuldades para a manutenção da reprodução familiar, recebiam alguma assistência técnica com vistas à melhoria da qualidade de vida dessas famílias. Esta situação contrastava com o caso dos trabalhadores rurais que acompanhamos no Maranhão há pelo menos uma década e meia, em geral expulsos

46. Os respectivos anos indicam a realização de trabalhos de campo realizados em pesquisa anteriores sobre migrações e campesinato no Maranhão.

de suas terras e que foram resgatados de condições análogas à de trabalho escravo, vivendo de uma economia que chamamos da *precisão*⁴⁷.

QUESTÃO FUNDIÁRIA E CAMPESINATO

No contexto brasileiro, a partir da ditadura militar de 1964, articulava-se um processo da ocupação econômica da Amazônia, com a justificativa de integrá-la ao mundo moderno. (MARTINS, 1994)⁴⁸

Este projeto de desenvolvimento, segundo Costa (2000), se chocou, na disputa pela terra, com formas de produção preexistentes na região, oriundas de sua formação econômico-social e de um campesinato surgido no percurso da expansão da fronteira agrícola.

(...) o que resultou da estratégia da ditadura foi um processo que afirmava, embutida no ‘pacote tecnológico’ que viabilizou, uma função de produção favorecedora de manutenção e mesmo ampliação da Amazônia do elevado grau de concentração da estrutura fundiária vigentes nas áreas antigas do país, estendendo para a Amazônia métodos e técnicas de produção gerados em outras realidades, não adaptadas às condições peculiares da região, atrelando grandes frações de capital industrial, comercial e bancário ao estabelecimento das relações de propriedade na fronteira e, assim, reafirmando o papel da grande propriedade fundiária como forma de apropriação da riqueza social no conjunto do Brasil. (COSTA: 2000, p.83)

47. A economia da precisão implica, pelo lado da oferta, uma situação em que as alternativas de trabalho oferecidas mostram-se limitadas e, pelo lado da demanda, a situação de um contingente de trabalhadores com baixo nível de qualificação, pertencentes a famílias em condição de vulnerabilidade. (CARNEIRO; MOURA, 2016)

48. O autor afirma que os objetivos eram econômicos, mas sobretudo geopolíticos. “O lema da ditadura era “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” (a supostas e ganaciosas potências estrangeiras). Os militares falavam em “ocupação de espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contactadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século 18, pelo menos.” (MARTINS, 1994)

O Maranhão é apontado historicamente como um dos principais estados brasileiros relacionados a conflitos de terra, devido à concentração fundiária. Em 2012, segundo estudos da CPT (Comissão Pastoral da Terra), o estado contabilizou 252 casos de conflitos de terra, com o envolvimento de aproximadamente 65 mil pessoas (CPT, 2013). Em 2014, foram mais de 140 casos, segundo dados da assessoria jurídica da CPT-MA. Pelo menos 60% desses casos se concentraram na região dos Cocais (MAY, 1990) envolvendo os municípios de Codó e Timbiras. (CARNEIRO; MOURA, 2008).

O Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km², sendo o oitavo estado da Federação em extensão territorial e o segundo da região nordeste. No entanto, apenas um pequeno número de proprietários detém a maioria das terras, causando conflitos e violências no campo. Grande parte das terras do estado, principalmente aquelas localizadas nas regiões de colonização antiga (Baixadas Ocidental e Oriental, Pindaré, Mearim, Vale do Itapecuru e Baixo Parnaíba), está ocupada por comunidades negras, cuja história da posse territorial remonta ao período da escravidão. Juntamente com elas, outros grupos de camponeses consolidaram seus apossamentos no processo de expansão da fronteira agrícola do Estado.

A população negra rural engendrou formas de apropriação de territórios durante a vigência da repressão escravista. Os outros grupos tradicionais – os extrativistas, os descendentes de índios, os ribeirinhos e os posseiros antigos – consolidaram formas de apossamentos semelhantes. Esses grupos tiveram que enfrentar a expansão da frente agrícola, na conjuntura de “modernização” do campo maranhense, com a introdução dos grandes empreendimentos agropecuários e dos grandes projetos de monocultura. A questão agrária no Maranhão, portanto, sempre esteve marcada por essa história de confrontos entre trabalhadores rurais (tidos como primitivos e fadados ao desaparecimento) e os agentes sociais, que diziam representar a modernidade, o desenvolvimento e os novos paradigmas do progresso. (PEDROSA, 2013)

Pelo fato de haver alta concentração de terras pelo latifúndio, expulsão constante de trabalhadores de suas terras, o Maranhão, e sobretudo a região dos Cocais, onde estão localizados os municípios de Codó e Timbiras, apresenta deslocamentos frequentes de trabalhadores para fora

da região em busca de trabalho, muitas vezes submetidos a condições análogas à de escravos. (CARNEIRO e MOURA, 2008; MOURA, 2009; CPT/RAICE, 2016).

Angola possui uma extensão territorial de 1.246.700 km², sendo quase da extensão do estado do Pará, no Brasil, e uma população de 25.789.024 habitantes, segundo o Censo Populacional de 2014. As três províncias do centro sul de Angola delimitadas neste estudo possuem, junto com a capital Luanda, mais da metade da população do país, a saber: Benguela, Huambo e Huíla.

A estrutura fundiária angolana ainda está atrelada ao tempo colonial. De acordo com estudo realizado pela ADRA (2004), apesar da Lei de Terras, de 2004, as concessões do tempo colonial ainda são reconhecidas em muitas províncias, principalmente na região sul do país, mais afetada pela guerra civil, que durou desde a Independência de Portugal, em 1975, até 2002. (ADRA, 2004).

A maioria dos trabalhadores entrevistados nas províncias do Sul de Angola vive nas chamadas *terras de família*, isto é, terras em que plantam desde os ancestrais, embora em sua maioria, não tenham a posse da terra com documentação legal. Essa situação ocorre principalmente por conta de uma recente retomada da agricultura empresarial, a partir da tentativa do país de diversificar sua economia e fugir da crise do petróleo. Nesse contexto, fica claro um latente problema, a ser enfrentado nos próximos anos, sobre a questão fundiária em Angola, mais precisamente nas aldeias visitadas, uma vez que as concessões de terras ainda datam do tempo colonial e muitos povoamentos foram reconstruídos em terras de propriedades de fazendeiros e empresários.

Sem o *arame*, os lavradores angolanos ainda estão plantando suas *lavrás*, uma vez que o cercamento de terras ainda não gera tantos conflitos, como os encontrados no contexto do agronegócio brasileiro. Situação mais próxima a do Brasil existe no extremo sul de Angola, na província da Huíla, na divisa com o Cunene e a Namíbia, onde as terras de pastores estão sendo cercadas por fazendas agropastoris desde o período pós-guerra, em 2002, gerando conflitos violentos, conforme diz o relatório da ACC (Associação Construindo Comunidades), de 2008.

ECONOMIA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

No Brasil, a industrialização, que se tornou dominante na segunda metade do século XX, criou um novo polo dinâmico na vida social e econômica do país. Segundo Garcia Jr (1989), não se pode esquecer que o crescimento do mercado de trabalho industrial não foi procedido pela liquidação das formas de dominação personalizada no campo.

No Maranhão, estudos realizados há dez anos, conforme o projeto Migrações no Maranhão Contemporâneo (CARNEIRO, MOURA, 2008) demonstram que o deslocamento de camponeses em busca de complementação de renda nos grandes centros, como no caso das plantações de cana em São Paulo, transforma o espaço social de origem, mas não retira os trabalhadores das condições de *roças de subsistência*. Também não altera as relações de dominação personalizadas no campo, como é o caso de aforamento (aluguel de pequenas porções de terra para o plantio) e mesmo relações de submissão aos latifundiários na região.

Mais recentemente, diagnóstico realizado pelo projeto RAICE (Rede de Ação Integrada contra a escravidão), desenvolvido pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia, Maranhão, entre os anos de 2015 e 2016, mostra que a migração continua fazendo parte das estratégias de sobrevivência dos camponeses do Maranhão no intuito da reprodução familiar. Em 2015, entrevistamos uma família de lavradores residentes no bairro Codó Novo, no município de Codó (MA). Na ocasião, estavam presentes o casal, um filho e uma nora. Dona Maria, 52 anos e Seu José,⁴⁹ de 57 anos, contaram que dois filhos estavam no estado do Mato Grosso; um trabalhando na produção de soja e outro na construção civil, mas que ambos haviam recebido convite para trabalhar em garimpo no Suriname. Outros dois filhos, que residem no mesmo domicílio, trabalhavam à ocasião em uma pequena porção de terra em povoado distante aproximadamente 40 quilômetros da sede do município, onde a família

49. Os nomes utilizados neste artigo são fictícios na busca da preservação das identidades dos entrevistados.

possui uma *roça de subsistência*. Seu José contou que trabalhou por muitos anos fazendo cercas em fazendas de gado na região de Codó e que, na ocasião da entrevista, estava plantando numa horta comunitária desenvolvida pela escola agrotécnica na sede do município. Ele lamentou ter os filhos longe da casa, mas afirmou que no município não tem oportunidades de sustento, então o negócio é “aventurar”. “A estratégia é sempre alguém da família estar trabalhando fora para mandar algum troco pra casa. Porque o servicinho que fazemos por aqui não dá de receber muito dinheiro”. (Trecho de entrevista com Seu José, 57 anos, morador de Codó (MA), 2015)

O perfil dos camponeses entrevistados no município de Timbiras, por ocasião da mesma pesquisa, não é diferente do da família de Seu José: a saída para o trabalho, principalmente para o corte de cana e para a plantação de amendoim no estado de São Paulo ou para colheita de laranja no Mato Grosso, vem para complementar a renda da família, em geral extensa, que planta *roças de subsistência*. É comum o relato do filho que completa 18 anos migrar e, em alguns casos, constituir família ou levar a família já constituída para o destino. Percebemos ainda um fluxo migratório de mulheres para Goiânia e Caldas Novas (GO), para trabalhar como doméstica, e de homens para trabalhar na construção civil ou em serviços gerais.

No bairro Destino II, no município de Timbiras, a família de Seu Pedro, 60 anos, e Dona Rosa, 44 possuía à ocasião da entrevista (2015) dois filhos trabalhando no corte de cana em Ribeirão Preto (SP). O casal contou que os filhos haviam migrado desde 2010 e, desde então, participaram de todas as safras, sempre saindo de casa em meados de fevereiro e voltando em novembro. Os filhos mandam recursos durante o ano para os pais para a manutenção da *roça* e também para alguns gastos com a casa. O filho mais novo do casal, de 14 anos, sonha em fazer 18 para poder acompanhar os irmãos. Percebemos que as condições e a falta de perspectivas de construir algo melhor em Timbiras acabam direcionando o sonho do adolescente, que é completamente contrário ao sonho dos pais: de tê-los todos próximos.

No caso angolano, a guerra civil, que se estendeu por 27 anos (desde a Independência de Portugal, em 1975 até 2002), explica os processos migratórios históricos em Angola. Foi comum ouvir, nos relatos dos mi-

grantes contemporâneos, que a situação de migração era a mesma desde o tempo dos pais ou avós, pelos motivos de guerra. Neste sentido, a capital Luanda constituiu-se a principal região receptora de migrantes, sobretudo das províncias da região sul. Estas províncias, mais populosas, foram afetadas diretamente durante os anos de guerra, principalmente por ser território do partido de oposição ao governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). A província de Huambo era o local de residência do líder da UNITA, Jonas Savimbi; e o sul do país, considerado o principal território da oposição ao governo.

Em Angola, ocorreram mudanças significativas dos espaços sociais do campo e da cidade no contexto da reconstituição nacional a partir da necessidade da diversificação da economia no pós-guerra, principalmente desde 2002. A agricultura, neste contexto, ganha um peso relevante, principalmente após a crise do petróleo e a queda das relações comerciais de Angola no mercado externo. (ROCHA, 2013).

A agricultura familiar sempre teve maior peso nos mercados de produtos agrícolas desde o tempo colonial. Segundo relatório da ADRA (2004), em meados dos anos de 1970, o país era um notável produtor de bens de origem agrícola e pecuária.

(...) Angola produzia ainda algodão, milho, mandioca e banana para seu consumo e para exportação, e era mais ou menos auto-suficiente em carne, feijão, amendoim, óleo de palma, tabaco e muitos outros produtos. Ao contrário do que muitos imaginam – e do que é divulgado por certas fontes pouco preocupadas com o rigor da informação – a maior parte da produção de alimentos de origem agropecuária que chegava aos mercados provinha do então chamado sector “tradicional”, ou seja, dos pequenos agricultores familiares. Estes eram responsáveis, de acordo com a MIAA, por 88% da comercialização de milho, 100% de mandioca, 94% de feijão, 100% de amendoim, 71% de batata, 30% de café, 52% de arroz, 21% de algodão e tinham ainda peso superior na produção de carne, tabaco e banana. Todavia, tais produtores utilizavam a terra de forma precária, pois não tinham garantidos, através de títulos, os seus direitos

de propriedade ou posse, como acontecia com os agricultores empresariais, patronais ou “modernos”. (ADRA, 2014, p. 7)

Na atualidade, os lavradores apresentam, em geral, situações de pluriatividade (KATIAVALA, 2016, p. 19), combinando a lavoura de subsistência com a possibilidade da venda dos excedentes da plantação e mais alguma atividade, denominada de *biscate*, nos centros urbanos. Segundo Katiavala (2016), em seu estudo sobre o processo de diferenciação socioeconômica dos produtores agrícolas na província de Huambo, há uma pluralidade de categorias de camponeses e agricultores familiares com diferentes estratégias e arranjos econômicos. A migração, em geral, é parte deste contexto.

A questão da migração em Angola tem uma trajetória antiga. De colonização portuguesa até 1975, seguida de guerras civis que perduraram décadas até 2002, o ato de migrar para fugir da guerra apareceu em muitos dos relatos e no imaginário dos entrevistados.

Após a independência em 1975, o país vivenciou décadas de guerra civil. Luanda, sua capital, fundada pelos colonizadores portugueses em 1576, se via ocupada por uma larga população de pessoas oriundas de outras províncias mais lesadas. A guerra desterrou milhares de angolanos de suas terras natal, tornando assim, a capital, uma zona de refúgio, entre eles, os povos da província do Bengo, Cuanza Norte, Malanje, Zaire, pelo Norte; e Benguela, Cuanza Sul, Huambo e Huíla, pelo Sul. Todos esses grupos apresentavam hábitos linguísticos, culturais e sociais diferentes. Três fatores são importantes durante esse processo: o deslocamento em massa para o centro-capital, a instabilidade econômica e, por último, a ausência de políticas públicas que dessem conta da realidade pela qual passava o país. (SANTOS, 2011).

Segundo o sociólogo angolano Katiavala (2016), os deslocamentos forçados para as zonas urbanas em busca de segurança causaram alterações profundas no mundo rural, principalmente pelo abandono das plantações e mesmo dos povoamentos (residências). Para ele, estima-se que entre 1998 e 2002, mais de 4 milhões de camponeses se deslocaram. Com o fim da guerra, em 2002, não houve o regresso esperado das pessoas para as al-

deias de origem. Na verdade, as famílias foram se estabelecendo em outras localidades, principalmente nas imediações da capital Luanda e com isso algumas regiões ficaram, por algum tempo, completamente desabitadas. Na aldeia de Cavissi II, localizada no município da Cacula, província da Huíla, um grupo de mulheres mais velhas nos contaram um pouco sobre esses deslocamentos:

No tempo colonial, a gente já vivia aqui. No tempo dos escravos. A gente chegou a trabalhar quando criança para os colonos. (...) Nossos bisavós já andavam por Luanda para conseguir algum negócio; com a venda de alguns produtos que eles conseguiam plantar. Naquela época, o café era o principal produto plantado na região, mas a gente tinha que sempre sair para trabalhar em outras regiões para fugir da seca e, depois de 1975, da guerra. (Trecho de entrevista concedida por Maria, 96 anos, moradora da aldeia Cavissi II, Cacula, Huíla, Angola, agosto de 2018)

Quem migra hoje é prioritariamente homem e jovem, de 18 a 25 anos principalmente, podendo haver casos de mulheres que saem das comunidades rurais para a comercialização dos produtos agrícolas nos principais centros comerciais das províncias de origem ou mesmo da capital do país. Também ouvimos relatos de homens que saem mais cedo, a partir dos 15 anos de idade, e que acabam prestando serviços para o comércio informal ou ocupando postos de trabalho tanto na construção civil, quanto nas fazendas empresariais, em geral, com sistemas de diárias ou de trabalho por produção.

Seu João, de 56 anos, morador da aldeia Sakaliñga, localizada no município da Caála, na província de Huambo, nos contou que migrou várias vezes para a capital Luanda e que tem familiares (filhos e sobrinhos) na região de Kikuxi, província de Luanda, trabalhando em fazendas agrícolas empresariais. Ele afirmou que se deslocou por necessidade de complementar a renda familiar. Saiu algumas vezes para vender produtos excedentes de sua *lavra* e também acabou prestando serviços no comércio informal em Luanda e em armazéns localizados no populoso e periférico bairro do Benfica.

Já outro lavrador, André, de 28 anos, morador da aldeia Cavissi II, localizada no município da Cacula, na província da Huila, nos contou que costuma sair sempre para a capital Luanda e passar “um tempo” para conseguir algum dinheiro. O período em que ele passa fora da aldeia é mais ou menos próximo ao relato dos demais lavradores (entre março/abril até outubro/novembro; uma média de seis meses), período anterior ao plantio. Muitas vezes, a colheita é feita pelas mulheres e/ou filhos, entre maio e julho, dependendo do cultivo. Os produtos mais plantados nas aldeias visitadas eram milho, mandioca, feijão, batata rena (conhecida no Brasil como batata inglesa), cenoura, abóbora, amendoim (chamado de *ginguba*) e algumas hortaliças. Segundo os relatos, as crianças começam a trabalhar ajudando os pais na lavoura a partir dos 10 anos. Mas antes disso, já ajudam em serviços de casa ou mesmo para *pisar* o milho, a massambala ou o massango, tipos de cereais comuns na região.

André nos contou que costuma sair para vender seus produtos agrícolas excedentes de suas *lavras* e, com o tempo, obteve recursos para comprar uma motocicleta. Na cidade, faz serviço de mototáxi, chamado de *kupapata*. Ele conseguiu comprar a carroceria e hoje sua *motorizada* de três rodas é o principal transporte das pessoas e mercadorias da aldeia para o município da Cacula. Segundo o diretor geral da ADRA, Belarmino Jelembi, a principal dificuldade dos lavradores de Angola na atualidade está relacionada à falta de transporte e de estradas para o escoamento de produtos agrícolas, além da assistência técnica para as famílias.

O lavrador, que conseguiu com trabalhos informais na cidade juntar algum recurso para comprar uma moto, hoje consegue suprir tanto o deslocamento de seus produtos para a comercialização nas *praças*, pequenos mercados regionais, e em centros urbanos quanto levantar algum recurso para a compra de animais, como porcos, cabras e até gados. Mas, ele afirma que se não sáísse para complementar a renda de sua família, não conseguiria sobreviver somente de sua plantação. Conforme estudado por Garcia Jr. (1989), em “O sul: caminho do roçado”, se há cálculo da distribuição do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com agricultura e outras atividades complementares para a renda da família, também há cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da agricultura para o negócio ou do negócio para a agricultura.

FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA

Tanto nos casos dos camponeses do Maranhão, no Brasil, quanto nos das províncias de Angola, identificamos estratégias de sobrevivência para a reprodução familiar e para a própria manutenção da ‘condição camponesa’ que mais se assemelham com o que James Scott (2002; 2011) chama de *formas cotidianas de resistência*.

O conceito de resistência cotidiana é a expressão da luta prosaica e constante entre os integrantes das classes dominadas e aqueles que deles buscam extrair trabalho, comida, impostos, renda, juros.

(...) Ela se expressa na forma de corpo mole, dissimulação, falsa aquiescência, furto, ignorância fingida, calúnia, incêndio ou sabotagem. Assim, a ausência de formas mais visíveis de oposição política, como rebeliões ou greves, não reflete uma “hegemonia” ideológica e a aceitação passiva da ordem estabelecida pelos dominados, e sim circunstâncias – que são mais as regras do que a exceção – em que uma ação aberta e organizada seria demasiado perigosa. (SCOTT, 2002, p. 1)

Durante estudos realizados nas últimas décadas no Maranhão, encontramos situações às quais este conceito de Scott nos ajuda a entender melhor a dinâmica de algumas famílias de trabalhadores que se submetem a condições de trabalho análogas à de escravos, caracterizadas como crime no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro. No município de Codó, em 2015, entrevistamos um trabalhador resgatado por três vezes, destas condições, por equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho. A explicação dele tinha a ver com a dificuldade de acumular recursos para a compra de materiais de construção para reformar parte de sua casa e construir outra. Para ele, o jeito foi de ‘entrar e sair da condição de escravizado’ ao praticar a atividade de *roço da juquirá*, limpeza do pasto para o plantio de capim, em fazendas de gado localizadas no mesmo município maranhense. Com o controle da lógica da fiscalização daquelas condições de trabalho e ciente do desfecho das mesmas - cálculo de verbas rescisórias e garantia de acesso ao seguro-desemprego -, o trabalhador informou que além da primeira

vez, que foi resgatado, retornou por mais duas vezes para trabalhar na mesma atividade, permanecendo um pouco mais de uma semana, fugindo e denunciando aos órgãos competentes a prática do trabalho na fazenda. Dessa forma, ele teve acesso ao seguro-desemprego por três vezes em menos de dois anos, o que lhe garantiu a reforma desejada de sua casa, que era de barro, e na ocasião da entrevista já era de alvenaria, localizada num bairro periférico de Codó, Maranhão.

Também identificamos práticas semelhantes às verificadas por Scott em seu estudo com produtores de arroz na Malásia⁵⁰, durante trabalho de campo realizado numa aldeia localizada na província da Huíla, sul de Angola, em agosto de 2018. Na ocasião, ao conversar com um camponês sobre suas estratégias de sobrevivência para a reprodução familiar, ele narrou alguns deslocamentos temporários e sazonais que costumava fazer para a região norte do país, próximo à capital Luanda. Ao descrever as lógicas de migração, que unia tanto o comércio do excedente de sua produção agrícola quanto a ocupação em atividades temporárias em fazendas empresariais e construção civil, ele informou que fazia sempre essas viagens temporárias com a anuência de sua esposa, mas sem pedir permissão ao *soba*, autoridade tradicional da aldeia e a quem ele deveria pedir autorização para a saída em busca de trabalho fora da lavoura.

Essas duas situações demonstram que apesar da condição de ‘dominados’, esses trabalhadores encontram formas cotidianas de resistência com o intuito de garantir a sobrevivência de suas famílias ou ainda a manutenção de suas atividades agrícolas, complementando a renda com outras atividades fora da lavoura. Estes atos nem sempre obedecem a normas locais ou a valores morais presentes nas comunidades. São conhecidos das outras pessoas da comunidade, que em alguns casos também os praticam, mas não possuem uma organização coletiva nem tampouco fazem parte de uma prática estimulada por organizações de trabalhadores.

Em muitos casos, a necessidade de migrar também pode ser entendida como uma prática de resistência cotidiana; seja para a sobrevivência no campo, seja para a busca de novas oportunidades na cidade.

50. O estudo está descrito na obra *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance* (1985), (Armas dos fracos: formas cotidianas de resistência camponesa).

PRÁTICAS COMUNICATIVAS E OS DESLOCAMENTOS DE TRABALHADORES PARA TRABALHO FORA DAS LAVOURAS

Tanto nos estudos já realizados no Maranhão (MOURA, 2009, 2016) quanto nos estudos desenvolvidos nas províncias do Sul de Angola, em 2018, identificamos a coexistência de práticas arcaicas e modernas de comunicação, desde questões de comunicação interpessoal, passando pelas mídias tradicionais (rádio e televisão) até às apropriações dos camponeses junto às redes sociais digitais.

As províncias investigadas em Angola, localizadas na região Sul do país, foram altamente afetadas no período da guerra civil, que perdurou desde a Independência, em 1975, até 2002, a partir do tratado de paz. As aldeias sofreram impactos econômicos e sociais significativos com os deslocamentos forçados e o conseqüente esvaziamento de algumas localidades por conta dos combates no período de guerra. Esta situação intensificou as dificuldades de acesso até mesmo de mídias tradicionais de massa, como o caso da televisão.

Nas três aldeias visitadas durante trabalho de campo em agosto de 2018, foram encontrados poucos aparelhos de televisão e, na maioria das vezes, não tinham acesso à principal rede de televisão do país, a TPA (Televisão Pública de Angola) devido à ausência de antenas parabólicas, servindo apenas para a reprodução de vídeos documentários ou musicais em aparelhos de DVD. Na aldeia Cavissi II, localizada no município da Cacula, na província da Huíla, encontramos três aparelhos de televisão, sendo dois em domicílios familiares e um em comércio local. Nas outras duas aldeias visitadas, a proporção de aparelhos de televisão por domicílio era em média de um aparelho para cada 80 domicílios. As aldeias tinham, em média, 300 famílias residentes e possuíam de 3 a 4 aparelhos de televisão cada.

O caso é diferente dos grupos de trabalhadores que já acompanhamos no Maranhão desde 2006, quando realizamos estudo sobre economia familiar e estratégias de sobrevivência em Codó (MA). No caso brasileiro, os trabalhadores possuem mais acesso à mídia tradicional, como rádio e televisão. Identificamos, também em pesquisas anteriores, que as narrativas contidas nas reportagens veiculadas na televisão, por exemplo, participam

da constituição de suas representações acerca do trabalho escravo contemporâneo (MOURA, 2016).

Segundo estudo do sociólogo angolano José Maria Katiavala (2016), as cantinas, além de comercializar os produtos, servem em geral de espaços de convívio e exibição de vídeos e programas de televisão, como o caso das novelas brasileiras, muito assistidas e populares em Angola, principalmente na região metropolitana da capital Luanda. Já no caso brasileiro, embora ainda existam formas coletivas de assistência de televisão, as práticas de assistência domiciliar é maior, uma vez que em geral cada residência possui um aparelho de televisão.

A mídia tradicional mais presente nas aldeias angolanas é a rádio, devido à facilidade de acesso aos aparelhos a pilha, que não dependem de energia elétrica e são vendidos a preços mais populares em mercados locais, além da facilidade de sintonizar com as principais emissoras existentes em Angola. No caso dos rádios de pilha, em cada aldeia visitada, identificamos uma média de um aparelho para cada duas pessoas, tendo casos de uma pessoa ter mais de um aparelho, sendo que um fica em casa e outro vai para a lavoura com os trabalhadores, devido à facilidade de sintonizar com a principal rádio do país, a Rádio Nacional de Angola, que segundo os entrevistados, tem sinal facilitado.

A facilidade do acesso ao rádio de pilha está relacionada tanto ao preço do aparelho quanto à possibilidade de utilizá-lo sem energia elétrica, uma vez que as três aldeias visitadas não possuem energia elétrica; somente pequenos geradores para abastecer as necessidades básicas de algumas geladeiras e refrigeradores e o funcionamento de alguns aparelhos de televisão até às 22h, quando na maior parte delas, a luz é desligada totalmente.

Apesar de encontrarmos pouco acesso dos moradores das aldeias angolanas visitadas durante o estudo, podemos afirmar que a televisão é um veículo de massa consolidado no país, pelo menos quando se trata da região metropolitana de Luanda. Segundo estudo realizado pela empresa Marktest (2015) na Grande Luanda (região metropolitana), 98% das pessoas têm acesso à televisão e 76% leem jornais e revistas. A TPA é o canal mais visto, com 88% da audiência; e a TV Zimbo apresentou 69%

da audiência dos telespectadores nesta pesquisa. Foram entrevistadas 5000 pessoas na Grande Luanda e 50% da amostra informaram que também têm acesso à internet, sendo o facebook o site mais visitado.

Durante trabalho de campo, levantamos algumas informações acerca da preferência pelo conteúdo consumido pelo rádio e pela televisão nas aldeias do Sul do país. Na maior parte, a preferência está nas novelas, tanto brasileiras, mexicanas, quanto angolanas, que são veiculadas tanto na TPA (Televisão Pública de Angola) quanto na TV Zimbo, principal TV comercial; seguida de programas de esporte, e principalmente de futebol; e em terceiro lugar os noticiários tanto televisivos quanto radiofônicos. Ouvimos um relato de uma novela de rádio, exibida pela Rádio Nacional de Angola, mas não conseguimos confirmar sua existência pelo site da rádio, motivo pelo qual podemos pensar ter sido alguma experiência vivenciada no passado pelas pessoas que fizeram tal comentário. Embora os lavradores tenham informado que possuem interesse por conteúdo jornalístico que trate das questões rurais, como safra, lavoura, etc, os mesmos afirmaram que nos principais conteúdos consumidos tanto pela rádio quanto pela televisão, esses assuntos pouco aparecem.

Mas o que mais nos chamou a atenção nessas aldeias visitadas foi a coexistência de formas arcaicas de comunicação, como o caso da presença do *arauto*; pessoa escolhida pela comunidade para dar avisos de casa em casa sobre algum assunto de interesse coletivo; e do *soba*; autoridade tradicional da aldeia, responsável pelas principais decisões coletivas e uma espécie de 'tribunal tradicional', juntamente com a presença de redes sociais digitais, como o caso do *facebook zero*, uma forma de acesso ao facebook sem a necessidade de pagamento a redes de internet.

Na aldeia Sakaliñga, no município da Caála, província de Huambo, tivemos contato com o *soba* Luciano Kossengue, de 52 anos, que ocupa a posição de autoridade tradicional desde 1998. "Na comunidade, no *django* é onde nós resolvemos os conflitos; onde fazemos os consertamentos necessários". O *django* é um espaço de tomadas de decisões na comunidade. Geralmente funciona num espaço físico de estrutura circular, com paredes de barro e coberto de palha ou de telha. É um espaço coletivo da aldeia, construído em forma de mutirão, ocupado para reuniões e dedicado a to-

madras de decisões coletivas importantes. No *django*, também acontecem os chamados “tribunais tradicionais”; reuniões que reúnem o *soba*, os *sekulos*, que são os ajudantes dos sobas, juntamente com moradores da aldeia para resolver conflitos internos, como furtos e roubos ou mesmo problemas conjugais e de família. O *soba* também é uma espécie de conselheiro e representante da comunidade; o principal comunicador autorizado a falar pela aldeia. Pela tradição, o cargo é repassado de pais para filhos e já existem casos mais recentes, desde os anos de 1990, de *sobas* serem eleitos por votação ou por consenso pelos moradores da aldeia⁵¹.

Nas três aldeias visitadas, também tomamos conhecimento da figura do *arauto*, uma pessoa escolhida em geral pelo *soba* da aldeia para realizar o serviço de avisar, comunicar a todos os domicílios sobre acontecimentos importantes que envolvem a sociabilidade das comunidades, como o caso de uma visita ou a participação em algum evento dentro ou fora da aldeia, além de informes importantes sobre safra, economia, transportes e demais assuntos de interesse coletivo. Esta espécie de mensageiro tem registro desde a Idade Média. O arauto avisou, por exemplo, da nossa chegada às aldeias para realizar as entrevistas e o trabalho de campo.

Em duas das três aldeias visitadas, encontramos coexistindo com essas formas de comunicação arcaicas e também com as mídias tradicionais, como rádio e televisão, práticas comunicativas relacionadas às novas tecnologias, como o caso da utilização da internet e das redes sociais digitais.

Na aldeia Sakaliñga, localizada na província do Huambo, encontramos apenas alguns aparelhos de telefonia móvel sem acesso a internet, utilizados para ligações a partir das operadoras. Mas nas aldeias Cavissi II, na Huíla, e Ndende Sede, em Benguela, encontramos os mais jovens utilizando *smartphones*, com acesso à internet e às redes sociais digitais a partir do chamado *facebook zero*. Embora ainda em pequena quantidade, contabilizamos uma média de 20 aparelhos em cada aldeia, que são comparti-

51. Para saber mais sobre os *sobas*, ver dissertação que trata do assunto, intitulada “Poder Local Público Local e as autoridades tradicionais em Angola, caso particular do Cunene”, defendida em 2014 junto ISEC (Instituto Superior de Educação e Ciências), em Luanda, por Justina Carlos Miguel. (Acesso em 31.01.2019 pelo <https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8596/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>)

lhados por irmãos, familiares e amigos para se comunicarem com pessoas que residem, em geral, nas capitais das províncias ou em aldeias próximas, mas também com familiares e amigos residentes na capital Luanda. Lembramos que cada aldeia possuía, em média, 300 domicílios.

O *soba* Augusto Kamela, de 52 anos, da aldeia Ndende Sede, localizada no município de Ganda, província de Benguela, quando questionado sobre o que achava da entrada das novas tecnologias e da internet na aldeia, respondeu que era uma porta de entrada das coisas de fora da aldeia principalmente para a juventude e que isso implicava “coisas boas e ruins”. A autoridade tradicional se referia aos modos de vida e principalmente aos modelos de consumo a que os mais jovens estavam tendo acesso, há menos de um ano, por exemplo, às redes sociais digitais; em geral interessados em sair mais da aldeia e conhecer coisas novas e, ao mesmo tempo, demonstrando certo desinteresse em ajudar os pais na lavoura ou a “viver uma vida rural, conforme os mais velhos”.

Desde 2012, a Unitel, principal operadora de telefonia móvel em Angola, aderiu ao chamado “Facebook Zero”, uma ferramenta que a equipe de uma das maiores redes sociais do mundo disponibiliza para os países “menos ricos” para que os utilizadores consigam acessar ao Facebook mesmo sem créditos (saldo, dados etc). Esta ferramenta tem limitações e a principal delas é o fato de não permitir a reprodução de elementos de multimídia, como imagens, vídeos e audios. Neste sentido, o Facebook Zero permite os usuários utilizarem o bate papo e fazer postagens de texto na rede social. Desde 2016, a Movitel, segunda maior operadora de telefonia móvel angolana, também aderiu ao convênio com a empresa Facebook, permitindo que seus usuários tivessem acesso à rede social da mesma forma que a Unitel.

Também ouvimos relatos de jovens que possuem *smartphones* com acesso ao Facebook Zero que informaram que utilizam a ferramenta principalmente para se comunicar, pelo bate papo, com amigos e familiares que moram em outras localidades próximas das províncias onde moram ou mesmo na capital Luanda. Eles afirmam que essa ferramenta facilitou a comunicação, pois não precisam ter saldos, como no caso das ligações convencionais a partir das operadoras.

Não conseguimos identificar, durante trabalho de campo nas aldeias angolanas, formas sistemáticas de aliciamento para o trabalho fora de suas localidades. Mas em conversas informais com os jovens, pudemos inferir que as relações que eles estabelecem com as sedes das províncias do Sul ou mesmo com a capital Luanda via redes sociais digitais, os levam muitas vezes a serem informados sobre oportunidades de trabalho nessas regiões, principalmente relacionados à construção civil, mas também para fazendas empresariais e para o comércio em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos neste estudo diferentes estratégias de sobrevivência (GARCIA JR, 1989 e HEREDIA, 1988) e formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) de camponeses do Maranhão, Brasil e de três províncias do Sul de Angola (Huambo, Huíla e Benguela), em busca da garantia da reprodução familiar. Devidas às especificidades econômicas, políticas, sociais e culturais dos dois contextos comparados, essas estratégias variam de acordo com as posições que esses sujeitos ocupam, principalmente com relação à terra (ao trabalho agrícola familiar) e ao trabalho fora do local de origem.

Os trabalhos que os migrantes camponeses encontram fora de suas localidades, a partir dos deslocamentos sazonais, ora servem para auxiliar na complementação da economia familiar e na própria manutenção de *roças* e *lavras*, como para vender o excedente da produção agrícola familiar; ou ainda para o trabalho informal nos municípios ou capitais, presentes nos relatos dos camponeses angolanos; ora acabam atrapalhando o ciclo de complementação da renda familiar e sujeitando a trabalhos degradantes, mais próximos das condições análogas à de escravos. Estes casos geralmente ocorrem com trabalhadores mais jovens que nem sempre querem continuar com o trabalho agrícola familiar (relatos presentes nos dois casos estudados) ou saem em busca de trabalho pela insuficiência da agricultura familiar para a sua reprodução social ou sustento de sua família, como os casos relatados pelos camponeses brasileiros.

O estudo demonstra também que os processos de deslocamentos para o trabalho fora das áreas de origem e da agricultura familiar são

comuns aos dois contextos, mesmo que ocorram por motivos diferentes: no Brasil, mais propriamente no Maranhão, no contexto do latifúndio e consequente expulsão dos camponeses das terras como formação das fronteiras agrícolas e no garimpo na Amazônia; em Angola, principalmente devido ao contexto de guerra civil, que perdurou desde a independência de Portugal, em 1975, até 2002; e mais recentemente por necessidades parecidas com as dos camponeses maranhenses: o de sobrevivência e manutenção da economia familiar.

Percebemos nos dois contextos uma *ruralidade* que perpassa o território do campo e adentra os grandes centros urbanos e, por outro lado, uma *urbanidade* que os migrantes carregam para seus locais no retorno de trabalhos sazonais, principalmente a partir dos bens de consumo e das próprias relações que passam a estabelecer com o seu local. Também identificamos práticas comunicativas relacionadas ao deslocamento para fins de trabalho fora das lavouras entre os grupos de camponeses, embora em formatos diferentes. Enquanto no Maranhão, já mapeamos redes de aliciamento e denúncia a partir de formas populares e tradicionais de comunicação, como o caso das chamadas “vozes” encontradas em Codó e Açailândia (MOURA, 2011), por exemplo, no caso angolano, percebemos que a presença dos mais jovens nas redes sociais digitais, e mais propriamente junto ao *facebook zero*, intensifica as suas relações com as sedes das províncias do Sul ou mesmo a capital Luanda, levando-os informações sobre oportunidades de trabalho nessas regiões fora das aldeias. Em geral, as ofertas de trabalho são para a construção civil, fazendas empresariais ou comércio local; onde são encontradas formas degradantes de trabalho, como supracitadas neste artigo.

O estudo cruzado sobre migração e campesinato entre os casos do Maranhão e das províncias do Sul de Angola nos indica que apesar de estratégias de sobrevivência e de resistências cotidianas encontradas nos duas localidades, as formas com que essas situações são vivenciadas pelos trabalhadores estão relacionadas aos contextos históricos, sociais e culturais de cada país e região que precisam ser entendidos para a compreensão da multiplicidade de características que este fenômeno tão complexo carrega.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACC (org). Relatório do levantamento da situação socioeconômica da comuna da Quihita, município da Chibia e do município dos Gambos, província da Huíla. Lubango, Huíla, Angola, 2008.

ADRA (Org). Sistemas de uso da terra agrícola em Angola. Estudos de caso das províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíge. Relatório final, V.1, Luanda, Angola, 2004.

CARNEIRO, M.D.S.; MOURA, F.(org.) Migrações no Maranhão Contemporâneo – Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. CPT/UFMA, São Luís, 2008.

_____. A “economia da precisão” e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense. In Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, n.11, 2016, p.375-387.

COSTA, Francisco de Assis. Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. UFPA, NAEA, Belém, 2000.

CPT (org). Conflitos no Campo Brasil 2012, Goiânia, 2013.

ESTERCI, Neide. Escravos da desigualdade: um estudo sobre uso repressivo da força de trabalho hoje, CEDI, Rio de Janeiro, 1994.

FAZITO, D. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade? Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. v.1, Ouro Preto, 2002.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2004.

GARCIA Jr, Afrânio Raul. O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Coleção Pensamento Antropológico. Editora Universidade de Brasília, MCT, CNPq, Brasília – DF, 1989.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. Formas de dominação e espaço social. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco

Zero, MTC/CNPq. Brasília, 1988.

KATIAVALA, José Maria. O processo de diferenciação socioeconômica dos produtores agrícolas na província de Huambo: um estudo de caso da aldeia do Kapunge, município da Kaála. Dissertação defendida pelo Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais da Faculdade de Ciências Agrárias da Faculdade José Eduardo dos Santos, Luanda, Angola, 2016.

MARINHO, Karlene Carvalho. “Viagem toda sexta”: análise do processo de intermediação do deslocamento de trabalhadores migrantes de Timbiras-MA para a lavoura canavieira do sudeste brasileiro. Dissertação defendida pelo PPGSOC/UFMA, 2010.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In Tempo Social, Revista de Sociologia, USP, Vol 6, nº 1-2, São Paulo, 1994.

_____. O Vôo das Andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: _____. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 43-61.

MAY, Peter. Palmeiras em chamas – Transformação Agrária e Justiça Social na Zona do Babaçu. Trad. Linda Maria P. Gondim. São Luís, EMAPA/FINEP, Fundação Ford, 1990.

MENEZES, Marilda A. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, João Pessoa: 2002.

_____. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: contribuição de James C. Scott. In Revista Raízes, Vol. 21, nº 1, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, janeiro a junho de 2002, p. 32-44.

MOURA, Flávia de Almeida. Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA), São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. Estratégias de comunicação para aliciamento de trabalhadores no contexto da escravidão contemporânea no MA. Anais

do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, Pernambuco, 2011.

_____. Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses. Edufma, São Luís, 2016.

PEDROSA, Luis Antônio Câmara. A questão agrária no Maranhão. Relatório FETAEMA, São Luís, 2013.

QUEIROZ, Francisco. Economia informal. O caso de Angola. Editora Almedina, Coimbra, Portugal, 2016.

_____. Relatório RAICE Maranhão. CPT e CDVDH/CB (Org.), São Luís, 2016.

SANTOS, Orlando. Mamãs quitandeiras, Kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. Revista Angolana de Sociologia. Dezembro de 2013. p. 1-23.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. In Revista Brasileira de Ciência Política. Dossiê Dominação e Contra poder. Nº5, Brasília, janeiro a julho de 2011.

_____. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução de Marilda Menezes e Lemuel Guerra. In Revista Raízes, Vol. 21, nº 1, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, janeiro a junho de 2002, p. 10-31.

Parte 3
**Trabalho escravo e mídia:
representações e mediações**

Estratégias de comunicação da ONG Repórter Brasil no combate ao trabalho escravo contemporâneo: análise da produção de conteúdos jornalísticos do portal de notícias sobre o Maranhão¹

Liliane Pinto Cutrim

Os movimentos sociais, por intermédio das organizações não governamentais, desde a década de 80, têm tido destaque no Brasil por meio de ações voltadas à discussão de políticas para amenizar os problemas sociais. Ações essas feitas com campanhas educativas, criação de projetos, construção de casas de apoio, entre outras atividades que visam promover a cidadania junto às classes sociais mais desfavorecidas. Durante várias décadas, o trabalho dessas organizações limitava-se às ações feitas diretamente com as comunidades envolvidas em seus planos de trabalho, mas as mudanças na comunicação, ao longo dos anos, têm traçado um novo modelo de ação, o uso dos meios de comunicação como ferramenta de transformação social.

Nesse contexto de ONGs que utilizam os meios de comunicação como plataforma de busca pela solução de conflitos da sociedade, desta-

1. O texto foi extraído de parte da monografia defendida no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão em 2014, sob orientação da professora Flávia de Almeida Moura.

ca-se a Repórter Brasil que, por meio de seu portal de notícias criado em 2001, tem se destacado na divulgação do trabalho escravo e de outras violações aos direitos humanos, como o tráfico de pessoas, trabalho infantil, conflitos no campo, entre outras questões. O portal oferece uma série de conteúdos sobre esses problemas presentes na sociedade brasileira, mas a abrangência desse conteúdo e a sua eficácia na solução desses conflitos devem ser analisados para melhor se compreender o papel dos meios de comunicação como mecanismos de cidadania.

Para entender essas questões, a presente pesquisa busca mapear as ações da ONG Repórter Brasil no combate ao trabalho escravo no Maranhão. O estudo analisa a abrangência das informações veiculadas pelo portal de notícias ao expor os mecanismos utilizados para influenciar a opinião pública em relação à existência do trabalho escravo contemporâneo no Brasil e a necessidade de combater essa prática.

A metodologia aplicada para obter os resultados apontados neste trabalho consiste na análise de conteúdo das narrativas jornalísticas, sendo possível levantar informações sobre as características do discurso jornalístico utilizado pela ONG para dar credibilidade às notícias veiculadas no portal. Também foi entrevistado o coordenador do portal acerca dos objetivos do veículo de comunicação e da construção das notícias veiculadas sobre o Maranhão.

Questionamos sobre quem pauta os jornalistas, como são contatadas as fontes e quais são as fontes. Além de questionar sobre para quem são direcionadas as informações e quais resultados já foram obtidos por meio das denúncias feitas pelo portal. Trabalhamos, ainda, com um roteiro de entrevista com perguntas abertas e fechadas, que foi aplicado a um grupo de 20 pessoas que residem em São Luís (MA) e têm acesso à internet.

Os entrevistados foram divididos em três grupos: oito entrevistados são jornalistas que trabalham em plataformas online; seis são pessoas entre 18 e 29 anos que navegam na internet com frequência; seis acessam a internet, no máximo, três vezes na semana e têm como principal fonte de informação a televisão. Foram 36 roteiros de entrevistas com perguntas abertas e fechadas, aplicados via e-mail, sendo que só seis responderam. E 14 pessoas foram entrevistadas pessoalmente.

No total, 50 roteiros de entrevistas foram aplicados, mas 20 pessoas responderam às questões que compõem a amostra. As entrevistas ajudaram a levantar informações sobre o conceito que esse grupo de pessoas tem acerca do trabalho escravo contemporâneo, a visão que eles têm sobre a ação do poder público para combater essa prática, além de analisar como os meios de comunicação influenciam na imagem que as pessoas têm acerca das questões sociais.

Outra metodologia aplicada foi o mapeamento das notícias publicadas no portal Repórter Brasil sobre o Maranhão do ano de 2010 a 2013, que tratam do trabalho escravo. A partir deste mapeamento, levantamos informações sobre os assuntos mais relatados, quais os gêneros jornalísticos utilizados para informar e se a mídia maranhense é pautada por esses conteúdos publicados no portal.

Por fim, fizemos uma análise das últimas decisões públicas na área do combate ao trabalho escravo, uma vez que essas decisões foram fruto, também, das informações divulgadas no portal.

Vale destacar que, a construção deste trabalho voltado à temática do Trabalho Escravo contemporâneo foi motivada pela participação da autora no Projeto de Pesquisa Vozes da Esperança: representações do trabalhador escravo (e acerca dele) em instâncias midiáticas e estratégias de comunicação em redes de denúncia no Maranhão, desenvolvido no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, sob a coordenação da professora Flávia de Almeida Moura, orientadora da pesquisa.

A participação no grupo de pesquisa possibilitou uma aproximação nas discussões sobre o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, e o conhecimento de uma rede de combate a essa prática, da qual a ONG Repórter Brasil faz parte. Tornou-se necessário, então, analisar a abrangência das ações da ONG, por meio de seu portal de notícias, que foi o objeto desta pesquisa.

REPÓRTER BRASIL: ABORDAGEM JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

Em busca de analisar a cobertura jornalística acerca do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão pelo portal de notícias da Repórter Brasil, foi realizado um mapeamento das reportagens veiculadas no portal Repórter Brasil de 2010 a 2013. A seleção das reportagens foi feita a partir da *tag* Maranhão, que buscou todas as notícias relacionadas ao Estado. Vejamos a classificação das notícias no quadro abaixo.

TABELA 1 – MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE REPÓRTER BRASIL COM A TAG MARANHÃO

TEMAS	QUANTIDADE DE MATERIAS
Fiscalização	22
Migração	1
Prevenção	6
Combate	12
Denúncia	2
Nota à imprensa	2
Processos Jurídicos	5
Aliciamento	1
Sem relação	11
Não relacionadas com o Maranhão	14

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo o coordenador do portal Repórter Brasil, Daniel Santini, em entrevista para a construção desta pesquisa, o assunto mais abordado sobre o Maranhão é o combate ao trabalho escravo, sendo que as notícias sobre fiscalização/resgate são maioria. Analisando as matérias sobre esse assunto, é possível constatar que as fiscalizações são realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego juntamente com representantes do Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. A fiscalização sempre culmina com o resgate dos trabalhadores que são

encontrados em condições análogas à de escravos², geralmente em fazendas de gado ou carvoarias localizadas no interior do Maranhão. Em geral, os repórteres acompanham a fiscalização e fazem seus textos ou recebem o balanço da operação e produzem as reportagens.

Observamos que as produções noticiosas da Repórter Brasil vão além de noticiar o fato, o texto é construído com uma gama de informações. Onde há uma abordagem mais abrangente apontado as causas, tecendo comentários, levantando questionamentos e discutindo o fato. Mesmo sendo formado por militantes de uma ONG, o portal Repórter Brasil produz conteúdos, com jornalistas especializados na área. Mas quais são os elementos presentes nas notícias do portal que dão credibilidade a esses conteúdos? O que os difere de um discurso militante, panfletário para se tornar legitimamente aceito como “verdade”?

Para responder a essas questões, destacamos dois pontos fundamentais no conteúdo jornalístico presente na Repórter Brasil: a narrativa jornalística e a orientação do discurso. Segundo Barthes (1987), a narrativa é algo presente em todas as sociedades, e todas as classes e grupos humanos têm suas narrativas. Desse modo, compreendemos que o homem tem a necessidade de contar histórias, de relatar acontecimentos. Tais relatos não se limitam apenas à ficção, mas abrangem, também, relatos sobre fatos “reais”. Portanto, o texto jornalístico é uma narrativa, pois, o jornalista nada mais é do que um contador de “estórias” (TRAQUINA, 2005).

O que se vê nas notícias sobre as fiscalizações no Maranhão é a presença de elementos narrativos, sem os quais não se poderia fazer o texto jornalístico: os acontecimentos, as personagens, tempo e espaço, narrador e enredo. Nesse contexto, o jornalista assume o papel de narrador e conta o acontecimento, no caso as fiscalizações, situando-as no tempo e no espaço, e constrói o enredo baseado nos personagens principais do acontecimento. Contudo, todo o texto jornalístico, mesmo se vestindo de objetividade, possui sentido, quer dizer algo, ou seja, tem, intrinsecamente, uma subjetividade, que vai fazer dessa narrativa um discurso (BARROS, 1990).

No caso do portal da Repórter Brasil, mesmo sendo um veículo de comunicação de uma ONG, que possui suas ideologias, o discurso do portal de notícias vai além da mera divulgação de uma opinião acerca do

trabalho escravo. Eles utilizam os elementos do discurso jornalístico, que é caracterizado pela divulgação de acontecimentos, baseada nos relatos de fontes fidedignas, além de utilizar vídeos, áudios e fotos para comprovar a existência do fato.

Neste ponto, os jornalistas da Repórter Brasil utilizam a credibilidade dos órgãos de fiscalização e resgate para tornar seu discurso mais passível de aceitação. As personagens centrais das matérias são: agentes de fiscalização, promotores de Justiça, delegados do MPT, procuradores, auditores fiscais, empresários e fazendeiros acusados de envolvimento com o crime. Em alguns casos, há falas dos trabalhadores, entre outros atores sociais, como agentes do movimento social ligado aos direitos humanos.

Nesse caso, destaca-se que esse discurso busca a autolegitimação por meio da reprodução de vozes que vão culminar com o poder simbólico. Para Foucault e Chomsky (1971), os discursos cotidianos são mais efêmeros do que os discursos ditos sérios, como os da instituição, como o da medicina, da psiquiatria e da política. Desse modo, ele critica as relações de poder político, que, segundo ele, controlam, oprimem e reprimem o corpo social. Para os autores, na sociedade não há espaço para dizer tudo, os discursos passam por uma classificação. Portanto, o discurso jornalístico se qualifica para falar de determinados fatos, para ter lugar de fala e exercer seu papel de agente fiscalizador do poder público.

Mas esse poder não é soberano na sociedade. Existem, nos dias de hoje, pelo menos duas crises pelas quais passa o jornalismo. Primeiro a de identidade, que ocorre pela convergência de diferentes mídias, nas quais surge sempre o questionamento de que tipo de material produzir, quais características adotar, que tipo de narrativa fazer. A outra crise é a de legitimidade, pois o discurso jornalístico a cada dia tem que militar em meio a tantos outros poderes simbólicos, seja político, social e econômico.

Com a internet, o discurso jornalístico passa a ser visto com mais cautela, já que há uma infinidade de conteúdos “duelando” por atenção. As organizações jornalísticas estão mais sujeitas à desconfiança por parte do cidadão que acessa a internet, pois ele tem em seu poder uma variedade de fontes sobre um determinado assunto. A tecnologia permite, hoje, que os fatos sejam noticiados na hora em que estão acontecendo e sempre há

alguém para testemunhar e divulgar nas redes de informação. Ao menor deslize do jornalista, seu discurso pode ser desconstruído. Para Lopes (2007), em uma era em que reina a suspeição, o ceticismo, a desconfiança e a incredulidade, como pode sobreviver a comunicação jornalística?

O portal Repórter Brasil concorre com uma série de conteúdos e tende sempre a buscar a legitimação do seu discurso para exercer o poder social de combate ao trabalho escravo. O portal utiliza os mecanismos narrativos e discursivos para exercer o poder e desfazer todo o discurso político de que trabalho escravo é coisa do passado no Brasil, além de alertar sobre a tentativa de descaracterizar o conceito de trabalho escravo contemporâneo. O portal utiliza diversas ferramentas jornalísticas que qualifica o seu discurso como credível e o faz reconhecido no tecido social. Pois o discurso jornalístico é dotado de poder simbólico.

Ser sujeito qualificado para pronunciar é mais do que desenvolver específicas técnicas e competências discursivas; é alcançar, no espaço social, que essas técnicas e competências sejam conhecidas e reconhecidas. Nisto consiste o capital simbólico dos jornalistas: o certo monopólio de um saber prático e um poder de deter, frente a outros atores sociais, o monopólio sobre o uso desse saber. Ou seja, apenas a elaboração de um discurso aparentemente formatado segundo normas jornalísticas não é suficiente para se entrar na ordem do discurso. É preciso também que outras formas de poder estejam atreladas ao discurso jornalístico pra que o poder simbólico desse discurso se efetive (LOPES, 2007, p. 2).

Para exemplificar melhor os mecanismos narrativos e discursivos que o portal utiliza nas matérias publicadas sobre o trabalho escravo no Maranhão, destaca-se a notícia publicada no dia 22 de junho de 2010, intitulada: Empregados de fazenda consumiam água infestada de rãs no Maranhão:

FIGURA 1 - FOTO DA ÁGUA QUE OS TRABALHADORES USAVAM PARA BEBER

Em uma fiscalização de rotina, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão (SRTE/MA) libertou cinco pessoas que trabalhavam em condições análogas a de escravos. Os trabalhadores estavam há três meses sem receber salários e se alimentavam somente de arroz misturado com folhas de "vinagreira", pimenta e limão. A água consumida era infestada de rãs. A fiscalização ocorreu justamente no dia 13 de maio, quando se comemora a assinatura da Abolição da Escravatura no Brasil.



A água consumida pelos empregados libertados era coada antes de ser consumida (Foto SRTE/MA)

FONTE: PYL (2010A).

Nas palavras grifadas em vermelho, observa-se claramente que a notícia trata sobre uma fiscalização que culminou com o resgate de trabalhadores escravizados. Além de afirmar que esses bebiam água imprópria para consumo, cheia de rãs, a foto da água enfatiza esse discurso e apresenta-se como a “prova” do que foi dito no texto, serve como “testemunha” do fato. Ela solidifica o impacto da notícia, é a prova documental do acontecimento. A foto do exemplo acima tem mais credibilidade ainda, por ter sido tirada por gentes de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão (SRTE/MA), que é um dos órgãos responsáveis pelas fiscalizações e resgate dos trabalhadores.

Além dessa matéria, a maioria das notícias mapeada possui fotos que completam a informação. Elas não servem apenas como ilustração do texto, mas são, também, notícia, como explica Nilson Lage (1999). As notícias carregam um discurso que busca a autolegitimação por meio da reprodução de vozes que vão culminar com o poder simbólico.

A única notícia classificada como tendo foco principal na migração, trata-se de uma fiscalização, mas no caso, foi constatado que os trabalha-

dores escravizados que foram encontrados durante a fiscalização no estado do Mato Grosso do Sul eram todos da região Nordeste, sendo que alguns oriundos do Maranhão. O texto apresenta a problemática da migração, uma vez que além de o Maranhão ter uma grande concentração de fazendas que exploram a mão de obra, serve, também, de fornecedor dessa mão de obra para outras partes do Brasil.

As seis notícias de prevenção à prática de trabalho escravo são matérias sobre o trabalho desenvolvido pelo projeto “Escravo, nem pensar!”. Além de dar visibilidade às ações de políticos que defendem a extinção do trabalho escravo no Brasil, por meio de projetos de lei e compromisso contra a escravidão, tem, ainda, uma matéria especial sobre os 10 anos da ONG Repórter Brasil, que ressalta o trabalho de combate e prevenção a respeito desse crime. Neste caso, o texto cita o Maranhão como um dos estados que conta ações desenvolvidas pela ONG.

Já as notícias sobre combate ao trabalho escravo no Maranhão enfocam a divulgação da chamada lista suja, que é a relação dos empregadores que foram flagrados utilizando mão de obra escrava. As duas notícias classificadas como “denúncia” falam do termo em dois aspectos: tanto pelo conceito jurídico, que é feito pelo Ministério Público, quanto do ato de denunciar, prestar queixa. A primeira trata de denúncias aceitas pela Justiça, a outra alerta sobre a falta de fiscalização a alguns locais denunciados.

Encontramos, ainda, duas notas de esclarecimento. A primeira do governo do estado do Maranhão, se escusando da culpabilidade do uso de mão de obra escrava durante a construção de um arraial para os festejos de São João, em 2013. Já a segunda nota é da *São Luís Convention & Visitors Bureau*, a entidade responsável pela contratação dos trabalhadores que foram encontrados em situação de escravidão no mesmo local. Além da fiscalização, o portal aborda, mesmo que em quantidade menor, a questão da migração, aliciamento, processos jurídicos, denúncia, combate, prevenção. Ou seja, a abordagem se constrói com informações diversas sobre o trabalho escravo.

As notícias sobre processos jurídicos dizem respeito ao andamento de processos contra acusados de utilizar mão de obra escrava. São condenações, arquivamentos de denúncias, veto de lei, abertura de processo e

bloqueio de bens. Foi identificada apenas uma notícia no qual predomina a questão do aliciamento dos trabalhadores, mostrando como eles eram recrutados. A matéria relata, ainda, a questão da migração dos trabalhadores, que geralmente são atraídos para irem trabalhar em outros estados, longe de seus parentes, ficando totalmente dependentes de seus patrões.

Todos os assuntos identificados nas matérias sobre o trabalho escravo no Maranhão estão intrinsecamente ligados. O mesmo texto que fala de denúncia, aliciamento, migração, fala também de fiscalização e resgate. Geralmente os conteúdos estão misturados. Mas o mapeamento foi feito levando em consideração o assunto principal de cada notícia. A intenção é ter uma noção do que se fala sobre o trabalho escravo no Maranhão no portal da Repórter Brasil.

Em entrevista para este trabalho, o coordenador do portal, Daniel Santini, afirmou que as pautas das notícias sobre o Maranhão são resultado da apuração por parte dos repórteres e também de sugestões de educadores que viajam desenvolvendo projetos no estado. Além disso, muitas notícias resultam de operação de fiscalização e resgate. A construção dessas notícias aponta que o Maranhão é um dos estados do Brasil que mais explora e exporta a mão de obra escrava. Por meio das matérias veiculadas pela Repórter Brasil, é perceptível a falta de políticas públicas para combater esse crime e reincidência de fazendeiros acusados de explorar o trabalhador. Outro ponto perceptível é a falta de punição para os criminosos. Em resumo, as notícias veiculadas no portal dão visibilidade ao problema e mostram o que o poder público e sociedade civil organizada está fazendo para solucioná-lo.

REPÓRTER BRASIL PAUTANDO A MÍDIA MARANHENSE

As notícias divulgadas no portal Repórter Brasil sobre o trabalho escravo no Maranhão são produzidas por meio de dados de fiscalização, ações ou ausência do poder público, denúncias, entre outros assuntos que envolvem a prática criminosa no Estado. Mas será que o conteúdo da Repórter Brasil tem destaque na mídia do Maranhão? O portal pauta a mídia maranhense?

A comunicação eficaz se dá por meio de três fatores: produção, divulgação e recepção do conteúdo. O enfoque nesta pesquisa não é entender a recepção do conteúdo, mas analisar se as informações divulgadas pelo portal Repórter Brasil têm conseguido combater a prática do trabalho escravo no Maranhão. Segundo a Repórter Brasil, o portal possui visualizações pouco expressivas. Os que mais acessam são militantes dos direitos humanos, pesquisadores, professores e cidadãos com interesses no assunto, sendo que boa parte da sociedade civil não acessa o conteúdo. Segundo a própria organização do portal, os conteúdos são mais utilizados no âmbito jornalístico, pois o conteúdo é disponível para a livre reprodução.

O portal reporterbrasil.org.br é considerado referência não só no Brasil, mas também no exterior, sendo comum o intercâmbio de informações com jornalistas de alguns dos principais veículos de imprensa do planeta. Com a estratégia de distribuição gratuita de conteúdo e licença aberta para livre reprodução, a redação consegue ampliar o alcance de denúncias e colocar na agenda da sociedade brasileira temas de fundamental importância, tais como tráfico de pessoas, trabalho infantil, superexploração de trabalho em frigoríficos, no setor têxtil, reforma agrária, impactos ambientais do uso de veneno, entre outros (ESCRAVO NEM PENSAR, 2014).

Em entrevista para a construção deste trabalho, o coordenador do portal, Daniel Santini, afirmou que a mídia maranhense, de modo geral, é pautada pelo portal. No entanto, o portal não tem um “levantamento detalhado e qualitativo a respeito”. Como não há um mapeamento, buscamos, pela internet, algumas notícias que foram publicadas em meios de comunicação do Estado, que foram pautados pela Repórter Brasil, como por exemplo:

FIGURA 2 - A ONG REPÓRTER BRASIL MAPEOU A PRESENÇA DA ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO



FONTE: MILHOMEM (2014).

No exemplo acima é clara a indicação de que o conteúdo foi retirado do portal Repórter Brasil. No entanto, fazer um mapeamento completo não é possível, pois muitos veículos utilizam as informações, constroem seus textos baseados nos conteúdos do portal, mas não citam a Repórter Brasil como fonte. Mas o exemplo acima demonstra que os conteúdos do portal servem como pauta para mídia maranhense.

A constatação de que o portal Repórter Brasil pauta a mídia maranhense nos leva a desconstrução da noção de que a mídia tradicional monopoliza o poder de pautar, de acordo com seus interesses e conveniências. Deparamo-nos aqui, com um movimento inverso, a ONG como uma ferramenta social, que pauta a mídia com assuntos que pouco são vistos nos

veículos de comunicação. Esse caminho inverso começou a ser construído a partir das *Novas Tecnologias de Informação e Comunicação* (NTIC), que possibilitam que as organizações, antes limitadas às campanhas educativas, tenham um espaço de divulgação de seus discursos.

Por muito tempo a mídia ocupou o patamar de hegemonia discursiva, lançando sobre a sociedade os assuntos que deveriam permear as rodas de discussão, criando uma “lista” dos assuntos que era necessário se ter uma opinião e discutir. Mas, a partir do surgimento das ONGs, de outros grupos composto pela sociedade civil, e do avanço da internet, a mídia tradicional se vê cada vez mais reproduzindo discursos que partem das organizações sociais. Vale ressaltar que essa “perda” da hegemonia ainda é muito lenta. As limitações de tempo e espaço, presentes na mídia tradicional, dificultam a exploração desses conteúdos de forma mais eficaz. Mas, é inegável que a internet abriu caminho para os contra discursos.

O caso da Repórter Brasil se diferencia da maioria das organizações que militam por causas sociais. A construção de um portal de notícia demonstra a intenção em ir além de inserir as temáticas de violações aos direitos humanos na mídia tradicional. A ONG criou seu próprio espaço na mídia, utilizando a internet como espaço de livre circulação de informação e sem restrição de tempo e espaço. O portal Repórter Brasil ocupa o patamar de agente que constrói os discursos, publica e os disponibiliza para que outros os utilizem.

As críticas e tentativas de prevenção e combate ao trabalho escravo no Maranhão são feitas por meio de notícias bem apuradas e construídas, que, mesmo não sendo reproduzidas nas mídias tradicionais, cria um burburinho na internet, por meio das redes sociais, dos grupos de conversa e nos comentários.

A REPÓRTER BRASIL E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Toda enunciação pressupõe a existência da interlocução de, no mínimo, dois sujeitos. Portanto, todo discurso é feito por alguém e direcionado para outro alguém, com uma determinada intenção. No caso dos conteúdos da Repórter Brasil, a intenção já muito foi explícita neste traba-

lho, que é o de combate às violações dos direitos humanos, em especial ao trabalho análogo à de escravidão. E o público destinado, segundo a ONG, é a sociedade civil, formado pelos movimentos sociais, setor empresarial e o poder público.

Analisando a propagação dos conteúdos da Repórter Brasil, constatamos duas formas de divulgação do discurso acerca do trabalho escravo: o direto e o indireto. A divulgação direta é feita por meio do próprio portal, no qual os integrantes da sociedade com acesso à internet podem visualizar todo o conteúdo. Já o indireto é por meio da reprodução desses conteúdos nos meios de comunicação tradicionais, ou seja, é quando a Repórter Brasil pauta a mídia convencional.

O portal possui, segundo o último dado divulgado pela ONG, um acesso 450 mil visitantes por mês. E o Maranhão é um dos estados onde há o menor número de usuários da internet, menos de 10% da população tem acesso, segundo o IBGE. Essa limitação por si só, já compromete a veiculação efetiva das informações no estado. Para ter uma noção da abrangência das informações do portal na sociedade maranhense, foi realizada uma entrevista, no período de março a abril de 2014, com 20 pessoas que moram em São Luís e têm acesso à internet.

A escolha por 20 entrevistados foi motivada pelo caráter qualitativo da pesquisa. Vale destacar que há três perfis de entrevistados: oito são jornalistas que trabalham com a internet. Eles são formadores de opinião e, como tais, têm uma visão bem diferente dos meios de comunicação. São seletivos e analíticos diante dos conteúdos midiáticos. O principal meio de informação desse grupo é a internet; há seis entrevistados que são pessoas entre 18 e 29 anos que navegam na internet com frequência, geralmente acessando páginas de entretenimento como redes sociais e vídeos; esse grupo tem como fontes de informações a televisão e a internet; os outros seis acessam a internet, no máximo, três vezes na semana para visualizar seus perfis nas redes sociais, mas a principal fonte de informação deles é a televisão.

Foi elaborado um roteiro de entrevista com perguntas abertas e fechadas. Distribuímos 50 roteiros de entrevistas, 36 foram enviados por *e-mail*, sendo que só seis responderam. E 14 pessoas foram entrevistas pes-

soalmente. No total, apenas 20 pessoas responderam às questões. Quando perguntados sobre o que é trabalho escravo contemporâneo, os 20 afirmaram que a prática é uma violação à dignidade humana. Geralmente praticada por pessoas de maior poder aquisitivo sobre pessoas com poucas condições financeiras, que se veem obrigadas a trabalhar longas jornadas, em troca de baixos salários, totalmente em desacordo com os direitos do trabalhador. A partir da conceituação sobre o trabalho escravo, os entrevistados foram questionados sobre como construíram essa imagem.

Dos 20 entrevistados, 12 disseram ter tido acesso a notícias sobre esse assunto na televisão. E oito disseram ter acessado as reportagens por meio da televisão e, também, pela internet. Nesse contexto, a mídia se apresenta como um mecanismo de visibilidade ao assunto, e contribuindo com a formação da opinião pública. Sendo que a televisão tem maior destaque nessa formação da opinião sobre as discussões que permeiam o tecido social. Apesar do crescimento do acesso à internet no Brasil, a televisão continua sendo o meio de comunicação mais utilizado no país.

Ao serem questionados sobre as reportagens vistas sobre o assunto, todos os entrevistados afirmaram que os conteúdos divulgados na mídia sobre essa exploração no Brasil fizeram com que eles criassem uma imagem do que é o trabalho escravo. *“É ato de crueldade extrema, algo devastador, que põe a vida das pessoas em risco, é desumano, pois fere os direitos do cidadão”* (informação verbal)³, disse um dos entrevistados do grupo dos que têm como fonte principal de informação a televisão.

Para um entrevistado do grupo de comunicadores, a visão que tirou das notícias vistas sobre o assunto é de que *“É algo que deve ser reprimido em sua totalidade no Brasil, com penas mais duras aos escravagistas e oportunidades aos trabalhadores escravizados. Não é aceitável, após mais de um século após a abolição da escravatura, permanecermos com casos de trabalhadores em situação análoga a de escravos”* (informação verbal).⁴

3. Os entrevistados para essa pesquisa não serão identificados para a preservação de suas identidades.

4. Informação verbal fornecida no dia 20 de maio de 2014.

Na opinião de outro entrevistado do grupo de comunicadores, as reportagens mostram, quase sempre, que essas explorações acontecem no interior dos estados, naquelas cidades mais distantes da capital e dos grandes centros.

Já sobre a existência do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, apenas um dos entrevistados (pertencente ao grupo de jornalistas) afirmou não ter conhecimento. Já o restante disse já ter ouvido falar que o Estado enfrenta esse problema social. Sobre essa questão, dois entrevistados (um jornalista e outro que acessa a internet com frequência) disseram ter tido acesso a reportagens sobre essa prática no Maranhão em sites de notícias, e os outros 17 disseram terem visto na televisão.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa empírica, é possível constatar que todas as informações sobre o trabalho escravo foram adquiridas pelos meios de comunicação. Para o grupo que acessa a internet com frequência e o grupo que assiste mais televisão, os meios de comunicação são mecanismos fundamentais para pôr fim a essa prática. Segundo eles, a mídia possibilita a visibilidade das questões públicas. Ela tem a função de divulgar os fatos e contribuir com o entendimento sobre diversos assuntos de interesse da sociedade, sendo a voz dos excluídos.

Os roteiros de entrevistas serviram para reafirmar a pouca abrangência do portal na sociedade maranhense. Primeiro porque o Estado tem poucos usuários da internet; segundo, porque os poucos usuários não se interessam, em geral, por questões sociais.

Mas, mesmo o portal tendo pouca visibilidade do público em geral, ele pauta a mídia maranhense, os conteúdos do portal acabam indo parar, mesmo que raramente, nos jornais do Maranhão. As informações são veiculadas na maioria dos veículos, dos jornais impressos aos portais de notícias mais acessados do Estado. Essas informações, como explícito nas entrevistas, constroem um conceito do que é trabalho escravo contemporâneo e o reconhecimento de sua existência no Brasil, em especial no Maranhão, que é um dos estados onde mais é identificada essa prática. Isso leva à discussão da função da mídia como agente formador da opinião pública. Segundo Habermas (1984), a ideia de opinião pública surge dentro da esfera pública, que foi se constituindo ao longo da história de forma complexa.

A partir do momento em que a produção capitalista se consolida, a sociedade burguesa civil se constitui e a imprensa começa a se consolidar

tendo um caráter mais público. Para isso, os intelectuais foram comissionados a escrever os textos, e a partir foram desenvolvendo suas próprias ideias, se posicionados contra o poder estabelecido, formando a esfera pública literária. Nessa fase se forma a opinião pública, em que a sociedade civil passa a se apropriar desse espaço para pressionar o Estado, tornando-se uma sociedade liberal, que passará a influenciar o poder de decisão sobre as políticas públicas da época. É a partir da esfera pública literária que vai se constituir a esfera pública política.

Essa análise de Habermas nos leva ao entendimento de que a esfera pública foi se estruturando ao longo dos séculos. Habermas, em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, faz um histórico da constituição dessa esfera pública, até chegar próximo ao que se vive hoje. O que nos cabe destacar desse estudo é que a esfera pública passa a ser fundamental na transformação social, à medida que é nesse centro que se forma a opinião pública capaz de mobilizar as ações do poder político, que já não é soberano, sendo os meios de comunicação agentes fundamentais na construção dessa opinião pública.

Como se pode ver com o resultado da pesquisa feita com integrantes da sociedade maranhense que tem acesso às diversas mídias, mesmo eles não tendo conhecimento do portal Repórter Brasil, as ideologias difundidas pela ONG chegaram até eles por meio de outros veículos de comunicação, o que corroborou com uma noção sobre o que é o trabalho escravo. Apesar de não mobilizar a opinião pública da sociedade maranhense de forma direta, o fato de pautar a mídia do Estado influencia na conscientização social.

A MOBILIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO

O discurso só é eficaz se atingir o seu objetivo. O que nos leva a questionar se o conteúdo do portal Repórter Brasil tem conseguido mobilizar o poder público brasileiro, em especial o do Maranhão, na questão do combate ao trabalho escravo contemporâneo. Nas sociedades democráticas, um dos mecanismos de mobilização do poder público é a pressão do povo. Ele, por ser quem determina quem estará ou não no poder, tem a

função de cobrar de seus líderes, soluções para os problemas sociais. Mas essa visão não é unânime, pois a formação da opinião pública não é um processo contínuo, nem unificado.

Walter Lippmann é um descrente em relação ao papel ativo do cidadão das sociedades democráticas. Para o autor, a democracia não tem capacidade de constituir indivíduos completamente informados, cientes de sua função pública e capazes de exercer, na sociedade moderna, um papel ativo nos assuntos públicos. Isso porque, a opinião pública não é, exatamente, uma construção coletiva, pois os homens constroem suas visões de mundo a partir da conexão entre o mundo exterior e as imagens em sua cabeça. O autor enfatiza que “os símbolos da opinião pública, em tempos de razoável segurança, estão sujeitos à crítica, comparação e debate. Eles vêm e vão, coalescem e são esquecidos, nunca organizando perfeitamente a emoção do grupo todo” (LIPPMANN, 2008, p. 27). O cidadão, nesse sentido, tende sempre a delegar aos seus líderes o poder de decisão, já que ele não tem uma visão mais ampla das questões sociais.

Nesse contexto, é possível associar a posição do cidadão maranhense frente às questões públicas, como um indivíduo que delega aos seus representantes todo poder de decisões políticas. Analisando a abrangência do portal se constata que, apesar de o acesso não ser expressivo, o veículo de comunicação é uma ferramenta importante na mobilização do poder público, embora não seja a única estratégia da ONG para combater essa prática no estado.

O portal tenta mobilizar o poder público por meio da intensa divulgação de conteúdos acerca de leis, emendas e outras propostas de combate ao trabalho escravo. A Repórter Brasil disponibiliza informações sobre os integrantes do poder público que desenvolvem ações de combate a essa prática e, também, expõem os agentes do poder que são contra as propostas de combate a essa violação dos direitos humanos. Com essa exposição, embora a maior parte da sociedade não acesse essas informações, a mídia é pautada. Além disso, os cidadãos que acessam os conteúdos no portal replicam nas redes sociais, principalmente no *Facebook*. Mesmo que outros não abram o portal para ver a informação completa, se deparam com a informação principal nas redes sociais.

FIGURA 3 - AS NOTÍCIAS DO PORTAL TÊM GANHADO GRANDE VISIBILIDADE NAS REDES SOCIAIS, EM ESPECIAL NO FACEBOOK

Repórter Brasil compartilhou um link.
há 5 horas

CLIPPING: Órgão rebate argumentos dos ruralistas e explica que 'lista suja' está de acordo com a Constituição

Para entender o assunto, confira também nossa matéria de maio deste ano sobre a ação movida pelos ruralistas contra a 'lista suja' do trabalho escravo, em <http://reporterbrasil.org.br/2014/05/ruralistas-entram-na-justica-contra-lista-suja/>

AGU defende manutenção da 'lista suja' em ação movida pelos ruralistas
reporterbrasil.org.br

Órgão rebate argumentos dos ruralistas e explica que 'lista suja' está de acordo com a Constituição

Descurtir · Comentar · Compartilhar

18 compartilhamentos

FONTE: CLIPPING (2014)

Ao divulgar uma imagem negativa de algum representante do poder público, o portal põe em xeque a imagem pública dos políticos. Ter as imagens ligadas ao trabalho escravo pode prejudicar a permanência no poder. Pois os governantes precisam do apoio do povo para manter-se no patamar de administrador público, isso por meio do voto. “A um príncipe é preciso ter o povo como amigo, pois, de outro modo, não terá possibilidades na adversidade.” (MAQUIAVEL, 1915, p. 61).

Gomes e Maia (2008) analisa que, para Habermas a formação da opinião e da vontade corresponde às sociedades democráticas, e que essa opinião pública tem uma via institucional, a qual vai resultar em decisões

a respeito de políticas e leis. Isso só se torna possível por meio da circulação informal e livre de comunicação política, pois o poder público sente-se coagido a agir pelo povo.

Aí está a importância de veículos comunicacionais que não restringem seus conteúdos, por causa de questões econômicas e políticas, como é comum nas organizações midiáticas de massa. A internet tem sido um importante canal de divulgação de informações sobre a cidadania e os direitos humanos, abordando assuntos que, raramente, são divulgados na mídia tradicional. Essa plataforma permite que militantes das causas sociais, como a ONG Repórter Brasil, por exemplo, tenham liberdade de divulgar suas ideologias. Um exemplo de como o conteúdo do portal atinge a imagem dos políticos maranhenses, é um estudo realizado em 2013, que mostra o cenário político do Maranhão, apontando os partidos que mais recebem verbas dos escravagistas.

FIGURA 4 - GRÁFICO INTERATIVO PARA EXPOR OS PARTIDOS LIGADOS À ESCRAVIDÃO



FONTE: WROBLESKI (2013).

Toda essa exposição contribui para que o assunto não caia no esquecimento. E o poder público não deixe de fazer o seu papel. Essas ações diretas e indiretas, que expõem as ações do poder público, sejam positivas ou negativas, sobre o combate ao trabalho escravo, são divulgadas pelo portal, constituindo-se assim o veículo de comunicação como um agente do jornalismo social, um instrumento da busca pela cidadania.

Não se trata aqui, da comunicação popular, na qual o povo é protagonista das discussões, mas de um jornalismo feito pelo chamado terceiro setor, do qual fazem parte as ONGs. Enquanto as organizações jornalísticas deixam a desejar no seu papel de “voz dos excluídos”, por limitações de tempo, espaço e pressões políticas e econômicas, outras organizações têm utilizado a narrativa jornalística para expor problemas sociais e buscar soluções.

As organizações do Terceiro Setor têm utilizado, cada vez mais, a comunicação como mecanismo de convencimento de suas causas. Mas não basta apenas falar por falar. A comunicação deve ter o poder de convencimento. Somente um planejamento comunicacional pode levar o poder público a agir pelo povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da constatação de que o Maranhão é um dos estados do Brasil com maior incidência de trabalho escravo contemporâneo, sentimos a necessidade de pesquisar o papel da comunicação no combate a essa prática. Nesse contexto, há a ONG Repórter Brasil que, desde 2001, tem trabalhado no combate ao trabalho escravo no Brasil. Além de realizar projetos junto às comunidades onde há a presença de exploração da mão de obra, a ONG criou um portal de notícias focado na denúncia e combate às violações dos direitos humanos, notadamente o trabalho escravo.

Com base nessas observações, levantamos a discussão de como a utilização do discurso jornalístico atua na formação da opinião pública e como esse discurso contribui para a solução de problemas sociais. Analisar a construção do conteúdo do portal da Repórter Brasil se tornou necessário à medida que a comunicação tem alcançado rumos diferentes,

principalmente com o avanço da internet, que tem aberto caminhos para a sociedade não apenas consumir diversas informações veiculadas pela mídia tradicional, mas também construir conteúdos. Diante dessa realidade, procuramos entender de que forma a Repórter Brasil constrói o seu discurso e como a entidade ganhou poder de fala diante da sociedade e do poder público.

Analisando as informações do portal sobre o trabalho escravo no Maranhão, de 2010 a 2013, foram encontrados 51 textos jornalísticos falando sobre fiscalização, resgate, combate, prevenção, aliciamento, processos jurídicos, migração e notas à imprensa. Os conteúdos mostram que a Repórter Brasil dá visibilidade à problemática do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Nesse contexto, é analisado que a plataforma online abriu espaço sem precedentes para a diversificação dos conteúdos jornalísticos, permitindo que as organizações do terceiro setor possam divulgar seus conteúdos. Isso só se tornou possível com a evolução da internet e com a facilidade de criar conteúdo jornalístico livre das limitações de tempo e espaço presentes na mídia tradicional, que, muitas vezes, impossibilita a discussão e maior divulgação de temas sociais.

Além de utilizar uma diversidade de gêneros jornalísticos, o portal da Repórter Brasil utiliza, ainda, diversas fontes para dar credibilidade ao seu discurso. Todas as informações publicadas são dadas com base em fiscalizações do MTE, entre outros órgãos que trabalham no resgate dos trabalhadores escravizados. Embasado nessas e em outras fontes, como sociólogos, juristas, pesquisadores e até trabalhadores resgatados da escravidão, o portal constrói conteúdos jornalísticos com credibilidade e tem alcançado lugar de fala diante da sociedade. No entanto, a abrangência desse conteúdo ainda é limitada, tendo em vista que a internet tem menos visibilidade do que a mídia tradicional; uma vez que os usuários de internet correspondem a 48% da população do Brasil e a televisão, que é veículo mais utilizado, está presente em 95,1% das casas do país (IBGE, 2012).

No Maranhão, essa realidade é ainda mais crítica. Segundo dados do IBGE/2011, na região nordeste, a qual o estado faz parte, apenas 34% da população acessa a internet. A pouca visibilidade dada pela mídia tradicional sobre os problemas sociais como o trabalho escravo, dificulta o

combate às mazelas da sociedade, pois, apesar de a internet abrir espaço para essas discussões de forma mais democrática, o reduzido número de usuários não permite uma divulgação mais ampla dessas discussões.

Partindo dessa constatação, analisamos de que forma o portal da Repórter Brasil consegue atuar no combate ao trabalho escravo ao utilizar as características do discurso jornalístico, alcançando a credibilidade e o lugar de fala diante da sociedade e dos órgãos públicos. No Maranhão, apesar de a Repórter Brasil não ter um levantamento do número de usuários no Estado que acessam o portal, ao aplicarmos um roteiro de entrevista a um grupo de internautas, constatou-se que poucas pessoas no Estado têm conhecimento sobre o trabalho da ONG e da existência do portal de notícias. Dos 20 entrevistados, apenas um afirmou conhecer o portal Repórter Brasil.

Por outro lado, observa-se que a mídia tradicional no Estado é pautada pela Repórter Brasil, pois há algumas notícias com indicação de que a fonte era a Repórter Brasil. No entanto, muitas notícias sobre o trabalho escravo encontradas nos veículos de comunicação do Maranhão, embora pareça utilizar dados do portal, não indica a fonte; o que dificultou termos um dado mais consistente sobre o assunto. Mas os dados recolhidos apontam que, de fato, a Repórter Brasil pauta a mídia maranhense em relação ao trabalho escravo, já que o portal tem credibilidade e é referência de pesquisa aos jornalistas.

A pesquisa sobre o portal Repórter Brasil e sua estratégia de combate ao trabalho escravo deve continuar, pois cada vez mais as tecnologias de informação vão se transformando e as práticas do jornalismo se modificam junto com essas transformações, sendo necessário ampliar a pesquisa para compreender como o jornalismo social atua na resolução dos problemas sociais. Além disso, é preciso entender melhor a recepção dos conteúdos do portal Repórter Brasil, para compreender o público ao qual chegam os conteúdos e como esse público recebe essas informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa, Edições 70, 1987.

CLIPPING: órgão rebate argumentos dos ruralistas e explica que “lista suja” está de acordo com a Constituição. *Repórter Brasil*, São Paulo, 2014. Sem paginação. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ONGReporterBrasil/posts/806580732693945>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

ESCRAVO NEM PENSAR. *Quem somos*. *Repórter Brasil*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.escravonempensar.org.br/sobre-o-projeto/quem-somos/>>. Acesso em: 7 fev. 2014.

FOUCAULT, M.; CHOMSKY, N. *Human nature: justice versus power*. 1971. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/debates/1971xxxx.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, Coleção Comunicação, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1999.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOPES, F. L. Discurso jornalístico e Autolegitimação pela Reprodução de Vozes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007. *Anais...* Santos, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1232-1.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Ed. Ridendo Castigat Mores, Ebooks Brasil, 1915. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

MILHOMEM, Alan. Trabalho escravo: mais de 1.300 casos são registrados no MA. *Imirante.com*, 2014. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/imperatriz/noticias/2014/06/12/trabalho-escravo-mais-de-1-300-casos-sao-registrados-no-ma.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

PYL, Bianca. Empregados de fazenda consumiam água infestada de rãs no Maranhão. *Repórter Brasil*. 2010a. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/06/empregados-de-fazenda-consumiam-agua-infestada-de-ras-no-maranhao/>>. Acesso em: 22 jun. 2014

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*, v. 2, Florianópolis: Insular, 2005.

WROBLESKI, Stefano. PTB, PMDB e PSD são os partidos que mais receberam dinheiro de escravagistas. *Repórter Brasil*, São Paulo, 14 out. 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/10/ptb-pmdb-e-psd-sao-os-partidos-que-mais-receberam-dinheiro-de-escravocratas/>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

A participação de agentes da rede de combate ao trabalho escravo na construção das representações sobre a temática na mídia brasileira⁵

Denise Araújo da Conceição

O presente artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa *Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores e de agentes do movimento social*⁶, que tem o objetivo principal entender a participação dos sujeitos no processo de representação (HALL, 2010) do trabalho escravo contemporâneo na mídia brasileira. O estudo investiga dois grupos principais: (i) de trabalhadores egressos do trabalho escravo

5. Artigo originalmente publicado como capítulo do livro *Escravidão: moinho de gentes no século XXI*, organizado por Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Edna Maria Galvão (RJ/Mauad X, 2019).

6. O projeto, com vigência de 2015 a 2017, é financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão). Trata-se de um desdobramento da pesquisa doutoral, finalizada em 2015, que realizou um estudo de recepção junto a um grupo de trabalhadores rurais maranhenses que foram submetidos a condições de trabalho escravo contemporâneo. Participam do projeto de pesquisa cinco alunos de iniciação científica e dois mestrandos que cumprem, em conjunto, dois planos de trabalho – um para investigar entidades governamentais (MTE, MPT-MA e TRT-MA) e outro, não governamentais (CPT, Repórter Brasil e CD-VDH/CB), descritas no decorrer deste artigo. O relatório final da pesquisa deve ser apresentado até o final de 2017. Participaram desta pesquisa:

e (ii) de agentes de entidades governamentais e não-governamentais, que fazem parte da rede de combate ao trabalho escravo no Brasil.

Nesta comunicação, nos detemos na pesquisa realizada junto ao segundo grupo, de agentes de entidades que compõem a supracitada rede. Os resultados da investigação junto ao primeiro grupo já foram apresentados em trabalhos anteriores; também objeto de tese de doutoramento, publicada em 2016⁷.

No momento, o estudo está sendo desenvolvido por intermédio de dois planos de trabalhos que buscam mapear as principais ações de comunicação das entidades pesquisadas, para analisarmos suas relações com as representações midiáticas sobre o tema no período de 2010 a 2016. Entendemos aqui as ações de comunicação como o modo que emissores/receptores constroem e dispõem de efeitos de sentido na cadeia de comunicação. E essas ações têm como principal objetivo visibilizar a temática, a partir de representações midiáticas sobre o assunto.

Para a realização desta investigação, foram escolhidas três entidades governamentais e quatro não governamentais, que têm atuação na rede de combate ao trabalho escravo tanto no estado do Maranhão quanto no Brasil. Compõem o primeiro grupo o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão, o TRT-MA (Tribunal Regional do Trabalho) no Maranhão e o MPT-MA (Ministério Público do Trabalho) no Maranhão. A escolha dessas três entidades públicas se justifica pela atuação conjunta em ações de fiscalização do trabalho escravo com consequentes desdobramentos legais, como pagamento de verbas rescisórias e processos administrativos. Embora as entidades públicas sejam nacionais, a abordagem à temática que demos ao mapeamento é um recorte das ações mais focadas no estado do Maranhão, embora alguns projetos sejam realizados em âmbito nacional, com replicações regionais e estaduais.

Já para compor o segundo grupo -- de entidades da sociedade civil -- foram escolhidas quatro delas, sendo três com atuação nacional: a CPT

7. Trata-se do livro *Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*, São Luís, EDUFMA, 2016.

(Comissão Pastoral da Terra), a ONG Repórter Brasil e o MHuD (Movimento Humanos Direitos); e uma com atuação estadual, o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), localizada no município de Açailândia (MA). Essas quatro entidades do movimento social apresentam atuação sistemática no combate ao trabalho escravo contemporâneo: a CPT, entidade que tem mais de 40 anos e é ligada à igreja católica, desde os anos de 1970, denuncia condições de escravidão contemporânea no Brasil; já a Repórter Brasil, criada em 2001, é responsável por publicizar e pautar a grande mídia de temáticas relacionadas a trabalho escravo e meio ambiente; o MHuD, criado em 2003, atua por intermédio de projetos e programas de proteção aos direitos humanos e utiliza a imagem de artistas brasileiros para tornar público denúncias de crimes como o trabalho escravo; e o Centro de Defesa de Açailândia, criado em 1996, denuncia questões relacionadas a violações de direitos humanos e, dentre eles, o trabalho escravo contemporâneo, e realiza um trabalho de prevenção junto às famílias de trabalhadores na região de fronteira entre Pará, Tocantins e Maranhão há mais de 20 anos.

Neste artigo, apresentamos as principais iniciativas de comunicação das entidades estudadas bem como os percursos metodológicos da pesquisa documental, relacionando-as no contexto da rede de combate ao trabalho escravo.

A REDE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Partimos da discussão de redes (ARAUJO, 2002) e de estratégias de mobilização social (HENRIQUES, 2007) para sistematizarmos os dados coletados durante a pesquisa documental realizada junto aos materiais de divulgação das entidades estudadas no período de 2010 a 2016.

Ao propor um modelo de comunicação em redes, Inesita Araújo (2002) utiliza a figura da espiral, ligando o centro à periferia para conseguir relacionar em rede -- pensada como um modelo horizontal de comunicação -- as condições desiguais dos interlocutores quanto às questões de produção, circulação e consumo das informações.

Redes são espaços sociais e, como tais, são arena dos embates sociais e de lutas políticas. São espaços de articulação de campos e eixos de poder. Redes possibilitam tanto a reprodução quanto a transformação das relações de poder. Os ajustes, as mediações, as negociações, as apropriações, o processo político, enfim, é feito ao nível do território concreto, no nível local. (...) O conceito de “rede” permite compreender melhor a produção dos sentidos sociais e, em decorrência, a própria prática social. (ARAÚJO, 2002, p.301)

A ideia desta comunicação é perceber como a rede de combate ao trabalho escravo representa a temática que circula pela mídia tradicional e pelas redes sociais⁸, construindo uma opinião pública (HABERMAS, 1984) acerca do trabalho escravo contemporâneo. Assim, acreditamos poder compreender a participação (MOURA, 2016) das entidades na construção das representações midiáticas sobre o tema.

O levantamento de dados para a composição do *corpus* documental da pesquisa sobre as ações de comunicação utilizadas pelas entidades estudadas facilitou a compreensão de como elas se organizam em rede e contribuem para dar visibilidade à temática junto à sociedade. Entendemos aqui ações de comunicação como uma série de procedimentos de divulgação (materiais jornalísticos, entrevistas, discursos, eventos, debates, discussões) implementados pelas entidades que compõem a rede de combate ao trabalho escravo, que têm o objetivo de dar visibilidade à temática na mídia tradicional, pois, como pontuam Prudêncio e Santos (2011), concordamos que o estudo restrito da internet não é suficiente para a compreensão da relação entre mídia e movimentos sociais, uma vez que o grande público ainda consome, em maior escala, a televisão ou as demais mídias tradicionais. O confronto estabelecido na internet só alcança repercussão e força política quando transferido para a grande mídia. E neste sentido, nossa estratégia metodológica é perseguir esse caminho entre a produção das entidades sobre as representações do trabalho escravo e como elas participam da construção dos discursos encontrados na mídia tradicional.

8. Aqui entendidas como plataformas digitais.

Após quase 15 anos de acompanhamento de pesquisa e de militância junto a entidades que integram a rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão e no Brasil, resolvemos investir neste momento na problematização acerca deste conceito, o de “redes”, para nos ajudar nas reflexões sobre o papel desse conjunto de agentes governamentais e não governamentais bem como na luta de forças e de poder que eles exercem no combate ao trabalho escravo.

Concordamos com Araújo (2002) quando coloca a imagem de espiral para pensarmos o conceito de redes, descaracterizando a ideia de horizontalidade estagnada, e dando uma dinâmica nas relações entre os agentes que integram uma determinada rede, ocupando espaços de força e de poder ora no centro; ora na periferia, como um espiral, que circunda as relações em prol do que os liga.

Quando pensamos na rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão, por exemplo, percebemos claramente essas relações a partir da COETRAE-MA (Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo no Maranhão), espaço de discussão e de tomadas de decisão, que desde 2007 congrega essas entidades civis e públicas em prol da luta pela erradicação desta mazela social. Os agentes ora ocupam posições centrais; ora periféricas, dependendo da pauta de discussão e da natureza das ações. Por exemplo, quando a questão é atendimento às vítimas do trabalho escravo, o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), localizado em Açailândia (MA), que acumula uma experiência há 20 anos no atendimento aos trabalhadores, ocupa a centralidade das relações na rede; mas quando é articulada uma ação política, como da assinatura de um convênio entre o governo do estado com o MPT (Ministério Público do Trabalho), por exemplo, a Sedhpop (Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular) ganha uma centralidade com relação às outras entidades da rede.

Também nos apropriamos dos estudos de Ana Lúcia Enne (2004), quando afirma que o conceito de rede é pensado, muitas vezes, como um tipo de sistema de inter-relação social diferente do grupo, por diversas características, elevando também a importância das remodelagens de rede a partir da revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informa-

ção, apresentando o cenário social num ritmo acelerado. Diante das transformações sociais, percebe-se, então, um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital, capaz de promover a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos.

No entanto, segundo a autora, diante deste cenário de modificações constantes, o processo de redes se mantém mostrando seus aspetos e fluxos desafiadores de forma a não perder seu espaço na sociedade, visto que atua muito antes das ditas transformações digitais. Movimentos engajados ganham força, uma vez que com o cenário modificado, todas as relações sociais, políticas e econômicas lutam pela força popular. Vê-se cada vez mais pessoas organizando-se em grupos com seus significados próprios não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são.

Percebemos isso quando investigamos as ações de comunicação das entidades, uma vez que se apropriam da rede internacional de computadores, a internet, bem como de suas estruturas de comunicação, no caso principalmente das entidades públicas, para potencializar os laços já construídos anteriormente, de forma presencial, visando efetivar a publicização da temática junto à opinião pública por intermédio das representações midiáticas.

Vale ressaltar a importância da comunicação para a mobilização, logo para a formação e manutenção da rede, pois contribui diretamente para a convocação das vontades e para o compartilhamento de sentidos e interpretações. Além disso, ela permite “dinamizar a mobilização e potencializar os movimentos para que não se tornem simples sequências de ações e reações desarticuladas de pouca representatividade” (CASTELLS, 1999).

É imprescindível compreendermos a comunicação na mobilização social como uma prática que procura gerar os próprios agentes dos movimentos sociais a capacidade de inserir suas mensagens nos contextos globais de informação, conseqüentemente são criados – e fortalecidos – vínculos entre aqueles e os projetos, movimentos, organizações, e tem por fim a participação, uma participação que é sempre uma escolha e que depende

de os indivíduos se enxergarem ou não parte responsável do processo de transformação social movido pela coletividade.

A rede escolhida para nossa investigação é formada, como já dito antes, por três entidades governamentais e quatro não governamentais. A escolha das entidades é justificada pela atuação das mesmas no combate ao trabalho escravo, cada uma ao seu tempo e de sua forma.

No caso das três entidades governamentais (MTE, MPT e TRT) são as consideradas principais na repressão ao problema no contexto do aparato estatal brasileiro. As três possuem ações voltadas à temática, pelo menos desde o final dos anos de 1990, sendo o Ministério do Trabalho o órgão responsável por criar em 1995 o Grupo Móvel específico para fiscalização de denúncias acerca de condições análogas a de escravo⁹, o qual o MPT participa desde então, acompanhando as fiscalizações e abrindo inquéritos e processos referentes a danos morais individuais e coletivos e ainda aplicando os conhecidos TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) junto aos empregadores autuados praticando o crime de trabalho escravo. Já o TRT, embora com algumas atuações pontuais no final dos anos de 1990 acerca da temática, começa a se envolver mais com a questão a partir do julgamento do processo trabalhista do então deputado Inocêncio Oliveira, em 2003, que teve grande repercussão nacional, condenado a pagar multa e danos morais coletivos e individuais a trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravos, que foram resgatados pela fiscalização em fazenda de gado no Maranhão.

Já as quatro entidades não governamentais possuem histórias distintas, embora próximas na luta de combate ao trabalho escravo no Maranhão. O CDVDH /CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán) é a entidade estadual que nasceu em 1996, da indignação frente ao descaso em relação às violações de direitos humanos presentes no município de Açailândia (MA), principalmente caracterizado pela alta incidência do trabalho escravo na região, além de várias outras

9. Termo jurídico presente no artigo 149, do Código Penal Brasileiro, que foi atualizado em 2003 com as questões referentes à degradância e jornadas exaustivas; objeto que a PL 432, que atualmente tramita no Senado Federal tenta reduzir o conceito.

violações dos direitos da minoria, classificando como uma entidade de forte atuação dentro da rede de movimento social o qual está engajada. Ao longo dos seus 20 anos, o Centro assumiu a causa do trabalho digno, da valorização do indivíduo verdadeiramente humano, denunciando e orientando o trabalhador sobre seus direitos e deveres. Possui reconhecimento tanto nacional quanto internacional em função da sua vasta atuação nas denúncias e ações preventivas contra o trabalho escravo e a toda forma de violação da dignidade humana.

Já a segunda entidade civil estudada tem atuação nacional e é pioneira no combate ao trabalho escravo no Brasil. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) foi fundada em 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), realizado em Goiânia (GO), em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A CPT, portanto, nasceu ligada à Igreja Católica¹⁰. O vínculo com a CNBB ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). (SILVA, 2016)

A ONG Repórter Brasil, outra entidade que compõe a rede estudada, foi fundada em 2001 e é formada por jornalistas, cientistas sociais e educadores, com sede em São Paulo. A RB atua em quatro eixos – jornalismo social, projetos de educação e comunicação, combate à escravidão e pesquisa sobre agrocombustível e tem por missão tornar públicas situações de

10. É importante destacar que a CPT nasceu, antes de tudo, como fruto de uma nova percepção da igreja em relação ao seu papel e ao seu jeito de ser-no-mundo. Dessa compreensão, que é teológica, mas também sociológica, resultou de um sector significativo da igreja, a aproximação em relação a um grupo social que historicamente era invisível ou instrumentalizado por essa mesma igreja (SILVA, 2016, p.170)

desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas ou que provoquem danos socioambientais. Tem se tornado, ao longo de mais de 15 anos de trabalho, referência no combate e denúncia às formas contemporâneas de trabalho escravo (pautando a mídia nacional), e importante fonte de pesquisa sobre o mesmo tema, com produção jornalística, vídeos, pesquisas e metodologias educacionais. A ONG é membro da CONATRAE (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho), com atuação na elaboração do 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, de 2008, e desenvolve desde 2004 o Programa Escravo, nem Pensar! (ENP!), um híbrido de educação e comunicação que trabalha na formação de agentes em direitos humanos e prevenção ao trabalho escravo nos municípios onde há grande incidência do problema, em especial, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Já o MHuD (Movimento Humanos Direitos) iniciou sua trajetória no dia 5 de dezembro de 2002, após um e-mail que o ator brasileiro Marcos Winter enviou ao padre Ricardo Rezende¹¹, conhecido por sua atuação na luta contra o trabalho escravo no norte do Brasil. Desde a fundação, o MHuD foi pensado como estratégia para fortalecer o trabalho desenvolvido por entidades que apoiam causas sociais. Em janeiro de 2003, o movimento se apresenta para a sociedade como uma ONG (Organização Não Governamental) comprometida em utilizar a imagem de artistas para tornar públicas denúncias de crimes cometidos contra os direitos humanos.

Trata-se de uma organização não governamental que realiza projetos e programas de proteção aos direitos humanos. O MHuD diferencia-se de outras entidades, porque reúne militantes com trajetórias profissionais variadas – artistas, jornalistas, cineastas, professores, fotógrafos, religiosos e outros. Ao longo desses anos, o grupo age em cooperação com outras organizações, promove e incentiva o debate público e a reflexão sobre o tema dos direitos fundamentais. Suas ações concentram-se em quatro eixos prioritários: erradicação tanto do trabalho escravo, exploração sexual infantil, demarcação das terras indígenas e dos territórios quilombolas e ações socioambientais.

11. Ricardo Rezende é padre, antropólogo e professor da UFRJ. Mestre e Doutor na questão do trabalho escravo no Brasil.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para organizar e sistematizar nosso *corpus* documental, realizamos um levantamento de materiais jornalísticos concernentes ao trabalho escravo contemporâneo nos sites das entidades estudadas no período de 2010 a 2016¹². Esse mapeamento representa as ações de divulgação feitas pelas entidades nesse período de tempo, que entendemos o suficiente para oportunizar a análise proposta.

Os dados da catalogação foram estruturados com elementos sobre a data de publicação; título da matéria; nome, tipo e característica do veículo; assunto e estratégias de comunicação, conforme modelo em Tabela 1. Num primeiro momento, realizamos a descrição dos mesmos, contextualizando as principais estratégias de comunicação e onde elas ocuparam a mídia no período de 2010 a 2016. A partir deste mapeamento, levantamos informações sobre os veículos mais pautados pelas entidades, os tipos de veículos que pautam o tema trabalho escravo que mais aparecem nos sites das duas entidades da rede de combate ao trabalho escravo; as características desses veículos, os assuntos mais frequentes e as principais estratégias de comunicação utilizadas

12. Os levantamentos dos materiais jornalísticos das entidades aqui apresentadas foram realizados a partir dos planos de trabalho dos alunos de iniciação científica Osmilde Augusto Miranda e Jeyciane Elizabeth Sá Santos, ambos do Departamento de Comunicação/Jornalismo da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), sendo objeto de pesquisa monográfica em andamento da aluna supracitada, sobre as estratégias do MHuD no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

TABELA 1 – MODELO DE CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO (*CORPUS DOCUMENTAL*)

Data	Título da Matéria	Veículo	Tipo de Veículo	Características do Veículo	Assunto	Estratégias de Comunicação
31/01/2016	Revista de Domingo, O Globo - Colunista Convidada: Camila Pitanga, RETROCESSO À VISTA	Revista O Globo	Jornal Impresso	Amplio	Reduz Conceito TEC	Divulgação PL 432
29/01/2016	Campanha #SOMOSLIVRES discute trabalho escravo na atualidade	Brasil de Fato	Site	Amplio	Pesquisa	Campanha #SomosLivres
27/05/2014	Movimento de direitos humanos pede a Renan votação da PEC do Trabalho Escravo	Senado	Site	Segmentado	PEC 438	Carta

FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL REFERENTE AO MHUD.

Para a construção deste *corpus* documental, acessamos matéria por matéria, ou seja, link por link de todos os conteúdos disponíveis nos sites pesquisados¹³entre 2010 e 2016 para verificarmos qual o assunto específico de cada texto e assim preenchermos o quadro de acordo com as informações exigidas. Após a separação de todos os materiais relacionados ao trabalho escravo, conseguimos mapear as inserções do assunto pelas entidades na mídia. Em seguida, classificamos as inserções da temática em sites, TVs, jornais impressos, rádio e revistas.

Após construir um vasto banco de dados qualitativo a partir deste mapeamento, iniciamos as análises, que ainda estão em curso, relacionando as entidades, identificando parcerias, projetos, campanhas e demais ações em conjunto para compreendermos, dessa forma, as diversas atua-

13. A listagem de todos os sites pesquisados encontra-se nas referências deste artigo.

ções da rede na divulgação da temática e, finalmente, a participação das mesmas na construção das representações midiáticas.

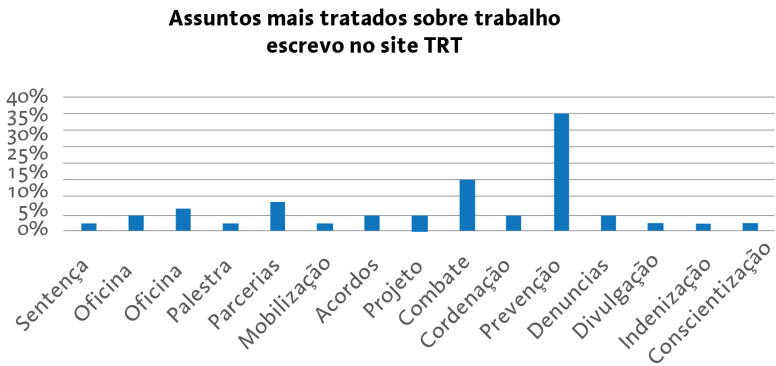
COMO AS ENTIDADES PAUTAM A TEMÁTICA NA MÍDIA

Conforme já dito anteriormente, apresentamos a seguir resultados preliminares da pesquisa em andamento. Até aqui, conseguimos cruzar alguns dados mais gerais das três entidades governamentais (MTE, MPT e TRT) no que diz respeito às abordagens mais divulgadas acerca do trabalho escravo em seus portais de notícias. No caso das entidades não governamentais, já conseguimos avançar para os veículos de comunicação mais pautados pela CPT e pelo MHuD. E a partir desses resultados preliminares, já conseguimos apontar alguns caminhos de análise sobre a participação da rede de combate ao trabalho escravo na construção das representações midiáticas bem como da opinião pública sobre o trabalho escravo no Brasil contemporâneo.

Identificamos que os assuntos mais tratados no site do TRT-MA trata-se do eixo da prevenção, que não é a obrigação primeira da entidade governamental, responsável pelo julgamento dos processos trabalhistas advindos de inquéritos abertos durante ou após fiscalização realizada pelas equipes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho sobre condições análogas a de trabalho escravo¹⁴, como pode ser observado no gráfico abaixo.

14. Termo jurídico encontrado no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, onde o trabalho escravo contemporâneo é identificado como crime lesa-humanidade.

GRÁFICO 1 – TEMÁTICAS MAIS DIVULGADAS PELO TRT-MA



FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL

Dentre as reportagens mapeadas, que foram produzidas pela equipe do TRT-MA ou reproduzidas de agências de notícias no site da instituição, mais da metade se enquadra no eixo da prevenção, trazendo informações de projetos como o TRT na Escola e a Caravana da Liberdade¹⁵.

No caso do MPT-MA, o mapeamento também apontou que pelo menos a metade dos assuntos mais tratados acerca do trabalho escravo divulga ações prevenção, como os projetos realizados em parceria com outras entidades governamentais e não governamentais.

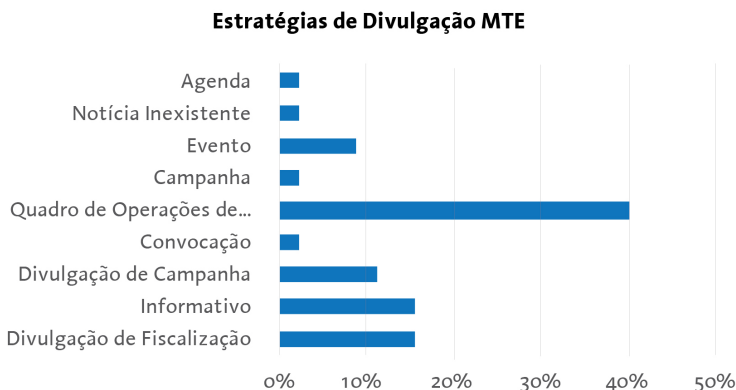
Durante o mapeamento, percebemos que o TRT-MA e o MPT-MA atuam de forma muito parecida, com frentes de trabalho valorizando projetos de prevenção junto à rede estadual, por exemplo, mas os projetos não se comunicam entre as entidades promotoras. Eles são desenvolvidos de forma individual e, às vezes, com públicos muito próximos. No caso da

¹⁵O primeiro trata de iniciativas de prevenção ao trabalho escravo que a entidade promove desde 2014 junto a escolas da rede estadual no Maranhão e o segundo trata-se de uma iniciativa que começou em 2011 e em 2014, ficou a cargo da COETRAE (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo) do Maranhão, que leva durante dois ou três dias vários serviços oferecidos pelas entidades do poder público a municípios com alta vulnerabilidade ao trabalho escravo, como o caso de Codó e Açailândia.

repressão, notamos uma maior parceria entre os juízes e procuradores do trabalho, no caso dos inquiridos e processos apurados e julgados.

Já o MTE privilegia a divulgação de operações de fiscalização do trabalho escravo dentre os assuntos mais divulgados para a imprensa, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

GRÁFICO 2 – TEMÁTICAS MAIS DIVULGADAS PELO MTE



FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL

Dentre as três entidades de fiscalização do trabalho escravo contemporâneo, apenas o MTE aponta suas ações de divulgação mais focadas para medidas de repressão, enquanto as duas outras entidades (TRT-MA e MPT-MA) apostam na divulgação de ações de prevenção ao problema.

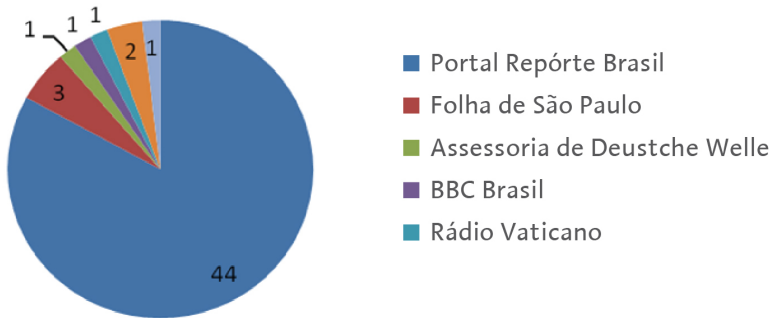
No caso das entidades do movimento social, trazemos dados relacionados aos principais veículos de comunicação pautados pela CPT (Gráfico 3) e pelo MHuD (Gráfico 4) e seus respectivos números de publicação. Entre elas, encontramos veículos de comunicação nacional e internacional. E aqui levamos em consideração as relações, sobretudo da CPT com agências de fomento internacionais devido à rede social da igreja católica no Brasil e países da Europa, principalmente.

No Gráfico 3, da CPT, a ONG Repórter Brasil foi o destaque nacional como a mais pautada pela entidade com cerca de 44 matérias pu-

blicadas sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil durante esses 6 anos. Depois temos a grande mídia, a exemplo da Folha de São Paulo, o IHU Online e o Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, com apenas três matérias publicada sobre a temática em destaque. Em terceiro lugar seguem Carta Capital, WalkFree e Rede Brasil, com duas publicações em seis anos, como pode ser visto a seguir.

GRÁFICO 3 – VEÍCULOS PAUTADOS PELA CPT

Veículos de Comunicação Pautados Grandes Mídias

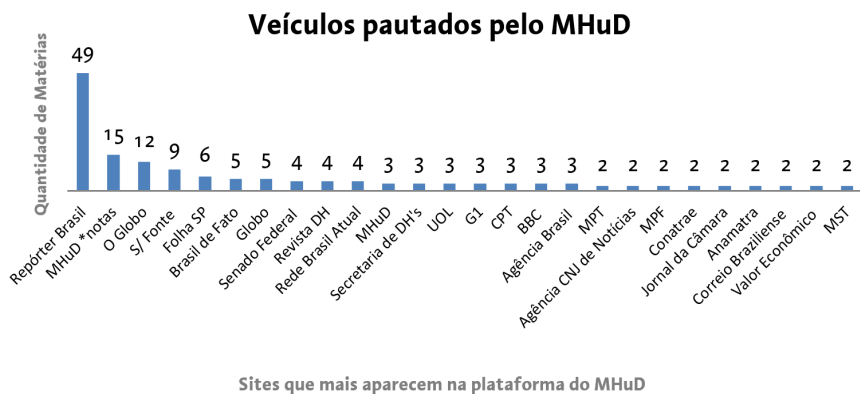


FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL.

Já os diversos métodos utilizados pelo MHuD para ampliar a divulgação de assuntos relacionados aos direitos humanos contribuíram para que o assunto fosse pautado nos diversos meios de comunicação. Em 2006, foi criado o site do movimento (www.humanosdireitos.org) como estratégia para distribuir informações sobre os direitos fundamentais. Três meses após a criação do site, o MHuD adotou um canal no youtube chamado Humanos Direitos. Em 2012, o movimento criou no Facebook a página Conheça o MHuD. Todas essas ferramentas são utilizadas como estratégias que permitem o acesso a assuntos sobre a violação dos direitos humanos no país.

Consideramos que o Movimento utiliza a internet em busca de maior liberdade para produção e divulgação de conteúdos. Como pode ser observado no Gráfico 4, outras organizações relacionadas à mídia ou a parceiros governamentais e não governamentais passam a ser considerados fortes aliados para a comunicação acerca do trabalho escravo implementadas pelo MHuD.

GRÁFICO 4 – VEÍCULOS PAUTADOS PELO MHuD



FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL

O Gráfico 4 demonstra também que a ONG Repórter Brasil é a entidade que possui o maior número de matérias, destacando 49 produtos da ONG compartilhados; o que reafirma a consolidação do papel de agente social que vem desempenhando no combate ao trabalho escravo contemporâneo no país. Além do destaque dado a outras organizações, o site do MHuD é utilizado para promover o próprio movimento.

As matérias destacadas também demonstram que diversos sites de notícias, ONGS e entidades governamentais pautam a temática. Percebemos aqui como funciona a rede de contatos do MHuD com outras organizações. Ao compartilhar ações dessas entidades, o movimento se estabelece em uma rede de denúncia do trabalho escravo que atua na divulgação

da temática adotando diferentes estratégias de comunicação. A imagem dos participantes é o ponto chave do grupo, pois os artistas oferecem a visibilidade para fortalecer a luta contra a violação dos direitos humanos.

No site do MHuD são compartilhados principalmente conteúdos informativos, como reportagens, entrevistas, comentários, cartas, abaixo-assinados, eventos, publicação de livros. Quando se trata do tema trabalho escravo, boa parte do material exposto na plataforma é produzida por outras organizações, logo, o Movimento se estabelece como um elo de interlocução do assunto na sociedade. Neste espaço, são compartilhados materiais produzidos por órgãos governamentais e não governamentais envolvidos na erradicação do trabalho escravo, como Repórter Brasil, CPT, Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo), MPF (Ministério Público Federal), MPT (Ministério Público do Trabalho), entre outros.

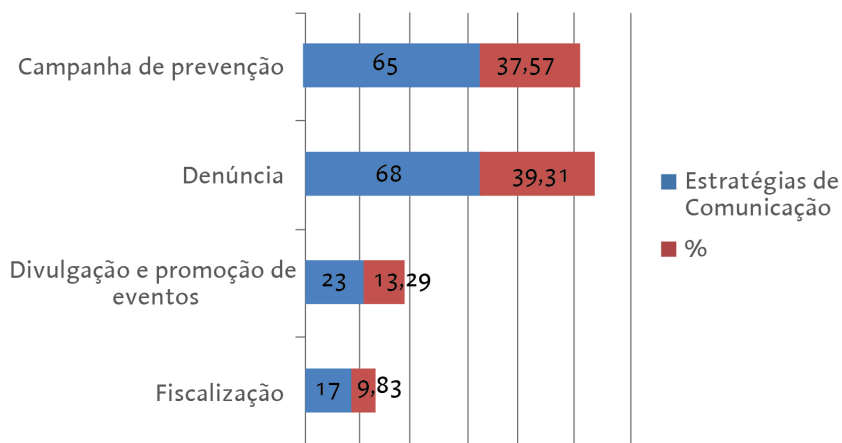
No caso da CPT, entendemos que a entidade não se articula, de forma planejada e organizada, para ter destaque na mídia, ou seja, não investe em assessoria de imprensa para atingir um determinado grupo ou grupos específicos. Nesta perspectiva, é que buscamos entender de que formas a CPT acaba pautando as mídias. Sendo uma instituição não governamental reconhecida e legitimada, fundada em 1975 e que através de comunicação busca interagir com outros grupos, é de extrema importância entender que estratégias comunicacionais são utilizadas para interagir ou pautar esses espaços midiáticos.

Como destaca Paiva da Silva (2014), em seu trabalho monográfico sobre a CPT¹⁶, a comunicação deve ser vista através de uma perspectiva dialógica, em que que ela acontece a partir de relações horizontais, entre diferentes grupos, espaços e tempos, que torna difícil na identificação empírica. Desta forma, buscamos entender se existe uma hierarquia interacional da CPT com outras mídias.

16. A monografia intitulada “Análise das estratégias de comunicação da campanha nacional de prevenção e combate ao trabalho escravo da CPT (Comissão Pastoral da Terra)” foi orientada pela autora e defendida por Antônio Paiva da Silva, em 2014, no Departamento de Comunicação Social da UFMA para a obtenção de grau em Relações Públicas.

Diferentes estratégias de comunicação utilizadas pela CPT foram destacadas nesta pesquisa a partir do recorte de 2010 a 2016. Entre elas, temos estratégia de denúncia com um número equivalente a 68 publicações que equivale a 39,31% das matérias publicadas sobre o trabalho escravo contemporâneo durante seis anos de divulgação. Em seguida, temos as campanhas de prevenção com cerca de 65 matérias publicadas, que equivale a 37,57%; e 59% de atividades sobre a temática trabalho escravo contemporâneo. Em terceiro lugar, vêm as divulgações e promoção de eventos com 23 matérias publicas durante seis anos e que equivalem a 13,29%; e a última estratégia de comunicação também utilizada pela CPT é a Fiscalização de pautas sobre a temática trabalho escravo que aparece com cerca de 17 matérias no recorte de seis anos, equivalendo a 9,83% das matérias publicadas, como demonstra o Gráfico 5, a seguir:

GRÁFICO 5 – PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADAS PELA CPT



FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL.

A compreensão das estratégias de comunicação não pode ser feita de forma isolada, uma vez que a CPT é uma instituição não governamental que busca, por meio de um conjunto de outras redes, entidades e mídias

de comunicação que trabalham em prol da erradicação do trabalho escravo contemporâneo. Sendo assim, podemos afirmar que as estratégias de comunicação de denúncia tenham sido as mais destacadas a partir de números de matérias apresentadas por outras mídias, o que nos leva a perceber o quão importante é o papel da CPT como fonte de informação legitimada pela grande mídia; nem tanto por um investimento em assessoria de imprensa do movimento, mas pela própria atuação e consequente reconhecimento da opinião pública sobre a entidade.

Também as campanhas de prevenção apresentam-se em destaque numa perspectiva voltada para a educação. A CPT busca junto com algumas entidades organizar projetos sobre o trabalho escravo, como o Programa ‘Escravo, nem pensar!’ com a ONG Repórter Brasil, e a campanha nacional ‘De olho aberto para não virar escravo’, iniciada pela equipe da CPT Nacional e demais parceiros, em 1997. Esta campanha é apoiada em material didático, como de sensibilização, voltado para os trabalhadores em situação vulnerável; de orientação para monitores da campanha, além de divulgação para opinião pública na sociedade em geral.

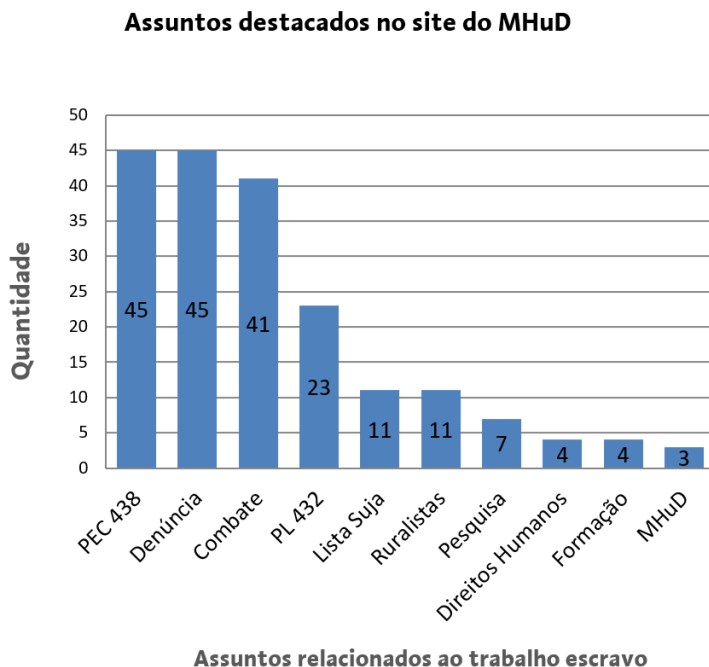
É nessa relação com outras entidades ou redes que trabalham em prol da erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, que a CPT e o MHuD procuram pautar a grande mídia e ocupar, assim, a opinião pública. Como aponta Henriques (2007), existe uma mobilização social entre as entidades. Para ele, se constitui um processo pelo qual se convocam pessoas ou grupos a lutarem juntas, em consenso, em busca de alcançar um objetivo comum a todos elas, seja para conquistar melhorias para a comunidade em que vivem, seja para mudar a realidade da comunidade.

Essa mobilidade também acontece em torno das entidades com outras mídias, seja ela por interesse de pautar de forma crítica ou acrítica a temática sobre o trabalho escravo contemporâneo. Doutro lado, temos não menos importante das estratégias de comunicação como a divulgação e promoção de eventos e a fiscalização das temáticas pautadas dentro de outras mídias que, por sua vez, também são imprescindíveis na construção de sentido junto às outras instituições.

Também visando entender a participação do MHuD na opinião pública acerca da temática do trabalho escravo contemporâneo, elencamos a

seguir, no Gráfico 6, a inserção de variados temas relacionados, bem como a adoção de estratégias diferenciadas adotadas pelo Movimento que colaboram significativamente para a construção de representações midiáticas.

GRÁFICO 6 – TEMÁTICAS MAIS DIVULGADAS PELO MHuD



FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL

É necessário enfatizar que as táticas empregadas, principalmente, as diferentes estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para a conquista da aprovação da PEC 438, é resultado do empenho de diversas organizações que, de alguma forma, contribuíram para que o assunto fosse discutido na sociedade. Isso também pode ser referir à questão da divulgação das denúncias sobre trabalho escravo, que empata no ranking de principais assuntos destacados no gráfico supracitado.

Atualmente, as ONGs são importantes iniciativas que funcionam como extensão do Estado. A partir do momento que essas organizações passam a atuar em parceria com os movimentos sociais, estes fortalecem suas vozes e conquistam maior visibilidade.

[...] na virada dos anos 70/80, essas entidades voltam os seus investimentos para a atuação no campo dos movimentos sociais que então crescem pelo país (como o sindical urbano e rural, os de luta pela terra e os de moradores de áreas periféricas das cidades), padrão que passa a predominar largamente sobre a ação do tipo comunitário localizado (que, no entanto, nunca será de todo abandonada): tanto é, que passam a se auto classificar como entidades “a serviço do Movimento Popular” (LANDIM, 1998, p. 41).

Os movimentos sociais buscam a mídia como estratégia promotora da justiça social e cidadania. Sendo que ao analisarmos a internet como cenário de mobilização percebemos que grande parte dos ativistas apostam nela como ferramenta capaz propiciar transformações na forma de comunicação e mobilização política. Com base nos estudos de Silverstone (2002), há uma tensão constante entre o tecnológico, o industrial e o social; tensão esta que deve ser levada em conta, se queremos reconhecer a mídia como, de fato, um processo de mediação.

De acordo com o mapeamento realizado nesta presente pesquisa, as iniciativas de comunicação mais utilizadas pelo MHuD para pautar o assunto na mídia foram abaixo-assinados, Campanha Somos Livres, veiculadas na televisão e nos sites, divulgação do assunto em entrevistas e participação dos artistas e ativistas em reuniões no congresso. A PEC 438 foi destacada como o assunto de maior relevância no site. Durante o processo que antecedeu a aprovação da PEC do Trabalho Escravo, alguns artistas do MHuD foram para diversas reuniões no Congresso Nacional manifestar contra a redução do conceito. Toda essa exposição contribui para que o assunto não deixe de entrar na pauta do poder público.

Por mais que apresentemos uma legislação exemplar isso não significa que nós conseguimos eliminar o problema. Na teoria, estávamos bastante subsidiados, entretanto, o contexto político no qual estamos in-

seridos atualmente retrocede cada dia mais, pondo em risco os direitos conquistados ao longo de tantos anos. Apesar de as políticas públicas de combate ao trabalho escravo serem reconhecidas internacionalmente, do avanço que significou a aprovação da PEC 438, alguns parlamentares brasileiros defendem argumentos que simbolizam o retrocesso. Na tentativa de modificar o conceito de trabalho escravo, a bancada ruralista fere o que diz o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 149¹⁷ que considera trabalho escravo qualquer atividade cujas condições do trabalhador atentem contra a dignidade humana.

O sucesso na aprovação da PEC 438 está relacionado diretamente com o trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais. O mapeamento revela que para a aprovação da PEC 438, os agentes do movimento social utilizaram estratégias de comunicação bastante diversificadas, como a participação em reuniões no Congresso, eventos, entrevistas, abaixo-assinados, campanhas e compartilhamento de informações sobre a temática. Em entrevista disponibilizada no site do MHuD, Leonardo Sakamoto, presidente da ONG Repórter Brasil, destaca a importância do MHuD na rede de combate ao trabalho escravo no Brasil.

[...] O MHuD, na verdade tem sido uma das instituições mais importantes no combate ao trabalho escravo no Brasil, foi fundamental na aprovação da PEC do trabalho escravo, não só nesse momento final mas em todo o processo de aprovação. Pós Unai, naquelacorrente que levou a aprovação no primeiro turno na câmara de deputados, na segunda corrente em 2012 que levou a aprovação também no segundo turno na câmara. Durante esse

17. Segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, há quatro fatores determinantes para a caracterização do trabalho escravo contemporâneo: condições degradantes de trabalho, que consistem em situações incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador; jornada exaustiva condiz com o esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à saúde, até mesmo risco de vida, ao trabalhador; trabalho forçado, que é quando os trabalhadores são mantidos no serviço por meio de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e/ou psicológicas.

intervalo de 8 anos onde ninguém ficou parado, foram tantas e tantas visitas, reuniões com deputados e senadores, que nos levou até a aprovação. Teve uma mobilização, levamos várias pessoas para o congresso e o MHuD também. Até que ano passado (2014) conseguimos a aprovação no Senado Federal em dois turnos da proposta. Não dá hoje pra você pensar no combate ao trabalho escravo no Brasil sem a atuação do MHuD. (Trecho de entrevista com Leonardo Sakamoto, 2015).

Com essa declaração do presidente da ONG Repórter Brasil, podemos compreender a atuação conjunta dessas entidades em prol do combate ao trabalho escravo no Brasil e, conseqüentemente, a construção da visibilidade do problema junto à opinião pública brasileira. Encontramos uma mediação (SIVERSTONE, 2002) interessante, constituída pela RB, principalmente em seu portal de notícia, que tem pautado a grande mídia sobre a temática na atualidade. Neste sentido, a ONG acaba sendo a principal ponte entre essas entidades e a grande mídia, ao pautar os temas relacionados aos direitos humanos, como é o caso do trabalho escravo, na mídia tradicional no Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo sistematiza dados de um estudo que visa entender a participação da rede de combate ao trabalho escravo na construção de representações midiáticas sobre o tema.

Sabemos que representantes dessas entidades são as principais vozes que aparecem na mídia sobre o tema. Em conversas informais durante trabalho de campo com alguns agentes de entidades da sociedade civil, como o caso do Centro de Defesa de Açailândia, em geral, eles afirmaram que reportagens televisivas dão visibilidade ao problema e, de alguma forma, legitimam o trabalho de denúncia realizado pelo movimento social. Na ocasião da conversa, realizada em dezembro de 2015, eles relataram o caso de um trabalhador que, após ter assistido a uma reportagem sobre trabalho escravo, tomou coragem e denunciou as condições similares em que viveu em fazenda de gado em Açailândia (MA).

A principal crítica dos representantes do movimento social feita em relação às representações midiáticas sobre o trabalho escravo está na superficialidade com que são tratados os casos, em geral, de forma pontual, nos momentos de fiscalização. Segundo eles, não há discussão de questões estruturais, como as fundiárias e judiciais, isto é, as causas e as consequências do problema, que para eles centram-se na ausência de políticas públicas básicas para os trabalhadores e na impunidade dos que cometem o crime de trabalho escravo, no caso do Maranhão, principalmente, os latifundiários.

Os agentes da CPT e da ONG Repórter Brasil também apontaram recortes feitos na edição de algumas reportagens veiculadas pela televisão apresentados durante as entrevistas de pesquisa. Segundo eles, as informações tendem a ser “genéricas”. Como eles já foram muito entrevistados, afirmaram que sempre ficam com a sensação de que a “imprensa não aborda os fatos como eles são”; principalmente porque “recolhem um grande número de informações que depois não são aproveitadas”. Um exemplo recorrente é com relação à vida dos trabalhadores após o resgate, bem como seus anseios e sonhos em dar continuidade a uma trajetória de trabalho de forma digna, enfrentando problemas de (re)inserção no mercado de trabalho, devido, tanto a questões estruturais, como a falta de políticas públicas, como pessoais, como é o caso dos sujeitos que sofrem sequelas físicas e psicológicas decorrentes do trabalho escravo e que, muitas vezes, não são indenizados por isso.

Embora o movimento social realize um trabalho de acompanhamento das comunidades vulneráveis à questão do trabalho escravo e se esforce para divulgar o problema na mídia, observamos nesta investigação que as vozes mais legitimadas para falar da temática na mídia tradicional ainda partem das entidades públicas e dos operadores do Direito. Eles são as chamadas “fontes oficiais”, responsáveis por explicar o crime e dimensionar os dados para a sociedade, principalmente em casos de divulgação de ações de fiscalização.

Como resultados preliminares, podemos afirmar que as instituições estudadas participam da construção dessas representações midiáticas, responsáveis pela formação da opinião pública sobre o trabalho escravo na

atualidade, embora estejamos vivendo um momento político no Brasil no qual há uma tentativa de redução do conceito historicamente construído pela pressão dos movimentos sociais; que não significa uma mera irregularidade trabalhista, mas sim, um crime lesa-humanidade, previsto no Código Penal Brasileiro, que viola direitos humanos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inesita Soares. Mercado simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese de doutorado, CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. In Comunicação e Informação. V 7, nº 2, p. 264/273, julho/dezembro, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. In Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Perú/Colômbia/Ecuador, 2010.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LANDIM, Leilah. (Org.) Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

MOURA, Flávia. Trabalho Escravo e Mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses. EDUFMA. São Luís, 2016.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza; SANTOS, Jocelaine Josmeri dos. Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da *frame analysis* de Erving Goffman. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do IV Encontro da Compólitica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

SILVA, António Paiva da. Análise das estratégias de comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho escravo da Comissão

Pastoral da Terra. Monografia, UFMA, São Luís, 2014.

SILVA, Moisés Pereira da. O Trabalho Escravo Contemporâneo e a atuação da CPT no Campo (1970-1995). Tese de doutorado. PUC-SP. São Paulo, 2016.

SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, 14ª ed., RJ: Vozes, 2013.

SITES PESQUISADOS:

www.cptnacional.org.br

www.humanosdireitos.org

www.reporterbrasil.org.br

www.cdcdhacai.org.br

<https://www.facebook.com/CDVDH/>

<https://www.trt16.jus.br/site/index.php>

<http://www.prt16.mpt.mp.br/>

<http://trabalho.gov.br/dados-abertos/estatistica-trabalho-escravo>

Representações e sentidos acerca do trabalho escravo contemporâneo: um estudo sobre a campanha “De olho aberto para não virar escravo” e o lugar do sujeito (trabalhador escravo) na mídia¹⁸

Antonio Paiva da Silva

O presente artigo apresenta parte do esforço de pesquisa realizada no âmbito do projeto “Vozes da Esperança: estratégias de comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo no Maranhão”¹⁹ e tem como objetivo analisar a campanha de prevenção e combate ao trabalho escravo promovida desde 1997 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁰ intitulada “De olho aberto para não virar escravo”.

18. Artigo originalmente publicado pela orientadora do trabalho, Flávia de Almeida Moura, na Revista *Em Questão*, V 19, julho de 2013.

19. Projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico no Maranhão (FAPEMA), coordenado pela professora Flávia de Almeida Moura, contou com alunos de graduação e pós-graduação de Comunicação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O projeto teve vigência entre os anos de 2010 e 2012.

20. A CPT é uma instituição ligada à igreja católica e referência no Brasil no combate ao trabalho escravo. Desde a década de 1970, que a entidade denuncia práticas de escravidão contemporânea em todo o território nacional.

Paralelamente aos estudos acerca desta campanha institucional, bem como suas estratégias de comunicação voltadas para os trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo²¹ e também envolvendo os agentes do movimento social, a pesquisa em curso inicia algumas discussões sobre a produção e a recepção de representações e sentidos do sujeito (trabalhador escravo) na mídia brasileira, a partir de análises de algumas reportagens televisivas e vídeos institucionais veiculados entre 2010 e 2012. Vale esclarecer que esta segunda parte dos estudos apresentados deverá ser aprofundada durante o percurso de doutoramento da autora, a ser iniciado no segundo semestre de 2012.

Neste artigo, pretendemos expor alguns conceitos teóricos e metodológicos, principalmente oriundos dos campos da Sociologia, Linguística e da Comunicação, que tem nos ajudado perceber a problemática supracitada. Também indicamos aqui alguns caminhos de pesquisa planejados para dar continuidade aos estudos, ainda em desenvolvimento.

Em dois anos de pesquisa, podemos identificar algumas informações relevantes para a análise aqui proposta. Durante a primeira etapa do trabalho de campo, realizada em julho de 2010, identificamos redes de aliciamento para o recrutamento de mão de obra em atividades consideradas de trabalho escravo tanto dentro do estado do Maranhão como para trabalhar em outros estados brasileiros ou até fora do país. Observamos que nestas redes de aliciamento funcionam sistemas de comunicação que utilizam os canais mais acessíveis àqueles públicos (no caso, os trabalhadores), como as chamadas “vozes”, sistemas de comunicação formados por alto-falantes tipo megafone, que funcionam geralmente próximos ao comércio local, aparelhos de som colocados em automóveis, bicicletas, postes, entre outros, que passam a informação de oferta de emprego, na maioria das vezes com propagandas “enganosas” de promessas de oportunidades para ganhar dinheiro ou melhorar as condições de sustento.

21. Esta categoria analítica faz referência a trabalhos de autores do pensamento social brasileiro, como MARTINS (1975) e ESTERCI (1994), e é utilizada pela autora se referindo a condições precárias de trabalho rural, mais precisamente em atividades desenvolvidas em fazendas de gado (limpeza do pasto) e em carvoarias localizadas no Estado do Maranhão.

Numa outra ponta, outro sistema de comunicação identificado durante a pesquisa (resultados de trabalho de campo realizado em julho de 2011) se dá entre agentes da igreja Católica e/ou movimento social (que fazem um trabalho de prevenção e denúncia acerca do trabalho escravo contemporâneo) e os trabalhadores ou entre os próprios trabalhadores que se encontram vulneráveis ao trabalho escravo. Esses canais de comunicação são responsáveis por fazer chegar a informação aos trabalhadores acerca de seus direitos bem como atraí-los aos locais de denúncia e mediação (na maioria das vezes as pastorais sociais ligadas à igreja católica ou os centros de defesa). É sobre a análise das estratégias de comunicação desta rede de denúncia, mas especificamente orientada pela CPT em âmbito nacional, mas com forte ressonância no Maranhão, que nos debruçamos nesta comunicação.

Neste contexto, a pesquisa busca entender o funcionamento desses dois sistemas de comunicação, intitulados como “Vozes da Esperança”, que são responsáveis ora por atrair os trabalhadores a uma “promessa de trabalho”, depois caracterizada por condições de trabalho escravo (rede de aliciamento) e ora por “libertá-los” dessa situação (rede de denúncia da exploração do trabalho).

Durante as discussões teóricas do grupo de pesquisa e mesmo em observações e conversas na ocasião dos trabalhos de campo, procuramos investigar preliminarmente junto aos trabalhadores rurais a relação dos mesmos com a mídia (como produtores e receptores de informação) bem como com os discursos relacionados ao trabalho escravo contemporâneo, veiculados em instâncias midiáticas brasileiras no que dizem respeito ao que Verón (1980) chamou de “efeitos do sentido”, isto é, processo que vai da produção ao consumo de sentido, sendo a mensagem o ponto de passagem que dá suporte à circulação social das significações.

Uma referência primeira decorrente de pesquisa documental que tomamos para iniciar esta investigação foi de um relatório²² desenvolvido

22. O citado Relatório da OIT sobre o Perfil do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil está no *prelo*, com previsão de publicação até meados de 2012. Os dados utilizados neste projeto foram cedidos em 2010 por uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo encomendado pela OIT, a socióloga Maria Antonieta Vieira/USP (Universidade de São Paulo).

entre os anos de 2007 e 2008, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que demonstra formas de acesso às principais campanhas de combate ao trabalho escravo no Brasil por parte de trabalhadores rurais entrevistados. De acordo com o estudo da OIT, pelo menos 79% dos trabalhadores já tinham ouvido falar sobre o assunto, sendo que deste universo pelo menos 44% por meio de TV; 35% pelo rádio; 11,7% pela *sanfoninha*²³ da CPT; 11% por amigos; 10% por cartazes; 5% pelos sindicatos e 4% por meio da programação de comunicação interna de TV da Estrada de Ferro Carajás, conhecida como “Trem da Vale”²⁴.

Dessa forma, entendemos que este estudo, ainda em curso, pode aprofundar análises da relação entre os meios de comunicação de massa (principalmente o rádio e a TV comerciais) e os meios de comunicação mediados pelo movimento social (incluindo aqui rádios comunitárias e outros), resultantes em formato de materiais de divulgação das campanhas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

A CAMPANHA DA CPT NO CONTEXTO DA REDE DE DENÚNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

Durante o percurso da pesquisa, tivemos a oportunidade de entrevistar trabalhadores *resgatados*²⁵ do trabalho escravo em regiões do Maranhão bem como agentes do movimento social local, regional e até mesmo

23. As chamadas *sanfoninhas* são folhetos com histórias em quadrinhos produzidos pela Campanha Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) intitulada “De olho aberto para não virar escravo”(1997) que são impressos em grande quantidade e distribuídos a entidades de classe e movimento social espalhados pelo Brasil que têm como público principal os trabalhadores rurais.

24. A Estrada de Ferro Carajás, gerenciada pela empresa Vale, veicula pela rede interna de televisão vídeos institucionais e demais documentários aos passageiros durante o percurso de viagem originada na capital São Luís (MA) com destino a Parauapebas (PA). O trecho desta viagem tem duração média de 18 horas.

25. A categoria é utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para designar os trabalhadores que são encontrados em situações análogas a de trabalho escravo (Artigo 149/Código Penal Brasileiro) durante as fiscalizações, realizadas principalmente em fazendas de gados e carvoarias no Maranhão e em todo o país.

nacional que compõem a rede de denúncia da escravidão contemporânea no Brasil. Como entidade local e regional, temos a referência do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/Carmen Bascarán (CDVDH/CB), bem como agentes regionais da CPT no Maranhão. Como entidades nacionais, temos como referências em nossas pesquisas a CPT/Nacional, por intermédio do coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, o frei Xavier Plassat, que trabalha pela CPT de Araguaína (TO), bem como a ONG Repórter Brasil²⁶, formada por comunicadores e educadores sociais, com sede em São Paulo, mas fortemente atuante nos estados do nordeste e Amazônia Brasileira, regiões com maiores índices de casos de escravidão contemporânea no país.

Durante o contato com os trabalhadores, fomos surpreendidos com a utilização de um dos materiais da campanha da CPT, amplamente conhecido por eles. Trata-se da chamada *sanfoninha*, um material impresso dobrado em várias partes, que cabe no bolso e que conta, por intermédio de uma história em quadrinhos (HQ), uma história bem conhecida dentre os trabalhadores escravizados: um agenciador convida um grupo de trabalhadores para uma empreitada, prometendo verbalmente algumas condições de trabalho, mas que, chegando no local, não era nada daquilo que prometia. Situações de maus tratos, desrespeito à dignidade humana, condições insalubres de trabalho (alojamento, alimentação) e demais são tratadas no HQ que, ao final, indica a denúncia como a melhor solução: “Diga não à escravidão. Obrigar alguém a trabalhar por dívida ou mediante fraude ou violência ou em condições degradantes é crime. Impedir sua saída é crime. Denuncie!” (Trecho extraído de sanfoninha da CPT, 2011)

Nas páginas subsequentes do material, seguem dicas acerca de contrato de trabalho, acordo coletivo, carteira assinada, bem como telefones e endereços úteis de entidades que formam a rede de denúncia, espalhadas por todo o país.

26. Vale ressaltar que a ONG Repórter Brasil é parceira tanto da CPT quanto do CDVDH/CB em vários projetos voltados para a denúncia do trabalho escravo.

ILUSTRAÇÕES 1 E 2 . SANFONINHA DA CPT/VERSÃO 2011



FONTE: CPT/NACIONAL

Partindo de uma classificação proposta por Ana Carolina Escosteguy (2004), nos apropriamos do arcabouço teórico-metodológico para analisar as estratégias da campanha da CPT a partir de uma abordagem “Sociocultural”,²⁷ uma vez que procura trabalhar numa visão complexa do processo de recepção dos produtos de comunicação, levando em consideração relações sociais e culturais.

Esta abordagem também nos ajuda a refletir acerca do lugar do trabalhador escravo na mídia a partir de estudos teóricos (com base nos estudos de recepção) e empíricos (com contribuições da pesquisa qualitativa principalmente advinda da abordagem etnográfica²⁸ na busca dos sentidos e representações sociais dos mesmos).

27. Ao classificar os estudos realizados no Brasil acerca da recepção, Escosteguy (2004) identifica alguns tipos de abordagem nas pesquisas, como Sociocultural, Comportamental e Outras Abordagens.

28. “Dentro do quadro de incertezas epistemológicas, o interesse é analisar as estratégias de validação teórico-metodológica que caracterizam a investigação etnográfica, os mecanismos e procedimentos de seleção dos eventos utilizados para estudo e o processo de abstração e integração dos resultados empíricos dentro de um sistema de generalização teórica” (GUEDES, 1998, p.108)

Para esta finalidade, utilizamos como técnicas de coleta de dados, principalmente a pesquisa qualitativa, com entrevistas e observação participante junto a trabalhadores rurais maranhenses que foram *resgatados* em situações de trabalho escravo ou encontram-se vulneráveis a esta situação, principalmente devido às condições de vida²⁹. Neste sentido, a contribuição da abordagem etnográfica nos ajudar a pensar os estudos de recepção como o estudo do outro, pessoal ou impessoal.

“A pesquisa qualitativa-etnográfica tem sido caracterizada pelo diálogo estabelecido entre o pesquisador e o pesquisado, na compreensão do receptor como sujeito do processo de recepção, e no entendimento do meio social onde ele está inserido. Na investigação etnográfica, o acontecimento e o comportamento do sujeito não têm valor por si mesmos, mas sim quando estes eventos se tornam história e adquirem valor por serem escolhidos e recontados pelo ‘informante’, que dá forma ao real, como realidade narrada, como um ato de enunciação. Fatos empíricos adquirem valor dentro e através do discurso do sujeito investigado; o discurso do pesquisador que o interpreta dá-lhe a autenticidade da experiência sem conferir qualquer importância para a sua realidade histórica” (GUEDES, 1995, p.110)

Por outro lado, buscamos analisar a partir das contribuições de estudos de discursos linguísticos e de representações sociais (ARAÚJO, 2002; AMORIM, 2004; BOURDIEU, 1996; FAIRCLOUGH, 2001; ORLANDI, 2007) alguns produtos veiculados sobre o tema em formatos de materiais de divulgação (no âmbito dos movimentos sociais) e de reportagem jornalística e institucionais de campanhas nacionais de combate ao trabalho escravo no Brasil, veiculados principalmente na televisão³⁰.

29. Referimos aqui àquilo que chamamos de *precisão* (MOURA, 2009), categoria nativa utilizada pelos informantes para declarar uma situação de extrema necessidade financeira, relacionada à economia familiar rural e às estratégias de sobrevivência. O tempo da *precisão* é o momento, em geral, que eles se submetem a formas exploratórias de trabalho.

30. Referimos aqui principalmente a algumas reportagens televisivas e também VTs institucionais produzidos pela ONG Humanos Direitos, do Rio de Janeiro, em

Bourdieu (1996) explica que condenamo-nos a procurar o poder das palavras nas palavras, ou seja, num lugar onde ele não está. Para o autor, o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz e de suas palavras.

“A eficácia simbólica das palavras só se exerce na medida em que aquele que dela é alvo reconhece que aquele que a exerce como “fundado” para a exercer ou, o que vem a ser a mesma coisa, se esquece e se ignora submetendo-se-lhe como se tivesse contribuído, pelo reconhecimento que lhe concede, para fundá-la” (BOURDIEU, 1996)

Para o coordenador da campanha da CPT, Xavier Plassat, o objetivo principal é a construção e a articulação de uma rede de entidades engajadas na prevenção e no combate ao trabalho escravo a partir de uma grande mobilização e sensibilização de multiplicadores e parceiros tanto locais, como regionais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais.

“Aproveitamos todas as oportunidades possíveis de aparição pública da campanha (entrevistas, debates, prêmios) para pausar a mídia, tanto nacional como internacional com bastante comunicação voltada para Europa e EUA, onde temos parceiros eficazes, como: Free the Slaves, AntiSlavery International, CRS, Trocaire, Fastenopfer (ONGs e agências de fomentos) (Trecho de entrevista Xavier Plassat, outubro de 2011, Araguaína/TO)

Para Souza e Quandt (2008), a análise das redes sociais deve observar elementos primários (elos entre os nós da rede) e secundários (os atributos dos atores). Para os autores, o conceito de redes sociais passa pelo entendimento de estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada. Embora com este conceito, os autores identificam hierarquias e centralidades na formação das redes. Aqui pode-

parceria com a Rede Globo, como corpos do objeto de investigação, conforme descrito anteriormente em nota dos objetivos específicos.

mos pensar em atores centrais (no caso da análise, os agentes da CPT em todo o território brasileiro), que propõem ações aos demais atores, como é o caso dos parceiros (Centro de Defesa de Açailândia/MA) e dos públicos propriamente ditos, no caso, os trabalhadores. Embora identifiquemos facilmente essa hierarquia e centralidade, para se manter como rede, é necessário que todos os atores envolvidos tenham participação efetiva, por mais que suas posições em geral sejam caracterizadas por duas visões principais: posicional e relacional.

“De acordo com a teoria das redes sociais, as duas visões de estrutura (relacional e posicional) permitem que se realize o levantamento do desenho da rede, da conexão entre os atores, além dos padrões de relacionamento. Há uma diferença fundamental entre as duas abordagens: enquanto a abordagem posicional tende a retratar a estrutura existente em um determinado momento, a abordagem relacional permite identificar sinais de evolução nos padrões de interação da rede”. (SOUZA e QUANDT, 2008, p. 44/45)

Sobre a utilização da *sanfoninha*, Plassat informa que a primeira versão foi produzida em 1998 e, desde lá, a cada ano, o material é atualizado e reimpresso. Ele explica que o material de divulgação se destina ao trabalhador em situação de risco e, para chegar a este trabalhador, depende de equipes, sindicatos, associações parceiras e dos próprios trabalhadores que muitas vezes pedem para seus colegas. Todas as equipes da Campanha recebem uma quantidade suficiente para seu trabalho e de seus parceiros regionais e a distribuição é feita de mão em mão, mediante uma conversa de quem entrega; alguns fiscais do MTE distribuem aos trabalhadores resgatados no ato da fiscalização.

Sobre a tiragem do material, o coordenador da campanha afirma que começou com 25 mil e, em 2011, foram impressos 100 mil exemplares. Os recursos para impressão são diversos: projetos aprovados por intermédio da Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos, bem como por agências de fomento internacionais que financiam projetos junto à entidade.

“A *sanfoninha* foi uma criação coletiva que nasceu das discussões da coordenação da Campanha sobre a necessidade de um instrumento simples com informações básicas, destinado a um trabalhador em situação de risco ou no ‘aperto’, longe de casa, e geralmente sem leitura (daí a história em quadrinhos para o trabalhador ter condições de se identificar como este trabalhador iludido e escravizado”. (Trecho de entrevista Xavier Plassat, outubro de 2011, Araguaína/TO)

Sobre as modificações que o material já passou, Xavier Plassat informa que já foram elaboradas vinhetas que aludissem ao trabalho nos canais e a situações que não fossem necessariamente de trabalho escravo, mas o material que nunca deixam de imprimir atualiza, a cada ano, os números de telefones das entidades parceiras que recebem denúncia de escravidão. Ele explica ainda que até 2009, a *sanfoninha* sempre vinha com o calendário do ano; mas que de lá para cá, para não provocar o vencimento antecipado, o calendário foi substituído por uma mensagem e um desenho.

O público que consome o material é formado essencialmente por trabalhadores interessados pelo conteúdo informativo. A aceitação pode ser considerada excelente, segundo a CPT: “é o tipo de artigo que não vai para o lixo ou não é abandonado no chão; pela forma de distribuição personalizada e pelo conteúdo e utilidade evidente, e também o aspecto agradável e o material resistente, tem longa vida no bolso do trabalhador”.

Muitos denunciante se referem explicitamente à *sanfoninha* para explicar como chegaram até os escritórios ou aos telefones de contato. Durante o trabalho de campo, identificamos vários trabalhadores que chegaram até o Centro de Defesa de Açailândia (MA) por intermédio da *sanfoninha* da CPT. Esses trabalhadores vinham, em sua maioria, de outras regiões do Maranhão ou mesmo de estados vizinhos, como Pará e Piauí.

Além da *sanfoninha*, a campanha da CPT utiliza outros materiais como cartazes com a logomarca da campanha (o garoto propaganda), que também trazem a lista dos números de telefone das entidades parceiras com a orientação principal: Denuncie! O cartaz apresenta-se em versões diferentes: (1) ora com reprodução da história em quadrinhos da *sanfoninha*; (2) ora somente com a imagem do trabalhador e os contatos para denúncia.

ILUSTRAÇÃO 3. CARTAZ DA CAMPANHA DA CPT



FONTE: CPT/NACIONAL

Mas o ponto forte de articulação da campanha da CPT é a capacidade de levantamento de dados de denúncia e fiscalização de situações de trabalho escravo no Brasil desde 2000. A partir de uma planilha Excel com umas 25 colunas, o banco de dados identifica para cada caso, as características essenciais que interessam para o monitoramento das denúncias: data, estabelecimento, proprietário, *gato*³¹, localidade, número de trabalhadores, grau de gravidade (1,2,3), data de fiscalização, quantos resgatados, valor pago, atividade ou serviço desenvolvido. Algumas fórmulas instaladas na planilha permitem o processamento dos casos registrados, fornecendo uma análise consolidada do ano (e dos vários anos, acumulados desde 2000) e constantemente atualizada: por fonte, por status da fiscalização, por estados da Federação, por município, por atividade, por grande região, por equipe. A capacidade de cruzamento das informações contidas nos bancos

31. *Gato* é a forma que os trabalhadores chamam o agenciador ou aliciador da mão-de-obra ou mesmo o empreiteiro, isto é, quem contrata os trabalhadores por intermédio do gerente e/ou proprietário dos estabelecimentos.

de dados facilita a construção de relatórios, que são utilizados tanto para angariar fundos a desenvolvimento de projetos sociais bem como para realizar denúncias junto a organismos internacionais, como o caso da Organização Internacional para o Trabalho (OIT), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas (ONU).

Para pensar essas relações locais e internacionais, nos apropriamos do conceito de “rede” que Enesita Araújo (2008), trabalhada em sua tese de doutoramento. Ao propor um modelo de comunicação em redes, a autora utiliza a figura da espiral ligando o centro à periferia para conseguir relacionar em rede -- pensada como um modelo horizontal de comunicação -- as condições desiguais dos interlocutores quanto às questões de produção, circulação e consumo das informações.

“Redes são espaços sociais e, como tais, são arena dos embates sociais e de lutas políticas. São espaços de articulação de campos e eixos de poder. Redes possibilitam tanto a reprodução quanto a transformação das relações de poder. Os ajustes, as mediações, as negociações, as apropriações, o processo político, enfim, é feito ao nível do território concreto, no nível local. (...) O conceito de “rede” permite compreender melhor a produção dos sentidos sociais e, em decorrência, a própria prática social” (ARAÚJO, 2008, p. 119)

Ainda para Enezita Araújo, em seu texto *Mediações e Poder*³², o poder simbólico exerce-se nas relações sociais, na capilaridade social; é constituído e constitui-se na dinâmica social. Neste caso, os agentes sociais disputam poder a partir de suas práticas discursivas. É o que observamos com as entidades do estudo em questão: tanto em âmbito nacional, como a CPT, quanto em âmbito internacional, como a OIT, OEA e ONU, produzem sentido em seus discursos; o que resulta em ações articuladas e financiadas para o combate ao trabalho escravo.

Neste sentido, a autora entende o conceito de mediação como redes de produção e sentidos que articulam e produzem as posições discursivas

32. *Paper* apresentado na COMPÓS, 2000, Porto Alegre (RS).

dos atores sociais. A CPT, no caso, entende que somente fazendo essas articulações internacionais, consegue pressionar o governo brasileiro a investir no combate ao trabalho escravo.

“As mediações são produzidas por um processo multidimensional e multidirecional, entre outras razões, pelo fato de que as pessoas ocupam diferentes posições sociais e lugares de fala, sendo portanto agentes de múltiplas mediações” (ARAUJO, 2000, p.6)

Norman Fairclough (2001), influenciado pelos estudos culturais britânicos, também nos auxilia ao ponto que estuda a influência das relações de poder sobre o conteúdo e a estrutura dos textos, no nosso caso, com interesse sobretudo nos discursos midiáticos. Para ele, ao usar o termo discurso, há uma proposta de considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como “atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”.

Fairclough entende discurso como (1) modo de ação, como (2) forma de representação, como (3) identidade, como relação social (relacional) (4) e como construção de sistemas de conhecimentos e crenças (5) (ideacional). Neste contexto, o autor defende o discurso como transformação social.

“A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença), como é, mas também contribui para transformá-la.(...) É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida: de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p.92)

Interessamos por esta discussão do discurso como transformação social ao analisar sujeitos da recepção e do consumo também como produtores de discursos, capazes de transformar ou passíveis de serem transformados e ressignificados pela mídia.

REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO (TRABALHADOR ESCRAVO) NA MÍDIA

Uma das questões centrais que começamos a fazer para a segunda fase do desenvolvimento da pesquisa é compreender qual o lugar do trabalhador rural no contexto da escravidão contemporânea na mídia brasileira a partir de estudos acerca da produção e da recepção de representações e sentidos. Como ele se representa, é representado e se vê representado na e pela mídia?

Quando nos reportamos à mídia, neste caso, falamos tanto dos meios massivos de comunicação quanto dos meios de comunicação populares nos quais esses trabalhadores são alvo dos materiais produzidos pelas organizações do movimento social em campanha de prevenção e repressão ao trabalho escravo no Brasil. Aqui, damos destaque para a CPT, as ONGs Repórter Brasil e Humanos Direitos, esta última localizada no Rio de Janeiro e constituída por um grupo de artistas que discutem e produzem materiais de divulgação institucionais sobre a temática desde 2009.

Para entender essa tensão dita anteriormente -- entre o polo da produção e o consumo --, buscamos problematizar esse tema ora pensando o trabalhador como fonte ora como receptor da informação midiática e, neste contexto, perguntamos se sua palavra faz sentido no ato de interlocução ou se existem outras vozes autorizadas para silenciá-la ou ainda falar sobre e a partir dele?

Também nos interessamos em saber qual o tratamento dado, no processo de produção e consumo, com relação a este sujeito (que é fonte e receptor de informação) e relacioná-lo a outros discursos que são construídos sobre trabalho escravo na mídia, principalmente a partir dos ditos mediadores, como por exemplo, representantes governamentais (Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal, entre outros) e não-governamentais (entidades sociais de luta em defesa dos direitos humanos, ONGs, sindicatos, entre outros), que costumeiramente falam sobre o assunto na mídia.

Por outro lado, também temos interesse em saber de que forma ele assiste e/ou interpreta e também produz discursos veiculados (fonte), principalmente pela TV, ao tratar do tema tanto em reportagens jornalísticas quanto em campanhas institucionais.

As principais perguntas formuladas para esta investigação refletem nosso olhar acerca da escravidão contemporânea no Maranhão e no Brasil que temos estudado desde 2004, sob perspectivas orientadas inicialmente pela Sociologia e, mais recentemente, desde 2009, pela Comunicação, principalmente por autores que têm nos ajudado a pensar processos relacionados a discursos e/ou às práticas sociais, à linguagem, bem como às mediações midiáticas. Desta forma, acreditamos que o trabalhador escravo ocupa lugares e papéis tanto nos processos de produção quanto no consumo (recepção), reelaborando os discursos de acordo com seu universo cultural e simbólico bem como suas rotinas e experiências do cotidiano. Buscamos aqui entender como esse sujeito representa, reinterpreta e reconhece essas informações veiculadas na mídia sobre a escravidão contemporânea.

Entendemos que o trabalhador escravo, investigado como receptor, pode produzir outros discursos e representações acerca desta temática e que isso seja de fundamental importância para compreendermos melhor os sentidos midiáticos.

De acordo com Martín-Barbero (1995), entendemos que a recepção não é somente uma etapa do processo de comunicação. Por isso, entendemos como esse “lugar novo”, proposto pelo autor, de onde devemos pensar os estudos e as pesquisas em Comunicação.

Como relato da pesquisa em andamento, vale aqui destacar que nos reunimos, no final de 2011, com alguns dos trabalhadores *resgatados* do trabalho escravo que são nossos informantes desde a pesquisa realizada durante a ocasião do mestrado, concluída em 2006, nos municípios maranhenses de Açailândia e Codó. Na ocasião, expusemos a eles os objetivos dessa segunda fase dos estudos e lançamos algumas discussões acerca dessa representação dos mesmos na mídia. Pelo menos três dos trabalhadores presentes já tinham tido oportunidade de conceder entrevistas para programas jornalísticos (telejornais ou programas de entrevista) para a TV e rádio e comentaram que o que eles falavam era “recortado”³³ e colocado de uma forma (na edição) que muitas vezes trazia um sentido diferente do que eles queriam dizer. Outra questão levantada durante esse rápido encontro

33. Expressão utilizada pelo trabalhador.

foi a do discurso dos mediadores, principalmente dos auditores fiscais do trabalho (que segundo observação dos trabalhadores são os que mais dão entrevista para TV), que possuem, segundo os informantes, “um discurso mais elaborado e organizado sobre o trabalho escravo, citando leis e números sempre com muita segurança”.

Um dos trabalhadores presentes, que preferiu não ser identificado, afirmou inclusive que foi um auditor fiscal do trabalho que lhe esclareceu, durante a primeira fiscalização do MTE que ele teria participado, em 2005, em Codó, que a situação em que ele se encontrava era de trabalho escravo. Até então, o trabalhador não se identificava como tal. Aqui podemos pensar em questões de representação e sentido ainda sob a orientação dos estudos que analisam discursos como enunciação e práticas sociais, como é o caso do chamado “silenciamento” ou o silêncio do discurso (ORLANDI, 2007), no caso principalmente do trabalhador escravo diante do discurso midiático e dos mediadores.

“Há um modo de estar no silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras (...) o estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’” (ORLANDI, 2007, p.11-12)

Orlandi (2007) afirma que o silêncio foi relegado a uma posição secundária, como o “resto” da linguagem. Em contraposição a isso, ela afirma que há sentido no silêncio e que todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. A partir desta orientação, buscaremos investigar se há silenciamento que limita o sujeito (trabalhador escravo) no percurso dos sentidos na mídia, isto é, se o discurso midiático nega este sujeito (receptor) como interlocutor ou impede que as palavras deles façam sentido.

Sobre este assunto, Marilda Amorim (2004) nos ajuda a entender a proposta de Mikhail Bakhtin ao tentar ultrapassar a idéia segundo o qual o conhecimento é uma questão de voz, mas valendo-se de que o conheci-

mento que se produz no texto (e na interlocução) também é uma questão de silêncio (voz silenciada ou ausência de voz).

“Mas tanto pela voz como pelo silêncio estaremos às voltas com produção de sentidos. É portanto a espessura discursiva que se coloca aqui como horizonte e como limite de análise do texto da pesquisa, pois a construção do sentido de todo discurso é, por definição, inacabável” (AMORIM, 2004, p. 19)

Como contribuição dos chamados estudos de recepção latino-americanos, entendemos que o conceito de *mediações* (MARTÍN-BARBERO, 1987) nos ajuda a pensar o lugar do trabalhador escravo na mídia ora como fonte/informante, ora como receptor/consumidor das informações. Martín-Barbero (2003) discute que, através dos meios, legitima-se a onipresença mediadora do mercado, ou seja, alterando-se os sentidos das demandas políticas e culturais, deslegitimando-se os questionamentos da ordem social a qual o mercado, e a próprias tecnologias, permitem dar forma. O autor chama a atenção, também, para a manutenção da tensão, epistemológica e política, entre as mediações históricas que dotam os meios de sentido e alcance social e o papel de mediadores que eles possam estar desempenhando atualmente.

A contribuição de Martín-Barbero para esta investigação está relacionada ao entendimento da recepção como espaço de interação; como verdadeiro passo ante as mediações, o sentido e o tipo de mediações. Nosso interesse é analisar o lugar do sujeito (trabalhador escravo) em todo o processo de comunicação sob as orientações dos estudos de recepção que levam em conta as etapas de produção e consumo como também as relações sociais desses trabalhadores.

Entendemos aqui que esse sujeito não pode ser tratado como vítima, isto é, “um ser manipulado, condenado ao que se quer fazer com ele”; mas sim, como produtor de sentidos e capaz de ressignificar os discursos midiáticos (dele para a mídia como fonte/emissor; dele na mídia como mensagem; dele sobre a mídia, como receptor e ainda dele na sociedade, em suas rotinas cotidianas). Não pretendemos entender este sujeito apenas relacionando-o com os aparatos midiáticos, mas sim, entender suas identidades, sua cultura, sua sociabilidade.

Assim, essa discussão se faz importante no que destaca a centralidade que os meios de comunicação ocupam, principalmente em países como os da América Latina, nos quais contrastam com os graves problemas sociais não solucionados, fragmentando a sociedade através do crescimento das desigualdades. Mais que as substituir, os meios passam a constituir as mediações, constituindo as cenas fundamentais da vida pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamentos preliminares, buscamos nesta presente proposta analisar o papel da mídia na divulgação dessas campanhas, principalmente com relação à televisão, apontada em levantamento da OIT como o principal canal comunicante com o trabalhador rural, no universo de entrevistados. Acreditamos assim chegar ao final desta investigação, com informações interessantes para pensar e repensar o papel e as representações do trabalhador escravo, ou mesmo o vulnerável a condições de escravidão contemporânea, como sujeito no processo da rede de aliciamento e denúncia da escravidão contemporânea no Maranhão e no Brasil.

Neste sentido, o esforço desta pesquisa é entender o lugar do trabalhador rural no contexto da escravidão contemporânea em instâncias midiáticas, tendo como base de análise a produção e recepção de sentidos e representações destes sujeitos (e acerca deles).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Marília. (2004) *O pesquisador e o seu outro*. Bakhtin nas Ciências Humanas. Musa Editora, São Paulo.

ARAÚJO, Enesita Soares de. (2002) *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder*. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese de doutorado, CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. (1996) *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (2004) *Notas para um estado da arte sobre os estudos brasileiros de recepção nos anos 90*. In MACHADO, J;

LEMOS, A; SÁ, S (orgs) *Mídia.BR*, Sulinas, Porto Alegre.

_____ (2010). Estudos culturais: uma introdução. In SILVA, T.T. O que é afinal estudos culturais? Autêntica Editora: Belo Horizonte.

ESTERCI, Neide. (1994) *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Cedi :Rio de Janeiro.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001) *Discurso e mudança social*. Editora Universidade de Brasília, Brasília.

GUEDES, Olga. (1998) *Os estudos da recepção: etnografia e globalização*. In RUBIM, A.A.C; BENTZ, I. M. G; PINTO M. J (org) *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

JACKS, Nilda. (org) (2008) *Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil*. Sulinas: Porto Alegre.

MARTINS, José de Souza. (1975) “Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil”. Pioneira, São Paulo.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. (2001) *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (1995) *América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social*. In SOUSA, M. W. (org) *Sujeito, o lado oculto do receptor*. Brasiliense, São Paulo.

MOURA, Flávia de Almeida. (2009). *Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*. EDUFMA, São Luís (MA)

ORLANDI, Eni Puccinelli (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora da Unicamp, Campinas (SP).

VERON, Eliseo. (1980) *A produção do sentido*. Cultrix/USP, São Paulo.

_____. (1991) “Les médias en réception: les enjeux de la complexité”. In *Médias pouvoir*. Politiques, économies et stratégies des médias. Paris: Bayard Press, n.21, jan.-mar , p.166-172.

A produção de conteúdos jornalísticos na web: o caso do projeto “Moendo Gente” e a denúncia de más condições de trabalho na indústria da carne no Brasil³⁴

Flávia de Almeida Moura

O artigo se propõe a entender os processos de produção jornalística na elaboração de uma grande reportagem investigativa que utilizou recursos das NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) para coletar, organizar e distribuir informações em rede que resultaram num dossiê sobre as relações trabalhistas e econômicas envolvendo os três maiores frigoríficos brasileiros, responsáveis pela exportação de carne para os principais supermercados e restaurantes do mundo.

Trata-se do projeto Moendo Gente³⁵ executado pela ONG Repórter Brasil⁴ em 2011 e lançado em 2012 numa página na internet. Segundo o

34. Texto oriundo de apresentação no GT de História da Mídia Digital, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

35. A ONG (Organização Não-governamental) Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br) foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de brasileiros.

coordenador geral da ONG, o jornalista Leonardo Sakamoto, a pesquisa foi iniciada em 2009, quando da realização de um documentário intitulado *Carne, Osso* (2011)³⁶, que ganhou vários prêmios nacionais e internacionais.

O objetivo do projeto “Moendo Gente” não era descobrir nada de novo; mas de comunicar; tornar público o tamanho do problema que envolve más condições de trabalho na cadeia produtiva da carne no Brasil e que movimenta um importante setor do agronegócio mundial na atualidade. (...) A ideia era criar um dossiê, apresentar às principais empresas varejistas distribuídas pelo mundo responsáveis pela importação da carne brasileira e questioná-las sobre a responsabilidade sobre essa cadeia produtiva que explora trabalhadores em regiões brasileiras. (Entrevista concedida pelo jornalista Leonardo Sakamoto, novembro de 2011)

A Repórter Brasil realizou um estudo de fôlego em 2004 acerca de cadeias produtivas que exploram trabalhadores no Brasil e no mundo. O interesse pelo estudo da cadeia produtiva da carne se deu pelo envolvimento com a denúncia de trabalho escravo em fazendas de gado espalhadas principalmente pelas regiões Norte, Centro-oeste e Nordeste do Brasil. Desde então, a ONG se dedica a estudos que tratam do assunto.

Para analisar a produção de conteúdos jornalístico do *site* Moendo Gente bem como as formas de participação dos agentes envolvidos, utilizamos neste artigo um embasamento teórico-metodológico que perpassa as discussões acerca das NTICs (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação). Mais precisamente, utilizamos neste trabalho os conceitos de

36. O documentário “Carne, Osso” (2011) relata o duro cotidiano de trabalho nos frigoríficos brasileiros de abate de aves, bovinos e suínos. Ao longo de dois anos (2009 a 2011), a equipe da ONG Repórter Brasil percorreu diversos pontos nas regiões Sul e Centro-Oeste à procura de histórias de vida que pudessem ilustrar esses problemas. O filme alia imagens impactantes a depoimentos que caracterizam uma triste realidade desses trabalhadores. O documentário foi premiado dentro e fora do Brasil, ganhando menção honrosa no festival internacional europeu EU-OSHA (2011, Alemanha); Melhor Documentário/Júri Popular do DocFAM/Florianópolis Audiovisual Mercosul (2011, Brasil); Seleção Oficial/É tudo verdade (2011, Brasil); Seleção Oficial/FIDOCS (2011, Chile); e Seleção Oficial/Festival de Gramado (2011, Brasil).

cultura participativa (JENKINS, 2009) e de inteligência coletiva (LÉVY, 1998) e ainda noções de cibercultura (LEMONS, 2002) bem como das suas principais características da sociedade em rede. (CASTELLS, 1999).

Embora nosso objeto empírico de investigação seja o jornalismo, e mais especificamente o gênero investigativo, tratamos aqui os conteúdos produzidos como informações em rede, uma vez que estamos mais preocupados em compreender as contribuições das NTICs para os processos de comunicação na cultura digital do que discutir a fundo a produção do campo jornalístico propriamente dito.

O PROJETO MOENDO GENTE

FIGURA 1. HOME PAGE DO PROJETO MOENDO GENTE



FONTE: ONG REPÓRTER BRASIL

Durante a pesquisa em frigoríficos brasileiros, verificamos uma rede de compradores varejistas da carne brasileira no exterior; o que deu a idéia da ONG que denuncia más condições de trabalho – a Repórter Brasil -- de preparar um dossiê sobre o tema para enviar a esses compradores e questioná-los sobre a base de sua cadeia produtiva. A idéia foi mostrar objetivamente o tamanho do problema, a sua geolocalização (Ver figura 1)

e chamar a atenção para o governo brasileiro bem como os compradores internacionais sobre as condições de trabalho nas principais plantas dos frigoríficos brasileiros localizados principalmente nas regiões sul e centro-oeste do país (marcações no mapa do *site* – *Figura 2*).

FIGURA 2. AO CLICAR, O INTERNUTA PODE ACESSAR INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM CADA PLANTA DAS EMPRESAS DENUNCIADAS NA REPORTAGEM.



FONTE: ONG REPÓRTER BRASIL

Segundo a equipe da ONG Repórter Brasil, o papel do *site* não foi descobrir nada de novo, mas apenas reunir numa mesma plataforma conhecimentos e informações que estavam espalhados e, que se não relacionados, não apresentariam de forma impactante e conectadas com a economia internacional.

De acordo com as informações contidas na reportagem, o mercado da carne mudou muito nos últimos 10 anos no Brasil. Nesse período, surgiram multinacionais brasileiras. A pesquisa fez o recorte dos 10 maiores grupos varejistas do mundo e tentou identificar as suas relações com os 3 maiores frigoríficos brasileiros: Brasil Foods (BRF), JBS e Marfrig³⁷.

37. Brasil Foodes, JBS e Marfrig são os três principais frigoríficos do Brasil na atualidade.

A empresa Brasil Foods (BRF) foi criada em 2009, a partir da fusão das duas maiores processadoras de carne de frango e de suínos do Brasil: a Perdigão, fundada por descendentes de italianos na década de 1930, e a Sadia, criada em 1944 pelo empresário Atílio Fontana. O resultado foi uma das maiores indústrias globais de alimentos, com quase 120 mil empregados somente em seu país sede.

Segundo informações do projeto Moendo Gente, a receita líquida da Brasil Foods, em 2011, foi de R\$ 25,7 bilhões. A empresa responde por 9% das exportações mundiais de proteína animal. O grupo frigorífico exporta para mais de 140 países e opera 61 fábricas no Brasil, distribuídas por 11 estados. Além disso, também controla sete indústrias no exterior. As marcas internacionais Sadia e Perdigão têm forte penetração em diversos países.

Já as atividades da JBS tiveram início em 1953, com uma pequena planta de abate em Anápolis (GO). Nas décadas seguintes, o grupo expandiu suas operações através da aquisição de dezenas de unidades produtivas no Brasil – atualmente, são 35 frigoríficos e abatedouros. Paralelamente, em 2005, iniciou também uma agressiva política de aquisições internacionais. Como resultado, tornou-se hoje o maior processador de proteína animal do mundo. Possui quase 130 mil empregados, 49 mil deles no Brasil.

Fundado em 1986, o grupo Marfrig é o terceiro maior produtor de carnes da América Latina, e o terceiro maior do mundo no segmento de bovinos. Fabrica também itens de carne suína, aves e peixes. Suas mercadorias estão presentes em mais de 140 países, sendo produzidos por aproximadamente 90 mil funcionários – mais da metade deles no Brasil. Em terras brasileiras, o grupo é dono de 47 plantas frigoríficas em dez estados. Em 2009, adquiriu a Seara Alimentos, até então segunda maior empresa do setor de aves e embutidos no país.

FIGURA 3. INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS RELACIONAM A EMPRESA BRASIL FOODS COM O SEU MERCADO NO ORIENTE MÉDIO VIA CARREFOUR.



FONTE: ONG REPÓRTER BRASIL

Dentre os maiores grupos internacionais investigados na reportagem estão o WalMart, Carrefour, McDonalds, Subway, PizzaHut, a maioria com lojas também no Brasil. No material disponibilizado pela web, cada uma dessas empresas são georreferenciadas e relacionam esses estabelecimentos com as plantas dos principais frigoríficos tratados na reportagem.

O projeto Moendo Gente envolveu, além da equipe da Repórter Brasil, mais de 20 colaboradores diretos que forneceram informações e documentos para a elaboração da grande reportagem multimídia. Esses colaboradores foram principalmente procuradores do trabalho que atuam nas três grandes regiões brasileiras (sudeste, centro-oeste e sul) além do Distrito Federal, e lideranças sindicais ou mesmo trabalhadores dos frigoríficos. Também foram utilizadas fontes documentais, isto é, processos trabalhistas e judiciais envolvendo irregularidades trabalhistas no ramo. (Entrevista concedida pelo jornalista André Campos, da ONG Repórter Brasil, novembro de 2012)

Segundo Campos, as pessoas colaboraram cedendo informações, documentos e redigindo textos que foram aproveitados para a construção da grande reportagem no *site* Moendo Gente. Mas a equipe da Repórter Brasil mediou as informações e editou o material no estilo jornalístico, assumindo assim a responsabilidade editorial do conteúdo.

Segundo a equipe da Repórter Brasil, a partir da experiência da pesquisa para o documentário Carne, Osso (2011), a equipe decidiu investir numa investigação jornalística de fôlego, utilizando a rede de colaboradores principalmente ligados ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e aos sindicatos de trabalhadores do ramo, espalhada principalmente pelas regiões centro-oeste e sul do Brasil, onde se concentram os maiores frigoríficos exportadores da carne brasileira. Foram encontrados principalmente problemas relacionados à organização do trabalho, à saúde e à segurança; como no caso de jornadas exaustivas e temperaturas muito frias, insalubres. Além disso, percebeu-se durante a pesquisa o alto índice de doenças ocupacionais e de distúrbios psíquicos.

Trata-se de uma rede colaborativa de informações que conseguimos reunir graças à participação de agentes do movimento social e operadores do direito do Brasil e das principais localidades da Europa e Estados Unidos, onde essas empresas estão localizadas. (Trecho de entrevista concedida pelo jornalista André Campos, Repórter Brasil, novembro de 2012).

Campos explicou que além dos participantes no Brasil, o trabalho também contou com a colaboração de jornalistas e agentes do movimento social de países europeus e dos Estados Unidos que informaram durante a construção do *site* sobre o mercado bem como as relações dos grandes grupos varejistas, principais compradores dos três frigoríficos brasileiros citados (Ver exemplo em Figura 3). Neste caso, a colaboração foi toda feita pela internet entre conversas e trocas de documentos importantes para a apuração da reportagem. Vale ressaltar que nenhum informante foi remunerado pelo serviço prestado; nem mesmo os profissionais de jornalismo que participaram da rede colaborativa.

As denúncias, em geral, dizem respeito a processos administrativos e a até judiciais que estão em tramitação em âmbitos estadual e nacional acerca de más condições de trabalho, bem como irregularidades trabalhistas, principalmente relacionadas a jornadas exaustivas e locais inadequados para a atividade. A reportagem também conta com depoimentos de trabalhadores e lideranças sindicais que informaram sobre a rotina de trabalho ou ainda sobre as questões de saúde e segurança, ou a falta delas, nas plantas dos frigoríficos localizadas no Brasil. A denúncia trata do alto índice de doenças ocupacionais e até mesmo distúrbios psicológicos acometidos devido à exploração do trabalho.

Sobre o impacto do lançamento da reportagem multimídia, a equipe da Repórter Brasil informou que tanto a mídia brasileira quanto a internacional recebeu bem o material publicado e produziu conteúdos a partir do *site*. No Brasil, além de ocupar vários portais de notícias na internet, a TV Record produziu um programa inteiro do Repórter Record sobre o assunto. Mas o resultado que não era esperado, segundo a equipe da Repórter Brasil, foi a página “bombar” nas redes sociais. O site foi replicado milhares de vezes nas redes sociais (principalmente no Twitter e no Facebook), o que gerou um impacto que não estava previsto. (...) Nas redes sociais, o processo de participação e colaboração continuou, com mais denúncias e comentários interessantes acerca do tema (alguns deles podem ser encontrados na própria página do projeto www.moendogente.org.br). (Trecho de entrevista concedida por André Campos, novembro de 2012).

Atualmente, o projeto continua acompanhando as negociações mediadas entre as empresas e o Ministério Público do Trabalho para a criação de uma nova norma regulamentadora do processo de trabalho nos frigoríficos brasileiros. As informações mais recentes são acompanhadas e veiculadas pela agência de notícias da ONG (www.reporterbrasil.org.br).

A ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DAS NTICs NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS

Embora o projeto Moendo Gente utilize conceitos relacionados à cultura participativa (JENKIS, 2009) principalmente para a elaboração da grande reportagem; entendemos que há controle e mediação da equipe da Repórter Brasil na edição do material disponibilizado na *web*. Dessa forma, delimitamos nossa análise no processo de produção dos conteúdos jornalísticos que contou com a participação das fontes de informação distribuídas em várias localidades no Brasil e nos principais países onde se encontram as empresas que importam a carne brasileira.

Para Henry Jenkins (2009), o paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias vão interagindo e alterando a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados e público. Reconfiguram-se também os modos das pessoas se relacionarem com os aparatos midiáticos. A cultura participativa é um evento dentro deste contexto, em que consumidores tomam nas mãos conteúdos midiáticos, manipulam esses conteúdos para satisfazer necessidades, fantasias e desejos. A cultura participativa nos fala de “espaços de afinidade”, em que as pessoas participam mais ativamente, se envolvem profundamente com a cultura compartilhada/midiática. Há empreendimentos comuns e a construção de pontes que unem as diferenças, então as pessoas podem atuar de diversas formas, pois podem participar com as suas diferentes habilidades e interesses, dependendo do conhecimento dos seus pares, que são iguais entre si, para adquirir novos conhecimentos e/ou refinar habilidades existentes. Cada um pode sentir-se *expert*, ainda que para isso conte com a *expertise* dos outros.

No caso analisado, entendemos que há participação na produção de conteúdos jornalísticos no *site* Moendo Gente, principalmente da rede de procuradores do Trabalho, lideranças sindicais e mesmo trabalhadores que atuam diretamente na linha de produção dos principais frigoríficos brasileiros das empresas Brasil Food (BRF), JBS e Marfrig, embora não como a concebida pelo autor, que trata a cultura participativa como algo mais ilimitado, menos controlado pelos produtores midiáticos e mais controlado pelos próprios consumidores/produtores da informação disponibilizada em rede.

Mesmo entendendo que o conceito de Jenkins não diz respeito ao produto final analisado (*site*), acreditamos que ele nos ajuda a compreender o comportamento desse novo consumidor midiático, participante ativo na produção jornalística, cada vez mais distante da condição de receptor passivo. São pessoas que interagem com um sistema complexo de regras criado para ser dominado de forma coletiva.

Neste caso, já o conceito de inteligência coletiva de Pierre Lévy (1998) pode ser melhor utilizado nesta análise uma vez que é entendida como “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta uma mobilização efetiva das competências”(1998). Trata da valorização da inteligência, que inevitavelmente é ubíqua, a fim de que seja disponibilizada para a solução de problemas ou a criação coletiva, que transcenderia o universo particular do indivíduo e que resultaria na colaboração e participação por meio de suas competências. O uso da *expertise* individual nas comunidades virtuais coletivas ou comunidades de conhecimento permite o exercício de poder coletivo, visando a objetivos comuns.

Neste sentido, podemos afirmar que ela se refere mais ao contexto da democratização das informações e, neste caso, propicia uma reflexão sobre uma forma de jornalismo investigativo e cidadão, que reúne as informações e cobra a responsabilidade dos envolvidos solicitando respostas e explicações.

Lévy quer dizer que não existe no mundo nenhum reservatório de conhecimentos que seja à priori ou transcendente, isto é, que não existe no mundo nenhum intelectual sábio o bastante para concentrar em si todo o conhecimento, e mais, não existe o conhecimento pronto, completo e perfeito no reservatório memorial ou enciclopédico de ninguém. Mas, o que verdadeiramente existe é um mundo cheio de pessoas em todas as partes, e em cada uma dessas pessoas se concentra algum tipo de saber, isto é, cada pessoa no mundo sabe alguma coisa, e sabe alguma coisa que as outras pessoas não sabem – de acordo com a posição que elas ocupam na sociedade: no caso analisado – operadores do Direito, trabalhadores e lideranças sindicais colaboraram com informações diferentes, mas não menos importantes para a construção do material jornalístico.

Diferente da soma dos conhecimentos individuais, a concepção de Lévy sobre inteligência coletiva pressupõe que os grupos “tornam acessível ao intelecto coletivo todo o conhecimento pertinente num dado momento” (JENKINS, 2009), em que cada usuário pode ser um nó na rede a construir conhecimento e compartilhá-lo, beneficiando a coletividade com sua parcela de saber ou com sua informação.

Podemos afirmar então que o dossiê jornalístico analisado foi construído a partir da inteligência coletiva de vários indivíduos com *expertises* diferentes, que ajudaram a compor um mapa -- uma cartografia do problema -- e, assim, dando-lhe mais detalhamento, fundamental para o levantamento investigativo proposto.

Também podemos pensar o processo de construção do projeto Moendo Gente à luz dos conceitos de André Lemos (2002) acerca da cibercultura, quando ele afirma que ela caracteriza-se por três “leis” fundadoras: (1) a liberação do polo da emissão, (2) o princípio de conexão em rede e a (3) reconfiguração de formatos midiáticos e práticas sociais. Para Lemos, essas leis vão nortear os processos de “re-mixagem” contemporâneos. Sob o prisma de uma fenomenologia do social, esse tripé (emissão, conexão, reconfiguração) tem como corolário uma mudança social na vivência do espaço e do tempo.

No caso analisado, a emissão está de certa forma centralizada nas mãos da equipe da Repórter Brasil, mas o que fica bem claro na produção da reportagem é a reconfiguração de práticas sociais conectadas em rede. Esses atores sociais que participam da construção do *site* já atuavam antes em seus respectivos espaços (locais, nacionais ou internacionais) e em suas respectivas frentes (movimento social, poder público, sindicatos). Eles são acionados pelos organizadores do projeto e compartilham de seus conhecimentos e habilidades. Isso leva a própria ONG Repórter Brasil ter fôlego para elaborar um dossiê e cobrar de grandes empresas internacionais consumidoras da carne brasileira respostas de exploração no mundo do trabalho na base de suas cadeias produtivas.

Para Manuel Castells (1999), as redes configuram as lógicas da organização social contemporânea, caracterizando-se pela geração, processamento e transmissão da informação como fontes fundamentais de pro-

atividade e poder. Neste caso, os aspectos essenciais da constituição dessa organização social condicionam ou impactam de alguma forma dimensões tão diversas quanto a economia, o conhecimento, o poder, a comunicação e a tecnologia, sugerindo que a sociedade em rede seria a estrutura social dominante do planeta.

Quanto aos pressupostos da Sociedade Informacional, Castells (1999) distingue modo de desenvolvimento de modo de produção. O modo de produção diz respeito à forma como é distribuído o produto do trabalho, como são feitos a apropriação e os usos do excedente e podendo ser, portanto, capitalista (sob o domínio do capital), ou estadista (sob o domínio e controle do Estado). Já o modo de desenvolvimento é determinado pelo elemento principal para a produtividade, outrora o modo de desenvolvimento agrário (cuja riqueza maior era a posse da terra), depois a indústria (fontes de energia, industrialismo) e, hoje em dia, o controle e a produção de informação (informacionalismo).

Castells pensa a sociedade em rede em uma abrangência transversal, a partir da análise de aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, ao mesmo tempo em que reconhece que a lógica de rede, embora assuma uma dimensão global, não substitui outras estruturas sociais, mais centralizadas e hierárquicas. A dinâmica não seria de substituição imediata, mas de convivência e adaptação, a exemplo do que percebemos no modo de organização das mídias, em uma combinação entre o que é possível identificar como mídias de massa e mídias em rede.

Entendemos que este aspecto pode ser observado no caso analisado, uma vez que a produção jornalística contou com essa “rede inteligente” de conhecimentos dispostos pela *internet* sobre o tema denunciado, embora ainda com centralização e controle – característico da mídia de massa – do material editorial por parte da ONG. Mas, de qualquer modo, pensamos que o processo começa a se misturar, uma vez que os posicionamentos de emissores e receptores das informações já não são mais tão claros e definidos como na mídia tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso e a troca de informações sempre estiveram presentes nas sociedades humanas, hoje, porém, as mediações disseminam a informação de uma maneira inédita e com características que a distinguem das mediações anteriores, instaurando profundas rupturas na dinâmica dos fenômenos. Os dispositivos comunicacionais possibilitam hoje as diferentes formas de comunicação entre as pessoas e rompem com a comunicação passiva, típica das mídias tradicionais. Abrem novas possibilidades aos sujeitos cujas ações retroagem sobre a sociedade, complexificando-a.

Esse potencial da sociedade em rede, bem como da cibercultura, foi apropriado pela equipe da Repórter Brasil, que utilizou dos recursos digitais disponíveis bem como da cultura participativa da sociedade contemporânea para qualificar um material jornalístico investigativo – o projeto Moendo Gente -- construído por muitas mãos, que teve uma função cidadã de denunciar um problema recorrente na sociedade brasileira -- exploração no mundo do trabalho – e cobrar as responsabilidades de autoridades competentes do governo brasileiro bem como do mercado internacional, que importa a carne produzida no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Cedi, Rio de Janeiro, 1994.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2ª edição. Aleph, São Paulo, 2009.
- LEMONS, André. *Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Sulina, Porto Alegre, 2002.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço* Edições Loyola, São Paulo, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. Pioneira, São Paulo, 1975.

Olhares de trabalhadores rurais maranhenses sobre a escravidão contemporânea a partir da mídia³⁸

Flávia de Almeida Moura

O presente artigo traz parte das discussões levantadas durante a pesquisa de doutorado, defendida em julho de 2015 pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A parte escolhida para compor esta comunicação diz respeito à sistematização e análise de dados qualitativos recolhidos durante trabalhos de campo junto a um grupo de dez trabalhadores rurais maranhenses, reunidos por intermédio do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascáran (CDVDH/CB). Na ocasião³⁹, realizamos grupos de discussão (entrevistas coletivas) e entrevistas individuais, nas residências de alguns trabalhadores. Em ambos os casos, exibimos um conjunto de cinco reportagens televisivas veiculadas em canais abertos de televisão no período de 2009 a 2013 que tratam da questão do trabalho escravo contemporâneo. Em geral, as reportagens relatam fiscalizações organizadas por equipes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de denúncias promovidas pelo movimento social e

38. O texto traz parte das reflexões feitas pela autora durante a pesquisa de tese doutoral, defendida em 2015.

39. O trabalho de campo da pesquisa foi realizado em duas etapas, sendo a primeira em agosto de 2013 e a segunda em dezembro de 2014, ambas em Açailândia (MA).

ainda retratam as condições de onde os trabalhadores foram encontrados em regimes de escravidão contemporânea (principalmente em fazendas de gado e carvoarias do Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso).

Escolhemos um caminho para analisar as representações (HALL, 2003; 2010) dos sujeitos sobre o trabalho escravo a partir da busca do entendimento dos processos de identificação (HALL, 2013) e apropriação (THOMPSON, 2013) deles em relação à mídia. Dessa forma, classificamos e apresentamos os extratos de falas do grupo de trabalhadores organizadas em dois blocos, que denominamos (1) tópicos de identificação, quando tratamos das representações da “realidade” nos materiais midiáticos trabalhados; e (2) tópicos de apropriação, quando tratamos dos relatos sobre a edição das reportagens, bem como sobre como os entrevistados, se estivessem na condição de produtores das notícias, contariam essas histórias. Ao colocá-los na condição de produtores dos materiais midiáticos, buscamos extrair também suas representações sobre a temática, em comparação ao que assistiram.

Após a assistência dos materiais midiáticos pelos entrevistados, deflagramos um diálogo, iniciado com a seguinte questão: do que tratavam as reportagens?

A reportagem fala da gente sim. Mostra as condições, a água que a gente bebe, a comida que a gente come... mas tem coisas lá dentro da fazenda, o tratamento que fazem com a gente, que nunca vai sair em lugar nenhum...até porque não dá pra ser representado. Só vivido mesmo...e é muito triste. (Trecho de entrevista com trabalhador Paulo⁴⁰, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

É interessante perceber na fala que o que eles passam dentro dos locais de trabalho não pode ser “representado”, “mas só vivido mesmo”. Neste sentido, a ideia da representação para este sujeito apresenta-se de forma deslocada da “realidade” vivida por ele.

40. Utilizamos nomes fictícios para a preservação das identidades dos entrevistados.

TÓPICOS DE IDENTIFICAÇÃO

Partimos do entendimento de Hall (2013) sobre a identificação como um processo de articulação, uma suturação sujeita ao jogo da diferença. Percebemos este movimento nas conversas com os entrevistados. Em vários momentos das falas, algo que lhes chamava a atenção nas reportagens tinha relação ou com alguma “falta” ou algum “excesso” nas representações percebidas por eles durante a assistência do material midiático exibido.

Às vezes a situação é mais precária do que as que passa aí. Eu mesmo já passei por essa situação e é difícil. Eu mesmo já fiz foi desmaiar de fome lá em carvoaria que eu fui parar em hospital. Essa situação é difícil de fazenda, carvoaria, um monte de lugar que às vezes a pessoa conta pra pessoa e quando chega naquela cidade, é outra. Oferece um valor pra pessoa e quando chega lá no serviço é outro valor. Aí te deixa sem água, sem comida, às vezes diz pro cara que vai dormir na rua, quando chega, dorme no meio do mato coberto de palha mesmo. É uma situação difícil, difícil demais o trabalho escravo. (Trecho de entrevista com trabalhador Pedro, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

No relato acima, o trabalhador se identificou com o que foi mostrado nas reportagens com relação à falta de infraestrutura nos locais de trabalho, mas afirmou que sua experiência foi ainda pior, com condições “mais precárias” do que as visualizadas. Esta afirmativa se referia à reportagem exibida pelo Fantástico, em 18 de março de 2009, e principalmente, ao trecho em que o repórter descreve as situações encontradas nas fazendas fiscalizadas, mostrando imagens e conversas com alguns trabalhadores, como podemos acompanhar a seguir alguns trechos das entrevistas:

Repórter: Tem banheiro aqui?

O banheiro é aquele que vocês podem filmar. (Imagens de banheiro improvisado com palhas de buriti, palmeira encontrada na região) (...)

Repórter: E o que vocês comem?

A gente comia um feijãozinho meio-dia. À tarde, arroz branco e aí misturava com molho de pimenta... (Imagens da alimentação)⁴¹

Notamos aqui a identificação operando por meio da diferença e envolvendo um trabalho discursivo ao retratar o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, o que Hall (2013) chama de produção de “efeitos de fronteira”. Identificamos em vários momentos das entrevistas esses “efeitos de fronteira”, situações chamadas pelos trabalhadores de representações da “realidade”.

(...) acho que a reportagem mostra sim bastante a nossa realidade. Primeiro, o reconhecimento da gente. Eu não tinha assistido essa matéria, mas o Brasil todo assistiu. Foi um espanto pra mim. Eu cheguei onde me criei, dia 14 de dezembro de 2012, 33 anos depois que eu tinha saído de lá, num povoadinho do município de Grajaú (MA). Lá, todos os amigos, os compadre, primo, a família toda me reconheceram na televisão. Eles perguntaram o que eu tava fazendo lá... “eu conheci você no Jornal Nacional...o que foi aquilo?” Aí eu anunciei pra eles (...) e eles botaram fé. (Trecho de entrevista com trabalhador Sebastião, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

Neste caso, houve o reconhecimento do discurso midiático como algo que legitimou a experiência vivida pelo trabalhador, que foi submetido ao trabalho escravo e concedeu entrevista à mídia, sendo reconhecido pelos seus familiares e amigos como alguém que passou por aquilo mesmo, tanto que “saiu na televisão”; é “verdade”, é “real”. Mas mesmo os demais trabalhadores, que não tiveram a experiência de se ver em uma das reportagens exibidas durante o trabalho de campo, sentiram-se identificados com os materiais, embora sempre apresentando algum aspecto de sua “realidade”, que não foi retratado na tela.

41. Trecho extraído de reportagem exibida pelo Fantástico, da Rede Globo, em 2009.

No caso abaixo, o entrevistado reconheceu o trabalho como similar ao que ele já havia feito, mas questionou alguns detalhes exibidos na reportagem acerca do processo de produção do carvão vegetal mostrado na reportagem numa carvoaria do estado do Pará.

Com certeza, ali mostra todo o trabalho escravo que a pessoa, numa situação de trabalho escravo, passa. O serviço que você... eu também já fiz muito esse serviço ali, encher forno, tirar forno. Só que assim, eu trabalhava um pouco diferente dessas fase aí que ela (a repórter) mostrou... aliás, era trabalho escravo, mas eu sabia que era trabalho escravo, trabalhava porque precisava. É diferente desse outro que foi pra fazer um serviço (se referindo ao trabalhador entrevistado na reportagem), chegando lá era outro serviço. Eu me considerava como trabalho escravo porque eu não podia sair e não tinha a liberdade pra sair pra lado nenhum porque a gente é vigiado. Então a gente se sente como se tivesse lembrando todo aquele tempo que não é bom, eu, pelo menos não gosto de lembrar tempo de escravidão, é como se eu tivesse sofrendo duas vezes. Eu acho muito ruim, mas foi uma realidade que aconteceu e infelizmente a gente lembra e pede a Deus pra que nunca mais passe por isso de novo. (Trecho de entrevista com trabalhador João, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

O comentário refere-se à reportagem exibida no programa A Liga, que foi ao ar no dia 16 de agosto de 2011, pela Rede Bandeirantes. Na ocasião, a equipe de reportagem acompanhou uma fiscalização numa carvoaria no município de Goianésia, no Pará. O trecho ao qual o trabalhador se referiu narrava o passo a passo do trabalho para a feitura do carvão – cortar a madeira, colocar no forno para queimar, lacrar o forno e após algum tempo, abrir para retirar o carvão. Como o entrevistado já havia trabalhado de forma similar em carvoaria, no Maranhão, fez comentários sobre algumas diferenças entre o que ele fazia e o que viu relatado na reportagem. A seguir, um trecho da conversa entre a repórter e o trabalhador entrevistado em Guaianésia (PA).

Repórter: O senhor é o que aqui?
Eu sou o carbonizador.
Repórter: O que é o carbonizador?
É o que coloca a lenha no forno e queima...pra formar o carvão.
Repórter: O senhor que queima mesmo?
E usa alguma ferramenta?
A ferramenta que nós usa é isso aqui...de proteção nenhuma.
Repórter: Máscara não?
Não.
Repórter: Faz tempo que o senhor trabalha com isso?
Dona, tem seis anos.(Após abrir o forno)
Repórter: O senhor que lacra mesmo com esse tijolo?
É sim senhora. A porta daqui, aí passa o barro.
Repórter: (Cheiro já bem forte) Quanto tempo ficou queimando aí?
Passa de quatro a seis dias quanto tá no inverno, né? Quando tá no verão, dá uns três dias.
Repórter: Trabalho duro, hein?
Um pouquinho... (Esvaziando o forno)
Repórter: O senhor não se incomoda com esse cheiro não?
A gente já se acostumou né?
Repórter: Mas deve fazer um mal, hein?
Um pouco. Aqui tem vez que tá tirando e é obrigado a estar se molhando pra aguentar... Quando tá muito quente o camarada não pode entrar em pé. Assim que nem se entra aqui, né? Tem que se abaixar porque a quentura ela evapora tudo aqui...⁴²

Ao assistir o material, o trabalhador identificou-se com a falta de equipamentos de segurança, bem como a facilidade de acontecer um acidente. No grupo de discussão, também estava presente outro trabalhador, que já havia sofrido acidente em carvoaria e, por isso, tem dificuldades de andar, sentindo dores constantes nas pernas. Os trabalhadores também questionaram o tempo de queima do carvão mostrado pela televisão (de quatro a seis dias no inverno e numa média de três dias no verão), mas afirmaram que realmente, neste caso, varia de região e também em cada

42. Trecho extraído da reportagem A Liga, da TV Bandeirantes, exibida em 2011.

época do ano, no caso “se é inverno ou verão”⁴³, ficando mais úmido ou seco, interferindo diretamente na queima.

A consolidação do processo de identificação requer dos sujeitos, na maioria das vezes, aquilo o que é deixado de fora, isto é, o exterior que a constitui. Percebemos este fato no relato que segue:

(...) Onde eu trabalhava teve um caso que devia ser tratado aí nas reportagens. Teve algum que falou que ia denunciar, aí ele soube, quando ele chegou com um 38 assim no punhal e disse assim: aqui eu tô sabendo que vão “dar parte”, mas se sair pra “dar parte” não passa um ali pela cancela. Aí ficou com ameaça, aí um bocado de gente ficou logo com medo. Aí foi a vez que o menino saiu, eles procuram todo meio de intimidar a pessoa. (Trecho de entrevista com trabalhador Lucas, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

O relato acima traduz mais um aspecto da “falta” que os entrevistados, em geral, sentiram nas reportagens por não tratarem como deveriam, segundo eles, da questão da violência dentro e fora das fazendas, envolvendo os atores que compõem a rede de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo.

Mas o que queremos chamar a atenção e trazer para a reflexão é o fato de um trabalhador, ao assistir a um conjunto de reportagens selecionadas sobre a temática, ter lembrado de um fato ocorrido quando ele estava envolvido na questão do trabalho escravo, que é muito grave e sério, na sua concepção, e que não é tratado, em geral, em materiais midiáticos do seu conhecimento: o medo de denunciar em decorrência de ameaças nos locais de trabalho, bem como nas regiões onde ocorre o aliciamento para o trabalho escravo, como é o caso estudado de Açailândia (MA).

43. Vale destacar que em regiões do Maranhão e do Pará, as estações do ano são definidas praticamente pela chuva. O chamado tempo do inverno, que vai de dezembro a junho aproximadamente, é quando chove; e o tempo do verão, de julho a novembro, dificilmente chove e é caracterizado como tempo da seca. O que os trabalhadores contam é que esses tempos, de chuva e seca, eram mais definidos até os anos 90; quando as mudanças climáticas começaram a ocorrer mais frequentemente, ocasionando alguns períodos de chuva no verão e seca no tempo do inverno, por exemplo.

É este estranhamento, a partir da diferença, que constitui um dos elementos importantes para a constituição da noção de identificação da qual nos apropriamos neste estudo. E neste caso, um dos entrevistados recorreu à sua memória e trouxe aspectos de experiências vivenciadas no passado para ajudar a constituir suas representações a partir de sua assistência das reportagens.

Notamos também que os processos de identificação entre sujeitos e mídia perpassam, em alguns casos, a presença de outros mediadores, como é o caso dos agentes do movimento social. Esta presença está marcada na fala de um dos entrevistados, como podemos observar a seguir:

Acredito sim, que a gente já foi escravo. Hoje, graças a Deus, eu tenho o privilégio em dizer que não me encaro mais em uma situação daquela, totalmente, desde esse período que eu vim do resgate pra Açailândia. Eu fui várias vezes na minha cidade e voltei porque eu me adaptei com a cidade através do pessoal, eu sou muito agradecido ao pessoal do Centro de Defesa e, desse dia em diante, eu resolvi morar em Açailândia. Hoje, eu tenho família, tenho casa, graças a Deus e o que eu vejo assim, através da sua primeira pergunta sobre o que a gente vê, quando fala sobre a reportagem. A gente se sente triste por saber que ainda existe gente que comete esse tipo de infração, de trabalho escravo. A gente se sente triste por isso e por ter passado pelo Centro de Defesa a gente se sente alegre, porque o nosso depoimento é um reforço para que isso possa ter um basta, sobre esse trabalho escravo. (Trecho de entrevista com trabalhador Pedro, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

O contexto social das representações, neste caso, se dá principalmente pelo contato dos trabalhadores com os mediadores tanto da equipe de fiscalização (órgãos governamentais) quanto das entidades sociais responsáveis pela denúncia e pelo acompanhamento dos processos administrativos e até mesmo judiciais (no caso estudado, representados pelos agentes do Centro de Defesa de Açailândia).

As relações de mediação perpassam as identificações que os sujeitos investigados apontam com relação ao material midiático exibido

durante trabalho de campo. No texto jornalístico televisivo escolhido, as falas dos mediadores também compõem o conjunto de fatores de identificação apontados pelos trabalhadores. Um exemplo disso é quando, no ato da assistência das reportagens, os trabalhadores reconhecem alguns agentes do movimento social ou mesmo governamentais (no caso, auditores fiscais do trabalho) e depois conversam, entre si, sobre a familiaridade despertada durante este reconhecimento com comentários do tipo: “Viu fulano de tal lá? Ele defende nós em qualquer lugar mesmo...” ou ainda “Esse cabra foi longe atrás de peão”⁴⁴, quando se referia a um auditor fiscal do trabalho acompanhado por uma equipe de reportagem numa carvoaria, no Pará.

Dessa forma, entendemos que, além do estranhamento com o outro, com o diferente, os sujeitos também constituem suas identificações no reconhecimento de algo familiar, comum, portanto, com algo com que eles se identificam pelas similaridades. Assim, este jogo entre as representações da “realidade” dos entrevistados; da “vida vivida”, e as representações do trabalho escravo apresentadas pela mídia (no caso pelas reportagens televisivas) nos ajuda a compreender os processos de identificação dos sujeitos com a mídia, na busca de suas apropriações do texto midiático para a constituição de suas representações.

Portanto, entendemos que os processos de identificação, seja pelo estranhamento ou pela diferença; seja pelas similaridades ou familiaridade dos sujeitos com o que percebem da mídia, nos levam a algumas apropriações dos entrevistados junto ao texto midiático trabalhado. A partir da mídia, eles fazem uma reflexão acerca de suas próprias autorrepresentações e apresentam seus pontos de vista utilizando ora elementos presentes nas narrativas televisivas jornalísticas assistidas durante o trabalho de campo, ora acrescentando outros elementos de suas sociabilidades, como é o caso da presença dos mediadores do movimento social, indicada anteriormente.

44. Estes comentários, informais e sem identificação, foram extraídos de anotações gerais do caderno de campo que utilizamos durante observação participante, no decorrer das visitas a Açailândia.

TÓPICOS DE APROPRIAÇÃO

Ao classificarmos as entrevistas individuais e os dados obtidos a partir dos grupos de discussão, identificamos alguns aspectos de apropriação dos entrevistados tanto relacionados a questões mais técnicas (e até mesmo políticas editoriais) do jornalismo, como é o caso da edição das reportagens televisivas, quanto relacionadas ao imaginário do grupo social, que com seu repertório próprio, afirmaram que poderiam contar as histórias que haviam acabado de assistir de outras formas, com outros pontos de vista.

Interessamo-nos por essas histórias, em perceber como esses sujeitos recebem essas informações e ressignificam-nas em suas vivências cotidianas. Em última instância, buscamos as apropriações desses trabalhadores sobre aspectos da mídia que participam da constituição de suas representações acerca do trabalho escravo.

Um dos entrevistados, quando questionado sobre como construiria essas histórias se estivesse na produção da reportagem, afirmou que em vez de falar, preferia desenhar, para representar como ele contaria. Ele ficou de desenhar e nos enviar o desenho por intermédio do Centro de Defesa de Açailândia, que faria chegar até nossas mãos, mas infelizmente não o fez. Ligamos algumas vezes, mas não tivemos condições de voltar à sua residência para verificar, *in loco*, se ele realmente havia cumprido o prometido. De qualquer forma, na ocasião da entrevista, realizada em dezembro de 2014, ele descreveu como seria este desenho:

Eu poderia desenhar ...uma família desestruturada, cada um para um lado, sem esperança e com medo. Esta seria a representação, pra mim, do trabalho escravo. O inverso disso, eu desenharia o homem, a mulher e os filhos junto em casa, sem precisar de trabalho escravo. A família reunida e, mesmo com dificuldades, mas vivendo em paz e sem medo de ser intimidado na rua, com a gente vive... (Trecho de entrevista com trabalhador Sebastião, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

Interessante observar que, segundo a trajetória de vida deste indivíduo, o trabalho escravo representa, entre outras coisas, a desestruturação familiar. Em conversas informais com uma agente do Centro de Defesa, ficamos sabendo que o trabalhador, de 17 anos, o mais jovem do grupo que entrevistamos, teve uma experiência de o pai ter sido escravizado no Pará e, depois disso, não ter mais voltado para a casa, tornando-se “peão de trecho”, como eles chamam os trabalhadores que pulam de trabalho em trabalho e, assim, perdem a referência de moradia.

O relato também nos faz refletir sobre como as questões subjetivas, neste caso, pesam mais do que as objetivas, estruturais, sobre o trabalho escravo. Em nenhum momento este entrevistado falou de condições de infraestrutura dos locais de trabalho nem tampouco da comida ou falta de banheiros. Mas ele enfatizou a consequência dessa exploração em sua vida familiar; do afastamento do pai em busca de trabalho digno e do medo que as pessoas que se envolvem nessas situações ficam mesmo depois de terem sido resgatadas.

Os demais entrevistados também falaram sobre como contariam essas histórias caso fossem produtores de notícias. Estes relatos nos ajudam a compreender as apropriações dos sujeitos em relação ao material midiático exposto durante trabalho de campo. Neste sentido, recuperamos o conceito de apropriação de Thompson (2013) principalmente quando o autor se refere à propagação do processo de recepção das mensagens para analisarmos essas falas. Neste caso, notamos que os trabalhadores se apropriam das representações apresentadas pela mídia e, a partir delas, constroem suas próprias.

Eles tratam da nossa realidade sim. Mas tem algumas reportagem que é correto e outras que não. Tem fazendeiro que marca funcionário com ferro; a Justiça não funciona direitinho não... só pra quem tem dinheiro, sabe?... (Trecho de entrevista com trabalhador Pedro, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

Pelo relato acima, o trabalhador nos dá pistas de que o material jornalístico selecionado retrata a “realidade” do grupo social envolvido,

embora apresente algumas interpretações das quais eles discordam, como o exemplo apontado sobre o “funcionamento da Justiça”, isto é, sobre os trâmites legais que ocorrem após as fiscalizações, como a abertura de inquéritos administrativos e até judiciais, dependendo dos casos encontrados, já que o trabalho escravo é considerado crime pela legislação brasileira⁴⁵.

Partimos do pressuposto de que os indivíduos se valem dos próprios conhecimentos, de suas habilidades adquiridas e dos recursos que lhe são disponíveis durante o processo de apropriação, que pode se iniciar com a recepção das mensagens midiáticas, mas se estende muito além dela, “envolvendo outros contextos, outros indivíduos, outras mensagens entrelaçadas com aquelas inicialmente recebidas”. (THOMPSON, 2013, p.149).

No caso do relato anterior, o trabalhador também apontou outra prática conhecida por ele, pela sua experiência no local de trabalho, da qual sentiu falta nas reportagens exibidas. Trata-se de o empregador ou, com mais frequência, seus encarregados marcarem os trabalhadores com ferro, da mesma forma que fazem com o gado marcado no pasto. Esta violência física foi reconhecida pelos demais trabalhadores durante o grupo de discussão, mostrando que a prática é recorrente e reconhecida pelo grupo, conforme já trazemos em itens anteriores neste Capítulo.

Durante a exibição das reportagens em grupo de discussão com os trabalhadores, notamos algumas percepções dos entrevistados com relação ao contexto de assistência do material midiático interessantes de serem apresentadas e pontuadas. Neste sentido, acreditamos que a recepção dos produtos de mídia acontece em particulares contextos espaço-temporais. Em geral, alguns entrevistados demonstraram um estranhamento em relação ao material exibido e as reportagens que eles costumam assistir na televisão, geralmente em contextos familiares, como em suas residências ou nas casas vizinhas. Abaixo, segue um trecho em que alguns trabalhadores tratam deste assunto no grupo de discussão:

Entrevistado João: Porque é assim olha: quando sai no Jornal Nacional, não sai assim não, do jeito que você botou pra gente

45. A condição análoga à de escravo está descrita no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

assistir. Lá passa muito rápido...

Entrevistado Pedro: E não sai a pessoa se identificando não!

Pesquisadora: Mas a gente exibiu do mesmo jeito que sai na televisão...

Entrevistado João: Pois é, mais tem muita coisa que eles cortam...

Entrevistado Paulo: É, passa cortado.

Entrevistado Mateus: É, agora eu nunca tinha visto assim não. Longa assim? Não tinha visto não...

Entrevistado Pedro: É, assim a gente vendo mesmo a pessoa falar, eu nunca tinha visto não. Eu já tinha visto falarem da gente, mas não trabalhador falando...

Pesquisadora: É mais as pessoas falando de vocês?

Entrevistado Pedro: É assim, é mais falando. Mostra algum trabalhador, mas o resto é só falando mesmo.⁴⁶

Entendemos que o contexto da assistência interfere na percepção, assim como na interpretação dos materiais midiáticos. Como demonstrado acima, exibimos as mesmas reportagens que foram veiculadas pela televisão, mas em contextos diferentes (fora da grade de programação e em horários diferenciados) e eles tiveram a sensação de que os formatos ou até mesmo os conteúdos eram diferentes.

Outro ponto que nos chamou a atenção durante os apontamentos técnicos de edição jornalística, demonstrando conhecedores da realidade tratada, como podemos acompanhar a seguir:

(...) Eu não sei de onde eles acham aquelas fotos que aparecem nas reportagens. Às vezes falam de um local e mostram outro. Aconteceu isso com uma reportagem de uma fazenda daqui de Açailândia. Eu não reconheci aquele lugar que mostraram não... Quando eles vão dar entrevistas; tanto os fiscais do Ministério do Trabalho quanto os fazendeiros, eles falam diferente; falam bonito, nem parece aquela mesma pessoa que trata com a gente, que trata a gente igual bicho. (Trecho de en-

46. Trecho de entrevista concedida à autora durante grupo de discussão realizado em dezembro de 2014, em Açailândia (MA). Os nomes dos entrevistados são fictícios para a preservação de suas identidades.

trevista com trabalhador Lucas, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

No trecho acima, o entrevistado percebeu que as imagens mostradas não se referiam necessariamente aos locais indicados pela narração do repórter. Ou seja, as fotos que foram cedidas pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), tiradas no ato da fiscalização, não eram da fazenda que eles indicavam no contexto da reportagem.

Neste aspecto, a lógica da edição para a equipe de reportagem, de demonstrar a “realidade” através de imagens retiradas no ato da fiscalização, não funcionou para os “personagens” daquela história, conhecedores da região. Neste caso, houve uma falta de credibilidade por parte do entrevistado, ao indicar que eles “mostram um local e falam de outro”.

Outro aspecto identificado refere-se às falas dos empregadores se retratando nos materiais midiáticos assistidos quando questionados pelo repórter sobre o porquê de submeter trabalhadores àquelas condições. Segundo ele, o modo de falar dos empregadores dá a entender que eles fazem tudo certo e que, quando autuados, pagam todos os direitos no tempo certo a que a legislação os obriga. Mas que na experiência vivida por ele não tinha sido assim.

As empresas que falam nas reportagens parece estão todas certas, mas na verdade não é assim não. Pra gente receber os nossos direitos não é tão fácil como parece...demora muito, a gente vai e vem e passa tempo pra conseguir receber. (Trecho de entrevista com trabalhador João, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

Thompson (2013) chama de “elaboração discursiva” as formas de interação dos sujeitos junto às mensagens da mídia. Pelo relato acima, reconhecemos que o entrevistado constrói um discurso a partir do que assistiu na reportagem, confrontando com a sua experiência vivenciada.

O processo de elaboração discursiva pode envolver indivíduos que não necessariamente consumiram os produtos midiáticos diretamente (o que ele chama de quase-interação mediada), mas que fazem parte de gru-

pos sociais que consomem diretamente e, por sua vez, comentam o que assistem (no caso da televisão), participando das representações midiáticas de forma coletiva.

No nosso caso, a maioria dos entrevistados afirmou que assiste à televisão periodicamente, embora essa periodicidade apresente sazonalidades diferenciadas, de acordo com as atividades que eles desenvolvem nos períodos do ano. Os trabalhadores informaram, por exemplo, que quando realizam algum trabalho temporário em áreas rurais (como é o caso das atividades que caracterizam trabalho escravo ou mesmo de atividades de plantio de roças de subsistência), dificilmente apresentam a mesma periodicidade de assistência de quando estão em casa, “na rua”; como eles se referem à zona urbana; ou seja, quando estão na cidade, nas residências de suas famílias.

Um aspecto interessante sobre edição jornalística que o trabalhador abordou trata da hierarquia das falas numa reportagem. No caso, ele identificou que, em geral, os empregadores, ou mesmo algum mediador relacionado a um órgão público, são as últimas vozes, que fecham as reportagens ou que apresentam um peso maior, com relação às falas dos trabalhadores ou de agentes do movimento social, que falam por eles. Aqui, o entrevistado se referia a duas reportagens especificamente: uma exibida em 2009, pelo Fantástico, da Rede Globo, que trazia uma entrevista com um juiz do trabalho, no Maranhão, acusado de trabalho escravo e fechava com uma entrevista do então Ministro do Trabalho, falando sobre a repressão ao trabalho escravo; e outra exibida em 2012, pelo telejornal diário Bom dia Brasil, também da Rede Globo, a qual encerrava com uma entrevista de um agente da Polícia Federal.

Segundo relato do trabalhador, essas falas davam a impressão de que o problema está resolvido, ou em vias de ser resolvido, o que pra ele não é verdade. Ele afirmou que os “peixes grandes”, isto é, as autoridades no assunto, falam e abafam uma realidade difícil de ser combatida. Por fim, o trabalhador rural comparou o trabalho escravo com uma “praga”, tipo de erva daninha que dá na terra, alastra-se, destrói a plantação e é difícil de ser combatida.

Percebemos nesta fala e em outras conversas com os trabalhadores o quanto eles não acreditam na erradicação do trabalho escravo. Quando

apareciam alguns relatos durante a exibição do material midiático durante trabalho de campo sobre erradicação, geralmente na voz de representantes governamentais, como o caso da entrevista do então ministro do Trabalho, Carlos Luzzi, em reportagem de 2009, alguns se olhavam e riam, como se dissessem que esta situação não acaba dessa forma ou não é simples de ser erradicada. Atribuímos essa descrença na erradicação do problema pelo conhecimento dos trabalhadores sobre a estrutura econômica e política que estão por trás dessas condições. Eles conhecem os fazendeiros e sabem que são grandes latifundiários e empresários que geralmente apadrinham ou são apadrinhados políticos da região e, portanto, tem muita força mesmo diante dos órgãos governamentais.

A “elaboração discursiva” (THOMPSON, 2013) dos entrevistados também perpassa a questão da insegurança que eles vivem tanto dentro dos locais onde são escravizados (mais propriamente fazendas de gado e carvoarias) quanto fora, “na rua”, como eles dizem, isto é, nos locais de aliciamento, nos bairros e mesmo dentro de suas próprias residências.

Se eu fosse construir essa reportagem, falaria mais da insegurança que a gente vive (...) a segurança tem que andar na minha casa de vez em quando porque os fazendeiros não são de brincadeira não. Eles não alivia a gente... (Trecho de entrevista com trabalhador Tiago, concedida durante trabalho de campo em Açailândia (MA), dezembro de 2015).

O trabalhador do relato acima, que se viu numa das reportagens exibidas, nos perguntou se aquele material que ele tinha acabado de assistir iria passar na televisão, no “jornal da noite”, naquele mesmo dia. Explicamos a ele que era gravado, que tinha sido veiculado em 2012, quando do ato da fiscalização, pelo qual ele foi resgatado. Ele agradeceu, disse que estava aliviado, pois já tinha sofrido muito com a exibição de sua entrevista pela televisão. Percebemos nesta fala o quanto as ameaças e a falta de segurança, dentro e fora dos locais de trabalho, são questões que o preocupam e que também são recorrentes nos depoimentos dos demais entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, há identificação dos sujeitos investigados referente a aspectos de infraestrutura precária como, por exemplo, a falta de dormitório adequado nos locais de trabalho como questões de higiene e alimentação, levantadas em algumas reportagens. Quando os entrevistados se posicionaram sobre este aspecto, concordaram com as precariedades apontadas e, em alguns casos, acrescentaram outros fatores que não haviam sido levantados, como foi o caso de um comentário de um entrevistado que contou que só comeu carne em uma fazenda quando o gado morreu no pasto, doente. Questões relacionadas à ausência de sanitários e de água potável também foram recorrentes nas falas.

Mas, para além da precariedade na infraestrutura dos locais de trabalho, os trabalhadores entrevistados levantaram outras questões, das quais eles sentiram falta ao assistirem às reportagens e que, para eles, determinam as condições de trabalho escravo na atualidade. E estes aspectos fazem parte de nossas descobertas de pesquisa. São eles: (1) a questão da violência (física e psicológica) dentro e fora dos locais de trabalho; (2) o medo e a humilhação e (3) as causas e consequências do trabalho escravo.

Identificamos essas questões como norteadoras das representações dos sujeitos sobre o trabalho escravo, uma vez que extrapola o âmbito midiático; isto é, vai além da mídia, embora tenham sido discursos que partiram da assistência das reportagens escolhidas. Sabemos que essas questões se relacionam e têm como base a violação da dignidade humana. Dessa forma, mais do que falta de infraestrutura, precárias condições de higiene e alimentação ou jornadas exaustivas de trabalho sem o pagamento devido, o trabalho escravo para esses sujeitos está relacionado à violação de sua dignidade humana, antes de qualquer outra situação.

Outro fator apontado por eles que dificilmente é tratado nas reportagens diz respeito às suas trajetórias de vida e de trabalho que, em geral, só aparecem “em partes” nas narrativas midiáticas, quando são resgatados do trabalho escravo. A vida antes e depois de terem sido submetidos a essas condições, segundo eles, não aparece na tela. A falta de políticas públicas básicas como o acúmulo das terras em latifúndios não são expli-

cações recorrentes nas reportagens, segundo eles, para justificar as causas do trabalho escravo. Eles também apontaram a ausência de abordagens sobre suas vidas, após terem sido submetidos a essas condições, isto é, o que acontece com os trabalhadores após receberem as verbas rescisórias e o seguro-desemprego?

Ao apontarem essas ausências no tratamento das reportagens sobre suas trajetórias de vida, antes e depois do trabalho escravo, reforçamos mais uma vez nosso entendimento de que a identidade que os une não está ligada à escravidão, mas sim, ao trabalho rural. Portanto, eles sentem falta de serem tratados dessa maneira e reafirmam em vários momentos das falas que a vida antes e depois do resgate das condições de trabalho escravo também apresenta outros níveis de dificuldades que, segundo eles, são pouco abordadas pela mídia.

Em síntese, podemos afirmar que a mídia participa da constituição das representações dos trabalhadores rurais maranhenses entrevistados neste estudo sobre o trabalho escravo. E esta participação produz sentidos para esses sujeitos, que buscam confirmar e/ou legitimar ou confrontar suas próprias representações. O “não dito” na mídia provoca uma produção de sentidos para esses sujeitos, que foi explicitada pelos processos de identificação e apropriação do discurso midiático. Percebemos que não há identificação, em geral, com o termo “trabalho escravo”, uma vez que os trabalhadores não se autoidentificam como “escravos”, mas, ao expor o conjunto de situações que o caracteriza, a mídia participa da constituição das representações sobre o trabalho escravo junto aos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin W; GASKELL, George (org). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Um manual prático. 11ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia: políticas públicas e poder local na Amazônia*. In: CASTRO, Edna; MAIA, Maria Lúcia S.; MOURA, Edila A. F. (Org). *Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e*

Reorganização do Espaço. Editora Universitária UFPA, 187-219, 1995.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Notas para um estado da arte sobre os estudos brasileiros de recepção nos anos 90. In MACHADO, J; LEMOS, A; SÁ, S (orgs) *Mídia.BR*, Porto Alegre: Sulinas, 2004.

ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2004.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1997b.

_____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. *El trabajo de larepresentación*. In *Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Perú/Colômbia/Ecuador, 2010.

_____. *Quem precisa de identidade?* In SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, 14ª ed., RJ: Vozes, 2013.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Escravidão contemporânea na imprensa maranhense: relato de estudo sobre a cobertura jornalística de três principais jornais do Maranhão (2004 a 2017)

Euzimar de Jesus Rosa Silva

Este artigo é parte de trabalho monográfico⁴⁷, apresentado em janeiro de 2018 no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, e traz um relato do estudo sobre a cobertura jornalística de três principais impressos maranhenses (O Imparcial; Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão), de maior circulação no Estado, sobre a temática da escravidão contemporânea durante a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo (SNCTEC), de 21 a 29 de janeiro no período de 2004 a 2017, ao mesmo tempo em que aponta como um fato se torna acontecimento, a exemplo da Chacina de Unai⁴⁸ (2004).

47. A monografia intitulada A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NA IMPRENSA MARANHENSE: análise da cobertura jornalística dos principais jornais do estado a partir da Chacina de Unai (MG) e durante a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (2004 a 2017) foi apresentada pelo autor em janeiro de 2018.

48. O crime ficou conhecido internacionalmente como Chacina de Unai e ocorreu em 28 de janeiro de 2004. Foram vítimas de emboscada na região rural de Unai (MG) os Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista

A semana e o dia nacional de combate ao trabalho escravo contemporâneo (28 de janeiro) surgem em homenagem à memória de quatro vítimas da Chacina de Unai (MG), na qual três fiscais do Ministério do Trabalho (MT) e um motorista que os acompanhava numa ação de fiscalização rural foram assassinados. O crime ficou conhecido internacionalmente e passou a pautar a agenda do governo brasileiro e da mídia.

Para compreendermos um tema tão atual no país, buscamos, por meio do campo jornalístico, entender como a temática é tratada e visibilizada pela imprensa para que setores diversos da sociedade tomem conhecimento da existência do problema nos dias de hoje, além de servir de alerta para que trabalhadores não se tornem vítimas das armadilhas do trabalho escravo contemporâneo (ESTERCI, 1994⁴⁹).

Este artigo apresenta inicialmente uma discussão dos estudos de Jornalismo sobre fato e acontecimento, tendo como bases teóricas principalmente Charaudeau (2006); França (2012) e Pena (2008) e, logo em seguida, traz a construção do *corpus* documental da pesquisa seguido de alguns apontamentos com resultados obtidos a partir da análise da cobertura da temática em três jornais impressos maranhenses no período de 2004 a 2017.

COMO UM FATO SE TRANSFORMA EM ACONTECIMENTO

Buscamos compreender como os fatos se tornam acontecimentos jornalísticos e também entender como os ditos fatos passam a ser acontecimentos noticiosos, ao mesmo tempo em que interferem, mudam, entrelaçam ideias e as circunstâncias sociais e representativas acerca da vida dos sujeitos. Para o sociólogo John B. Thompson (2013), “as instituições definem a configuração dos campos de interação pré-existentes e, ao mesmo tempo,

Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira. < www.jusbrasil.com.br/topicos/26913721/chacina-de-unai-mg>. Acesso em: 29 mai. 2016.
49. O trabalho escravo contemporâneo é entendido aqui como todas as formas de exploração em que há a imobilização da mão de obra por meio da coação física e/ou moral, além da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços (ESTERCI, 1994).

criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam”. (THOMPSON, 2013, p. 21).

No que se refere ao campo dos meios de comunicação, a sociedade e os seus atores utilizam deste campo midiático para visibilizar e também tematizar fatos que acabam sendo vistos como acontecimentos, uns com tempo de durabilidade curto, outros com prazo médio e outros tantos com longo prazo. Os de longo prazo marcam o tempo/espaço e se tornam um marco no contexto histórico e social das narrativas e dos discursos.

Entender o problema do trabalho escravo além das suas terminologias se faz necessário para que possamos analisar cenários, tanto político, econômico e social, e a partir de uma compreensão mais familiar acerca do problema da escravidão, buscar romper barreiras impostas. Tarefa que vem sendo executada a partir da visibilidade dos fatos que são transformados e permanecem como acontecimentos. Ter consciência desse processo é cumprir com seu papel social e profissional em um mundo de mudanças aceleradas e contínuas. Segundo Thompson,

A posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligada ao poder que ele ou ela possui. No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. (THOMPSON, 2013, p. 21).

A posição que o sujeito ocupa nos palcos sociais se dá também pela representação que ocupa nos campos sociais. Ao tratarmos fato como acontecimento e o seu processo noticioso, nos balizaremos pelos referenciais teóricos dos discursos de Charaudeau (2006), França (2012) e Pena (2008), que norteiam interpretações e argumentos no que se refere aos fatos como ações do homem na sociedade, tendo a imprensa maranhense como canal de projeção destes ditos fatos, os quais mudam a dinâmica do que podemos encarar como a realidade de cada dia, em um contexto que pode ser em nível local (regional), nacional e internacional, exemplo, o caso da Chacina de Unai (MG), que por receber um tratamento mais aten-

cioso, atrai a atenção de vários segmentos da sociedade.

Isso fez com que o fato culminasse para a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo (DNCTEC), com a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo (SNCTEC) e com o dia do auditor fiscal. Das três datas citadas, as duas primeiras são as mais visibilizadas, sendo a SNCTEC a que mais se destaca por anteceder o DNCTEC, servindo como estratégia de combate e também de visibilidade sobre a escravidão contemporânea no Brasil.

Neste sentido, o aumento na visibilidade se dá através das representações que dão sentidos, tanto no processo construtivo do discurso, assim como no processo de receber e interagir com a narrativa, em uma relação dialética de transformação ou não, processo que vem parar no mundo comentado, mundo dos sentidos e das reconfigurações. Para Charaudeau,

O acontecimento é definido ora como todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restrita como um fato que está fora da ordem habitual. Ora o acontecimento é confundido com a novidade, ora ele se diferencia dela, sem que defina a diferença. Ora defende-se a ideia de que o acontecimento é um dado da natureza, ora sustenta-se que ele é provocado. (CHARAUDEAU, 2006, p.95).

Antes do acontecido de Unai, os personagens do trabalho escravo eram tidos como “sujeitos comuns⁵⁰” aos olhos de uma parcela da sociedade, vistos apenas como os trabalhadores rurais do corte de cana, do roço da juquirá⁵¹, das carvoarias, da construção civil, da produção têxtil, etc. A partir da Chacina de Unai, estes trabalhadores tidos como comuns saem de cena e entram trabalhadores não escravizados, com rostos visíveis e identi-

50. O uso desse termo ainda é muito usado para caracterizar pessoas humildes, pobres, que apenas têm o nome a zelar.

51. Atividade comum de serem encontrados trabalhadores escravizados no Maranhão. Trata-se do roçado de uma vegetação com porte baixo ou mato que nasce em áreas abandonadas (em áreas como campos de plantio e pastos). Comum os trabalhadores cortarem esse mato em fazendas de gado para preparar o pasto para o plantio de capim para o gado.

dades definidas como autoridades – os fiscais do trabalho. Esse é o enredo central do fato, com novos atores, mas com o mesmo cenário: a escravidão contemporânea. Os enquadramentos mudam com relação ao tratamento aos sujeitos envolvidos na ação. O acontecimento passa a ser um mundo de ideias e pensamentos a ser comentado, como ressalta Charaudeau,

o “mundo a comentar” nunca é transmitido tal e qual à instância de recepção. Ele passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em um “mundo comentado”, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. (CHARAUDEAU, 2006, p.95).

O trabalho de construção de sentido norteia a vida do homem nos espaços onde consegue transitar e construir seus discursos. Compreende-se também um viés duplo de dependência, ação/acontecimento e a mídia/canal, ambos dependem um do outro. O acontecimento para se tornar o que é mediante os seus inúmeros dados e também despertar interesses, depende de uma mídia que dê visibilidade, projeção e repercussão nos fatos, e atraia olhares e interesses diversos acerca das ações contidas no fato. No entender de França,

a dupla relação que se estabelece entre mídia e acontecimento: a mídia tanto pode ser um dos lugares nos quais surgem e se produzem acontecimentos (na sua dimensão existencial), como o espaço em que os acontecimentos são repercutidos e adquirem sua segunda vida (dimensão simbólica). (FRANÇA, 2012, p.1).

A importância de um lugar e de um espaço tem servido cada vez mais para legitimar as falas referentes ao trabalho escravo. O tratamento de-

dicado a um fato, inúmeras vezes o transforma em algo excepcional, de um valor simbólico significativo, que influencia novas opiniões e novos olhares com relação à escravidão. A chacina de Unai se torna um referencial a partir dos enquadramentos e da visibilidade que recebe dos meios de comunicação, o impresso, e das falas ampliadas e projetadas nos discursos narrativos governamentais e não governamentais.

Nessa lógica sistêmica do acontecido, podemos também dizer que o acontecimento é um fato gestado, em que, nas suas entrelinhas, contém uma força simbólica que leva a um favorecimento na tessitura construtiva da narrativa do discurso, dos valores que carrega e dos significados que representam nas coisas acontecidas do dia a dia. A problemática do trabalho escravo não se esgota em si próprio, pede a cada dia novos esforços e novas articulações entre as redes de combate. A Chacina de Unai se torna um referencial de validação dos discursos de vozes governamentais e não governamentais, e leva os sujeitos a se localizarem no espaço/tempo para falar da escravidão contemporânea nos dias de hoje com propriedade do saber de quem fala, de onde fala, e para quem fala.

A partir do discurso narrativo dos fatos que passam a ser discutidos nos espaços/tempo não apenas para informar, mas também em buscar por respostas, já que serão novamente reconfigurados pela pluralidade e circunstâncias das ações da vida ordinária, podemos dizer que o acontecimento em si é uma soma de informações, que, ao serem narradas, contam histórias sobre vidas e para vidas. Isso é visível na Chacina de Unai. E reflete no argumento de Charaudeau (2006) que diz, “o acontecimento se encontra nesse ‘mundo comentado’ como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa”. Sendo assim, o acontecimento nunca será dado ou transmitido de forma bruta, ou seja, nunca será apresentado e nem recepcionado no seu estado natural do acontecer, mas das interpretações e construções de sentidos acerca da visão sobre o mundo onde “os acontecimentos passam a existir também como discurso, representação”, (FRANÇA, 2012. p.5).

O atingir desse patamar de construção de sentidos ajuda na narrativa narrador/repórter, que ao pinçar dos fatos as informações que dão

sentido ao sujeito, ressignifica em novos discursos, indo ao encontro do que afirma Charaudeau (2006), que diz, “definimos o mecanismo de construção do sentido de discurso como resultado de um duplo processo de transformação e de transação”. (CHARAUDEAU, 2006, p.95). Para o autor, o seu conceito se diferencia da perspectiva do espelho, considerada a primeira metodologia de análise do jornalismo, e apresentada por Filipe Pena (2008); o qual destaca que o fato ou a instância jornalística é reflexo da realidade, ou seja,

as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina. A imprensa funciona como um espelho do real, apresentado um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano. Por essa teoria, o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais. (PENA 2008, p.125).

Como aponta Charaudeau (2006), este processo é mais complexo do que parece. Ele passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em ‘mundo comentado’, dirigido a outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. Por mais que Charaudeau possa divergir de como o discurso se constrói e o poder simbólico que carrega, um dado puxa pelo outro num processo de complementação de sentidos. Caso fôssemos analisar a mídia do ponto de vista da teoria do espelho, ficaríamos nesta dualidade marxista de que a mídia manipula outras instituições sociais ou a realidade social. Pena (2008) destaca que “os fatos substituem os comentários e assim acredita-se que a palavra pode refletir a realidade”, (PENA, 2008, p.126). Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como “imparciais” e/ou limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos; o que sugere certa “racionalidade jornalística”, que muitos autores vão discutir no campo das teorias do jornalismo.

Neste contexto, podemos dizer que a Semana Nacional de combate ao trabalho escravo contemporâneo (SNCTEC) é uma interpretação sobre o que foi a Chacina de Unai e, portanto, dotada de um saber de narração

que ajuda no processo de criação das políticas públicas não somente de enfrentamento e combate contra a escravidão, mas por servir como mecanismo de conscientização e alerta para a sociedade no geral. Sendo assim, podemos dizer que aquilo que o homem vive no seu dia a dia vem da sua experiência e da interpretação dos fatos que estão dotados de significados e sentidos e que levam ao entendimento das coisas da realidade. O caso de Unai aconteceu em 2004, mas é a partir de 2009 que é instituído no país a SNCTEC. Pequenas ações que vão legitimar o fato maior - o acontecimento. Para França,

[...] o jornalismo se constrói exatamente em torno dos acontecimentos. A tarefa do jornalismo é farejá-los, identificá-los, e então narrar. Nesse âmbito, a teoria do jornalismo desenvolve toda uma tipologia da notícia para definir e classificar o que é ou não é relevante, hierarquizando fatos em função de sua importância, abrangência, impacto, interesse. Esses fatos que merecem ser noticiados seriam os “acontecimentos”. Nessa compreensão, é a natureza intrínseca da ocorrência que define seu estatuto de “noticiável”, seu estatuto de acontecimento. (FRANÇA, 2012, p.3).

Assim, podemos dizer que o “farejamento” se dá como um detector que busca medir o grau de interesse e se é apreciável o que se quer informar, e se este atrai e aguça os sentidos do sujeito. Ao passar por esse processo, a sequência seguinte é identificar o que pode ser relevante e atrativo, não somente ao farejador, mas também para os que irão receber a recompensa (notícia), processo muito estudado na teoria e método do behaviorismo⁵².

A Chacina de Unai (MG), ao eclodir, mostra não apenas ação do fato em si, mas traz para o campo da visibilidade problemas como a violação de direitos humanos, o medo, o cerceamento de liberdade, as ameaças que há tempo vinham sendo denunciadas e apontadas nos dados dos relatórios da

52. Método de observação psicológica que tem por objeto o estudo das relações entre os estímulos e as respostas do sujeito, i.e., seu comportamento. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/behaviorismo/>>. Acesso em: 13 ago. de 2017.

Comissão Pastoral da Terra⁵³ (CPT). Essas ações fatídicas provocam inquietudes nos sujeitos e despertam interesses pelas diferenças presentes no cenário da vida cotidiana e que levam ao conhecimento. E é essa conjuntura de ações que rompem com a força simbólica da normalidade. Essa série de desdobramentos ao despertar nos sujeitos os mais variados interesses irá provocar em outros sujeitos ações que fogem da rotina do ‘olhar comum’ das interpretações costumeiras e passa a ser encarado como um novo ato ao romper a normalidade do cotidiano da vida.

Neste sentido, o acontecimento de Unai mexe com as estruturas do que até então era visto quase que dentro de um estado de normalidade, que é a exploração de mão de obra escrava em suas mais variadas formas de violência, seja ela, física, simbólica e psicologia que o trabalhador é obrigado a passar para ter a sua vida preservada. Isso reflete no apontamento feito por França (2012) que diz, os “acontecimentos fazem falar; nós somos animais simbólicos, capazes o tempo todo de duplicar nossa realidade a partir de construções imagéticas e representacionais”, (FRANÇA, 2012, p.5). No entanto, é fundamental entender que há reconfigurações que são necessárias na construção do discurso, que são executadas para recontar novos fatos.

Portanto, um fato vai se confirmando no espaço tempo como um acontecimento a partir do momento em que recebe uma visibilidade com maior abrangência, assim como ao despertar maior de interesses nos espaços e meios sociais onde se constroem discursos narrativos, mas também os reconfiguram nos mais diversos debates.

53. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Ligada à Igreja Católica, tem vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

APONTAMENTOS SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA NOS TRÊS PRINCIPAIS IMPRESSOS MARANHENSES

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil começa a aparecer nos noticiários nacionais em meados dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, com denúncias feitas a delegacias de polícia de municípios situados na fronteira agrícola amazônica, localizados principalmente no estado do Pará, em atividades de desmatamento. (ESTERCI, 1994).

Em meados dos anos de 1970, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) passa a denunciar com mais periodicidade os casos; mas a partir de 1995, o tema passa a ter um aparato de visibilidade mais sistemática a partir do reconhecimento do governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso de que ainda existia trabalho escravo no Brasil contemporâneo e a criação, no mesmo ano, do grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo junto ao Ministério do Trabalho. A partir de 2003, com o governo Lula, o tema cresce nos noticiários devido a vários acontecimentos importantes, como a criação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo Contemporâneo, a atualização do Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, dentre outros fatos importantes.

A partir de 28 de janeiro de 2004, a temática é ressignificada na mídia brasileira com o assassinato de três auditores fiscais do trabalho e do motorista, durante uma fiscalização do grupo móvel do Ministério do Trabalho no município de Unai (MG). Com a repercussão do fato nos jornais de circulação nacional e também na imprensa internacional, o acontecimento passou a ser tratado como a Chacina de Unai (MG).

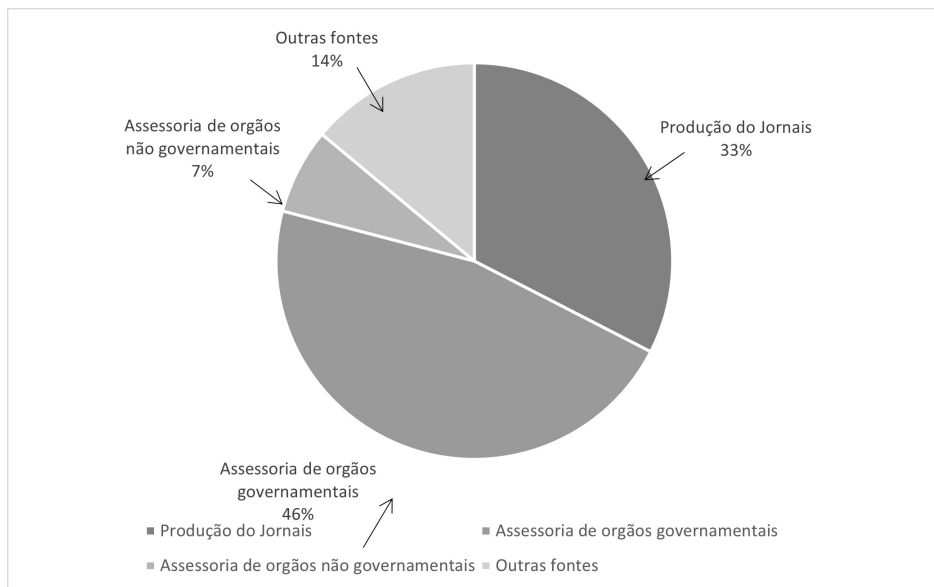
Este período – de janeiro de 2004 a janeiro de 2017 – que nos propusemos a estudar nesta pesquisa no contexto dos impressos maranhenses, tendo como referência este acontecimento. De acordo com o *corpus* documental recolhido nos três jornais impressos de maior circulação do Maranhão (Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão), chegamos a um total de 351 edições pesquisadas, resultando em 351 dias da semana, uma vez que foram recolhidas as reportagens durante nove dias da semana (de 21 a 29 de janeiro). O motivo de nove dias em vez de sete é pelo fato de algumas matérias serem produzidas nas primeiras semanas

de janeiro, outras na penúltima semana, e outras na última semana do mês em destaque, com ressalva para o dia 28, mas também ao dia 29. Um total de 43 temas relacionados à Chacina de Unaí (MG) foram tratados em 39 edições. Isto porque algumas temáticas se repetem ou estão nas chamadas de capa do impresso.

A Chacina de Unaí ganha visibilidade por diversos fatores que não eram comuns nos demais fatos referentes à temática. Antes, as vítimas eram apenas os trabalhadores pobres, braçais, invisibilizados ou estigmatizados pela sociedade e pela mídia em geral. Quando as vítimas passam a ser quem fiscaliza a escravidão, acontece uma reviravolta na maneira de lidar e tratar com o problema, pois além do acontecimento envolver mortes, as vítimas são agora agentes da justiça do trabalho, com rostos visíveis e partícipes de outra classe social, a dominante, o que chamou a atenção das autoridades brasileiras, de órgãos internacionais do trabalho e também da mídia internacional. Ao envolver personagens não comuns, o acontecimento consegue atrair uma visibilidade maior.

Com relação à produção de conteúdo realizada pelos impressos no período estudado, 14 temas sobre o trabalho foram produzidos pela equipe dos jornais maranhenses (que representa 33%), mas sempre com bases em dados das instituições que compõem a rede de combate ao trabalho escravo. Isso se dá pelo fato de que é raro um repórter/jornalista estar presente quando são realizadas as inspeções ou ações de averiguações pela rede de proteção e combate à escravidão. No que se refere às produções feitas pela assessoria governamental, os três jornais chegaram a apresentar em suas páginas um total de 20 edições (46%). Das assessorias não governamentais foram apenas três edições (7%), e outras fontes, como a reprodução de release de assessorias a partir de sites online, e publicado na íntegra nas páginas dos impressos, foram seis edições (14%).

GRÁFICO 1 – TIPOS DE PRODUÇÃO DAS MATÉRIAS



FONTE: O AUTOR, 2018.

A partir do gráfico, nota-se o importante papel das fontes e o poder que elas têm em legitimar e dar destaque de força simbólica nos discursos que estão sendo narrados. E quando se trata das denúncias sobre escravidão no país, vêm de longas décadas, desde os anos de 1960, conforme citado anteriormente. Mesmo assim, o destaque maior que aparece nas informações impressas é para as vozes governamentais, que são as fontes oficiais. No que se refere às fontes, Correia (2011) aponta de onde elas partem.

Consideram-se fontes de informação todos os agentes sociais dispostos a colaborarem com os jornalistas no fornecimento de material informativo considerado de interesse pelos jornalistas. As fontes (GOMIS, 1991, p. 59) são grupos, são instituições sociais, ou são vestígios – discursos, documentos, dados – por aqueles deixados ou construídos. Todavia refletem sempre relações de poder e interesses de grupos sociais. (CORREIA, 2011, p. 93).

Aqui vamos perceber o poder simbólico e as mediações que estão por trás dos órgãos representativos, (ARAÚJO, 2000). Enquanto para as vozes governamentais, em muitos casos, a preocupação é com números (estatísticas), as vozes não governamentais lidam primeiramente com o ser humano; isto é, buscam mostrar que por trás da pessoa há outras vidas envolvidas. Por outro lado, lógica dos jornais é quantitativa, isto é, há uma valorização dos números em detrimento da abordagem qualitativa.

Em 2004, um total de cinco matérias aparecem nas publicações dos impressos. Duas falam diretamente do acontecimento de Unai (MG), sendo uma do jornal O Imparcial e outra do Jornal Pequeno. Das cinco matérias, três são das assessorias governamentais e duas produzidas pelos jornais maranhenses, sendo uma feita pelo Jornal Pequeno e outra pelo jornal O Estado do Maranhão.

Em 2005, 2011 e 2015, os três impressos do Maranhão não publicaram nada sobre o acontecimento de Unai, assim como não falaram sobre os desdobramentos que antecedem o Dia de combate ao TEC. Ressaltamos que alguns dos temas que aparecem nos jornais não falam diretamente sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo, mas retratam a perda de vagas de trabalho no estado do Maranhão, ou da falta de políticas públicas na maioria dos municípios; o que leva a um êxodo rural dos trabalhadores para outros estados da Federação brasileira. Alguns dos municípios maranhenses, além de São Luís, como Açailândia, Santa Inês, Paço do Lumiar, etc., perderam vagas de trabalhos nos últimos anos. Açailândia e Codó, por exemplo, são considerados como principais exportadores de mão de obra escrava.

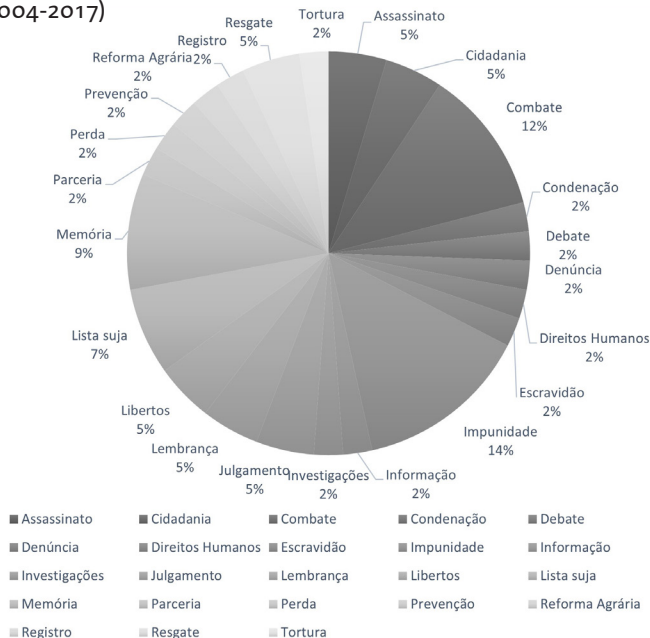
No gráfico a seguir, buscamos analisar o tratamento dado às principais temáticas do trabalho escravo nos três principais impressos maranhenses. Como critério de classificação, agrupamos o material jornalístico a partir acontecimento geral, que é o assassinato coletivo, que no imediatismo das ações acontecidas é tematizado como a Chacina de Unai (MG), e a partir dos seus desdobramentos surgem a Semana Nacional de Combate ao trabalho escravo contemporâneo; o Dia Nacional de Combate ao trabalho escravo contemporâneo e o Dia do Auditor Fiscal do Trabalho.

Quando uma notícia envolve morte, é esperado que chamará mais a atenção tanto de quem produz o conteúdo, como de quem consome a

informação pela grave infração externada. Para Traquina (2008), “o valor-notícia da violência está ligado a outro critério de noticiabilidade: a infração. Por infração refere-se, sobretudo à violação, a transgressão das regras”. (TRAQUINA, 2008, p. 85).

Neste contexto de infração apontado por Traquina (2008), outras temáticas podem ser elencadas a partir do que está sendo visibilizado na conjuntura geral sobre o trabalho escravo. A partir da apresentação do gráfico, podemos notar quais temas mais aparecem nas coberturas feitas pelos impressos. A visibilidade que o trabalho escravo passa a receber a partir da Chacina de Unai (MG) leva à criação da SNCTEC, na qual vai acontecer uma série de intervenções. As publicizações sobre a temática da escravidão contemporânea crescem nas editorias, dando destaque ao dia nacional de combate ao trabalho escravo contemporâneo (DNCTEC). No gráfico abaixo, pode-se observar a diversidade dos temas relacionados (assuntos) que mais aparecem nas narrativas dos três impressos.

GRÁFICO 2 – ASSUNTOS FREQUENTES PUBLICADOS NOS IMPRESSOS MARANHENSES RELACIONADOS À TEMÁTICA (2004-2017)



FONTE: O AUTOR, 2018.

Como demonstra o gráfico 2, as ações de combate têm uma margem de 12% (citado cinco vezes). Se juntarmos com o assunto libertação, resgate e prevenção, que tem vieses semelhantes, teremos uma margem de 24%. No que se refere à questão da impunidade ter 14% (citada mais de seis vezes nas notícias), significa dizer que essa quantidade de vezes deve-se ao fato de os mandantes do crime de Unai ainda não terem sido condenados em definitivo. Quando o assunto memória aparece com 9% do total, o motivo é que, em geral, a Semana e o Dia de Combate são alusões aos auditores assassinados. Lista suja aparece com 7% pelo fato de a matéria trazer o caso do juiz maranhense⁵⁴ envolvido com a questão do trabalho escravo. Nota-se visibilidade crescente neste caso pelo fato de ter agente da própria Justiça que acaba por fazer uso indevido do poder para explorar trabalhadores, como por exemplo, o caso do juiz maranhense que deu parecer favorável a um fazendeiro. O fato ganhou destaque na mídia impressa do Maranhão, assim como foi notícia em outros veículos de comunicação em nível nacional. Os demais assuntos aparecem no gráfico apenas com 2% porque foram classificados no Quadro 1 uma única vez na lista de assuntos.

Observamos que a temática sobre o trabalho escravo vem sendo debatida em vários campos sociais, contribuindo para criação de políticas públicas. Isso se dá pelas atividades que vêm acontecendo nestes 13 anos que se relembram a tragédia referente ao acontecimento de Unai (MG). A política de combate e as estratégias realizadas em parcerias com vozes governamentais e não governamentais e divulgadas durante a Semana Nacional de Combate ao trabalho escravo contemporâneo contribuem para o crescimento da visibilidade. Neste entendimento, concordamos com o que a pesquisadora Araújo (2000) cita em uma das premissas da sua análise:

(...) políticas públicas são delineadas a partir das disputas de sentidos travadas pelos discursos que se pretendem hegemônicos,

54. Juiz acusado de usar trabalho escravo e de causar tumultos em Benedito Leite. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/01/amma-se-cala-sobre-juiz-acusado-de-usar-trabalho-escravo-e-de-causar-tumultos-em-benedito-leite/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

disputas que ocorrem em contextos institucionais que, como todo contexto, são modeladores dos sentidos. (ARAÚJO, 2000, p. 1).

Vamos perceber na análise do *corpus* documental que é somente a partir de 2010 que aparecem nos textos jornalísticos referências sobre a Semana e o Dia de combate. Anterior ao ano citado, o que mais aparecia eram ações de mobilizações em memória às vítimas da Chacina de Unai. Em nenhuma outra matéria dos demais impressos do *corpus* coletado daquele ano, ou anterior à época, no que se refere à informação local ou em nível nacional foi mencionada essa temática. Não se pode afirmar com total certeza, mas tudo indica que o impresso maranhense é um dos que tematiza em 2010, durante a semana de combate, o que hoje conhecemos como o “Dia Nacional de Combate ao trabalho escravo contemporâneo”, celebrado todo ano no dia 28 de janeiro, pelo fato de a Lei ter sido sancionada em outro de 2009.

Algumas matérias não trazem explicitamente a temática da Semana Nacional de Combate ao trabalho escravo contemporâneo (SNCTEC), mas fica claro em alguns dos parágrafos que no decorrer dos dias que antecedem a data 28 de janeiro, atividades como debates, seminários, palestras, workshops, voluntariado, tiragem de registros civil, esclarecimentos sobre processos trabalhistas, etc., essa prestação de serviços visa conscientizar a sociedade no geral sobre a escravidão moderna. As informações dão destaque ao dia de combate ou ao dia do Auditor Fiscal. No entanto, as atividades acontecem durante a semana inteira, mas como são noticiadas pelos impressos, é notável que durante a construção do texto narrativo, a SNCTEC fica suprimida, sendo muitas das vezes apenas percebida por quem lida com a temática. Quando se trata sobre a questão da impunidade (com 14% no gráfico anterior) contra os acusados pelo assassinato dos auditores fiscais do trabalho, confirma a falta de punição, que não acontece de forma geral, principalmente quando processos não são julgados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que houve um crescimento significativo na tematização do trabalho escravo contemporâneo a partir da

Chacina de Unai (MG) pelos impressos maranhenses. Embora as denúncias partam, em sua maioria, das instituições não governamentais de combate ao trabalho escravo, as vozes governamentais vão prevalecer na maioria das notícias. Isso acontece pelo que simbolicamente elas representam. Para Araújo (2000),

o simbólico, por vezes aparece intimamente ligado às outras espécies de poder, mas não se restringe a elas. Por vezes surge como intrínseco aos meios coletivos de comunicação, mas não este não é seu único nem talvez o principal *locus* de exercício. O poder simbólico exerce-se nas relações sociais, na capilaridade social, é constitutivo e constitui-se na dinâmica social. (ARAÚJO, 2000, p. 2).

A força simbólica nas mediações e poder entre as vozes governamentais e não governamental é um fator que não pode passar despercebido nesta análise. A disputa de poder contribui para que o caso de trabalho escravo no Maranhão, envolvendo o juiz do estado, ganhasse destaque em matérias de capa de vários jornais. As vozes na disputa por poder contribuem para ajudar no processo de visibilidade e tematização da escravidão moderna.

Mesmo não sendo as que mais aparecem nos impressos maranhenses, são as vozes não governamentais as pioneiras a denunciarem o problema do trabalho escravo no Brasil tanto em nível nacional quanto internacional. Ao vir parar nas páginas dos impressos, o tema da escravidão é favorecido pela visibilidade e consegue atrair olhares de outros campos e áreas de estudos. Quando há disputa de poder entre as vozes governamentais e não governamentais, querendo ou não, essa força se torna importante para favorecer que a temática da escravidão ganhe mais destaque nos impressos maranhenses neste período estudado.

Por mais que as produções sejam das assessorias, os impressos maranhenses publicizam, tematizam e dão visibilidade ao trabalho escravo nas suas capas e páginas, levando assim a informação a um maior número de pessoas. Se para Matos e Sousa (2016) é uma ação uniformizadora, Traquina (2008) aponta o processo como sendo um dos valores-notícia de

construção que é a amplificação, em que diz, “quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidade tem a notícia de ser notada, que seja pela amplificação do ato, do interveniente ou das supostas consequências do ato”. (TRAQUINA, 2008, p. 91).

Uniformizar e amplificar o trabalho escravo contemporâneo se faz necessário. Quanto maior for o número de pessoas que passam a conhecer o problema da escravidão no Maranhão e em todo o país tanto melhor para criação de políticas públicas e de combate, como também para coibir as práticas abusivas contra centenas de milhares de vidas humanas. O que se torna cada vez mais necessária é uma contextualização e um tratamento mais estrutural acerca das notícias, tratando mais das causas que levam esses trabalhadores a caírem em condições de trabalho escravo em pleno século 21.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inesita Soares de. *Mediações e poder*. In: ALAIC 2000, 2000, Santiago do Chile. *Anais...* Santiago do Chile, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Trad. Angela S.M. Corrêa. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

CORREIA, João Carlos. *O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*. Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom 2011.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galaxia* (São Paulo, *Online*), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 3ª impressão.

SILVA, Euzimar de Jesus Rosa. *E escravidão contemporânea na imprensa maranhense: análise da cobertura jornalística dos principais jornais do estado a partir da Chacina de Unai (MG) e durante a Semana Nacional de*

Combate ao Trabalho Escravo (2004 a 2017). Monografia defendida em janeiro de 2018. São Luís. Departamento de Comunicação/UFMA.

TRAQUNA, Nélon. **Teorias do jornalismo** - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, 14^a ed., RJ: Vozes, 2013.

Artistas brasileiros como estratégia de visibilidade do trabalho escravo na mídia⁵⁵

Jeyciane Elizabeth Sá Santos

A presente pesquisa é parte de um trabalho monográfico⁵⁶, defendido em 2017 na Universidade Federal do Maranhão, que discute mídia e movimentos sociais com foco na participação de artistas brasileiros na rede de combate ao trabalho escravo contemporâneo. Neste sentido, este artigo traz algumas análises realizadas acerca do hotsite⁵⁷ Especial: PEC do Trabalho Escravo (www.trabalhoescravo.org.br) na busca de compreender as principais estratégias de comunicação utilizadas pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD) para envolver a sociedade nas discussões e votações sobre o tema no Congresso Nacional. A plataforma online é uma iniciativa da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escra-

55. Texto originalmente publicado em Revista Temática, V 14, S. 7, 2018.

56. “MOVIMENTO HUMANOS DIREITOS (MHuD) E A MÍDIA: Análise da participação de artistas brasileiros na visibilidade do trabalho escravo contemporâneo”, monografia defendida em julho de 2017 no Departamento de Comunicação da UFMA.

57. Hotsite ou Microsite é um pequeno site planejado para apresentar e destacar uma ação de comunicação e marketing pontual. Normalmente é inserido em Hots-pots (Espaços estratégicos para publicidade e banners) de grandes sites ou portais. Usualmente os hotsites possuem tempo de vida útil determinado, ligado à duração da ação mercadológica, como lançamento de produtos, eventos, novas edições de produtos ou serviços, entre outras.

vo (CONATRAE)⁵⁸, desenvolvida em parceria com a ONG Repórter Brasil, agência de notícias que utiliza o seu site (www.reporterbrasil.org.br) para promover a discussão qualificada do assunto.

Nosso interesse ao abordar a temática escravidão contemporânea não é apenas entender o efeito dessas mensagens no público, mas, principalmente, estudar como os movimentos sociais, e neste caso, o Movimento Humanos Direitos (MHuD) e a ONG Repórter Brasil trabalham para utilizar a mídia como espaço de visibilidade e debate de suas demandas. Para esta reflexão, utilizamos como base teórica e metodológica principalmente os estudos sobre identidade (HALL, 2013); representação e identificação (HALL, 2010); trabalho escravo contemporâneo (ESTERCI, 1994; MOURA, 2016); redes (ARAUJO, 2000) e mídia e movimentos sociais (PERUZZO, 1998).

A ONG Repórter Brasil foi fundada em 2001 e conta com a participação de jornalistas, cientistas sociais e educadores. Devido ao envolvimento com temáticas que discutem os direitos humanos, tornou-se uma das principais referências no assunto. A ONG dispõe de inúmeras formas para combater a escravidão realizando investigações jornalísticas, reportagens, pesquisas e atividades educativas. Em 2003, após diversas ações sobre o trabalho escravo, a Repórter Brasil tornou-se representante da sociedade civil na CONATRAE. Já o MHuD (Movimento Humanos Direitos) inicia sua trajetória no dia 5 de dezembro de 2002, após um e-mail que o ator brasileiro Marcos Winter enviou ao padre Ricardo Rezende⁵⁹, conhecido por sua atuação na luta contra o trabalho escravo no norte do Brasil. Desde a fundação, o MHuD foi pensado como estratégia para fortalecer o trabalho desenvolvido por entidades que apoiam causas sociais. Em janeiro de 2003, o movimento se apresenta para a sociedade como uma ONG (Organização Não Governamental) comprometida em utilizar a imagem de artistas para tornar públicas denúncias de crimes cometidos contra os direitos humanos.

58. A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) foi criada em agosto de 2003 como principal responsável em monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

59. Ricardo Rezende é padre, antropólogo e professor da UFRJ. Mestre e Doutor na questão do trabalho escravo no Brasil.

Neste sentido, o hotsite foi pensado como estratégia capaz de intensificar o serviço de informação a respeito da PEC do Trabalho Escravo. A discussão é um recorte da pesquisa de monografia que busca analisar as estratégias de comunicação utilizadas por artistas que compõem o MHuD para que o assunto “escravidão moderna” seja pautado na mídia.

O MHuD E O CONTEXTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

O Movimento Humanos Direitos (MHuD) é uma organização que realiza projetos e programas de proteção aos direitos humanos. Diferencia-se de outras entidades, porque reúne militantes com trajetórias profissionais variadas – artistas, jornalistas, cineastas, professores, fotógrafos, religiosos e outros. Ao longo desses anos, o grupo age em cooperação com outras organizações, promove e incentiva o debate público e a reflexão sobre o tema dos direitos fundamentais. Suas ações concentram-se em quatro eixos prioritários: erradicação do trabalho escravo, exploração sexual infantil, demarcação das terras indígenas e dos territórios quilombolas e ações socioambientais.

Além do apoio de personalidades midiáticas, o MHuD aposta em outras ferramentas para distribuir informações sobre os direitos fundamentais. Em 2006, foi criado o site do movimento (www.humanosdireitos.org). Três meses após a criação do site, adotou um canal no youtube chamado Humanos Direitos. Em 2012, o movimento criou no Facebook a página Conheça o MHuD. Todas essas ferramentas são utilizadas como estratégias que permitem o acesso a assuntos sobre a violação dos direitos humanos no país.

Segundo Henriques (2007) a comunicação é um importante instrumento para auxiliar o movimento social no processo de transformação da realidade e, conseqüentemente, da sociedade. É neste sentido que acreditamos que embora o desenvolvimento da internet tenha contribuído bastante para a divulgação do trabalho realizado por instituições envolvidas com os direitos humanos, ainda assim é necessário fortalecer o debate sobre a cobertura midiática de temas relacionados ao trabalho escravo contemporâneo.

Os movimentos nas instituições dominantes da mídia global são de escala tectônica. (...) o poder da mídia contemporânea e a debilitação correlativa e progressiva dos governos nacionais em controlar o fluxo de palavras, imagens e dados dentro de suas fronteiras são profundamente significantes e indiscutíveis. É um traço fundamental da cultura da mídia contemporânea. (HENRIQUES, 2007, p.18)

Com o desenvolvimento desta pesquisa, procuramos entender de que formas os artistas brasileiros buscam despertar o interesse da mídia em fazer coberturas jornalísticas a respeito das causas defendidas pelo grupo e compreender a relação entre mídia e movimentos sociais, já que grande parte dos movimentos sociais utiliza a mídia para aproximar a sociedade do debate acerca de diversos assuntos e muitos têm a consciência de que a mídia é o espaço ideal para obter a visibilidade, compartilhar e debater suas ideologias.

ATUAÇÃO DO MHUD NA REDE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

O interesse em documentar os fatos tem sido preponderante para a produção de qualquer narrativa histórica, sendo que a comunicação passa a ser ferramenta indispensável nesse processo. De acordo com Neide Esterici (1994), já nos anos de 1960, circulavam na imprensa brasileira informações sobre trabalho escravo. Entendido aqui como todas as formas de exploração onde há a imobilização da mão de obra por meio da coação física e/ou moral, além da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços (ESTERCI, 1994).

As primeiras notícias revelam que a intervenção de agentes da Polícia Federal e imprensa foram essenciais para disseminar a discussão do assunto. Ao longo dos anos de 1970, muitos outros atores passaram a ter voz cada vez mais ativa e essencial para fundamentar esse tipo de discussão. Dentre eles, trabalhadores e membros de equipes religiosas ocuparam um espaço de destaque ao lado de outras entidades da sociedade civil.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou ontem documento do bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, (...) “Uma Igreja em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Com esse título, o bispo deu início ao seu relatório. (...) No dia 8 de agosto, houve uma intervenção espetacular da Polícia Federal na Companhia CONDEARA, a famosa ‘condenada’, na gíria do povo. Essa intervenção da polícia e da imprensa revelou alguma coisa, nem tudo, de uma trágica realidade” (JB, novembro, 1971) (ESTERCI, 1994, p. 15).

Segundo registro histórico, o trecho destacado anteriormente trata da primeira denúncia contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil. O fato aconteceu no dia 10 de outubro de 1971, quando o então padre Pedro Casaldáliga⁶⁰, atualmente bispo emérito da prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, chamou a atenção para o tema por meio da publicação da carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, um texto que aproxima a igreja das discussões sobre latifúndio, trabalho escravo e pistolagem na região.

A mídia tem o poder de persuasão que estimula os mais diversos aspectos da vida das pessoas. Tanto é que muitas vezes a noção mais próxima que se tem da realidade é construída muito fortemente pelos veículos de comunicação. Sendo assim, partimos da ideia de que a mídia pauta desde nossas conversas até mesmo o que vamos comprar. Neste sentido, considerar a mídia a partir de uma perspectiva mais abrangente é necessário para entender a proposta deste trabalho. A noção de que vivemos em um mundo saturado pela mídia (SILVERSTONE, 2002) é necessária para entendermos a mídia como instituição social que participa das representações dos sujeitos. O autor propõe estudar a mídia como dimensão social e cultural, mas também política e econômica, do mundo moderno, estudar sua onipresença e sua complexidade.

60. É um bispo católico radicado no Brasil desde 1968. Nasceu em 16 de fevereiro de 1928, em Pere Casaldaliga i Pla, província de Barcelona, na Espanha. Pedro Casaldáliga chegou ao Mato Grosso para atuar como o primeiro bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Já nos primeiros anos na região, ao lado de outros padres espanhóis, envolveu-se com a defesa de povos indígenas, ameaçados pela violência dos conflitos agrários e pela expansão dos latifúndios na região.

Atualmente, os movimentos sociais dispõem de diversas ferramentas para divulgar ideias capazes de possibilitar a formação de outras opiniões. Um site, panfleto, redes sociais, passeata ou mesmo blog são algumas das alternativas utilizadas por grupos que tentam de alguma forma descentralizar o discurso.

Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criam-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada “grande imprensa”. Nesse patamar, a “nova” comunicação representou um grito antes sufocado, de denúncia e reinvidicação por transformações, exteriorizando sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc. (PERUZZO, 1998, p. 114-115)

O MHuD é formado por artistas que participam de campanhas, entrevistas, eventos, mobilizações em defesa de causas sociais e dos direitos humanos. Comunicar é o objetivo do movimento, por isso manter uma relação de proximidade com a mídia é indispensável nesse processo.

Os movimentos sociais populares representam estruturas novas que podem vir a contribuir na formação de um duplo poder. São criações da sociedade civil, que a vão democratizando, exercendo um papel do qual os canais tradicionais de representação não estavam dando conta. Além do mais, não tiram espaços destes, mas, pelo contrário, pode somar esforços com eles. São depositários de experiências da democracia direta, surgindo, talvez, para complementar a democracia representativa. (PERUZZO, 1998, p. 69)

Sabemos que o MHuD possui um tipo de proximidade com a mídia e, por meio dessa relação, busca dar apoio a entidades que precisam da vi-

sibilidade para tornar públicas suas ações. O que acontece quando artistas conhecidos e reconhecidos na sociedade assumem a missão de utilizar a mídia para dar apoio a temáticas sociais?

Conscientes do poder de influência que possuem, os participantes do MHuD utilizam a visibilidade que têm para contribuir com causas sociais e, conseqüentemente, devem carregar, em sua imagem, valores que constroem a visão política do grupo que estão representando, o que torna necessário aprofundar também as discussões sobre representações sociais.

Para Hall (2010), representação significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre o mundo ou para representá-lo de maneira significativa para as outras pessoas. No processo da dinâmica identitária, é significativo cada indivíduo reconhecer-se como sujeito pertencente a um determinado grupo em que exista a construção do reconhecimento mútuo.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. (HALL, 2010, p. 17)

A forma como a questão da identidade vem sendo apresentada nos conteúdos midiáticos tem sido alvo de estudos que analisam tanto produtos da enunciação como também os efeitos do enunciado. Na busca de compreendermos as formas de representação do grupo social estudado, nos orientaremos a partir das reflexões dos Estudos Culturais, apresentadas pelo teórico jamaicano.

Hall (2013) constrói a ideia de identidade como algo plural, estabelecendo assim um conceito mais contemporâneo e dinâmico, algo que muda com relação às diferentes posições que temos na sociedade. Para o autor, as identidades se formam num ponto de sutura entre os discursos e as práticas de interpelação que convocam indivíduos a ocupar lugares sociais e os processos que constroem subjetividades que formam os sujeitos aos quais se podem fazer esse chamamento.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que possuem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2013, p. 112)

No caso estudado, percebemos os fatores de identidade do MHuD quando os artistas assumem dar apoio aos que estão relegados dos principais direitos humanos, dentre eles, o de liberdade, o de igualdade e o de dignidade da pessoa humana. Os participantes constroem suas identidades a partir da diferença, ou seja, aquilo que o indivíduo sente que falta nele mesmo. A partir da diferenciação existe a concepção da identidade, a cultura da identidade pela diferença.

Neste sentido, buscamos analisar as relações discursivas que concebem o MHuD como agente social responsável em dar visibilidade ao tema trabalho escravo. Para a realização deste tipo de análise, buscamos apoio nos estudos realizados por Inesita Araújo (2000). Na obra *Mediações e poder*, a autora se dedica em investigar o modo pelo qual os agentes sociais, através de práticas discursivas, disputam essa espécie de poder, ou seja, o poder de falar e se fazer ouvir, ou mesmo, se constituir como agente social. Segundo Araújo (2000) “O poder simbólico exerce-se nas relações sociais, na capilaridade social, é constitutivo e constitui-se na dinâmica social”, é um tipo de poder que se manifesta naturalmente em diferentes situações.

Ao falar sobre o assunto, a autora enfatiza que não está se referindo ao poder político, nem ao poder econômico, muito menos ao poder da força bruta. Pelo contrário, Inesita baseou seus estudos segundo o conceito de poder simbólico elencado por Pierre Bourdieu, demonstrando interesse em entender o tipo de poder que age de forma mais sutil, quase que imperceptível. “Com Bourdieu, penso que relações de comunicação são, sim, de modo inseparáveis relações de poder, mas que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos”. (ARAÚJO, 2000, p.2).

Por tratar-se de um movimento que é representado em sua grande maioria por artistas e intelectuais conhecidos e reconhecidos publicamente, consideramos que essa característica faz com que o grupo esteja ligado ao capital simbólico advindo diretamente dos bens culturais, econômicos e sociais. O local de fala conferido ao MHuD reconhecido pela rede de combate ao trabalho escravo vai além da posição que seus participantes ocupam na sociedade.

As relações de poder entre interlocutores são, assim, determinadas pelas formas como os dispositivos de enunciação são reconhecidos e consumidos. Ao reconhecer-se no enunciado de um texto, ao sentir-se identificado com a cultura ali expressa, ao acatar as imagens que o emissor lhe propõe, o receptor aceita as regras do jogo e fica sob o poder do texto. Podemos, então, dizer que o poder concerne aos “efeitos discursivos”, diz respeito às gramáticas de reconhecimento, ao “consumo discursivo”. Pode ser apreendido na análise dos processos de circulação, negociação e consumo dos discursos (em outros termos, nos processos de recepção). (ARAÚJO, 2000, p.2).

A maior parte dos associados ao movimento são figuras públicas ligadas diretamente ao ramo do entretenimento como atrizes, atores, cantores, e conta ainda com a participação de jornalistas, professores, advogados e estudiosos do assunto, ou seja, a estrutura do MHuD é formada por artistas e intelectuais, que por si só já possuem legitimidade social. Ao carregar isso como sua característica principal, outras entidades buscam apoio no trabalho realizado pelo grupo para disseminar informações sobre o assunto.

ESPECIAL: PEC DO TRABALHO ESCRAVO

A cobertura Especial: PEC 438 foi organizada pela ONG Repórter Brasil, a pedido da CONATRAE, o hotsite⁶¹ foi pensado como estratégia capaz de intensificar o serviço de informação a respeito da PEC do Trabalho Escravo.

Segundo informações compartilhadas no hotsite da Repórter Brasil, a PEC do Trabalho Escravo - Proposta de Emenda Constitucional (PEC 438/2001) propõe nova redação ao Art. 243 da Constituição Federal, que trata do confisco de propriedades em que forem encontradas lavouras de plantas psicotrópicas ilegais, como a maconha, por exemplo. A nova proposta estende a expropriação - sem direito à indenização - também para casos de exploração de mão de obra análoga à escravidão. A PEC 438/2001 define ainda que as propriedades confiscadas serão destinadas ao assentamento de famílias como parte do programa de reforma agrária ou ao uso social urbano.

61. A pedido da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), a Repórter Brasil organizou esta página especial voltada para a cobertura sobre a PEC do Trabalho Escravo. As informações têm como objetivo ampliar e subsidiar o debate qualificado sobre a questão, bem como dar visibilidade e aumentar o envolvimento da sociedade nas discussões e votações sobre o tema no Congresso Nacional. Fonte: (<http://www.trabalhoescravo.org.br/>)

FIGURA 1 - PÁGINA INICIAL DO HOTSITE ESPECIAL PEC DO TRABALHO ESCRAVO

Especial: PEC do Trabalho Escravo

Repórter Brasil

Notícias e Artigos
 Banco de imagens
 Clipping
 Vídeos
 Expediente

CONGRESSO NACIONAL
Relator aceita mudar conceito de escravidão a pedido de ruralistas
 Relator da reforma do Código Penal no Senado Federal, Vital do Rêgo (PMDB-PB), acatou emendas que diminuem a possibilidade de punição a quem se aproveita de trabalho escravo Trabalho escravo

Abaixo-assinado pela aprovação da PEC. Participe!

Por que aprovar a PEC do Trabalho Escravo?

Perguntas e respostas sobre trabalho escravo no Brasil

Leia a íntegra e acompanhe o andamento da PEC 574/1999 (ex 438/2001) no site do Senado

Confira o vídeo da campanha pela aprovação da PEC 438

Trabalho escravo em imagens - confira registros de flagrantes de condições degradantes

Notícias

- 19/12/2014 CONGRESSO NACIONAL. Nota de repúdio às emendas que tentam mudar o conceito de trabalho escravo
- 16/06/2014 REDES SOCIAIS. Apelo manobra contra PEC, ruralistas sofrem críticas no Facebook
- 09/06/2014 MOVIMENTO HUMANOS DIREITOS. No Senado, artistas alertam para tentativas de evasão a PEC
- 26/05/2014 LEGISLAÇÃO. PEC do Trabalho Escravo é aprovada no Congresso
- 03/02/2014 ARTIGO. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: um olhar além da restrição da liberdade
- 03/02/2014 TRABALHO ESCRAVO. Pelo Facebook, ruralistas são pressionados a reconhecer escravidão
- 31/01/2014 BANCADA RURALISTA. Sabão que estão tentando acabar com o combate à escravidão?
- 31/01/2014 ARTIGO. 28 de janeiro, um dia para não esquecer
- 27/01/2014 ANÁLISE. Proposta pode provocar grave retrocesso no combate ao trabalho escravo
- 05/11/2013 CONGRESSO NACIONAL. Legislação brasileira contra escravidão é exemplo internacional, diz OIT

Abaixo-assinado pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo sem alterações na definição de escravidão

Ajude a divulgar a campanha, compartilhe este artigo nas suas redes sociais

Twitter

2

Recomendar

Compartilhar

FONTE: REPÓRTER BRASIL

Na página inicial do hotsite, estão disponibilizadas informações que tratam especificadamente do tema. São 80 textos entre notícias, pesquisas e análises a respeito do que estava acontecendo no Congresso Nacional, Senado, Câmara dos Deputados, mobilizações nas redes sociais e o trabalho desenvolvido por entidades governamentais e não governamentais relacionados com a proposta de emenda. A primeira matéria que aparece no Especial: PEC do Trabalho Escravo foi publicada no dia 12 de agosto de 2004, trata de uma reportagem produzida pela ONG Repórter Brasil, que divulga na íntegra a lista com os nomes dos deputados que votaram

contra e a favor da PEC. A última notícia registrada no hotsite é de 18 de dezembro de 2014, compartilhada do Blog do Sakamoto⁶² sobre a redução no conceito do trabalho escravo. No texto, o jornalista Leonardo Sakamoto explica as consequências do projeto criado exclusivamente para diminuir a possibilidade de punição de quem utiliza esse tipo de mão de obra.

A página possui, ainda, um banco de imagens com registros de condições sub-humanas de trabalho. Nelas, Leonardo Sakamoto retrata a realidade vivida por pessoas que foram submetidas ao trabalho escravo no país nos últimos 12 anos. As imagens mostram crianças resgatadas pelo grupo móvel de fiscalização, água suja que os trabalhadores eram obrigados a consumir, barracos de lona em que viviam alojados, caderno que o “gato” utilizava para anotar as supostas dívidas contraídas pelos trabalhadores, além de imagens de consequências ambientais deixadas por esse tipo de exploração.

A equipe da ONG Repórter Brasil também teve a preocupação de organizar o *clipping* de matérias sobre a PEC 438. Neste espaço, contém 38 matérias que foram veiculadas nos mais diversos meios de comunicação nacionais e internacionais como Gazeta do Povo, Correio Brasiliense, Revista Istoé, Site da ONU, Rádio Vaticano, entre outros. O *clipping* abarca textos de ONGs, entidades públicas e privadas envolvidas com a temática. Como já exposto, a visibilidade midiática de artistas é legitimada como capital simbólico que consiste no capital econômico, cultural e social. Concordamos com Silverstone (2002) quando o autor enfatiza que “(...) vivemos em um mundo saturado pela mídia”. Dessa forma, podemos considerar que a mídia está presente no cotidiano das pessoas, certamente, os indivíduos que participam dela têm as suas imagens relacionadas a algo familiar. É como uma via de mão dupla, em que a mídia precisa do artista para imprimir comportamentos e o artista também depende da mídia para garantir o reconhecimento na sociedade. Nesse jogo de interesses, o MHuD se destaca por ser caracterizado como um grupo em que a mídia busca para vender mais, no entanto, os artistas do movimento possuem o interesse de

62. Vale destacar que o jornalista Leonardo Sakamoto é presidente da ONG Repórter Brasil e membro fundador da mesma.

ir além do olhar mercadológico atribuído às suas funções e, dessa forma, se propõem a utilizar o poder simbólico para ter êxito nas ações de combate ao trabalho escravo.

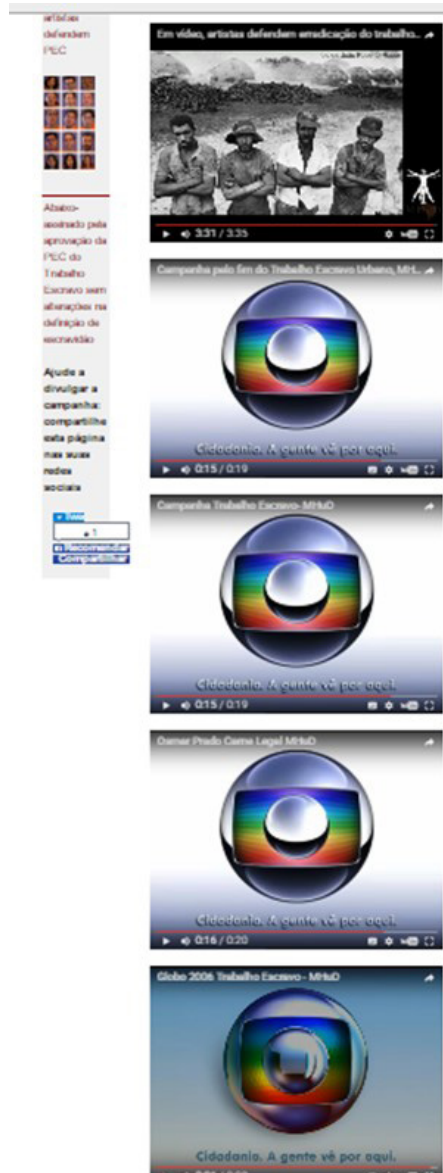
A legitimidade discursiva é determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos falantes. Passa por interesses individuais, grupais e de classe (contexto existencial), pela história das relações institucionais anteriores e pela forma de mediação discursiva (contexto situacional), pela concorrência de outras falas (contexto intertextual) etc. É o reconhecimento de um discurso como legítimo, pelos receptores, que instaura as relações de poder que lhe são inerentes. (ARAÚJO, 2000, p.2).

Na categoria vídeos, estão disponibilizadas as vinhetas produzidas por artistas ligados ao Movimento Humanos Direitos (MHuD). Sob o comando do pesquisador Ricardo Rezende e da artista plástica Salete Halack como produtores, os artistas gravaram vídeos em defesa da aprovação da PEC 438. No total, 15 personalidades midiáticas expuseram um posicionamento em favor do fim da escravidão no Brasil.

O vídeo completo da campanha tem duração de 3 minutos e 35 segundos. Nele, todos os artistas aparecem usando a camiseta do movimento. As filmagens foram transformadas em vinhetas de 30 e até 15 segundos para serem veiculadas na TV Globo⁶³.

63. As inserções em rede nacional, pela TV Globo, aconteceram no contexto do projeto Globo Cidadania, em períodos delimitados em 2011 e 2012.

FIGURA 2 - IMAGEM DE VÍDEOS DE ARTISTAS LIGADOS AO MHUD PUBLICADOS NO HOTSITE



FONTE: HOTSITE PEC DO TRABALHO ESCRAVO (2012).

Quanto às contribuições de Araújo (2000) sobre as noções de centro e periferia no contexto das redes sociais, podemos considerar que o MHuD se configura como um movimento que não pertence somente ao núcleo central ou só ao periférico; mas transita na dinamicidade, conforme explica a autora.

(...) Centro e periferia são posições relativas, que se reproduzem em cada campo, em cada núcleo ou comunidade discursiva, e cada grupo social por menor que seja. Ninguém pertence só aos núcleos centrais ou só aos periféricos. O presidente de uma organização indígena, que ocupa posição central em relação aos habitantes de uma aldeia, é periférico em relação à direção da federação de organizações indígenas. Um dirigente de uma ONG, centro em relação aos seus subordinados, integra o núcleo periférico quando as relações são entre ONGs e agências internacionais de cooperação. (ARAÚJO, 2000, p. 3).

Isto é, em termos de visibilidade na mídia, os participantes do MHuD se destacam na posição central, pois a imagem de tais artistas a serviço dos direitos humanos faz circular conhecimentos acerca do trabalho escravo contemporâneo. Nesse jogo de relações, o movimento ocupa a posição periférica, quando busca publicizar a imagem de pessoas e organizações que executam trabalhos sociais; que não são suficientemente conhecidas e que pelo trabalho executado são ameaçadas de morte, por exemplo. Cabe ao MHuD pressionar as autoridades para que executem ações em prol da paz e da justiça. “Centro e Periferia não são lugares de exclusão, de poder ou não poder. Há poder em todo lugar, fortalecido ou enfraquecido pelas relações estratégicas”. (ARAÚJO, 2000, p. 3).

Na abertura do vídeo, é apresentado o folder “Não ao Trabalho Escravo: Campanha pela Aprovação da PEC 438/2001. O produto audiovisual é finalizado com a foto em P&B de quatro trabalhadores e uma criança na carvoaria. O registro foi feito pelo fotógrafo João Roberto Ripper. A imagem expressa o cansaço e a indignação, naquele momento “de braços cruzados” como quem exige atenção para o problema. Ao fundo, aparece muita fumaça, vinda das carvoarias. O símbolo da TV Globo não aparece ao final do vídeo; diferente das outras vinhetas selecionadas para exibição

no canal, sendo que a filmagem veiculada na TV contou com a participação de artistas consagrados como Wagner Moura, Cristina Pereira, Osmar Prado, Leticia Sabatella, Camila Pitanga, entre outros.

Na capa do hotsite são disponibilizados dois links de acesso ao abaixo-assinado por meio dos quais o usuário poderia exigir a aprovação da PEC. Outra forma de participação presente ainda hoje na página é a possibilidade de compartilhar todas as informações nas redes sociais, como Facebook e Twitter.

As notícias na capa tratam sobre a temática em diferentes aspectos, em destaque no topo da página inicial um texto com o título “Relator aceita mudar o conceito de escravidão a pedido de ruralistas”, que expõe informações sobre a ameaça da redução no conceito do que vem caracterizar o trabalho escravo; outras quatro matérias que foram fixadas desde o início da campanha explicando por que aprovar a PEC do Trabalho Escravo; um link que trata de Perguntas e respostas sobre trabalho escravo no Brasil; além de informações que direcionam para o site do Senado Federal, a fim de aproximar o usuário das atividades legislativas relacionadas à PEC.

O último link dessa categoria é composto por um vídeo elaborado pela ONG Repórter Brasil para dar apoio à campanha, sendo que, desta vez, a discussão do assunto é aguçada a partir da utilização de imagens registradas pela equipe da Repórter Brasil. A trilha sonora escolhida para o vídeo “Apesar de Você”⁶⁴, de Chico Buarque, considerada uma de suas principais composições produzidas durante o regime militar no Brasil. Ao som da música, aparecem imagens de trabalhadores em situações de trabalho degradante, armas apreendidas em fiscalizações, alojamentos precários ao mesmo tempo em que são exibidos na tela textos com informações sobre a temática, instigando o usuário a pedir ao seu deputado ou a sua deputada para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional 438/2001. O vídeo é finalizado com a frase: “Trabalho Escravo – É hora de abolir de vez essa vergonha”.

64. A música é considerada um “hino” contra a ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. A letra trata da falta de liberdade que se vivia no país. Como já era de se esperar, a música foi censurada pela ditadura. A canção foi lançada originalmente num disco de título Chico Buarque, no ano de 1978.

FIGURA 3 - ARTISTAS DEFENDEM ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Especial:
PEC do Trabalho Escravo

Repórter Brasil

Notícias e Artigos 27/03/2012
 Banco de imagens **Em vídeo, artistas defendem erradicação do trabalho escravo**
 Clipping Confira vídeos de artistas ligados ao Movimento Humanos Direitos se posicionando pelo fim do trabalho escravo no Brasil.
 Vídeos
 Expediente Por Repórter Brasil

Em vídeo, artistas defendem PEC

Abaixo-assinado pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo sem alterações na definição de escravidão

Ajude a divulgar a campanha: compartilhe esta página nas suas redes sociais

Twitter

Em vídeo, artistas defendem erradicação do trabalho escravo

NÃO AO TRABALHO ESCRAVO CAMPAÑA PELA APROVAÇÃO DA PEC 438-2007

0:02 / 3:35

FONTE: HOTSITE PEC DO TRABALHO ESCRAVO (2012).

Até o dia 10 de março de 2017, o vídeo completo da campanha totaliza 1.245 visualizações. Já o material que contou com a participação do ator Wagner Moura teve o alcance de 2.566 visualizações; o da atriz Cristina Pereira obteve 1.086 visualizações; Osmar Prado, 979 visualizações, e o vídeo composto por Letícia Sabatella e Camila Pitanga apresenta 1.176 visualizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo, podemos considerar que as estratégias utilizadas no Especial: PEC 438, para conseguir a aprovação da proposta, foram essenciais para fortalecer a luta de combate ao trabalho escravo, ao

frisar o assunto como um discurso que foi validado pela opinião pública, a partir de uma construção argumentativa convincente, elaborada pelo movimento social, articulado em rede.

A utilização da imagem de artistas brasileiros em campanhas ou mesmo eventos e outras ações contribui para o MHuD se consolidar na rede de combate ao trabalho escravo como um grupo responsável em fazer com que a discussão seja colocada em pauta na grande mídia e, conseqüentemente, na busca de alcance cada vez mais significativo.

Ao olharmos para o nosso objeto de estudo, percebemos que a rotina de acompanhar a presença dos participantes do MHuD na mídia seja representando personagens em novelas e filmes, ou mesmo, como protagonistas de notícias veiculadas nos mais diversos tipos de mídia, como televisão, sites, rádios e jornais. De certo, o artista é um tipo de cidadão que consegue estar presente no cotidiano de diferentes camadas sociais, interagindo entre o capital simbólico cultural, econômico e social. Um artista que desempenha o papel de protagonista em uma novela, por exemplo, passa a ter sua rotina exposta para milhões de brasileiros. Este é o tipo mais comum de atração que os canais de comunicação costumam oferecer como entretenimento. Neste estudo de caso, percebemos a apropriação dessa visibilidade dos artistas brasileiros para pautar assuntos ligados a questões de direitos humanos, construindo assim uma estratégia de comunicação interessante para o fortalecimento da rede de combate ao trabalho escravo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inesita Soares. *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder*. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese de doutorado, CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

HALL, Stuart. *El trabajo de la representación*. In *Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Perú/Colômbia/Ecuador, 2010.

_____. *Quem precisa de identidade?* In SILVA, Tomaz Tadeu.

Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOURA, Flávia. **Trabalho Escravo e Mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses.** EDUFMA. São Luís, 2016.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos Populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.humanosdireitos.org>

<http://www.reporterbrasil.org.br>

<http://www.trabalhoescravo.org.br>

<http://www.oitbrasil.org.br>

<http://www.senado.gov.br>

LISTA DE AUTORES

AMANDA CRISTINA DE AQUINO COSTA é mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisadora voluntária do Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade (DGP/UFMA). Atualmente, é Superintendente de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) do Maranhão.

E-mail: amandaaquinocst@gmail.com.

ANDRÉA RABELO ALMEIDA é graduada em Ciências Sociais pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

E-mail: andrearabeloalmeida@gmail.com

ANTONIO PAIVA DA SILVA é graduado em Comunicação/Relações Públicas pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e tem MBA em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Universidade Estácio de Sá.

E-mail: paivarpufma@gmail.com

ARIADNA SILVA FERREIRA é doutoranda em Comunicação pela Universidade de Coimbra. Tem graduação em Comunicação Social/Relações Públicas pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

E-mail: arimate100@gmail.com

BRÁULIO FIGUEIREDO ALVES DA SILVA é graduado, mestre e doutor em Sociologia pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Tem aperfeiçoamento em Análise Quantitativa pela Universidade do Texas, em Austin. É professor associado do Departamento de Sociologia da UFMG, pesquisador do CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública) e do Centro de Pesquisas Qualitativas em Ciências Sociais da UFMG. Bolsista produtividade do CNPq (PQ-2).

E-mail: braulio.fas@gmail.com

DANNIELLE WEBER MAIA DE MORAES é graduada em Ciências Sociais pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

E-mail: dannwebam@gmail.com

DENISE ARAÚJO DA CONCEIÇÃO é graduada em Comunicação/Relações Públicas pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e pós-graduanda em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá. E-mail: rp.denisearaujo@yahoo.com.br

EUZIMAR DE JESUS ROSA SILVA é graduado em Jornalismo pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

E-mail: eu.djesusrosa-jornalismo@hotmail.com

FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA é jornalista, mestre em Ciências Sociais pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão), doutora em Comunicação pela PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e pós-doutora em Sociologia e Antropologia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). É professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da UFMA. E-mail: flavia.moura@ufma.br

JEYCIANE ELIZABETH SÁ SANTOS é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e graduada em Jornalismo pela UFMA.

E-mail: jeyci_sa@hotmail.com

LILIANE PINTO CUTRIM é mestranda em Comunicação pela Universidad Europea del Atlántico, pós-graduada em Jornalismo Político pela Instituto Graduarte, de São Paulo, e graduada em Jornalismo pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

E-mail: lyly.any@hotmail.com

LUCIANO RODRIGUES COSTA é graduado em Ciências Sociais pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), mestre em Extensão Rural pela UFV (Universidade Federal de Viçosa) e doutorado em Ciências Sociais pela UNICAMP (Universidade de Campinas), com estágio doutoral na UTM (Université de Toulouse Ie Mirail) e na École des Hautes Études em Sciences Sociales. Professor adjunto do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFV.

E-mail: lrcosta00@gmail.com

MARCELO SAMPAIO CARNEIRO é graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia e em Ciências Sociais pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão), mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA (Universidade Federal do Pará) e doutor em Sociologia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) com estágio doutoral na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales. É professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFMA. Bolsista produtividade do CNPq (PQ-2). E-mail: marcelo.sampaio@ufma.br

MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA COSTA é graduada em Comunicação/Relações Públicas pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão). Tem MBA em Gestão de Projetos e Auditoria de Sistemas de Saúde.

E-mail: socorrinhocosta@gmail.com

MAX DE MEDEIROS SOARES é bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, e possui especialização em Assessoria de Comunicação. É graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília. Desde 2011, trabalha com jornalismo econômico na Federação do Comércio do Maranhão. E-mail: maxdemedeiros@hotmail.com.

OSMILDE AUGUSTO MIRANDA é graduado em Comunicação/Jornalismo pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão), mestre em Ciências Sociais e doutorando em Políticas Públicas pela UFMA.

E-mail: osmildemiranda@gmail.com

PEDRO COSTA MACIEL é graduado em Ciências Sociais pela UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da UEMA. Atua como coordenador para ações de combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo na Sedhpop (Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular) do Maranhão. E-mail: pedro.leicam13@gmail.com

RAYLLA CRISTINE DIAS LIMA é graduada em Ciências Sociais pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e tem especialização em Políticas Públicas, Gestão e Assistência Social.
E-mail: raylladiaslima@hotmail.com

ROSIANE DE OLIVEIRA SILVA é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da UFMA (Universidade Federal do Maranhão). Graduada em Comunicação/ Relações Públicas pela UFMA.
E-mail: rosi.rp@hotmail.com

SAARA SÂMARA DE SOUSA é bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e professora de língua inglesa com atuação na rede privada de ensino desde 2013.
E-mail: saarasamara@hotmail.com

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Título	Trabalho escravo, políticas públicas e práticas comunicativas no Maranhão contemporâneo
Organizadores	Flávia de Almeida Moura Marcelo Sampaio Carneiro
Capa	Raiama Portela
Projeto Gráfico	Raiama Portela
Revisão	Ana Kenya Félix Gutman
Formato	15x21cm
Páginas	428 páginas
Tipografia	Rotis; LTAroma
Edição	1ª edição, dezembro de 2020
Publicação	Editores da Universidade Federal do Maranhão – EDUFMA



Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGCOM PRO
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado Profissional
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

 **CAPES**
PGPSE
Configurações do
Desenvolvimento,
Trabalho e Ações Coletivas

ISBN 978-658661958-4



9

786586

619584